



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA

WELLINGTON DOS SANTOS FIGUEIREDO

**O FIO DE ARIADNE E O LABIRINTO DA INTERNET.
GEOGRAFIA E TECNOLOGIA: A DIALÉTICA VIRTUAL X
REAL. AS REDES E AS RUAS: O CIBERESPAÇO COMO
DIMENSÃO SOCIOESPACIAL.**

BAURU – SP / OUTUBRO – 2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO
CAMPUS DE BAURU
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: AMBIENTES MIDIÁTICOS E
TECNOLÓGICOS**

WELLINGTON DOS SANTOS FIGUEIREDO

**O FIO DE ARIADNE E O LABIRINTO DA INTERNET.
GEOGRAFIA E TECNOLOGIA: A DIALÉTICA VIRTUAL X
REAL. AS REDES E AS RUAS: O CIBERESPAÇO COMO
DIMENSÃO SOCIOESPACIAL.**

Tese de Doutorado apresentada por **Wellington dos Santos Figueiredo** ao Programa de Pós-Graduação em **Mídia e Tecnologia** – Área de Concentração: **Ambientes Midiáticos e Tecnológicos**. Linha de Pesquisa: **Gestão Midiática e Tecnológica**, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus Bauru-SP, como requisito para obtenção do Título de Doutor em **Mídia e Tecnologia**, desenvolvida sob a orientação da Professora Doutora **Maria da Graça Mello Magnoni**.

BAURU – SP / OUTUBRO – 2020

F475f

Figueiredo, Wellington dos Santos

O Fio de Ariadne e o labirinto da internet. : Geografia e Tecnologia: a dialética virtual x real. As redes e as ruas: o ciberespaço como dimensão socioespacial. / Wellington dos Santos Figueiredo. -- Bauru, 2020
203 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru

Orientadora: Maria da Graça Mello Magnoni

1. Geografia e Tecnologia. 2. Redes Sociais e Democracia. 3. Ciberespaço.
4. Real x Virtual. 5. Internet e Produção de Sentidos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ATA DA DEFESA



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Bauru



ATA DA DEFESA PÚBLICA DA TESE DE DOUTORADO DE WELLINGTON DOS SANTOS FIGUEIREDO, DISCENTE DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MÍDIA E TECNOLOGIA, DA FACULDADE DE ARQUITETURA, ARTES E COMUNICAÇÃO - CÂMPUS DE BAURU.

Aos 30 dias do mês de outubro do ano de 2020, às 09:00 horas, por meio de Videoconferência, realizou-se a defesa de TESE DE DOUTORADO de WELLINGTON DOS SANTOS FIGUEIREDO, intitulada **O fio de Ariadne e o labirinto da internet. Geografia e tecnologia: a dialética virtual x real. As redes e as ruas: o ciberespaço como dimensão socioespacial.** A Comissão Examinadora foi constituída pelos seguintes membros: Professora Assistente Doutora MARIA DA GRACA MELLO MAGNONI (Orientador(a) - Participação Virtual) do(a) Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Unesp - câmpus de Bauru / Universidade Estadual Paulista , Professor Doutor RUY MOREIRA (Participação Virtual) do(a) Geografia / Universidade Federal Fluminense, Professor Associado TULLIO BARBOSA (Participação Virtual) do(a) Instituto de Geografia / Universidade Federal de Uberlândia. Após a exposição pelo doutorando e arguição pelos membros da Comissão Examinadora que participaram do ato, de forma presencial e/ou virtual, o discente recebeu o conceito final: APROVADO . Nada mais havendo, foi lavrada a presente ata, que após lida e aprovada, foi assinada pelo(a) Presidente(a) da Comissão Examinadora.

Professora Assistente Doutora MARIA DA GRACA MELLO MAGNONI

DEDICATÓRIA

Esta tese é dedicada ao amigo **Álvaro José de Souza** que, infelizmente, não pode, em vida, testemunhar este momento. Álvaro, você é parte desta conquista. A morte física jamais terá a força necessária para apagar a herança intelectual e o exemplo de integridade que você me deixou. Nenhum texto, nenhuma palavra, são capazes de fazer jus à gratidão e orgulho que tenho por sua pessoa. “És parte ainda do que me faz forte”.

AGRADECIMENTOS

“Nenhum homem é uma ilha isolada. Cada homem é uma partícula do continente, uma parte da terra”. Tomo emprestas as palavras do poeta inglês John Donne para iniciar os agradecimentos.

As palavras do poeta se substanciam e traduzem o sentimento presente neste momento da tese. Sentimento de que nada se constrói por si só. Por detrás das palavras que compõem esta pesquisa, há pessoas importantes, que povoaram o meu continente de sentimentos.

Neste espaço, manifesto publicamente os meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para que eu chegasse até esta importante e tão almejada conquista.

Começo com o sustentáculo primeiro e essencial: a família. Aos meus pais **Paulo Figueiredo e Neuza Xavier dos Santos Figueiredo**, pela compreensão, apoio excessivo e extrema confiança. Não sei quantas vezes as minhas provas foram suas provas de amor e nem quantos sonhos renunciaram para que os meus fossem realizados. A minha irmã **Ana Cláudia dos Santos Figueiredo** pelo apoio e incentivo a mim empregados neste caminho de pesquisa. Ao **Nikko** pelo fiel companheirismo e doçura ofertados em todos os momentos. Como família, vencemos!

À professora doutora **Maria da Graça Mello Magnoni**, pelo carinho, paciência e sabedoria manifestadas durante o percurso desta pesquisa. Sua extrema confiança em meu trabalho foi um bálsamo de aprendizagem nesta jornada.

Aos professores doutores **Antônio Francisco Magnoni, Caroline Kraus Luvizotto, Juliano Mendonça Domingues da Silva e Osvando José de Moraes** que durante as aulas compartilharam seus conhecimentos e apontaram importantes diretrizes para o desenvolvimento desta tese.

À banca de exame de qualificação, integrada pelos professores doutores **Antônio Francisco Magnoni e Osvando José de Moraes**. Os conselhos destinados à pesquisa exalaram um toque de intelectualidade e sobriedade importantes para corrigir direcionamentos e sedimentar o texto frente às pequenas cavidades presentes e que poderiam erodir e fragilizar esta tese.

Aos professores **Ruy Moreira** (Universidade Federal Fluminense) e **Túlio Barbosa** (Universidade Federal de Uberlândia) pela honra de tê-los em minha banca de defesa. Agradeço-lhes pela serenidade, seriedade, rigor científico e sabedoria típica dos grandes intelectuais com que conduziram o debate sobre esta tese. Seus ensinamentos e fraternais conselhos enriqueceram muito o texto final desta pesquisa e guiarão futuras análises e produções acadêmicas.

Ao amigo **Elvis Christian Madureira Ramos**, pelo imenso apoio e fraternais palavras de incentivo e presença infalível nos momentos de turbulência intelectual.

Aos amigos e amigas **Maria Inez de Souza, Beatriz Sanchez, Aparecida Inez Porto, Alice Nunes Garbúlio, Lourenço Magnoni Júnior, Vera Milena dos Santos Xavier, Claudemir dos Santos Xavier, Luiz Felipe Maurício, Maria Helena Xavier** e **José Roberto Xavier** pelo imenso carinho, atenção, torcida, apreço, companheirismo e orações. Não me esquecerei da participação de vocês nesta vitória. A vocês, deixo pública a minha gratidão em sua mais alta definição e afeto.

INDIFERENTES

Odeio os indiferentes. Creio, como Federico Hebbel, que “viver quer dizer tomar partido”. Não podem existir os que são apenas homens, estranhos à cidade. Quem vive verdadeiramente não pode não ser cidadão, assumir um lado. Indiferença é apatia, parasitismo, velhacaria, não é vida. Por isso, odeio os indiferentes.

A indiferença é o peso morto da história. Odeio os indiferentes também porque me irrita o seu choramingar de eternos inocentes. Pergunto a qualquer um desses como cumpriu a tarefa que a vida propôs e propõe cotidianamente, daquilo que realizou e especialmente daquilo que não realizou. Vivo, tomo partido. Por isso odeio que não o faz, odeio os indiferentes.

Antônio Gramsci, filósofo italiano.

RESUMO: A ciência, a tecnologia e a comunicação estão consubstanciadas nas configurações de utilização e funcionamento do espaço geográfico. O estudo das relações entre técnica e espaço, das repercussões espaciais da revolução tecnológica, evidenciam a Geografia do meio técnico-científico-informacional. Constituído-se em uma nova forma de materialização dos avanços da sociedade capitalista, o ciberespaço corrobora-se em uma realidade que a Geografia, enquanto ciência que estuda a organização socioespacial, necessita incorporar em seu arsenal de conceitos. Frente a criação de novos horizontes de realidade no mundo contemporâneo, esta tese debruçou-se em compreender a percepção da realidade resultante da interface entre Geografia e Tecnologia. Para tal objetivo, evidenciou-se a técnica e tecnologia como partes indissociáveis do desenvolvimento histórico e as ações destas no espaço geográfico. As relações construídas entre redes sociais e democracia, como o net-ativismo e processos eleitorais, elucidam a pedra de toque na dialética real x virtual, entre as ruas e as redes. O reticular não substitui, tampouco elimina a forma material. Novos arranjos sociais, econômicos e culturais brotam dessa relação urbano-digital. A grande mudança de paradigma político no século XXI foi impulsionada pela tecnologia e seu exército de algoritmos imbuídos de produzir sentidos e remodelar ações políticas e governos. Tecnosfera e psicosfera se entrelaçam dialeticamente. No labirinto da internet, mais do que uma mudança tecnológica, temos uma nova forma de pensar a sociedade.

Palavras-chave: Geografia e Tecnologia. Redes Sociais e Democracia. Ciberespaço. Real x Virtual. Internet e Produção de Sentidos.

ABSTRACT: Science, technology and communication are embodied in the configurations of use and operation of the geographic space. The study of the relations between technique and space, of the spatial repercussions of the technological revolution, highlights the Geography of the technical-scientific-informational environment. Constituting a new form of materialization of the advances of capitalist society, cyberspace is corroborated in a reality that Geography, as a science that studies socio-spatial organization, needs to incorporate in its arsenal of concepts. Facing the creation of new horizons of reality in the contemporary world, this thesis focused on understanding the perception of reality resulting from the interface between Geography and Technology. For this purpose, technique and technology were highlighted as inseparable parts of historical development and their actions in the geographic space. The relationships built between social networks and democracy, such as net activism and electoral processes, elucidate the touchstone in real x virtual dialectics, between streets and networks. The reticular does not replace, nor does it eliminate the material form. New social, economic and cultural arrangements spring from this urban-digital relationship. The great change of political paradigm in the 21st century was driven by technology and its army of algorithms imbued with producing senses and remodeling political actions and governments. Thenosphere and the psychosphere intertwine dialectically. In the labyrinth of the Internet, more than a technological change, we have a new way of thinking society.

Key words: Geography and Technology. Social Networks and Democracy. Cyberspace. Real vs. Virtual. Internet and Production of Senses.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	13
LISTA DE FIGURAS.....	14
INTRODUÇÃO:	
“DECIFRA-ME OU DEVORO-TE”	15
CAPÍTULO 1:	
“TUDO QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR”. A PESQUISA, O MÉTODO E A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE.....	22
1.1. “O método é o caminho para o conhecimento estruturado”.....	22
1.2. O marxismo como método de análise social.....	33
1.2.1. Materialismo Dialético.....	40
1.2.2. Materialismo Histórico.....	43
1.3. Materialismo Histórico-Dialético: uma antropologia marxista.....	47
1.4. Marx e a Tecnologia: visão além da máquina.....	49
CAPÍTULO 2:	
“O FOGO DE PROMETEU”. TÉCNICA, TECNOLOGIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.....	53
2.1. Técnica, tecnologia e sociedade.....	53
2.2. Revolução Cognitiva: a técnica, o ser e o espaço.....	57
2.3. Revolução Agrícola: a técnica e o novo arranjo espacial.....	59
2.4. Revolução Científica: tecnologia e sociedade.....	65
CAPÍTULO 3:	
“SAINDO DA CAVERNA”. A GEOGRAFIA E O CONHECIMENTO SOCIOESPACIAL.....	70
3.1. A geografia serve, em primeiro lugar, para interpretar o mundo, desvendando as suas máscaras sociais.....	70
3.2. O espaço geográfico como construção social imanente da produção humana...	76
3.3. Capitalismo e Produção Espacial.....	83
3.4. Globalização e Capitalismo Informacional.....	92
3.5. Geopolítica: a geografia ativa.....	97
CAPÍTULO 4:	
“O CONSTANTE DEVIR DAS COISAS E O PERPÉTUO FLUXO”. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL, GEOGRAFIA DAS REDES E O NET-ATIVISMO.....	100
4.1. O espaço geográfico da globalização: o meio técnico-científico-informacional...	100
4.2. Geografia das Redes: o espaço reticular.....	104
4.3. Movimentos sociais e a sua importância para a consolidação da democracia.....	107
4.4. Mídia, Movimentos Sociais e Produção de Sentidos.....	110
4.5. Net-ativismo: os movimentos sociais na era global.....	117
4.6. Movimentos Sociais, Quinto Poder e Contra-Hegemonia.....	121

CAPÍTULO 5:	
“POR QUE FOI QUE CEGAMOS?”. JUNHO DE 2013: AS DIREITAS, A INTERNET, AS RUAS, O VÍRUS E A FORMATAÇÃO DE UM NOVO BRASIL.....	126
5.1. O ciberespaço como dimensão socioespacial.....	126
5.2. A Primavera Árabe e outras estações revolucionárias.....	131
5.3. Brasil, Junho de 2013: as ruas e as redes.....	133
5.4. Eleições e a engenharia do caos.....	145
5.5. 2018: Brasil acima de tudo, redes sociais acima de todos.....	152
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	
“EXISTE É HOMEM HUMANO. TRAVESSIA”.....	166
REFERÊNCIAS.....	179
DOCUMENTÁRIOS.....	202
FILMOGRAFIA.....	203

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Matriz espaço-temporal para a teoria marxiana.....	77
Quadro 2 – Mudanças tecnológicas ao longo do tempo.....	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ciclo de retroalimentação da Revolução Científica.....	66
---	----

INTRODUÇÃO: “DECIFRA-ME OU DEVORO-TE”.

Morpheus – Você deseja saber o que ela é? A Matrix está em todo lugar. À nossa volta. Mesmo agora, nesta sala. Você pode vê-la quando olha pela janela ou quando liga sua televisão. (...) É o mundo que foi colocado diante de seus olhos para que você não visse a verdade.

Neo – Que verdade?

Morpheus – Que você é um escravo. Como todo mundo, você nasceu em um cativeiro, nasceu em uma prisão que não consegue sentir ou tocar. Uma prisão para a sua mente. Infelizmente é impossível dizer o que é Matrix. Você tem de ver por si mesmo. (...) Se tomar a pílula azul, a história acaba e você acordará na sua cama acreditando no que quiser acreditar. Se tomar a pílula vermelha ficará no País das Maravilhas e eu te mostrarei até onde vai a toca do coelho. Lembre-se: tudo o que eu ofereço é a verdade. Nada mais.”

Matrix. Direção de Lilly e Lana Wachowski. Estados Unidos/Austrália. Warner Bros. Pictures, 1999.

O crepúsculo do século XIX testemunhou, impulsionado pelo avanço tecnológico, o nascer de um novo meio de comunicação. Concebido pelos irmãos Auguste e Louis Lumière, o cinema, já em sua tenra idade, foi considerado um tipo de arte.

Ricciotto Canudo, intelectual italiano radicado na França, redigiu o Manifesto das Sete Artes. Nele, o autor define o cinema como a sétima arte¹ por ser a arte plástica em movimento, aquela que consegue congrega todas as outras em uma única técnica.

Considerado como arte, o cinema transpõe os conceitos que o define. A arte cinematográfica é um poderoso meio de comunicação de massa, sendo utilizada ao longo de sua história, não apenas como entretenimento, mas, também, como instrumento ideológico². A arte é uma forma de interpretar e desvendar o nosso mundo.

¹ As outras seis são a música, a dança, a pintura, a escultura, a arquitetura e a poesia. Extraoficialmente, outras artes também recebem numeração, como a fotografia (oitava), os quadrinhos (nona) e os games (décima).

² A construção de narrativas pelo Nazismo em relação aos judeus; os filmes de faroeste lançando cargas negativas sobre nativos e mexicanos e a produção de filmes sobre os males do comunismo e capitalismo protagonizados, respectivamente pelos Estados Unidos e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, consistem em rápidos exemplos do uso do cinema como instrumentalização política para conquistas das mentes.

Em 1999, o mundo do cinema era atordoado com um abalo sísmico midiático causado pelo lançamento do filme *Matrix*³. Sucesso de bilheteria com sua visão futurista distópica, senso de moda distinto e sequências de ação inovadoras e sofisticadas, *Matrix* é um filme de ficção científica⁴ e ação dirigido pelas irmãs Lilly e Lana Wachowski, que se tornou um ícone dentro do mundo cyberpunk, subgênero de ficção científica que se caracteriza pelo avanço da tecnologia e a precariedade da vida.

No enredo do filme, *Matrix* é um supercomputador que escraviza os seres humanos, usando as suas mentes para controlar os seus sentimentos e pensamentos, fazendo-os crer que é real aquilo que é só aparência. Qual o poder exercido pela *Matrix*? Controlar e utilizar a inteligência humana para dominar o mundo, criando uma realidade virtual na qual todos que a ela se submetem, acreditam. Tal qual o feitiço que se vira contra o feiticeiro, *Matrix* é uma inteligência artificial que aniquila a inteligência humana, porque, para se manter, suga a energia gerada pelo sistema nervoso central dos humanos.

Vencer o poder da *Matrix* é destruir a aparência, restaurar a realidade e assegurar que os seres humanos possam perceber e compreender o mundo verdadeiro e, realmente, nele viver.

É um exercício complexo compreender as particularidades ou mesmo a essência do fenômeno técnico, bem como o seu papel desempenhado na História. Da gênese das primeiras sociedades até a multiplicidade técnica das sociedades urbano-industriais, a humanidade descobriu o fogo, cultivou a terra, domesticou os animais, construiu cidades, dominou a energia, implementou indústrias e desvendou o espaço-cósmico. Nessa extensa caminhada, a tecnologia ganhou significações e representações distintas, em um movimento dinâmico com a vida social. Há momentos em que esta é dominada, controlada, racionalizada pelas atividades

³ De acordo com Chauí (2013), *matrix* é uma expressão latina derivada de *mater*, que quer dizer “mãe”. Em latim, *matrix* é o órgão das fêmeas dos mamíferos onde o embrião e o feto se desenvolvem, ou seja, o útero. Na linguagem técnica, *matriz* é o molde para a fundição de uma peça. É também, em monitores e televisores, o circuito de codificadores e decodificadores das cores e dos sons e, na informática, a rede de guias de entradas e saídas de elementos lógicos. No filme, a *Matrix* tem todos esses sentidos: ela é um útero universal onde todos os seres humanos têm, simultaneamente, uma vida real “uterina” e uma vida imaginária forçada forjada pelos circuitos de codificadores e decodificadores de cores e sons e pelas redes de guias e entrada e saída de sinais lógicos.

⁴ Para Alves (2006, p. 374): “O gênero ficção científica é a mitologia do nosso tempo, da civilização técnica do capital.”

científico-tecnológicas; em outras, é a tecnociência quem negocia e cede aos ditames da sociedade.

A tecnologia constitui-se em uma importante interface do processo de comunicação. A comunicação é um ato, e, por isso mesmo, acima de tudo, escolha. Comunicar hoje, mais do que nunca, compõe-se em um complexo conjunto de redes, que perpassa os mais diversificados sentidos. Assim, “a investigação sobre a comunicação é, por natureza, uma investigação interdisciplinar” (WOLTON, 2004, p. 484).

A comunicação se constitui em um conhecimento polissêmico atraindo a atenção de diversos campos intelectuais. Isso se torna relevante uma vez que a produção da notícia é gestada em um campo social impregnado de valores e significados. Como a axiologização é cultural, cada sociedade determina o que é positivo ou negativo em seu meio. Assim, a contextualização dos acontecimentos é primordial para o bom entendimento da notícia.

A mídia apresenta-se, atualmente, como um importante lugar de produção de discursos e de circulação de saberes sobre o mundo. Fruto do avanço tecnológico, de modo simultâneo e instantâneo, sabemos o que acontece no mundo e nos deparamos, constantemente, com a elaboração de discursos sobre quanto é premente a necessidade de se conhecer e se decifrar este mundo globalizado. Pelo fio da tecnologia, local e global se dimensionam.

A Geografia tem o objetivo de tornar o mundo sensível e compreensível, proporcionando o reconhecimento e a análise da experiência humana na percepção e construção do espaço geográfico. Essa nova relação que se configura entre o cidadão e o mundo, é influenciada pela mídia e pela tecnologia.

Dessa forma,

Os meios de comunicação possuem um papel dos mais importantes na vida cotidiana dos cidadãos, especialmente, em relação à percepção e à construção de novos sentidos de espaço e tempo. Esse fato impõe novas questões à Geografia e a sua maneira de conhecer e produzir explicações sobre o mundo. (GUIMARÃES, 2007, p. 58).

Na prática, há um movimento instintivo da sociedade, que a partir da popularização das recentes tecnologias da informação e comunicação, passou a rejeitar as antigas categorias funcionalistas de comunicação de massa, e as suas formas unilaterais, verticalizadas, e comerciais de difusão de mensagens, um padrão

autoritário e mercantil surgido com a imprensa e que foi posteriormente incorporado pelo rádio, a televisão e pelos mais recentes sistemas de telecomunicações. A rede mundial de computadores dispõe da vantagem incomparável de ser meio audiovisual com recursos para propiciar comunicação multilateral, que permite ao internauta, a sensação de efetiva presença e colaboração em uma atividade da qual ele esteja participando em tempo real. A mera recepção de conteúdos fica no passado. A interação engendra novo dinamismo para esse campo midiático-tecnológico. A comunicação em rede tem uma natureza diferente, ocorre no âmbito de um “ecossistema reticular” que exige novas reflexões teóricas.

Alguns geógrafos insistem na perspectiva de que o ciberespaço não se constitui uma categoria geográfica por excelência uma vez que este seria mera fetichização do meio técnico-científico-informacional que estabeleceria algumas condições para a caracterização do espaço na contemporaneidade, mas que não possuiria a peculiaridade do “real concreto” espacial, presente em categorias mais palpáveis como o território, a região, o lugar.

Contrariando tal perspectiva, existem correntes dentro do corpo teórico da Geografia que começam a incluir o ciberespaço no rol das categorias geográficas, conceituando o termo, construindo metodologias de trabalho, relacionando-o a outras categorias e observando-o como um objeto particular passível de uma análise geográfica e que, ademais, permite extrapolar certos limites encontrados em objetos geográficos tradicionalmente estudados pela geografia, como nas questões sobre as novas dinâmicas territoriais globalizadas, oriundas dos processos comunicacionais e informacionais hodiernos, em termos dos níveis de escala de ação tanto de indivíduos como de Estados e corporações. (SILVA, 2013, p. 19-20).

A revolução tecnológica possibilitou o surgimento de um ambiente cultural singular e universal com técnicas, práticas, modos de pensamento e valores que incluem o conhecimento, as crenças, a ética, os costumes, os saberes cotidianos e os hábitos construídos nas relações entre pessoas, grupos, instituições ou organizações sociais informais com o aparato técnico da infraestrutura material da comunicação digital. (LÉVY, 1999).

O ponto de partida é sempre um fato ou um conjunto de fatos. O conhecimento é impensável sem essa condição fática. Partimos da aparência. Aparência manifestadas pela sociedade. A matéria é o dado inicial.

As mudanças trazidas pela internet são estruturais porque ela alerta, de forma definitiva, diversos campos de ação humana: o jornalismo, a comunicação política, a publicidade, a cultura de massa, os relacionamentos afetivos, os serviços bancários, o comércio e, até mesmo, a sexualidade. (...) A rede mundial de computadores, bem como seus usos e seus sentidos são definidos por três fatores: 1) a tecnologia em si mesma, as suas características e as suas possibilidades técnicas; 2) a forma como a sociedade se apropria da tecnologia, incluindo o campo político, os usuários e os ativistas digitais; 3) a forma como os atores econômicos se apropriam da tecnologia para gerar negócios. (MESSAGI JÚNIOR, 2019, p. 24).

Reconhecer que tudo ganhou uma forma digital, não significa que o reticular substitui ou elimina a forma material, mas que habita concomitantemente tudo o que existe. Esta nova maneira de ser e estar no mundo traz à tona novos arranjos sociais, econômicos, culturais.

Ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e da tecnologia, cria-se, paralelamente, e com as mesmas bases, uma psicofera. A tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde, porém, que se instala, substituindo o meio natural ou o meio técnico que a precedeu, constitui um dado local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e psicofera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 2017, p. 172).

Neste contexto emerge, entre outros fenômenos, a dialética real x virtual exposta e defendida nesta pesquisa. Para a investigação proposta, a presente pesquisa de doutorado foi estruturada em cinco capítulos que dialogam entre si.

No primeiro capítulo, **“Tudo que é sólido se desmancha no ar”**. **A pesquisa, o método e a interpretação da realidade**, são apresentados a questão da construção do conhecimento e o materialismo histórico-dialético como método de análise para se interpretar a sociedade. Os fatos históricos não são feitos com um passe de mágica. São construções sociais. Ter um método de análise para se estudar a sociedade e a sua dinâmica é de fundamental importância para se estruturar o conhecimento, evitando as perigosas astúcias teóricas propostas pelo senso comum. Edifica-se, assim, a atualidade e relevância do método marxista para a compreensão da realidade histórica e dialeticamente construída pelos atores sociais.

O segundo capítulo, **“O fogo de Prometeu”. Técnica, tecnologia e produção do espaço geográfico**, analisa, a partir de três revoluções: cognitiva, agrícola e científica, a técnica e tecnologia como partes do desenvolvimento histórico da humanidade, e como estas refletem na construção do espaço geográfico. Nessa linha de raciocínio, demonstra-se que técnica e tecnologia devem ser entendidas junto a sua relação íntima com as determinações sociais, políticas, econômicas e culturais.

No terceiro capítulo, **“Saindo da caverna”. A Geografia e o conhecimento socioespacial**, expõe-se o espaço geográfico como o palco de atuação em que as sociedades se edificam e constroem a sua existência e a sua relação dentro do sistema capitalista. Na contemporaneidade, o raciocínio geográfico tem se revalorizado e, simultaneamente, alterando-se por meio de novos aspectos sociais e tecnológicos. As novas tecnologias transformam a relação com o espaço, dando-nos uma nova percepção de mundo. O que ocorre no ciberespaço, surge a partir do espaço geográfico, e o que lá se deu, repercute neste último de forma cada vez mais intensa.

No quarto capítulo, **“O constante devir das coisas e o perpétuo fluxo”. O meio técnico-científico-informacional e geografia das redes**, tendo como referencial o conceito de meio técnico-científico-informacional, será explorado o universo da Geografia das Redes, trabalhando o net-ativismo e o quinto poder como exemplos da dialética real x virtual. Com o impulso comunicacional propiciado pela tecnologia nos últimos anos e o surgimento de novos meios de veiculação de mensagens, nota-se uma nova forma de articulação no interior dos movimentos sociais, caracterizada pelo uso de ferramentas inovadoras, tais como as redes sociais, potencializando os seus objetivos.

O quinto capítulo, **“Por que foi que cegamos?”. Junho de 2013: as direitas, a internet, as ruas, o vírus e a formatação de um novo Brasil**, traz reflexões sobre a dimensão social do ciberespaço. Para tal, analisa-se o papel das redes sociais junto à democracia e em importantes momentos contemporâneos como a Primavera Árabe, as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e as eleições frente a engenharia do caos, discutindo-se a confluência dialética real x virtual.

No mundo contemporâneo, Matrix é a realidade paralela criada pelos meios de comunicação de massa. Eles capturam sentimentos, sonhos, aspirações e os desejos mais profundos. A internet traz consigo uma nova era de comunicação e interação que potencializa essa captura.

A história do conhecimento se desenvolve à luz da linguagem. É por meio da percepção, das palavras e das imagens que os seres humanos organizam a realidade e a interpretam. É a partir da articulação linguística que se produzem conceitos acerca da realidade que, em seu conjunto, formam o terreno de qualquer investigação. A linguagem cria a imagem do mundo, mas é também um produto social e histórico; sendo sempre comunicação (e, portanto, persuasão), ela o é na medida em que é produção de sentido. O conhecimento brota ao se examinar as contradições das aparências e das opiniões para, em seguida, abandoná-las e passar, assim, da aparência à essência, da mera opinião ao conceito.

A epígrafe que abre esta introdução descreve o primeiro diálogo entre os personagens Morpheus e Neo. Após ouvir a argumentação de Morpheus, Neo opta por tomar a pílula vermelha e conhecer a realidade que o guiará à verdade. A escolha pela realidade retrata o recomeço de sua vida, decifrando-a, tal como a imposição da esfinge de Tebas.

Em sua conhecida obra “1984”, George Orwell concebeu uma distopia chamada Oceania em que a “realidade” é definida pelo governo. O personagem Winston Smith, um burocrata de meia-idade sem muito sucesso, trabalha no Ministério da Verdade e sua função consiste em reescrever notícias do passado para adequá-las ao presente, perpetuando um regime político em que o controle social é exercido pela desinformação e vigilância constantes.

A realidade está em pleno e constante movimento. A Geografia, cada vez mais, é indispensável para munir de sentido à realidade. Conhecer o espaço geográfico é conhecer a sua gênese, o seu uso político e sua abrangência técnico-científico-informacional. Na realidade “neo-orwelliana” em que vivemos, (re)conhecê-la é o primeiro passo para sairmos dela.

CAPÍTULO 1: “TUDO QUE É SÓLIDO SE DESMANCHA NO AR”. A PESQUISA, O MÉTODO E A INTERPRETAÇÃO DA REALIDADE.

Tudo o que era estável e sólido se desmancha no ar; tudo o que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas. (MARX; ENGELS, 2001, p. 29).

Marx é hoje, mais uma vez, e com toda justiça, um pensador para o século XXI. (HOBSBAWM, 2011, p. 15).

1.1. “O método é o caminho para o conhecimento estruturado⁵”.

O problema do conhecimento acha-se no coração do problema da vida. (MORIN, 2015, p. 44).

Não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos. (MARX, 2017, p. 93).

Na antiguidade, os filósofos indagavam dois tipos de conhecimento: a *doxa* e a *episteme*. *Doxa*, em geral, é traduzida por “opinião”, baseava-se nas observações cotidianas e era produzida sem método ou sistematização. Fincava-se no senso comum. A *episteme*, por sua vez, indicava um conhecimento racional, também com base na observação, porém, edificado de maneira sistemática e metódica.

Deve-se aos gregos a ruptura com o senso comum, com a tradição e com o misticismo, desenvolvendo uma reflexão laica e independente, características próprias do espírito especulativo, que se debruçava sobre o mundo procurando entendê-lo em sua objetividade. Como consequência criaram a Filosofia e outros campos do conhecimento racionais. Tratava-se de uma fratura profunda com o mundo mítico e com as explicações dos fenômenos como produto da intervenção divina ou de outras forças sobrenaturais.

Enquanto a sociedade comercial e manufatureira desenvolvida pelos gregos perdurou ao longo do Império Romano, a razão esteve a serviço do homem e da sociedade. Entretanto, após o declínio do Império, quando a Europa volta a ser uma sociedade predominantemente agrária e teocrática, que submete a razão e a filosofia à teologia, a razão, enquanto dinamismo do conhecimento, deixa de ofertar a melhor

⁵ Citado por Ferreira do Vale (2001, p. 10).

explicação para se entender o mundo. Apenas as ordens religiosas, isoladas nos mosteiros, tinham acesso aos textos de filosofia, geometria, astronomia entre outros saberes. A população laica deixou de participar desse saber.

Com o Renascimento o homem ocidental redescobre os textos antigos e o prazer e a necessidade de investigar o mundo livre de suas implicações religiosas e metafísicas. Era imperativo entender as bases da vida social humana e da organização da sociedade, por meio de um modelo de pensamento que possibilitasse a observação, o controle e a formulação de explicações plausíveis, que tivessem credibilidade em um mundo pautado pelo racionalismo, isto é, pela crença no poder da razão humana em alcançar a verdade e que tornassem possível prever e controlar os acontecimentos sociais fazendo uso de mecanismos eficientes de intervenção.

Como resultado, o homem começou a experimentar métodos e instrumentos de análise capazes de interpretar e explicar a experiência social segundo os princípios do conhecimento científico. Isso significou propor conceitos, hipóteses e formas de averiguação sobre a sociedade que pudessem guiar a ação humana, permitindo previsões e intervenções com ao menos o mínimo de credibilidade e eficiência. Assim, conhecimento científico significa, necessariamente, estabelecimento de leis gerais, que possam valer para todos os casos, especialmente os futuros. (TONET, 2013).

A partir da segunda metade do século XX, a noção de neutralidade da ciência começou a ser criticada, em virtude da estreita relação que existe entre o conhecimento científico e a sua aplicação; visto que “a dimensão ideológica está necessariamente presente no conhecimento e interfere na sua elaboração/produção”. (ALVES; SOUZA, 2020, p. 927).

O conhecimento científico é um produto histórico, um resultado do desenvolvimento da relação entre as sociedades e a realidade em que estão inseridas. Essa forma de conhecimento expressa um estágio superior de apreensão, representação e sistematização da realidade. As ciências – suas definições, classificações etc. – são construções humanas sujeitas, portanto, às determinações da época e da sociedade que as produziu. Discutir a produção científica é, assim, discutir o contexto em que ela foi engendrada. Isto não implica em um determinismo histórico ou uma redução sociológica, na medida e que se concebe o campo de determinações como múltiplo e complexo. Não se pode negar as condições endógenas do progresso científico, mas mesmo essas são, na verdade, formas mais mediatizadas de determinações sociais. Por isso, o conhecimento científico como um todo, e cada ciência em particular, refletem as transformações por que passa o movimento das sociedades. Nesse sentido, as ciências são sempre expressões de sua época.

Sendo um segmento da realidade social, a prática científica também vai manifestar a contraditoriedade que rege o movimento das sociedades. O cientista é um ser social e sua atividade uma prática definida pela divisão social do trabalho. Assim é errado pensar que o progresso científico trafegue por um leito autônomo, independente das relações econômicas e políticas vigentes. Mesmo apoiado em critérios de objetividade, o debate científico manifestará sempre as concepções de mundo divergentes que existam numa dada sociedade.

(...)

Os postulados científicos são, dessa maneira, essencialmente dinâmicos. Tanto em função de seu progresso interno – novas descobertas, novas técnicas e instrumentos de pesquisas etc. – quanto em função de sua adequação ao movimento, a mutabilidade constante é uma característica da atividade científica. A mudança é, mesmo, condição de seu progresso. É o seu questionamento e não a tradição o elemento de avanço das ciências. (...) Uma ciência repetitiva é uma ciência estagnada. (MORAES; COSTA, 1999, p. 15-17).

A complexidade das relações humanas e da vida coletiva se eleva, assim, a outra instância do conhecimento, a outro processo cognitivo e, conseqüentemente, a uma maneira diversa de se enfrentar a realidade social e resolver os seus problemas, respondendo às necessidades urgentes de controle e intervenção.

A tarefa da renovação da ciência sempre equivaleu à tarefa de renovação das formas de pensar da sociedade e isso, em nossos dias, é talvez ainda mais válido do que no tempo de Galileu. Qualquer tentativa de renovar uma ciência para que ela se adapte ao real vai encontrar um enorme acervo de obstáculos. (SANTOS, 2012a, p. 24).

A interação entre as diferentes sociedades e a natureza se concretiza por intermédio das técnicas, ou seja, o conjunto de habilidades desenvolvidas pelos seres humanos, no decorrer de sua história, com a finalidade de produzir objetos, ferramentas necessárias à vida social, cultural e material em determinado período histórico. A tecnologia engloba a relação entre as técnicas e os saberes acumulados por meio do desenvolvimento científico. O espaço geográfico construído por cada sociedade reflete, portanto, o estágio de desenvolvimento dos meios técnicos e tecnológicos alcançados por estas.

A análise da produção do espaço geográfico é complexa, como o é a teia de estudos do desenvolvimento das sociedades ao longo da História e suas práticas contemporâneas. Deve se ter o zelo de não adentrar no risco da abstração.

A Geografia é a ciência que nos permite o estudo, a compreensão desses fenômenos materializados no espaço. Mesmo não sendo o protagonista, e às vezes

de maneira inconsciente, o conhecimento geográfico atravessa o campo das pesquisas presentes nas ciências humanas e sociais.

Devido a essa complexidade da análise socioespacial presente na Geografia e sua correlação com os conhecimentos também socioespaciais em Mídia e Tecnologia, (objeto de estudo desta tese), imperativo se faz a presença de um método que nos permita a estruturação da pesquisa, munindo-a de racionalidade e solidez. O método é a identidade da pesquisa.

Ferreira do Vale (2001, p. 10), relata uma experiência pessoal a qual foi agraciado sobre a questão do método. Ao acompanhar o professor Florestam Fernandes ao aeroporto de Bauru (SP), lá encontrou o professor Milton Santos. Frente a dois grandes intelectuais, Ferreira do Vale os questiona sobre a importância do método para o desenvolvimento de pesquisas. “Para nós a questão do método é fundamental”. “Sem o método não há a possibilidade de investigar a realidade com bases racionais”. “O método é o caminho para o conhecimento estruturado”. “A escolha do método indica o sentido e a opção política do pesquisador social”, foram as respostas direcionadas ao questionamento inicial.

Colaborando com o debate, Netto (2012, p. 9), expõe que “a questão do método é um dos problemas centrais (e mais polêmicos) da teoria social”.

A situação das Ciências Humanas é muito especial. Seu objeto de estudo é basicamente recente: o ser humano como objeto científico surgiu apenas no século XIX. Até então, tudo quanto se referia a ele era objeto de estudo da Filosofia ou da Teologia.

Com o surgimento das ideias positivistas e da crença que apenas a ciência produz conhecimentos verdadeiros, outras áreas do saber receberam tratamento científico no século XIX. Nesse cenário formam-se as Ciências Sociais e Humanas.

Se, de um lado, a ciência se torna uma força produtiva, observa-se, de outro, um aumento da importância do homem – isto é, de seu saber – no processo produtivo. Esse saber permite um conhecimento mais amplo e aprofundado do planeta, constituindo uma verdadeira redescoberta do mundo e das enormes possibilidades que ele contém, visto ser revalorizada a própria atividade humana. (SANTOS, 2014c, p. 24).

Embora as Ciências Humanas estruturadas como conhecimento autônomo sejam recentes, a percepção de que os seres humanos são diferentes das ciências naturais é antiga. Desse ponto de vista, pode-se dizer que do século XV ao início do

século XX, a investigação do humano revelou-se de três maneiras: período do humanismo, período do positivismo e período do historicismo.

Buscando compreender a formação das Ciências Humanas e Sociais, o filósofo francês Michel de Foucault, utilizou-se do vocábulo grego *episteme*. Cada período histórico destaca-se por possuir sua própria *episteme*, que é o campo em que transitam os saberes.

Entretanto,

Episteme não é sinônimo de saber, significa a existência necessária de uma ordem, de um princípio de ordenação histórica dos saberes anterior à ordenação do discurso estabelecido pelos critérios de cientificidade e dela independente. A *episteme* é a ordem específica do saber; a configuração, a disposição que o saber assume em determinada época, e que lhe confere uma possibilidade enquanto saber. (MACHADO, 2006, p.133).

Para Foucault (2012), os conhecimentos são organizados segundo os princípios de uma ciência, tendo compromisso com a verdade. Os saberes, por sua vez, constituem-se em categorias mais amplas, não sendo, necessariamente, científicas. Ao construir uma arqueologia do saber, Foucault (2012) não está e mirando apenas a ciência, mas, também, outras possibilidades de investigação sobre a realidade.

A partir da ideia de *episteme*, é possível compreender os motivos pelos quais certos conhecimentos científicos e saberes se formaram em uma época e não em outra.

Magnoli (1996), explicando as diferenças metodológicas entre Ciência Naturais e Ciências Humanas, ressalta que

As ciências humanas trabalham com a realidade social, que não pode ser reproduzida em laboratórios porque o movimento da sociedade não é uma reação a estímulos ambientais. O movimento da sociedade depende de um fator desconhecido no domínio natural, que pode ser definido como consciência.

As mudanças sociais decorrem de alterações conscientes, de rupturas nos modos de pensar vigentes, da emergência de novas ideias e do estabelecimento de novos valores sociais. Tudo isso concerne à liberdade humana, a liberdade de optar e decidir, de prever e agir, que não é uma liberdade absoluta, mas que cria situações de imprevisibilidade e imponderabilidade no domínio natural. (MAGNOLI, 1996, p. 9).

Augusto Comte desenvolveu o conhecido conceito de “Física Social”. Este seria o resultado da aplicação do método experimental da Física junto aos problemas sociais. Contudo, na aplicação prática, isso se revelou algo pedregoso. Nas Ciências Naturais, o método experimental possui normativas rígidas para garantir a produção do conhecimento verdadeiro. Os ventos das intempéries começam a soprar quando transpostos a objetos da esfera humana. Um dos princípios básicos do método experimental é a objetividade. A partir disso, tem-se a dificuldade quando o objeto do conhecimento é o próprio indivíduo que produz o estudo.

O conhecimento científico é baseado em fatos, não em especulações teóricas. Os fatos humanos não têm a mesma previsibilidade que os fatos naturais. Eles são fluidos, mutantes e inconstantes. Assim, o seu estudo oferta maiores dificuldades.

A isenção total é impossível. Em toda a pesquisa, um pouco das entranhas do pesquisador é colocada, sobretudo quando o objeto são pessoas, circunstâncias difíceis, não cálculos ou abstrações. Agora, o cuidado de analisar os dados com o mínimo de posições prévias não é incompatível com a emoção. (SOLANO; MANSO; NOVAES, 2014, p. 24).

O conhecimento científico é método de investigação. É sistemático e metódico. Sistemático porque é organizado e procura relacionar as diversas frações que integram o conhecimento, seguindo uma linha de raciocínio coerente. Metódico porque segue um caminho previamente concebido, descortinando um método para produzir esse conhecimento, fazendo uso de instrumentos adequados para a obtenção de resultados. Isso significa que, antes de se produzir conhecimento científico, é vital estudar o método a ser aplicado.

Dentre as correntes de pensamento que emergem das Ciências Humanas/Sociais, destaca-se o marxismo, conhecido por sua essência metodológica crítico-revolucionária na análise-compreensão da realidade.

Esta compreensão histórico-social da questão do método é de suma importância porque, de um lado, permite superar a abstração desistoricizante e teoricista que marca a abordagem tradicional dessa problemática.

(...)

Esta compreensão histórico-social também nos permitiu, sempre com base na busca da origem, da natureza e da função social, fundamentar a afirmação de que Marx lançou os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo. E de que, com isto, também fundou uma concepção profundamente nova de produzir conhecimento científico e de articular filosofia e ciência. (TONET, 2013, p. 127-128).

Milton Santos apud Ferreira do Vale (2001, p. 10), aduz que de Marx, reteve o método. Ferreira do Vale (2001, p. 11), menciona que a História é a base imortal do método marxista. Jean-Paul Sartre apud Moreira (2004, p. 21), classifica o marxismo como a filosofia indestrutível do nosso tempo. Sendo “nosso tempo” o tempo de vigência do capitalismo.

A Geografia, luz que ilumina esta pesquisa, entre as suas correntes de pensamento, buscou no marxismo uma forma de compreensão da estruturação socioespacial⁶.

Segundo Moreira (2004),

Por dois momentos deu-se o encontro entre o marxismo e a geografia na história do pensamento geográfico. O primeiro foi a década dos anos cinquenta, no imediato pós-guerra, com o grupo dos geógrafos franceses da geografia ativa (em seu contraponto com a geografia aplicada). O segundo, o recente dos anos setenta, que junta desde os ativistas do periódico *Antipode* da “geografia radical” até os geógrafos brasileiros da chamada “geografia crítica”⁷. Num e noutro momento a relação foi profícua, estimulando a multiplicação de horizontes de olhares tanto na geografia quanto no marxismo, numa interação que de resto há tempos é corrente nos demais campos acadêmicos. O primeiro momento centrou-se essencialmente no terreno da teoria do conhecimento. O segundo incursiona para mais além, ensaiando entrar no terreno da ontologia. (MOREIRA, 2004, p. 21).

E complementa,

Trata-se menos de fazer de Marx um geógrafo⁸, ou esperar ver-se uma geografia nos escritos de Marx, que fazer da geografia uma forma de olhar pelos olhos de um referencial marxista, mas com as formas e categorias de olhar próprias. O olhar do marxismo emprestaria o foco. (MOREIRA, 2004, p. 30).

Ataque comum ao marxismo é a idade do seu método (século XIX), sendo, assim, uma filosofia de análise retrógrada e anacrônica à contemporaneidade. O equívoco (ou má-fé) nessa afirmação é a miopia intelectual em confundir teoria e

⁶ Entretanto, o movimento metodológico não se concretizou em uma prática homogênea, visto que “a geografia tradicional praticamente ignorou o materialismo histórico e dialético. (MORAES; COSTA, 1999, p. 39).

⁷ “A geografia crítica, que tanto floresceu nesse período, não se pode contentar em ser apenas crítica. Para ser útil e utilizada, a crítica tem de ser analítica e não apenas discursiva. A crítica até pode ser destrutiva, desde que tenha algo a propor, explícita ou implicitamente, sem o que não contribui para o avanço do conhecimento”. (SANTOS, 2014c, 11-12).

⁸ De acordo com Quaiani (1979, p. 51): “Marx não é, portanto, um geógrafo (assim como não é um historiador nem um sociólogo), mas no marxismo, assim como existe uma teoria da história e uma análise da sociedade, existe também uma geografia.”

observações factuais. Explica-se. Quando Karl Marx e Friedrich Engels analisavam a situação industrial na Inglaterra do século XIX, eles estavam lidando com a dinâmica econômica-social da época. O campo tecnológico mudou assustadoramente desde então. Marx e Engels não testemunharam o avanço capitalista, o surgimento da internet, da robótica, por exemplo. Mas, pelo método da teoria marxiana, tem-se padrões e tendências de ocorrências históricas como exploração do trabalho, alienação e detentores dos meios de produção. Tais eventos são atemporais quando analisados pelo crivo do materialismo histórico-dialético.

... o mundo capitalista globalizado que surgiu na década de 1990 exibia, em vários aspectos vitais, uma estranha semelhança com o mundo previsto por Marx no *Manifesto Comunista*. Isso ficou claro na reação do público ao sesquicentenário desse surpreendente panfleto em 1998 – que foi, diga-se de passagem, um ano de enorme perturbação na economia global. Dessa vez, paradoxalmente, quem redescobriu Marx foram os capitalistas, e não os socialistas, que estavam desalentados demais para comemorar a data com muito entusiasmo. Lembro-me de como fiquei atônito ao ser procurado pelo editor da revista de bordo da United Airlines, de cujos leitores 80% devem ser executivos americanos. Eu havia escrito um artigo sobre o *Manifesto*. Como ele achava que os leitores da revista estariam interessados num debate sobre o *Manifesto*, perguntou se eu o autorizava a usar trechos do meu artigo. Fiquei ainda mais espantado quando, num almoço mais ou menos na virada do século, George Soros me perguntou o que eu achava de Marx. Por saber o quanto nossas ideias eram divergentes, preferi evitar uma discussão e dei uma resposta ambígua. “Esse homem”, disse Soros, “descobriu uma coisa com relação ao capitalismo, há 150 anos, em que devemos prestar atenção”. E tinha descoberto mesmo. Pouco depois disso, autores que, ao que eu saiba, nunca tinham sido comunistas voltaram a olhar para ele com seriedade, como fez Jaques Attali em seu novo estudo sobre Marx. Attali também crê que Marx ainda tem muito a dizer àqueles que desejam que o mundo seja uma sociedade diferente e melhor do que a que temos atualmente. (HOBSEAWM, 2011, p. 15).

O método não deve ser algo engessado, uma vez que a realidade social é dinâmica, ultrapassando qualquer paralisia.

O método não deve ser visto como algo estático e cristalizado; não deve ser uma camisa de força para o pesquisador. Ele possui um dinamismo interno de aprimoramento e renovação dado por sua utilização no trato de diferentes fenômenos. (...) O compromisso do cientista é sempre com o real. (MORAES; COSTA, 1999, p. 30).

Para Betto (2019, p. 17), “o marxismo é um método de análise da realidade. E, mais do que nunca, útil⁹...” Endossando esse pensamento, Heinrich (2018), expõe que

N’*O capital* Marx se ocupa da análise das estruturas fundamentais do modo de produção capitalista – não de modo limitado, baseado em modelos simplistas, como fazem as ciências econômicas atualmente, mas por meio da investigação das relações sociais que constituem o fundamento da dinâmica das relações de classe e dos conflitos sociais. Sua análise também não se limita às condições do capitalismo britânico da época. Estas somente lhe servem, como ele destaca no prefácio do Livro I, de “ilustração” para a sua “exposição teórica”. No fim do manuscrito do Livro III. Marx afirma, acerca do conteúdo desse desenvolvimento teórico, que se tratava de “expor apenas a organização interna do modo de produção capitalista, por assim dizer, em sua média ideal”. Ou seja, Marx não trata de uma forma histórica específica do capitalismo, mas de estruturas fundamentalmente importantes para qualquer forma assumida pelo capitalismo. Nesse sentido, a análise de Marx – independentemente da avaliação que se faça de seus resultados específicos – ainda é pertinente; ela trata, afinal, de questões que também são relevantes para as sociedades contemporâneas. (...)

Desde o fim do século XIX, Marx é o ponto de atrito do qual não mais se pode desviar. (HEINRICH, 2018, p. 23-24).

“É evidente que a teoria precisa acompanhar a mudança da realidade, ao preço de não mais dela dar conta”. (MOREIRA, 2014a, p. 159). Temos, assim, que o marxismo é uma teoria aplicável no mundo contemporâneo, justamente porque o seu método demonstra coerência ao analisar o desenvolvimento histórico da sociedade.

O olhar do marxismo muda e se atualiza na história, reestruturando-se no modo como o lê, na linguagem analítica que usa e no formato das lutas com que o enfrenta a cada mudança do capitalismo na história. (MOREIRA, 2004, p. 22).

⁹ “O arcebispo católico de Monique. Reinhard Marx, lançou, em 2011, um livro intitulado *O Capital – um legado a favor da humanidade*. A capa contém as mesmas cores e fontes gráficas da primeira edição de *O Capital*, de Karl Marx, publicada em Hamburgo, em 1867. ‘Marx não está morto e é preciso levá-lo a sério’, disse o prelado por ocasião do lançamento da obra. ‘Há de se confrontar com a obra de Karl Marx, que nos ajuda a entender as teorias de acumulação capitalista e o mercantilismo. Isso não significa deixar-se atrair pelas aberrações e atrocidades cometidas em seu nome no século 20”. (BETTO, 2019, p. 19).

Não se trata, é óbvio, de pegar exemplos descritos no século XIX e, forçosa e anacronicamente, encaixá-los no século XXI. Mas, sim, estudar as condições materiais da sociedade. A teoria marxiana tem critérios que podem ser validados hoje¹⁰.

... para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação determinada nem, menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme a sua vontade, para “enquadrar” o seu objeto de investigação, Recordemos a passagem de Lênin que citamos: Marx não nos entregou uma lógica, deu nos à lógica d’O capital.

(...)

E é desnecessário dizer que esta reprodução ideal, cuja validade a história real do capitalismo do último século e meio vem reafirmando, na medida em que é necessária, não é suficiente para dar conta do capitalismo contemporâneo: novos fenômenos, sinalizando novos processos, emergiram na dinâmica do capital, fenômenos e processos que Marx não examinou (e nem poderia tê-lo feito). Mas é o método por ele descoberto que tem possibilitado o tratamento crítico-analítico da contemporaneidade... (NETTO, 2012, p. 52-53).

Mediante ao exposto, optou-se nessa pesquisa pelo materialismo histórico-dialético, método de análise da compreensão da realidade desenvolvido por Karl Marx Friedrich Engels.

... o marxismo possui um método que considera a totalidade da realidade. O micro é compreendido, mas nunca de forma isolada. As redes e as conexões que se organizam entre si para formar uma sociedade mais complexa precisam estar sempre em debate para entendermos e mudarmos o que se reproduz numa lógica sistêmica. (FERNANDES, 2020, p. 60).

Este método não foi apenas elaborado, mas aplicado nas análises realizadas pelos autores ao longo de suas vidas¹¹.

¹⁰ “Assim, ao contrário do que asseguram muitos estudiosos, o século 19 não está ‘superado’: as principais matrizes intelectuais nele emergentes estão mais vivas e atuantes que nunca – num polo, a inaugurada por Marx; noutra, a estabelecida pelo positivismo. E talvez não seja falso supor que isto não se modificará substancialmente antes que o processo histórico remova definitivamente da cena o mundo burguês”. (NETTO, 2006, p. 20).

¹¹ “Marx nunca foi apenas um teórico, um escritor de gabinete, sem compromisso com o mundo real. Ao contrário. Em suas famosas Teses sobre Feuerbach dizia que a filosofia não deveria se contentar com a interpretação do mundo, mas sim ser uma ferramenta para a sua transformação. Coerente com suas ideias, Marx agiu o tempo todo em conformidade com a própria teoria, testando na prática a sua validade e modificando-a sempre que julgava necessário. Até por isso publicou poucos livros em vida, em contraste com a sua imensa produção, que ficou na forma de notas, rascunhos e esboços: quase nunca estava contente com o que ele mesmo escrevia. Envolveu-se diretamente nas grandes lutas e

Assim, como devemos ver Karl Marx? Como um pensador para toda a humanidade e não somente para uma parte dela? Claro que sim. Como filósofo? Como analista econômico? Como um dos pais da moderna ciência social e guia para o entendimento da história humana? Sim, porém o ponto que Attali sublinhou corretamente é a abrangência universal de seu pensamento. Não se trata de um pensamento “interdisciplinar” no sentido convencional, mas integra todas as disciplinas. Como escreveu Attali, “antes dele, os filósofos consideraram o homem em sua totalidade, mas ele foi o primeiro a apreender o mundo como um todo que é, ao mesmo tempo, político, econômico, científico e filósofo”. (HOBBSAWM, 2011, p. 21).

Reforçando esse argumento, Gorender (2017) afirma que

O *capital* constitui, por excelência, uma obra de unificação interdisciplinar das ciências humanas, com vistas ao estudo multilateral de determinada formação social. Unificação entre a economia política e a sociologia, a historiografia, a demografia, a geografia econômica e a antropologia. (GORENDER, 2017, p. 31).

A escolha resulta de um “saber total”, articulado em uma teoria geral do ser (materialismo dialético) e a sua especificação em face da sociedade (materialismo histórico). A totalidade presente no neste método é uma de suas categorias centrais, presente em seus eixos-articuladores, conduzindo a uma compreensão profunda da sociedade. No marxismo, o método não resulta de descobertas abruptas ou de simples intuições. Ao contrário, é fruto de demorada investigação, fazendo a verificação dos conteúdos desse conhecimento a partir de processos históricos reais.

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se na determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. (MARX, 2008a, p. 258-259).

Marx propõe o método de análise e síntese como método cientificamente correto. Parte-se do abstrato pensado e pela análise e síntese, chega-se ao concreto pensado. Assim, o concreto não se confunde com o empírico embora o envolva. (FERREIRA DO VALE, 2001).

revoluções protagonizadas pelos trabalhadores e pagou um alto preço pessoal por isso”. (ARBEX JR, 2018, p. 2).

Marx, respondendo às demandas essenciais da classe trabalhadora, lançou os fundamentos de um paradigma científico-filosófico radicalmente novo e que este paradigma é o que melhor permite compreender a realidade social. (TONET, 2013, p. 10).

O pensamento marxista nos tira da zona de conforto ao se contrapor ao senso comum. O método marxista não é positivista, mas sim realista e crítico. Sua dialética epistemológica leva-o também a uma dialética ontológica específica (um conjunto de leis ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade) e a uma dialética relacional condicional (o movimento da História). Os seguidores do marxismo se recusam ser apenas determinados na/pela História, mas atuam como transformadores desta, sendo a práxis, a forma por excelência desta relação.

1.1. O marxismo¹² como método de análise social

¹² Karl Enrich Marx (1818-1883), nasceu na cidade alemã de Trier, no seio de uma família judaica, e tornou-se um dos pensadores de maior influência sobre a reflexão contemporânea. Seus escritos foram influenciados principalmente por três correntes de pensamentos: a economia clássica inglesa associada ao utilitarismo; o socialismo francês; e o idealismo filosófico de Friedrich Hegel.

Friedrich Engels (1820-1895), foi pensador social e filósofo alemão. Oriundo de uma abastada família, aos 22 anos foi para Manchester, Inglaterra, trabalhar em uma empresa têxtil da qual o seu pai era acionista. Sua estada em Manchester colocou-o em contato com as deploráveis condições de trabalho dos operários ingleses e o inspirou a escrever o seu primeiro livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*.

Sem dúvida Marx e Engels são os maiores expoentes dessa corrente de pensamento, erguendo as suas vigas intelectuais de sustentação. Contudo, o termo “marxismo” não foi criado por Marx ou Engels. De acordo com Konder (2018, p. 65-66): “Marx se recusava a aceitar os termos ‘marxismo’ e ‘marxista’”. Quando seus genros Paul Lafargue e Charles Longuet, defendendo posições que lhes pareceram influenciadas respectivamente por Bakunin e por Proudhon, se declararam ‘marxistas’ diante do sogro, este se enfureceu. (...) Depois fez o famoso comentário, tantas vezes citado: ‘O que sei é eu não sou marxista’. O historiador George Haupt investigou a origem do termo ‘marxista’ e descobriu que ele foi precedido pelos adjetivos ‘marxiano’ (usado pelos partidários de Weitling) e ‘marxida’ (usado pelos partidários de Bakunin), ambos com um sentido inequivocamente pejorativo, servindo para estigmatizar adversários. Foi às vésperas do congresso que a Associação Internacional dos Trabalhadores promoveu em Haia, em setembro de 1872, que o epíteto onomástico ‘marxista’ passou a se fundir mais amplamente, utilizado pelos bakuninistas para forçar uma personalização polêmica na caracterização de uma corrente de pensamento e ação que lhes causava intenso desagrado. Os ativistas politicamente mais próximos de Marx não adotaram, de imediato, essa designação: não costumavam se definir como ‘marxistas’ e nem se diziam adeptos do ‘marxismo’. Em 1882, Paul Brousse usou o termo ‘marxismo’ sem conotação polêmica no título de um panfleto. Em seguida, após a morte de Marx, em 1883, alguns socialistas como Wilhelm Liebknecht e Karl Kautsky foram assumindo a palavra. E, ao que parece, começaram a influenciar Engels no sentido de aceitar o termo. (Em 1882, fazendo alusão ao ‘marxismo’ do título do panfleto de Brousse, o velho Engels ainda punha a palavra entre aspas). Nos seus últimos anos de vida, Engels foi se conformando. Talvez possamos dizer: foi se resignando. Quem sabe, dispôs-se a admitir o nome como uma homenagem meio inadequada, porém, generosa ao amigo falecido, a impropriedade da designação desculpada pelo preito prestado ao ‘gênio’. Sua preocupação era a de que os jovens socialistas não abusassem do direito de ‘pescar citações’ nos escritos seus e de Marx, em detrimento da criatividade que a vida (a luta) cobraria deles. Quando Engels morreu, em 1895, Kautsky já tinha sancionado o uso da palavra ‘marxismo’ para designar um determinado sistema de ideias, uma *doutrina* fundada sobre o materialismo histórico”.

Esta obra gigantesca que é *O capital* contém simplesmente uma das três grandes descobertas científicas de toda a história humana: a descoberta do sistema de conceitos (portanto, da teoria científica) que abre ao conhecimento científico aquilo que podemos chamar de “Continente-História”. Antes de Marx, dois “continentes” de importância comparável já haviam sido “abertos” ao conhecimento científico: o Continente-Matemáticas, pelos gregos do século V a.C., e o Continente-Física, por Galileu. (ALTHUSSER, 2017, p. 39).

As ideias marxistas foram e ainda são tão polêmicas quanto influentes¹³. Raymond Aron, sociólogo francês de orientação liberal, bradou que se a grandeza de um filósofo fosse medida pelos debates que suscitou, nenhum deles, nos últimos séculos, poderia ser comparado a Marx. Friedrich Engels, no enterro de seu parceiro intelectual bradou que “Marx era a pessoa mais odiada e mais caluniada de seu tempo”. “Se houve um pensador que deixou uma marca forte e indelével no século XX, foi ele [Marx]”. (HOBBSAWM, 2011, p. 24).

De acordo com Machado (2018), o pensamento de Marx e sua obra foram (e ainda o são) um dos aspectos mais distorcidos e adulterados ao longo do pensamento da história ocidental, sendo algo sem precedentes. E, evidentemente, tem uma razão histórica de ser. A obra marxiana foi consciente e fortemente adulterada em vários dos seus sentidos essenciais pelo que se tornou o principal veículo de divulgação do pensamento de Marx a partir de 1930: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Originada a partir das concepções de Marx, nesse período, o país começa a se guiar segundo os seus interesses privados e abandono do projeto revolucionário de sua gênese. A partir disso, começa-se a divulgar um Marx que era conveniente com o papel histórico que o país se propunha a representar. A tradução e divulgação da obra marxiana seguia as diretrizes de interesse soviético. A dialética, frente ao seu poder de interpretação, foi fossilizada.

¹³ “Marx definitivamente não isentou sua própria obra de crítica. Analisando o desenvolvimento geral de suas obras, é possível reconhecer tanto importantes continuidades quanto várias rupturas profundas”. (HEINRICH, 2018, p. 31).

Ressalte-se que o marxismo é uma escola dinâmica de pensamento com vários teóricos e correntes¹⁴ (FERNANDES, 2019, 2020; GIANNOTTI, 2011; KONDER, 2009, 2018; NETTO, 2006, 2012); não existindo, assim “o marxismo” (NETTO, 2006); muito menos a filosofia de Marx ser cristalizada em uma profissão de fé (GIANNOTTI, 2011). É dentro desse pensamento que o marxismo não apregoa a existência de um único campo de pesquisa, seja no estudo da natureza, seja no estudo da sociedade (MORAES; COSTA, 1999).

Existem a obra marxiana, que são as produções do próprio Marx e de sua profícua parceria com Engels, e as obras do marxismo que são fruto de análises, interpretações das obras marxianas.

O marxismo é uma linha de pensamento e prática que parte de Karl Marx e Friedrich Engels, entretanto, ultrapassa os seus criadores. Marx não fez tábula rasa do conhecimento existente, mas partiu criticamente dele. O papel do sujeito é essencialmente ativo: precisamente para apreender não a aparência ou a forma dada do objeto, mas a sua essência, a sua estrutura e a sua dinâmica (mais exatamente: para apreendê-lo como um processo), o sujeito deve ser capaz de mobilizar um máximo de conhecimentos, criticá-los, revisá-los e deve ser dotado de criatividade e imaginação. O papel do sujeito é fundamental no processo de pesquisa. Não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos.

Graças ao marxismo as ciências humanas puderam compreender que as mudanças históricas não resultam de ações súbitas e espetaculares de alguns indivíduos ou grupos de indivíduos, mas de lentos processos sociais, econômicos e políticos. A materialidade da existência econômica comanda as outras esferas da vida social e da espiritualidade, e os processos históricos abrangem todas elas. Enfim, o marxismo trouxe como grande contribuição à sociologia, à ciência política e à história a interpretação dos fenômenos humanos como expressão e resultado das contradições sociais, de lutas e conflitos sociopolíticos determinados pelas relações econômicas baseadas na exploração do trabalho da maioria pela minoria de uma sociedade. (CHAUÍ, 2013, p. 307).

¹⁴ Autor de orientação marxista, Machado (2018), por exemplo, nega o Materialismo Histórico como teoria geral da História em Marx. Para o autor, a obra marxiana não possui uma teoria universal da história, quer ela seja compreendida como filosofia da história: deduzida filosoficamente, quer seja como teoria da história ou método historiográfico capaz de, em seguida, significar os casos particulares e concretos. Para Machado (2018), o Materialismo Histórico é uma lenda em Marx. Entretanto, Friedrich Engels, cita a obra marxiana “O dezoito de brumário de Luís Bonaparte”, como exemplo de análise feita à luz do Materialismo Histórico-Dialético.

Há uma guerra de narrativas orbitando sobre o marxismo, procurando conduzi-lo ao limbo histórico. Por exemplo, o marxismo cultural, uma teoria da conspiração difundida nos círculos conservadores e da extrema-direita estadunidense desde a década de 1990. Refere-se a uma suposta forma de marxismo, alegadamente adaptada de termos econômicos a termos culturais pela Escola de Frankfurt, que teria se infiltrado nas sociedades ocidentais com o objetivo final de destruir suas instituições e valores tradicionais por intermédio do estabelecimento de uma sociedade global, igualitária e multicultural¹⁵. No Brasil, desde as eleições presidenciais de 2018, o termo se fez presente em diversos discursos, embora influenciadores como Olavo de Carvalho disseminem essa teoria há décadas. Não deixando de lado, também, a falácia do “Décálogo de Lênin¹⁶”, atribuindo ao um dos líderes da Revolução Russa, texto que contém instruções de corrosão social e desestabilização que conduzem à estrada revolucionária. Perpetrou-se, também, a distorção histórica de que o Nazismo foi uma doutrina de esquerda, sendo o seu expoente máximo, Adolf Hitler, um líder comunista. O marxismo cultural está para Marx, do mesmo modo que o terraplanismo está para a geodésia.

¹⁵ A inconsistência da teoria do marxismo cultural é tamanha que historiadores de orientação política de direita, como é o caso de Marco Antônio Villa, que em vídeo postado em seu canal na plataforma Youtube (<https://www.youtube.com/watch?v=hHOvyEeZixU>), classifica tal ideia como: “Uma grande bobagem. Não existe marxismo cultural. Isso é uma bobageira (sic) criada por um maluco e reproduzida por pessoas que não leram nada sobre o marxismo. Uma vez um tal estava falando sobre Antônio Gramsci que eles têm mania e eu perguntei: o que você leu de Gramsci? E ele não tinha lido nada, tinha apenas ouvido falar. Aí ele fez referência a Lênin e eu perguntei: leu o quê? Ele não tinha lido nada. Uma enorme preguiça de estudar e ler, mas querem fingir que leram alguma coisa.”

Em vídeo, o deputado federal (DEM-SP) e integrante do Movimento Brasil Livre (MBL), Kim Kataguiri, simplesmente reinventou a história para atender seus propósitos antiesquerda. No vídeo “Marxismo cultural, entenda” (<https://www.youtube.com/watch?v=YgRiYYPjGdQ>), o deputado afirma que Karl Marx teria percebido os seus erros ao presenciar a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Marx morreu em 1883, trinta e um anos antes daquele conflito.

Uma análise crítica do marxismo cultural pode ser conferida no canal Tese Onze, criado pela youtuber marxista e doutora em sociologia, Sabrina Fernandes, no vídeo “Gramsci, Marcuse e o marxismo cultural” (<https://www.youtube.com/watch?v=crv-p9Rjhbo>).

¹⁶ O Decálogo de Lênin ou os Dez Mandamentos de Lênin. Menções do The New York Times, sobre a falsidade do texto e seu uso por ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, podem ser consultadas nos links:

<https://www.nytimes.com/1970/07/10/ar...>

<https://www.nytimes.com/1983/02/03/op...>

Marxistas que honram a própria tradição não podem aceitar a caracterização do marxismo cultural formulada pelo inimigo, assim como Marx, Engels e os companheiros da Liga Comunista não aceitaram o fantasma brandido pela santa aliança anticomunista do século XIX e, por isto, em 1848, redigiram o *Manifesto Comunista* justamente para definir comunismo nos seus próprios termos. (COSTA, 2020, p. 13).

O solo podre que germinam as sementes marxistas foi arado por “marxólogos” (que dissecam Marx como pensador ultrapassado), “marxizantes” (que tiram da obra marxiana o que lhe convém, não raro descontextualizado o seu significado) (NETTO, 2006); por aqueles que Porto-Gonçalves (2000, p. 60) classifica como “marxistas-de-citação”; e pelos que acusam Marx de tingir com sangue a história ao inspirar regimes cruéis como o Camboja sob o signo de Pol Pot, por exemplo¹⁷.

Com a queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989, e o fim da União Soviética, em 25 de dezembro de 1991, muitos decretaram a morte do marxismo. Erraram. Primeiro, porque os supostos regimes socialistas que faliram eram ditaduras sangrentas, que pouco ou nada tinham em comum com a concepção de mundo proposta pelo próprio Marx. Segundo, porque os problemas fundamentais apontados por Marx – desigualdade, miséria, destruição ambiental, injustiça social, exploração do homem pelo homem – continuam sem solução e hoje ameaçam o próprio futuro da humanidade. Terceiro, porque independentemente de seus erros ou acertos, a aspiração por um mundo melhor, mais digno, livre e justo continuam a apelar para os sentimentos mais preciosos dos seres humanos. Marx ainda é um filósofo da contemporaneidade. (ARBEX JR, 2018, p. 2).

A descontextualização não é ingênua. Ela atende a um propósito estratégico de desconstrução narrativa. A filosofia marxiana é, por natureza, dotada de grande análise crítica¹⁸.

Crítica, no sentido marxiano, significa sempre a busca dos fundamentos históricos e sociais que deram origem a determinado fenômeno social, permitindo, com isso, compreender a sua natureza mais profunda e não simplesmente o questionamento de lacunas ou imperfeições. (TONET, 2013, p. 11).

¹⁷ No alerta de Heinrich (2018, p. 25): “Nem Engels nem Marx podem ser reduzidos ao que foi feito com seus escritos pelas gerações posteriores”.

¹⁸ A palavra “crítica” provém do grego, possuindo três sentidos principais: “capacidade para julgar, discernir e decidir corretamente”; “exame racional, sem preconceito e sem prejulgamento de todas as coisas”; “atividade de examinar e avaliar detalhadamente uma ideia, um valor, um costume, uma obra artística ou científica”. (CHAUI, 2013).

É necessário situar o debate e construir um raciocínio honesto. Entender o tema dentro de sua arena intelectual. Para o marxismo, não existe o indivíduo formado fora das relações sociais. “... a essência humana não é uma abstração intrínseca ao indivíduo isolado. Em sua realidade, ela é o conjunto das relações sociais”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 534). Assim, a forma como o ser humano se comporta está vinculada à forma como se sucedem as relações sociais. Essas relações, por sua vez, são determinadas, historicamente, pela forma de produção da vida material, ou seja, pela maneira como os seres humanos trabalham e produzem os meios necessários para a sustentação material das sociedades.

(...) o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (...) O segundo ponto é que a satisfação dessa primeira necessidade, a ação de satisfazê-la e o instrumento de satisfação já adquirido conduzem a novas necessidades – e essa produção de novas necessidades constitui o primeiro ato histórico. (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Todas as relações entre as pessoas assim como todos os sistemas de ideias, estão, segundo Marx, enraizados em períodos históricos específicos. Apesar de afirmar que a luta de classes marca toda a História, Marx destaca que esse embate se diferencia segundo os estágios históricos. Os protagonistas desses enfrentamentos não são sempre os mesmos. Ainda que possa haver semelhança entre o escravo da Roma Antiga, o servo da Idade Média e o operário da indústria, os seus desafios são outros. O regime de trabalho é penoso aos três. Contudo, os servos não eram escravos e operários não eram servos.

Desse ponto de vista, fica muito simples explicar todos os fenômenos históricos – desde que se compreenda suficientemente a situação econômica da sociedade em questão, algo que nossos historiógrafos profissionais desconhecem por completo; e é igualmente simples explicar as concepções e as ideias de cada período da história a partir das condições econômicas de vida e das relações sociais e políticas desse período, sendo estas últimas, por sua vez, determinadas pelas condições econômicas. Pela primeira vez, a história foi posta sobre seus fundamentos reais; o fato evidente, mas até agora totalmente ignorado, de que os homens precisam, sobretudo, comer, beber, morar e se vestir, ou seja, trabalhar antes de poder lutar pela dominação, antes de poder fazer política, religião, filosofia etc. – esse fato evidente alcança agora, finalmente, seu direito histórico. (ENGELS, 2019, p. 11).

O marxismo permitiu compreender que os fatos humanos são historicamente determinados e que a historicidade, distante de impedir que sejam conhecidos, garante a interpretação racional deles e o conhecimento de suas leis. Mediante a ideia exposta, é que Marx afirma reconhecer a existência e um única ciência, a ciência da História¹⁹ (MARX; ENGELS, 2007). A concepção materialista da história é o cerne do marxismo e tudo o que Marx escreveu está impregnado de história²⁰ (HOBSBAWM, 1998). Esse é um pilar essencial da filosofia marxiana. Ao se remeter à produção material da vida, refere-se não apenas à manutenção física dos indivíduos. Considera também o fato de que ao produzir todos os bens materiais, os seres humanos constroem a si mesmos como indivíduos. Isso ocorre porque “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”. (MARX, 2008a, p. 47).

¹⁹ Essa afirmação é considerada polêmica, reducionista e pueril quando tirada de seu contexto. Moraes e Costa (1999, p. 44-45), esclarecem a citação: “O que ela afirma é que não existe nenhum conhecimento efetivo do real que não seja ‘histórico’, isto é, ele está discutindo o movimento do conhecimento e não do real. Trata-se de uma afirmação metodológica e não ontológica. Marx explica nesse trecho que qualquer fenômeno só pode ser entendido quando se aborda sua gênese e desenvolvimento, isto é, com o concurso da perspectiva histórica. Desta forma, é óbvio que Marx não está defendendo a História como única disciplina acadêmica”.

²⁰ Ressalte-se que, de acordo com Hobsbawm (1998), Marx não escreveu muita história tal como os historiadores a entendem. Nesse sentido, Engels era mais historiador, escrevendo mais obras que poderiam ser razoavelmente catalogadas nas bibliotecas como “história”.

1.2.1. Materialismo Dialético

A dialética é um conhecimento que antecede os estudos marxianos. Três séculos antes de Cristo, Platão já fazia uso diálogo para a construção do conhecimento. Para o filósofo grego, a dialética é um instrumento que permite o alcance da verdade. Sua obra está unida à ciência, considerada por ele o conhecimento verdadeiro.

Heráclito de Éfeso defendia elucidar e aprofundar o significado e o seu contrário. O que fundamenta e cria tudo não é uma unidade totalizante, mas nela coexistem e são necessários os contrários. Para entender o fundamento de tudo é necessário juntar o completo e o incompleto. É a união dos opostos que vai gerar a unidade da mesma forma que da unidade vão ser gerados os opostos. A diferença entre os opostos constitui um significado essencial e racional da própria diferença. Assim, o pensamento dialético também habitava a filosofia desse filósofo pré-socrático²¹.

Depois do esplendor grego, a dialética hiberna, tendo apenas espasmos de uma lógica menor. O seu despertar acontece frente à luz do conhecimento trazida pelo Renascimento.

A concepção de dialética contemporânea surge do pensamento de Georg Wilhelm Friedrich Hegel. Para o filósofo alemão, a lógica e a História seguem uma trajetória dialética, formada pelas contradições que se transcendem, originando novas contradições que passam a requererem soluções. A dialética hegeliana é de natureza idealística, ou seja, admite a hegemonia das ideias sobre a matéria.

... na dialética hegeliana, o pensamento cria a matéria. A dialética é um movimento, uma relação e um discurso. No sentido hegeliano, o movimento de criação daquilo que é real parte do pensamento, do ideal, do conceito. Essa é uma relação dialética idealista. Não quer dizer que a realidade não existe sem a ideia, mas que o conhecimento da realidade parte da ideia. A realidade seria, então, um fenômeno criado a partir do ideal.

Esse movimento não é linear e simples. Existe conflito no processo. Para Hegel, isso significa que um ponto inicial estaria incompleto sem algo que lhe confrontasse, e o resultado desse confronto levaria a uma solução, ou síntese concreta. Mas o algo que confronta não é um objeto externo. O conflito surge das condições do ponto inicial em um ciclo contínuo. (FERNANDES, 2020, p. 63-64)

²¹ Heráclito de Éfeso é considerado o precursor do pensamento dialético.

Marx e Engels invertem esse raciocínio e criam o materialismo dialético²².

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto [Gegenstand], a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do objeto [Objekt] ou da contemplação; mas não como atividade humana sensível, como prática, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado ativo, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis [sinnliche Objekte] efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento; mas ele não apreende a própria atividade humana como atividade objetiva [gegenständliche Tätigkeit]. Razão pela qual ele enxerga, na Essência do cristianismo, apenas o comportamento teórico como o autenticamente humano, enquanto a prática é apreendida e fixada apenas em sua forma de manifestação judaica-suja. Ele não entende, por isso, o significado da atividade “revolucionária”, “prático-crítica”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 537).

Para o materialismo dialético, os fenômenos materiais são processos e o espírito não é consequência passiva da ação da matéria, podendo reagir sobre aquilo que o determina. Portanto, ao contrário do idealismo de Hegel, para o pensamento marxiano a matéria é o dado primário, a fonte da consciência, e esta é um dado secundário, derivado, pois é reflexo da matéria. Marx propõe a realidade enquanto movimento, entendendo que uma boa teoria seria a reprodução ideal do movimento ideal, introduzindo, dessa maneira, o materialismo. Marx em sua teoria se pauta pela compreensão do movimento estrutural do objeto. Eis o fio condutor para a análise social. Tem-se, aí, a ruptura com o idealismo hegeliano.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com

²² Marx e Engels também rejeitam o materialismo sensorial proposto por Feuerbach, onde e dessocializa e des-historiciza a realidade, de modo que, na melhor das hipóteses, pode apenas levar à “cientificidade”, mas não a sustentar.

esta, sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

O componente dialético afirma que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, mas uma unidade que é diferenciada e especificamente contraditória: o conflito de contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, tanto evolucionária como revolucionária, e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica. “Em outros termos, é preciso analisar dialeticamente a atividade humana. A atividade e a passividade se misturam em cada ato”. (LEFEBVRE, 2016, p. 63).

A posição materialista dialética conserva o método dialético na análise, retirando seu conteúdo metafísico, ou seja, modifica o papel do pensamento na determinação do real procurando demonstrar que tal unidade contraditória pode ser descrita e comprovada empiricamente.

A dialética – observa o filósofo brasileiro Gerd Bornheim – “é fundamentalmente contestadora”. Ninguém conseguirá jamais domesticá-la. Em sua inspiração mais profunda, ela existe tanto para fustigar o conservadorismo dos conservadores como para sacudir o conservadorismo dos próprios revolucionários. O método dialético não se presta para criar cachorrinhos amestrados. Ele é, como disse o argentino Carlos Astrada, “sementes de dragões”. Os dragões semeados pela dialética vão assustar muita gente mundo afora, talvez causem tumulto, mas não são baderneiros inconsequentes; a presença deles na consciência das pessoas é necessária para que não seja esquecida a essência do pensamento dialético. (KONDER, 2012, p. 85).

A dialética é a estrutura contraditória do real, que no seu movimento constitutivo passa por três estágios: tese, antítese e síntese. Ou seja, explica-se o movimento da realidade pelo antagonismo entre o momento da tese e o da antítese, cuja contradição deve ser superada pela síntese. Marx, no epílogo à segunda edição da sua obra máxima, “O capital”, sentencia que a dialética “não se deixa por nada intimidar, sendo por essência crítica e revolucionária”. (MARX, 2017, p. 91).

O marxismo trabalha com a lógica dialética, a qual concebe a realidade enquanto movimento e a contradição como a forma de ser dos fenômenos. Segundo esta lógica, tudo se relaciona no real, sendo que as relações diferem entre si pela intensidade e qualidade. (MORAES; COSTA, 1999, p. 49).

Outro pilar fundamental para entender a dialética marxiana é a de totalidade: o todo predomina sobre as partes que o constituem. Isso significa que os acontecimentos em constante relação recíproca, e nenhum fenômeno da natureza ou do pensamento pode ser compreendido isoladamente, externo aos fenômenos que o rodeiam. Os fatos não são partículas isoladas, pertencem a um todo dialético e, como tal, fazem parte de uma estrutura social e historicamente edificada.

1.2.2. Materialismo Histórico

O materialismo histórico é a corrente de pensamento que aplica os princípios do materialismo dialético ao campo da História. Ou seja, trata-se da explicação da História por fatores materiais, econômicos e técnicos²³.

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. (MARX, 2008b, p. 19).

Essa passagem ilustra que os agentes sociais possuem a capacidade de agir. Entretanto, a efetividade desse movimento socioespacial é moldada por condições

²³ Refutando explicação deterministas e simplistas de que o materialismo histórico converte-se em uma análise exclusivamente econômica da sociedade, Engels (2020), em carta destinada a Joseph Bloch, esclarece: “Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez se quer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fator econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levanta sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as constituições que, uma vez vencida uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participam, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a converter-se num sistema de dogmas – também exercem sua influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de ações e reações entre todos esses fatores, no qual, através de toda uma infinita multidão de acasos (isto é, de coisas e acontecimentos cuja conexão interna é tão remota ou tão difícil de demonstrar que podemos considerá-la inexistente ou subestimá-la), acaba sempre por impor-se, como necessidade, o movimento econômico. Se não fosse assim, a aplicação da teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau”.

históricas. Para a transformação da sociedade, é necessário se situar, entender o contexto do mundo vivido.

Marx não concebe sujeitos forjados em moldura abstrata, uma vez que “toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática”. (MARX; ENGELS, 2007, p. 534). Isso significa que a forma como os indivíduos se comporta e expressa os seus sentimentos está vinculada à forma de como as relações sociais estão estruturadas. “O materialismo histórico se atenta para como as estruturas organizam a vida material e geram ou impedem condições para as escolhas do presente e do futuro”. (FERNANDES, 2020, p. 69).

Isso indica que o materialismo histórico é um método que trata de como a vida é produzida e reproduzida em diversos fatores, e é por isso que devemos tratar não apenas do aspecto diretamente econômico, mas também das superestruturas de tradições, religiões, sistemas políticos e jurídicos, além das estruturas que interagem no âmbito econômico com o capitalismo ao organizar a exploração de acordo com as categorias e funções específicas. (FERNANDES, 2020, p. 71).

Na ótica marxiana, a sociedade estrutura-se sobre duas vigas mestras: infraestrutura e superestrutura.

A infraestrutura constitui-se na base econômica, englobando as relações do homem com a natureza, no esforço de produzir a própria existência. Dessa forma, mediante o clima e os instrumentos de trabalho, desenvolvem-se determinadas técnicas que moldam as relações de produção, ou seja, o modo pelo qual os seres humanos se organizam na divisão do trabalho. É nesse sentido que, na história, encontram-se relações de senhores e servos, de capitalistas e proletários.

Por sua vez, a superestrutura apresenta-se como caráter político-ideológico dividindo-se em dois substratos: a estrutura jurídica-política representada pelo Estado e pelo direito; e a estrutura ideológica formada pela construção social, pautando a forma como os indivíduos se organizam a partir de crenças religiosas, filosofia, artes, concepções científicas entre outras formas de conhecimentos.

A superestrutura comporta, portanto, em particular: as instituições jurídicas e políticas, as ideologias, os fetiches ideológicos etc. A superestrutura é a expressão (através das interações complexas dos indivíduos) do modo de produção, isto é, dos relacionamentos com a propriedade. As ideologias expressam tais relacionamentos, mesmo e sobretudo quando as aparências ideológicas são destinadas a *mascarar* referidos relacionamentos. (LEFEBVRE, 2016, p. 74).

O mundo é construído pelo trabalho humano, que exige cérebro, músculos, nervos, mãos, enfim todo o corpo, por meio da ação humana coletiva. O ser humano é um animal histórico, porque trabalha e, por isso, constrói o mundo, transformando a natureza. Podem-se distinguir os seres humanos dos outros animais pela consciência, pela religião ou por outra dimensão, mas eles começam a se distinguir dos outros animais tão logo começam a produzir seus meios de vida.

Ao produzir seus meios de vida, as pessoas produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual as pessoas produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Aplicando essa teoria, Marx inverte o processo de explicação histórica apenas pela ação de grandes personalidades, conquistadores ou intervenção divina. Para Marx, o protagonismo histórico está na luta de classes.

A história de toda sociedade até nossos dias é a história da luta de classes.

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor e escravo, mestre e oficial, em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em constante oposição; empenhados numa luta sem trégua, ora velada, ora aberta, luta que a cada etapa conduziu a uma transformação revolucionária de toda a sociedade ou ao aniquilamento das duas classes em confronto. (MARX; ENGELS, 2001, p. 23-24).

Engels (2019), complementa

Marx comprovou, enfim, que toda a história, até agora, tem sido uma história de luta de classes e que todas as lutas políticas – frequentes e complexas – representam apenas lutas pela dominação política e social por parte de classes da sociedade, sendo que a classe mais antiga afirma a dominação, enquanto a mais nova e ascendente tenta conquistá-la. (ENGELS, 2019, p. 10).

Embora se possa definir o ser humano pela consciência, pela linguagem, pela religião, o que fundamentalmente o caracteriza é o modo pelo qual reproduz suas condições de existência. Doravante, para estudar a sociedade não se deve, segundo

Marx, partir do os indivíduos dizem ou pensam apenas, mas pelo modo pelo qual produzem os bens materiais necessários à sua existência²⁴.

(...) não se parte daquilo que as pessoas dizem, imaginam ou representam, tampouco das pessoas pensadas, imaginadas e representadas para, a partir daí, chegar às pessoas de carne e osso; parte-se das pessoas realmente ativas e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. (...) As pessoas, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta, sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Ramos do mesmo galho social, temos o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico como metodologia de interpretação da realidade: o Materialismo Histórico-Dialético. De posse desse arcabouço intelectual, brota a análise crítica. Semeada no solo metodológico, a crítica traz à tona os fundamentos de algo, tornando consciente os fundamentos constitutivos o objeto, escavando as camadas sociais até chegar à sua raiz estruturante.

A concepção materialista e dialética concebe o tempo e espaço como formas peculiares da existência da matéria, em constante movimento. Esta, seria a base de tudo que existe no mundo, seria, também, a realidade objetiva que existe, por isso mesmo, fora de nossa consciência. Há uma impossibilidade da existência do tempo sem o espaço. Os dois estão ligados aos aspectos de sua coexistência e mutação (SILVA; TANCAMAN, 1999). Desse modo, a materialidade social só existe espaço-

²⁴ De acordo com Engels (1999a, p. 95): “A concepção materialista da história parte da tese de que a produção, e com ela a troca dos produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela história, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz e pelo modo de trocar os seus produtos. De conformidade com isso, as causas profundas de todas as transformações sociais e de todas as revoluções políticas não devem ser procuradas nas cabeças dos homens nem na ideia que eles façam da verdade eterna ou da eterna justiça, mas nas transformações operadas no modo de produção e de troca; devem ser procuradas não na filosofia, mas na economia da época de que se trata. Quando nasce nos homens a consciência de que as instituições sociais vigentes são irracionais e injustas, de que a razão se converteu em insensatez e a bênção em praga, isso não é mais que um indício de que nos métodos de produção e nas formas de distribuição produziram-se silenciosamente transformações com as quais já não concorda a ordem social, talhada segundo o padrão de condições econômicas anteriores. E assim já está dito que nas novas relações de produção têm forçosamente que conter-se – mais ou menos desenvolvidos – os meios necessários para pôr termo aos males descobertos. E esses meios não devem ser tirados da cabeça de ninguém, mas a cabeça é que tem de descobri-los nos fatos materiais da produção, tal e qual a realidade os oferece”.

temporalmente. A contextualização no tempo só é possível quando a contextualidade no espaço fica estabelecida.

1.3. Materialismo Histórico-Dialético: uma antropologia marxista

Se desconectarmos o materialismo histórico de Marx de sua concepção filosófico-“antropológico” do ser humano, adentramos em um emaranhado de antinomia irresolúveis, cujos vários aspectos reproduzem e aproveitam a crítica burguesa à filosofia de Marx. (MÁRKUS, 2015, p. 18).

O marxismo é, por essência, ontológico (MOREIRA, 2004; NETTO, 2006, 2012; DUARTE, 2008; SAVIANI; DUARTE, 2012). Nas palavras de Lukács (2012, p. 25): “Ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social”.

Na esteira de Marx, pensamos que não nascemos indivíduos humanos, mas nos tornamos indivíduos humanos. Isto porque, diferentemente dos animais, o ser social é composto de dois momentos, de igual estatuto ontológico: o momento da singularidade e o momento da universalidade, o indivíduo e o gênero. E esses dois momentos se constituem mutuamente. (TONET, 2013, p. 32).

Como exposto nos itens anteriores, o fundamento básico do materialismo histórico-dialético está enraizado na perspectiva antropológica marxista, que concebe a natureza humana como sendo intrinsecamente constituída por relações de trabalho e de produção que os homens estabelecem entre si com vistas à satisfação de suas necessidades.

No marxismo, o lócus da indagação ontológica é a sociabilidade, tema que conduz o significado da relação homem-meio como o cerne mesmo do fenômeno geográfico nele e na geografia. (MOREIRA, 2004, p. 29).

Nesse sentido, a tese segundo a qual as formas historicamente assumidas pelas sociedades dependem das relações econômicas que prevalecem durante as fases que conformam o seu processo de desenvolvimento, constitui uma preposição fundamental para o materialismo histórico-dialético.

A caracterização do homem como um ser que trabalha e, portanto, universal, não esgota, contudo o conceito marxiano de “essência humana”.

(...)

Em primeiro lugar, o homem é um ser social, ou seja, ele é um ser comunal (*Gemeinwesen*) e genérico (*Gattungwesen*).

(...)

Essa caracterização do homem como ser social contém dois momentos intimamente interligados. Significa, por um lado, que o indivíduo não pode se tornar um ser verdadeiramente humano e não pode viver uma vida humana, a menos que ele mantenha contato e estabeleça relações com outros homens. A concepção do homem como uma espécie de átomo sociometafísico (implícita, entre outras, pela teoria do contrato social), enquanto um ser definido – pelo menos, em sua natureza essencial – independentemente de sua comunidade, é para Marx, uma ilusão filosófica que apenas expressa (e justifica) de uma forma ideologicamente distorcida as condições de vida dos indivíduos que se encontram enredados em relações impessoais reificadas, puramente funcionais de uma sociedade produtora de mercadorias. Por outro lado, o indivíduo é um ser humano somente através do, e devido ao, fato de que ele se apropria, incorpora em sua vida e atividade (em maior ou menor extensão) habilidades, carências, formas de comportamento, ideias etc., que foram criadas e objetivadas por outros indivíduos de gerações anteriores ou contemporâneos a ele. (MÁRKUS, 2015, p. 52).

Ao analisar o ser social, Marx desenvolve uma “nova antropologia”, segundo a qual não existe natureza humana idêntica em todo o tempo e lugar. Se o existir decorre do agir, o indivíduo se autoproduz à medida que transforma a natureza pelo trabalho. Como o trabalho se apoia numa ação coletiva, a condição humana depende de sua existência social. Ao mesmo tempo, o trabalho é um projeto, e como tal depende da consciência que antecipa a ação pelo pensamento. “É no lidar com a contradição que se explicita o movimento crítico-superativo, campo ontológico do homem por essência”. (MOREIRA, 2004, p. 32).

Com isso se estabelece a dialética pensar-agir e teoria-prática. É nesse corpo teórico que a filosofia marxiana é também concebida como filosofia da práxis²⁵. Afinal, “os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”²⁶ (MARX; ENGELS, 2007, p. 535).

²⁵ Para Marx o conceito de práxis traduz-se pela ação humana transformadora da realidade. Tal conceito não se identifica, necessariamente, com a prática pura e simples. Significa, sobretudo, a união dialética da teoria e da prática porque, simultaneamente, a consciência é determinada pelo modo como é produzida a existência, também a ação humana é projetada, refletida, conscientemente é capaz de modificar a teoria.

²⁶ Essa citação integra a décima primeira tese sobre Feuerbach e deve ser analisada em seu contexto. Não se trata de uma crítica fútil ao conhecimento filosófico. Mesmo porque a filosofia combate o senso comum, disseminando o pensamento estruturado e racional. Quando se defende transformações, é

1.4. Marx e a Tecnologia: visão além da máquina

Lima Júnior (2014), argumenta que a análise de inovações científicas e tecnológicas é fundamental para se compreender o funcionamento da sociedade capitalista, e os interesses dessa classe são igualmente importantes para se compreenderem os efeitos sociais das inovações científicas e tecnológicas.

Atribuir à tecnologia a responsabilidade pelas condições estruturais é uma atitude ingênua. Omite-se a ordem comum da sociedade que dominou o homem e o pôs a seu serviço. Essa concepção esconde a figura do explorador do trabalho alheio, em qualquer tempo histórico, substituindo-o pelo maquinismo e pela técnica.

É um fato indubitável que a maquinaria não é, em si, responsável pela “liberação” dos operários dos meios de subsistência. Ela barateia o produto e aumenta sua quantidade no ramo de que se apodera e deixa inalteradas as massas de meios de subsistência produzidos em outros ramos industriais. Tanto depois quanto antes de sua introdução, a sociedade possui, por conseguinte, tantos ou mais meios de subsistência para os trabalhadores deslocados, isso mesmo sem considerar a enorme massa do produto anual que é desperdiçada por não-trabalhadores. E essa é a grande conclusão da apologética econômica! As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista! Já que, portanto, considerada em si, a maquinaria encurta o tempo de trabalho, enquanto utilizada como capital aumenta a jornada de trabalho; em si, facilita o trabalho, utilizada como capital aumenta sua intensidade; em si, é uma vitória do homem sobre a força da Natureza, utilizada como capital submete o homem por meio da força da Natureza; em si, aumenta a riqueza do produtor, utilizada como capital o pauperiza etc. (MARX, 1996, p. 74).

Tal delineamento ideológico absolve os setores dominantes e ao mesmo tempo acena para a consciência das massas, enganando-as. Desenvolve a crença nas transformações sociais pelo processo tecnológico, uma forma de mudar o foco das tensões e conter o descontentamento da classe trabalhadora.

A tecnologia é uma ideologia, mas nada tem de contemplativa, não corresponde ao produto imaginário de um pensamento desligado da realidade, e sim enraíza a sua verdade na prática da existência de quem a concebe. Daí o caráter existencial que lhe é inerente e ao qual tem-se frequentemente aludido. (VIEIRA PINTO, 2005a, p. 322).

necessário conhecimento para tal. O pensamento marxiano foca e tece críticas ao idealismo purista e inativo como conduta, defendendo a ideia de práxis, ou seja, a união dialética entre teoria e prática para a transformação do mundo.

Essas questões trazem o deslocamento dos problemas reais para uma ideia abstrata, o sistema capitalista retira o enfrentamento do modo de produção como forma de dominação: os problemas não são gerados pelas relações estabelecidas pelo homem histórico, mas por uma forma abstrata de dominação.

Estamos vivendo em uma era técnica. Muitas pessoas estão convencidas de que a ciência e a tecnologia encerram as respostas para todas as nossas perguntas. Nós apenas deveríamos deixar os cientistas e técnicos prosseguirem com seu trabalho, e eles criarão o céu aqui na terra.

Mas a ciência não é algo que acontece em algum plano moral ou espiritual superior, acima do restante de atividades humanas. Como todas as outras partes da nossa cultura, é definida por interesses econômicos, políticos e religiosos. (HARARI, 2017, p. 281).

Os trabalhadores da ciência e da técnica, no interior de sua função técnico-científica, têm a função de reproduzir as condições e as formas de dominação do capital sobre o trabalho. A própria ciência tem de se apoiar em crenças ideológicas e religiosas para justificar e financiar suas pesquisas.

Como as técnicas hegemônicas atuais são, todas elas, filhas da ciência, e como sua utilização se dá ao serviço do mercado, esse amálgama produz um ideário da técnica e do mercado que é santificado pela ciência, considerada, ela própria, infalível. Essa, aliás, é uma das fontes do poder do pensamento único. Tudo o que é feito pela mão dos vetores fundamentais da globalização parte de ideias científicas, indispensáveis à produção, aliás, acelerada, de novas realidades, de tal modo que as ações assim criadas se impõem como soluções únicas. (SANTOS, 2003, p. 53).

As ciências e as técnicas não são, assim, ideologicamente neutras. Elas favorecem a reprodução do capital e de sua lógica.

O que faz da técnica, pois, de um potencial aliado, um grande inimigo do homem? Que quando poderia trazer bem-estar, o que faz. Ao contrário, é aumentar a insegurança humana? Sabe-se que, ao falar-se da técnica como problema, não está se falando da técnica em si mesma, mas da sua forma social histórica de paradigma. Todo progresso técnico poderia vir hoje acompanhado pela queda da jornada de trabalho (número de horas diárias de sua vida que o homem se dedica ao trabalho), ampliando o tempo de lazer e da realização de um modo de vida de bemfazer humano. Mas a queda, quando ocorre, nunca é proporcional ao ritmo e patamar que a nova tecnologia permitiria. Antes, com ela sobrevém o aumento do desemprego, do mal-estar, da insegurança. O benefício só ocorre ao preço de muita luta dos trabalhadores.

Nunca numa época como agora a revolução técnica foi tão favorável à solução dos problemas do homem em sociedade. A capacidade

transformadora que vem com ela possibilitaria a redução mais que proporcional da jornada de trabalho, liberando o cotidiano para outros afazeres, estabilizando o poder de renda e das oportunidades de emprego. Não é, entretanto, o que vem sucedendo. A técnica avança sem que a duração da jornada do trabalho sofra qualquer mudança. Antes, com a robótica vem a substituição dos trabalhadores numa escala até então nunca vista, e com a automação o que se considera o próprio fim do trabalho.

Ao longo dos três séculos de revolução industrial, a técnica mudou constantemente. Mas com ela é o paradigma social de cultura técnica do capitalismo que mais se precifica e se aperfeiçoa. O modo de vida civilizadamente instituído em nada se modifica. As formas sociais da distribuição dos benefícios pouco ou nada mudam, e são os benefícios o que a técnica justamente poderia inspirar, abrindo de par em par a porta das relações que vinculam o progresso técnico e progresso real da coletividade humana. Isto pedindo um modo correspondente de paradigma. (MOREIRA, 2016a, p. 50-51).

O desenvolvimento geral da ciência e do progresso tecnológico – a utilização do conhecimento científico-tecnológico na produção capitalista – torna-se o motor da criação da riqueza efetiva. E esta é cada vez menos dependente do tempo de trabalho.

Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses de produção e dos produtores hegemônicos, e renuncia a toda vocação de servir à sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, em que a metodologia substitui o método. (SANTOS, 2014c, p. 22).

Esse conhecimento científico, que resulta da apropriação capitalista do saber social geral, mostra-se como tendência da produção e reprodução capitalista, em sua fase avançada. Isso aguça cada vez mais a separação entre a execução do trabalho e a reflexão acerca do que se faz, acentuando o estranhamento (a alienação) do sujeito em relação ao que ele faz.

A sociedade, segundo a compreensão de Marx, não pode se apartar do processo histórico objetivo de transformação da natureza e da própria vida social em vista de certas condições materiais; e, por essa razão, a tecnologia tem um papel fundamental na análise marxiana da sociedade. As referidas condições materiais (que podem compreender, por exemplo, os instrumentos e inovações tecnológicas disponíveis em um dado contexto) são necessárias, mas não suficientes, para a realização deste e daquele movimento na História.

Por exemplo, a primeira revolução industrial (que não compreende somente uma revolução nas técnicas de produção, mas todas as outras mudanças sociais e culturais que são correlativas à introdução em larga escala de novas técnicas e tecnologias no processo produtivo) jamais poderia se realizar sem o advento de certas inovações científicas e tecnológicas tal como a máquina a vapor. Observe que isso não equivale à afirmação (jamais realizada por Marx) de que a máquina a vapor, sozinha, teria produzido a revolução industrial! Na perspectiva de Marx, a produção e a reprodução da máquina a vapor não estão jamais isentas do interesse capitalista de expandir a produção de mais-valia pelo aumento da eficiência do processo de produção. (LIMA JÚNIOR, 2014, p. 191).

Na perspectiva de Marx, é fundamental a ideia de que a ação humana transforma o mundo (natural e social) por meio de ferramentas que são dadas ao homem ou construídas por ele ao longo do processo histórico. Tais ferramentas, dialeticamente, expandem e limitam a ação humana, sem jamais determinar cada ação de maneira mecânica e imediata. Com efeito, por mais determinantes que sejam a ciência e a tecnologia para o desenvolvimento da sociedade, o desenvolvimento político, cultural, ideológico, econômico das relações sociais ao longo da História não pode ser determinado unívoca, completa e precisamente por inovações tecnológicas.

A terra se eleva ao céu.

CAPÍTULO 2: “O FOGO DE PROMETEU”. TÉCNICA, TECNOLOGIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO.

Prometeu: Graças a mim, os homens não mais desejam a morte.
 O Coro: Que remédio lhes destes contra o desespero?
 Prometeu: Dei-lhes uma esperança infinita no futuro.
 O Coro: Oh! Que dom valioso fizeste aos mortais?
 Prometeu: Além disso, consegui que eles participem do fogo celeste.
 O Coro: O fogo?!... Então os mortais já possuem esse tesouro?
 Prometeu: Sim! E desse mestre aprenderão muitas ciências e artes.
 (ÉSQUILO, 2005, p. 20-21).

2.1. Técnica, tecnologia e sociedade

Talvez não seja exagero afirmar que o ser humano já nasce criando técnicas, isto é, formas práticas de disciplinar a maneira de lidar com a natureza que o rodeia. Tal é o que vemos quando o homem primitivo se vale de uma pedra ou de um pau para abater os frutos de uma árvore, ou quando cava o solo para dele tirar raízes nutritivas. São atitudes que ao tempo que o condicionam em seu comportamento no ambiente e no trabalho, criam o modo como passa a viver sua vida. (MOREIRA, 2016a, p. 37).

Todo o sistema técnico só faz sentido quando analisado à luz do corpo social. Cada conjunto de técnicas reflete as relações entre a ciência, economia, filosofia, história, geografia, sociologia e a política. Dentro desse raciocínio, a técnica é o fazer transformador humano que prepara a natureza para a formação da espécie e da cultura humana.

Por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, utopias, interesses econômicos, estratégias de poder, toda a gama dos jogos dos homens em sociedade. (LEVY, 1999, p. 34).

Com as primeiras civilizações, surgem sociedades estruturadas a partir de um poder hierarquizado, do crescimento das primeiras cidades e impérios, do surgimento da escrita, do desenvolvimento dos transportes, da metalurgia e da arte da guerra. Essa conjuntura vai formar o primeiro sistema técnico coerente da humanidade. (LEMOS, 2015).

A civilização helênica é a primeira a germinar uma preocupação em explicar racionalmente a relação entre ciência e técnica. A partir do século V a.C. a técnica vai, gradativamente, sendo laicizada e dessacralizada. Os primeiros filósofos pré-socráticos vão se indagar a respeito das causas materiais da natureza. Ainda cabe ao

divino significativo protagonismo no universo simbólico. Entretanto, a técnica é promovida de um estado de simples intuição a um novo estado de investigação, de demonstração, sendo investida pelo discurso filosófico, a *tekhnè*²⁷.

A técnica é o processo constitutivo do território. Técnica e território desfrutam uma relação recíproca de constituição. Não há território sem ação técnica, e não há técnica fora de um território. Daí que a técnica só exista e viva como meio-técnico. Desse modo, a história do espaço coincide e se revela na história da técnica, e vice-versa, cada mudança na divisão do trabalho presenciando a recriação do espaço. (MOREIRA, 2014c; SANTOS, 2017).

É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço. (SANTOS, 2017, p. 29).

A grande diferença entre o modo de vida dos povos do passado e de hoje está precisamente nessa forma como em cada qual se estabelece a relação entre técnica, objeto e modo de vida (MOREIRA, 2016a). Sendo as técnicas uma consequência da capacidade de pensar e criar, elas são consubstanciais à existência humana.

A compreensão da tecnologia só pode ser verídica quando se funda sobre a noção da história constitutiva do homem e, conseqüentemente, do trabalho. (...) A história da técnica reflete um aspecto de outra historicidade mais radical e concreta, a do homem, único ser que sente a insuficiência de um procedimento e a necessidade de substituí-lo. (VIEIRA PINTO, 2005a, p. 244).

Cabe ressaltar que, embora complementares, técnica e tecnologia não são sinônimos. Ambas intermedeiam o relacionamento das pessoas com a natureza e vão determinando as modificações que ocorrem nas paisagens. Mas cabe distingui-las conceitualmente, uma vez que o esclarecimento epistemológico da técnica é fundamental para a compreensão das relações sociais e os seus elementos

²⁷ Nas palavras de Lemos (2015, p. 26-27): “Técnica, na sua acepção original e etimológica, vem do grego *tekhnè*, que podemos traduzir por arte. A *tekhnè* compreende as atividades práticas, desde a elaboração de leis e a habilidade para contar e medir, passando pela arte do artesão, do médico ou da confecção do pão, até as artes plásticas ou belas artes, estas últimas consideradas a mais alta expressão da tecnicidade humana. *Tekhnè* é um conceito filosófico que visa descrever as artes práticas, o saber fazer humano em oposição a outro conceito-chave, a *phusis*, ou o princípio da geração das coisas naturais. *Tekhnè* e *phusis* fazem parte de todo o processo de vir a ser, de passagem da ausência à presença, ou daquilo que os gregos chamavam de *poièsis*.”

tecnológicos têm implicações na vida humana e em seus reflexos socioespaciais. “A teoria epistemológica da técnica deve ser obra da consciência que maneja com rigor os instrumentos da lógica dialética”. (VIEIRA PINTO, 2005a, p. 228).

Moreira (2016a), expõe que

A técnica é, pois, uma cultura técnica, uma unidade de pensamento e ação vindos da relação do homem com a natureza que o cerca, e assim pode ser definida como o conjunto de valores culturais através dos quais o homem se autocria como ser humano. Por isso, com o advento da ciência, se estabelece uma distinção entre técnica e tecnologia; a técnica definindo-se como a habilidade demonstrada pelo homem quando se realiza uma determinada prática, como a de expor uma ideia, plantar o trigo, manejar um torno, dar uma aula ou tocar violão, e a tecnologia como o conjunto dos princípios e valores que orientam a criação das técnicas em uma civilização, vistos ou não na forma objetivada do artefato mecânico. (MOREIRA, 2016a, p. 38).

Para Vieira Pinto (2005a),

Se a técnica configura um dado da realidade objetiva, um produto da percepção humana que retorna ao mundo em forma de ação, materializado em instrumentos e máquinas, e entregue à transmissão cultural, compreende-se tenha obrigatoriamente de haver a ciência que o abrange e o explora, dando em resultado um conjunto de formulações teóricas, recheadas de complexo e rico conteúdo epistemológico. Tal ciência deve ser chamada “tecnologia”, conforme o uso generalizado na composição das denominações científicas. (VIEIRA PINTO, 2005a, p. 221).

Vieira Pinto (2005a), defende a tese de que a tecnologia deve ser abordada por quatro significados distintos. O primeiro, no sentido etimológico, tem de ser a teoria, a ciência, o estudo, a discussão da técnica, abrangidas nesta última noção as artes, as habilidades do fazer, as profissões e, generalizadamente, os modos de produzir alguma coisa. A tecnologia aparece aqui com o valor fundamental e exato de logos da técnica. Em sua segunda definição, a tecnologia equivale pura e simplesmente à técnica, sendo ambos os termos utilizados como sinônimos, e o seu sentido é intercambiável, popular e sem rigor. Indiscutivelmente, essa é a conotação mais frequente e popular da palavra, quando não se exige uma maior precisão. No terceiro sentido, o termo tecnologia abrange o conjunto de todas as técnicas de que uma determinada sociedade dispõe, em uma dada fase histórica de seu desenvolvimento. Em tal caso, aplica-se tanto às civilizações do passado quanto às condições vigentes em qualquer grupo social. E, por último, a tecnologia é vista como a ideologização da técnica.

A distinção entre os diferentes sentidos do termo tecnologia destaca a vital importância do seu estudo e suas implicações, envolvendo desde a perspectiva epistemológica, do corriqueiro e vulgar, até ao elemento ideológico, voltados à realidade, dado que a sociedade é tecnológica e o homem respira e transpira tecnologia.

As estupendas criações cibernéticas com que hoje nos maravilhamos resultam apenas do aproveitamento da acumulação social do conhecimento, que permitiu serem concebidas e realizadas. Não derivam das máquinas anteriores enquanto tais, mas do emprego que o homem fez delas. (VIEIRA PINTO, 2005b).

Objetivando superar a perspectiva dicotômica que contrapõe homem e técnica, deve-se buscar na dialética histórico-materialista a referência metodológica imprescindível, pois ao conceber que o ser humano deve necessariamente transformar a natureza em meios de produção ou em meios de subsistência, o homem sempre viveu em eras tecnológicas. (VIEIRA PINTO, 2005a, 2005b).

Examinada em sua noção mais ampla, a compreensão da tecnologia constitui verdadeira teoria de práxis. Toda práxis visa a realizar o ser do homem, isto é, com o domínio cada vez mais ativo do mundo onde se acha. Considerar a práxis simples atividade, nas múltiplas formas de exercício em que se manifesta, seria reduzir-lhe o significado ao aspecto anterior, executivo, acidental. Sem ligá-la à origem, sem vê-la brotar de sua única fonte, as exigências humanas, ficaremos confinados ao exame da práxis no papel de ato cumprido, tendo como consequência enveredar pelo caminho que desembocará, poucos passos adiante, num elementar pragmatismo. A práxis, da qual a técnica mostra um aspecto regular, metódico, consciente, representa a execução das possibilidades existenciais do homem em cada momento do desenvolvimento histórico de suas forças produtivas sob a forma de intervenção de fabricação de máquinas e utensílios. (VIEIRA PINTO, 2005a, p. 245).

A práxis social é necessária para o entendimento da tecnologia, caso contrário, as suas abordagens se resumiriam a simples descrições de inventos e construções de artefatos que sobrecarregam a vida humana.

O entendimento da tecnologia somente é possível quando conectado à realidade socioespacial, situando-se na perspectiva da consciência crítica, onde são considerados os modos produtivos e as condições em que o trabalho é materializado. Compreender a técnica e a tecnologia é compreender as interlocuções e suas resistências que constitui a realidade social.

2.2. Revolução Cognitiva: a técnica, o ser e o espaço

A evolução, assim, favoreceu aqueles capazes de formar fortes laços sociais (...) como os humanos nascem subdesenvolvidos, eles podem ser educados e socializados em medida muito maior do que outro animal. A maioria dos mamíferos sai do útero como cerâmica vidrada saindo de um forno – qualquer tentativa de moldá-los novamente apenas irá rachá-los ou quebrá-los. Os humanos saem do útero como vidro derretido saindo de uma fornalha. Podem ser retorcidos, esticados e moldados com surpreendente liberdade. É por isso que hoje podemos educar nossos filhos para serem cristãos ou budistas, capitalistas ou socialistas, belicosos ou pacifistas. (HARARI, 2017, p. 18).

“2001: uma odisseia no espaço”, é considerado um dos maiores clássicos da história do cinema. Produzido, dirigido e coescrito²⁸ por Stanley Kubrick, o filme abriga em sua narrativa a categoria trabalho como elemento histórico-ontológico indissociável do desenvolvimento do ser humano, inclusive, buscando apreender a técnica, e por extensão a tecnologia, como elementos compositivos inseparáveis do processo civilizatório e da evolução do homem como espécie.

Entranhados na savana africana, os símios buscam diariamente a sua sobrevivência. São herbívoros, convivem em grupos, dividem o espaço com outros animais e são vulneráveis ao habitat selvagem em que estão situados. Em uma cena emblemática, um dos símios descobre o poder da ferramenta (representada por um osso), e percebe o dedo polegar opositor (efeito pinça) que lhe permite melhor empunhadura. A ferramenta se torna extensão do corpo. Primeiramente, a ferramenta é utilizada para abater outros animais e se nutrir (modificando a cadeia alimentar), e depois para posse dos recursos naturais. Durante o confronto com o grupo rival, um inimigo é morto. Ao usar o osso como ferramenta para matar, o símio passa a sentir a consciência de poder, de força, de domínio que, combinados com a intimidação, levam a uma mudança de comportamento social.

No maior corte temporal da história do cinema (avança-se milhões de anos em apenas um segundo), o símio projeta ao ar o osso que, em coreografia sobre o céu, remete o enredo a uma nave a flutuar na imensidão do espaço. Em uma minúscula fração de tempo, contempla-se o gigantesco avanço técnico desenvolvido pela

²⁸ O escritor britânico Arthur Charles Clarke foi o outro autor. Sua obra “O sentinel”, foi a inspiração para o roteiro.

humanidade ao longo da sua existência. Arte e história contemplam-se e complementam-se.

A Revolução Cognitiva indica o surgimento de novas formas de pensar e se comunicar ocorridas, por mudanças genéticas, há pelo menos setenta mil anos. Essa capacidade de partilhar mitos e crenças (especialmente crenças animistas) redimensiona e potencializa a capacidade de cooperação entre os indivíduos, o que acabou por resultar na criação de culturas e padrões de comportamento diversos. Durante praticamente toda a história de seu desenvolvimento, o *Homo Sapiens* viveu como caçador-coletor. Viviam em pequenos bandos em uma vida pré-agrícola, deslocando-se constantemente em busca de comida. As habilidades técnicas e organizacionais adquiridas pelo *Homo Sapiens* durante a Revolução Cognitiva permitiram que saíssem do continente afro-asiático e povoassem e conquistassem outros mundos (HARARI, 2017). “O *Homo Sapiens* é antes de mais nada um animal social. A cooperação social é essencial para a sobrevivência e a reprodução” (HARARI, 2017, p. 31). Diante da nova habilidade, os grupos sociais se expandiram e, também, tipos de cooperação mais sofisticados apareceram. A Revolução Cognitiva foi o ponto de virada no qual o ser humano tornou-se independente de suas limitações biológicas.

Para Harari (2017), a Revolução Cognitiva também residiu na capacidade de transmitir informações que não existem, lendas, mitos, deuses e religiões apareceram pela primeira vez com tal processo. Essa capacidade de falar sobre ficções é a característica mais singular da linguagem do *Homo Sapiens*. A imaginação se expandiu. Assim, apropriamos-a de forma coletiva, conseguindo que mais e mais *Homo Sapiens* cooperem em torno de um único ideal. Essa capacidade de direcionar pessoas em torno de ideias que não existem, em uma realidade objetiva, é a responsável por tornar os seres humanos dominantes em todo o planeta.

“Só o fenômeno técnico na sua total abrangência permite alcançar a noção de espaço geográfico” (SANTOS, 2017, p. 37). Impossibilita-se de se apresentar a técnica fora das relações sociais e especialmente, do trabalho, habilidade pela qual o homem se fez como ser social. A história da técnica diz respeito à relação do homem com a natureza e a sua própria condição enquanto ser. A origem do homem coincide com a da técnica.

2.3. Revolução Agrícola: a técnica e o novo arranjo espacial

A Revolução Agrícola tornou o futuro muito mais importante do que havia sido até então. Os agricultores sempre precisam ter o futuro em mente e trabalhar em função dele. A economia agrícola se baseava em um ciclo sazonal de produção, compreendendo longos meses de cultivo seguidos de breves períodos de colheita. Na noite após o fim de uma colheita farta, os camponeses podiam celebrar tudo o que tinham obtido, mas dali a uma semana estavam novamente se levantando ao amanhecer para uma longa jornada de trabalho no campo. Embora houvesse comida suficiente para o dia seguinte, a semana seguinte e até mesmo o mês seguinte, eles precisavam se preocupar com os anos seguintes.

(...)

O estresse representado pela agricultura teve consequências importantes. Foi a base dos sistemas políticos e sociais de grande escala. Infelizmente, mesmo trabalhando duro, os camponeses quase nunca alcançaram a segurança econômica futura que tanto ansiavam. Em toda parte, brotaram governantes e elites, vivendo do excedente dos camponeses e deixando-os com o mínimo para a subsistência. Esses excedentes de alimento confiscados alimentaram a política, a guerra, a arte e a filosofia. Construíram palácios, fortes, monumentos e templos. Até o fim da era moderna, mais de 90% dos humanos eram camponeses que se levantavam todas as manhãs para trabalhar a terra com o suor da frente. Os excedentes que produziam alimentavam a ínfima maioria das elites – reis, oficiais do governo, soldados, padres, artistas e pensadores –, que enchem os livros de história. A história é o que algumas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água. (HARARI, 2017, p. 109-111).

O Período Neolítico é um divisor de águas na História. Ele protagoniza a adoção da pecuária e da agricultura, a criação das primeiras cidades, o nascimento da aristocracia, a divisão de poderes, a guerra, a propriedade, a escrita, o crescimento populacional. Surgiram, em poucas palavras, os pilares do mundo em que vivemos. As sociedades atuais são suas herdeiras diretas: nunca fez tanto sentido falar de revolução porque esse período histórico deu origem a um mundo totalmente novo.

É nesse período que a humanidade começou a transformar radicalmente o meio ambiente para adaptá-lo às suas necessidades, e a população do planeta começou a crescer exponencialmente, um processo que só se acelerou desde então.

A consciência da técnica permite ao homem a projeção e a construção socioespacial. A técnica instrumentaliza a estruturação do espaço geográfico.

O espaço surge na história através da organização territorial dada pelo homem à relação com o seu meio. Dois acontecimentos balizam o início dessa história, atuando desde então como determinantes da relação estável do homem com o seu espaço. A descoberta do fogo é o primeiro. A da agricultura é o segundo.

O fogo é o dado seminal. O uso do fogo leva o homem a tornar-se um ser ubíquo na superfície terrestre. Com o fogo, ele aprende a controlar o meio (o fogo serve para o preparo dos alimentos e para o fabrico de armas e utensílios) e a dominar os territórios (serve para o ataque e a defesa, para iluminar o acampamento e para renovar a vegetação através da queimada)²⁹. A agricultura é o dado integrador. Com a agricultura, o homem dá outra arrumação espacial à natureza (através da domesticação das plantas e dos animais) e assim cria os territórios (através da guarda organizada das provisões em silos e celeiros, da apropriação intencional dos solos e da água, do ordenamento dos caminhos e das localizações).

Da combinação do fogo com a agricultura vem a instalação dos primeiros núcleos de povoamento. Os polos germinativos de que emergem as civilizações. (MOREIRA, 2007a, p. 41-42).

Os períodos Paleolítico (descoberta e domínio do fogo) e Neolítico (início e desenvolvimento das sociedades agropastoris), consubstanciam-se em marcos históricos do domínio do homem sobre o meio. O período Neolítico significou um momento de grande progresso. Consistiu-se em uma época em que os humanos elaboraram e aprimoraram as suas ferramentas para obtenção de abrigo e alimento. Compreendia e distinguiu as diferentes propriedades dos materiais que compunham a natureza. Edificava-se o Homo Faber.

O ambiente só tem existência social através da maneira como os grupos humanos o concebem, analisam e percebem suas possibilidades, e através das técnicas que permitem explorá-lo: a mediação tecnológica é essencial nas relações dos grupos humanos com o mundo que os rodeia. (CLAVAL, 1999, p. 219).

²⁹ O uso do fogo permitiu ao homem cozinhar os seus alimentos. Com este novo hábito, teve-se uma nova variação genética-biológica: como o ato de se alimentar passou a ser menos cansativo, o homem passou a poder comer mais e comer melhor. Anteriormente, alguns tubérculos e vegetais eram inacessíveis para o intestino humano, com o uso do fogo, o ser humano abandonou a necessidade de um grande intestino e, com isso, desenvolveram, ainda mais, o tamanho do cérebro. “Alguns estudiosos acreditam que existe uma relação direta entre o advento do hábito de cozinhar e o encurtamento do trato intestinal e o crescimento do cérebro humano”. (HARARI, 2017, p. 21).

Concomitante ao desenvolvimento das técnicas, o homem do Paleolítico Superior e do Neolítico desenvolveu fisionomias de representações simbólicas em sua relação com esse universo de produção material para a sua sobrevivência. As ferramentas comportavam dupla função: instrumentos utilizados para a fabricação de objetos e produção artística.

De acordo com Duarte (2008, p. 27), “o ser humano não cria a realidade humana sem apropriar-se da realidade natural”. Vieira Pinto (2005a, p. 49), aduz que “os homens nada criam, nada inventam nem fabricam que não seja expressão das suas necessidades, tendo de resolver as contradições com a realidade”.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como com uma potência natural {Naturmacht}. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua vida ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata, aqui, das primeiras formas instintivas, animais, do trabalho. Um incomensurável intervalo de tempo separa o estágio que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho daquele em que o trabalho humano ainda não se desvincilhou de sua forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. (MARX, 2017, p. 255).

“O trabalho é um ato do homem de ir à natureza e trazê-la para si”. (MOREIRA, 2014a, p. 169). Ao observarem a dinâmica da natureza, as sociedades desenvolveram novas técnicas. O conhecimento do regime de chuvas e estiagens, permitiu aos grupos o desenvolvimento da drenagem dos pântanos para ampliar as áreas de cultivo, a construção de diques para conter as enchentes e abrir canais de irrigação.

Do ponto de vista dialético o espaço funde em si a natureza e não-natureza, logo o próprio espaço é uma síntese e antítese do natural e do não-natural, por isso que as artificialidades criadas e desenvolvidas pelo homem não são tão postas ao mundo natural, pois as mesmas dependem, sobretudo, da natureza. É impossível o homem ir além da natureza, pois o homem está encerrado na mesma, principalmente quanto a sua dependência dos materiais fornecidos pela própria natureza para sua sobrevivência. (BARBOSA, 2008, p. 221).

A invenção do arado possibilitou agregar nutrientes naturais ao solo tornando-o mais produtivo. Técnicas de irrigação, inovações no cultivo da terra e alterações nos métodos de trabalho possibilitaram substancial aumento na produção de alimentos, gerando maior volume de excedentes.

Destarte,

A técnica é um princípio formador de sociedades. Ela é o conjunto dos hábitos e costumes vindos da e que medeia a relação homem e natureza no tempo. Por isso, é impossível compreender uma sociedade sem considerar o papel da técnica na relação que os homens estabelecem entre si. Bem como entre si e a natureza, uma vez que a relação homem-natureza é a relação estabelecida pelos homens entre eles, levada para dentro da relação com a natureza. E assim também é nas sociedades capitalistas modernas. (MOREIRA, 2016a, p. 29).

As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de sua atividade, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção. Essa produção aparece, primeiramente, com o aumento da população. Ela própria pressupõe, por sua vez, um intercâmbio [Verkehr] entre os indivíduos. A forma

desse intercâmbio é, novamente, condicionada pela produção. (MARX; ENGELS, 2007, p. 87).

Com a descoberta, prática e expansão da agricultura, a sedentarização passou a ser um objetivo possível. Os agrupamentos humanos, ao longo das gerações, por intermédio das observações, compreenderam a mecânica da natureza que propicia a prática da agricultura. Originam-se, às margens dos grandes rios, civilizações justapostas à agricultura. Dessas primeiras sociedades, geográfica e exemplarmente, tem-se o desenvolvimento dessa prática nas margens do Tigre e Eufrates (atual Iraque), Nilo³⁰ (atual Egito), Yang-Tsé-Kiang e Hoang-Ho (atual China), Ganges e Indo (atual Índia), além de porções espaciais onde hoje são o México, Andes e América Central. A agricultura permitiu que as populações aumentassem de maneira tão rápida e radical que nenhuma sociedade agrícola complexa poderia se sustentar novamente se voltasse a se dedicar à caça e à coleta. Essa foi uma revolução de longo alcance, cujo impacto foi psicológico, tanto quanto arquitetônico. (HARARI, 2017).

Os excedentes de comida produzidos por camponeses, aliados à nova tecnologia de transportes, acabaram por permitir que cada vez mais pessoas se apinhassem em aldeias maiores, depois em vilarejos e enfim em cidades, todas reunidas sob novos reinos e redes de comércio. Mas, para tirar vantagem dessas novas oportunidades, os excedentes de alimento e a melhoria no transporte não eram suficientes. O mero fato de que se pode alimentar mil pessoas na mesma cidade ou um milhão de pessoas no mesmo reino não garante que elas concordem sobre como dividir a terra e a água, como resolver disputas e conflitos e como agir em tempos de seca ou de guerra. E, se não se chega a um acordo, a discórdia corre solta mesmo se os armazéns estiverem transbordando. Não foi a escassez de alimentos que causou a maior parte das guerras e revoluções da história (...). O problema na raiz de tais calamidades é o que os humanos evoluíram por milhões de anos pequenos bandos de algumas dezenas de indivíduos. O punhado de milênios separando a Revolução Agrícola do surgimento de cidades, reinos e impérios não foi tempo suficiente para possibilitar o desenvolvimento de um instinto de cooperação em massa. (HARARI, 2017, p. 111).

³⁰ É de conhecimento geral que os egípcios possuíam avançados conhecimentos no campo da geometria, desenvolvidos a partir da necessidade de estabelecer os limites das propriedades agrárias que desapareciam nas cheias anuais do rio Nilo, impossibilitando a cobrança de impostos. Com uma corda dividida em treze partes por meio de nós, manuseada pelo harpedonopta (esticador de cordas), com auxílio de três homens, os egípcios conseguiram criar diferentes formas geométricas, capazes de solucionar os problemas de medição territorial. O conhecimento assim adquirido foi aplicado, depois, com grande êxito, nas construções arquitetônicas, tornando-se a base do pensamento geométrico pitagórico.

As revoluções agrícolas foram fenômenos socioespaciais que aconteceram em diversas partes do mundo.

Os acadêmicos um dia acreditaram que a agricultura se espalhou de um único ponto de origem no Oriente Médio para os quatro cantos do mundo. Hoje, os estudiosos concordam que a agricultura surgiu em outras partes do mundo não pela ação dos agricultores do Oriente Médio exportando sua revolução, e sim de modo totalmente independente. Povos na América Central domesticaram milho e feijão sem saber nada a respeito do cultivo de trigo e ervilha no Oriente Médio. Os sul-americanos aprenderam a domesticar batata e lhamas sem saber o que estava acontecendo no México nem no Levante. Os primeiros revolucionários da China domesticaram arroz, painço e porcos. Os primeiros agricultores da América do Norte foram os que se cansaram de vasculhar o subsolo à procura de abóboras comestíveis e decidiram cultivar abóbora. Os habitantes da Nova Guiné domesticaram a cana-de-açúcar e a banana, ao passo que os primeiros fazendeiros da África Ocidental produziam painço africano, arroz africano, sorgo e trigo conforme suas necessidades. Desses pontos iniciais, a agricultura se espalhou para o mundo inteiro. No século I da era cristã, a grande maioria dos povos na maior parte do mundo era de agricultores. (HARARI, 2017, p. 88).

Lar era todo o território. Em suas estruturas abrigavam casas, pequenos campos e celeiros que não podiam ser abandonados sem o risco da perda do próprio terreno. Junto a isso, ao longo do tempo se estabelece um acúmulo de objetos e ferramentas que os fixavam mais ao local e lhes deram a noção de propriedade privada. Os agricultores passaram a ter preocupação com o futuro não apenas em função dos ciclos sazonais de produção, mas também em função da incerteza da agricultura com as secas, a peste e as inundações. Assim, produziam e reproduziam mais e acumulavam reservas. Surgiram cidades, reinos e impérios. Não obstante, os excedentes de produção serviram muito mais para alimentar a política, a guerra, a arte e a filosofia do que para trazer aos agricultores uma possível segurança econômica³¹.

³¹ Harari (2017), esclarece que a Revolução Agrícola certamente produziu uma maior quantidade de alimento, porém este não foi justamente distribuído. Se antigamente os caçadores-coletores comiam fartamente e de maneira diversa, com uma dieta rica em fontes de vitaminas, por exemplo, o novo modo de produção condenou àqueles que naquilo labutavam ao consumo restrito daquilo que se podia plantar: arroz, batata etc. No início, houve maior fartura com a quantidade de alimentos disponíveis. Houve, também, um maior número de nascimentos. Como um efeito em cadeia, mais filhos significa mais bocas a serem alimentadas. Assim, para além da explosão demográfica, houve o aumento contínuo de trabalho em torno da terra e pouco retorno no que tangia ao descanso e a quantidade de comida disponível. Com o desenvolvimento da agricultura, desenvolvemos doenças (hérnias, problemas na lombar, entre outras) uma vez que o corpo humano não era adaptado biologicamente para tais atividades.

2.4. Revolução Científica: tecnologia e sociedade

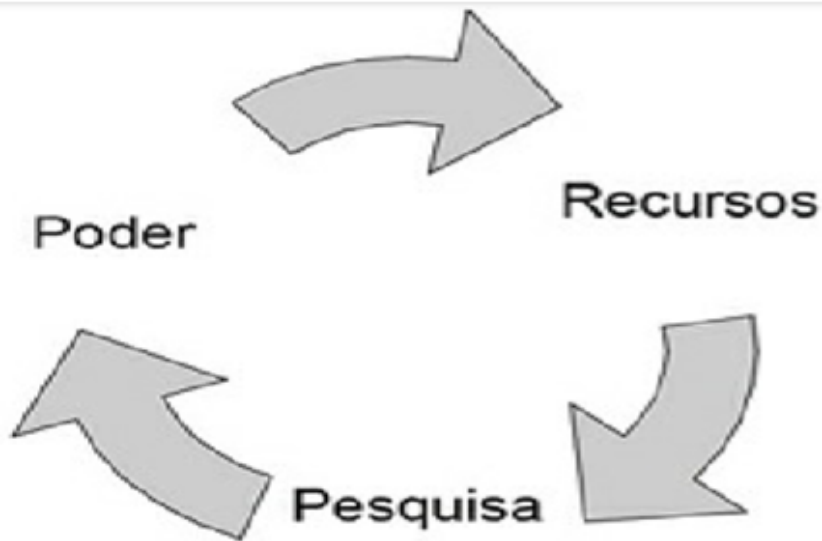
Se, por exemplo, um camponês espanhol tivesse adormecido no ano 1000 e despertado quinhentos anos depois, ao som dos marinheiros de Colombo a bordo das caravelas Niña, Pinta e Santa Maria, o mundo lhe pareceria bastante familiar. Apesar das muitas mudanças na tecnologia, nos costumes e nas fronteiras políticas, esse viajante da Idade Média teria se sentido em casa. Mas se um dos marinheiros de Colombo tivesse caído em letargia similar e despertado ao toque de um iPhone do século XXI, ele se encontraria em um mundo estranho, para além de sua compreensão. “Estou no Céu?”, ele poderia muito bem se perguntar, “Ou, talvez, no Inferno?”

(...)

Suponha que um navio de batalha moderno fosse transportado de volta à época de Colombo. Em questão de segundos, poderia destruir a Niña, a Pinta e a Santa Maria e em seguida afundar as esquadras de cada uma das grandes potências mundiais da época sem sofrer um arranhão sequer. Cinco navios de carga modernos poderiam levar a bordo o carregamento das frotas mercantes do mundo inteiro. Um computador moderno poderia facilmente armazenar cada palavra e número em cada códice e pergaminho de cada biblioteca medieval com espaço de sobra. Qualquer grande banco de hoje tem mais dinheiro do que todos os reinos do mundo pré-moderno reunidos. (HARARI, 2017, p. 257).

A busca pelo conhecimento acompanha o ser humano desde os seus primórdios. Foram longas fatias de tempo para se desvendar as regras que conduziam o mundo natural. A percepção da ignorância acrescida à necessidade cada vez mais latente de se obter conhecimento, moldaram as ações antrópicas rumo às transformações socioespaciais, tendo a técnica e a tecnologia como protagonistas. O conhecimento e sua aplicação afiançaram avanços no campo científico, conquistas e domínios. Como no aforisma de Francis Bacon, o saber e o poder se coadunam.

No mundo contemporâneo é impossível desenvolver novas tecnologias sem pesquisas científicas, bem como as pesquisas têm pouco sentido se não resultarem em novas tecnologias. Tecnologia se confunde com a ciência.



O ciclo de retroalimentação da Revolução Científica. Para progredir, a ciência precisa de mais do que pesquisas. Depende do reforço mútuo de ciência, política e economia. As instituições políticas e econômicas fornecem os recursos sem os quais a pesquisa científica é quase impossível. Em troca, a pesquisa científica fornece novas capacidades que são usadas, entre outras coisas, para obter novos recursos, alguns dos quais são reinvestidos em pesquisa.

Figura 1 – Ciclo de retroalimentação da Revolução Científica

Fonte: Harari, 2017, p. 260.

Contudo, nem sempre ambas se irmanavam.

Na verdade, a relação entre ciência e tecnologia é um fenômeno muito recente. Antes de 1500, ciência e tecnologia eram campos totalmente separados. Quando Bacon associou os dois no início do século XVII, foi uma ideia revolucionária. Durante os séculos XVII e XVIII, suas relações se estreitaram, mas o nó só foi atado no século XIX. Mesmo em 1800, a maioria dos governantes que quisessem um exército forte e a maioria dos magnatas que quisessem um negócio próspero não se dava ao trabalho de financiar pesquisas em física, biologia ou economia. (HARARI, 2017, p. 270).

Assim, era inexistente o hábito, por parte de reis e daqueles que detinham o poder, em investir em melhorias. Investia-se dinheiro em pesquisas e inventos que reafirmassem o poder absoluto da nobreza.

Quando se percebe que o conhecimento pode ser usado como forma de exercer o poder, este passou a ser estimulado, incentivado e ampliado. A partir dessa percepção de poder, o desenvolvimento de pesquisas esteve relacionado à política imperial de conquista e dominação. Com a aceitação do não-conhecimento e a

adoção de uma visão imperialista, criou-se o ambiente perfeito para o investimento, o desenvolvimento de pesquisa que melhoram a sociedade, mas também fornece meios para o exercício da dominação mundial. “Duas forças em particular merecem nossa atenção: o imperialismo e o capitalismo. O ciclo de retroalimentação entre ciência, império e capital foi o principal motor da história nos últimos 500 anos” (HARARI, 2017 p. 284). Tem-se a formação da aliança entre a ciência, os impérios europeus e a economia capitalista.

A ciência moderna floresceu graças aos impérios europeus. Tem, certamente, uma grande dívida para com as tradições científicas antigas, como as da Grécia clássica, da China, da Índia e do Islã, mas sua característica singular só começou a tomar forma no início da era moderna, de mãos dadas com a expansão imperial da Espanha, Portugal, Grã-Bretanha, França, Rússia e Holanda. Durante o início do período moderno, chineses, indianos, muçulmanos, polinésios e indígenas americanos continuaram a fazer importantes contribuições à Revolução Científica. As ideias de economistas muçulmanos foram estudadas por Adam Smith e Karl Marx, tratamentos usados pela primeira vez por indígenas americanos foram parar em textos médicos britânicos e dados extraídos de informantes polinésios revolucionaram a antropologia ocidental. Mas até meados do século XX as pessoas que reuniram essas várias descobertas científicas, criando disciplinas científicas, eram as elites governantes e intelectuais dos impérios globais europeus. O Extremo Oriente e o mundo islâmico produziram mentes tão inteligentes e curiosas quanto as da Europa. No entanto, entre 1500 e 1950 eles não produziram nada que chegasse perto da física newtoniana ou da biologia darwiniana.

Isso não significa que os europeus têm um gene inigualável para a ciência, ou que dominarão para sempre o estudo da física e da biologia. Assim como o islamismo começou com um monopólio árabe, mas posteriormente foi adotado por turcos e persas, a ciência moderna também começou como uma especialidade europeia, mas hoje está se tornando uma iniciativa multiétnica.

O que forjou o vínculo histórico entre a ciência moderna e o imperialismo europeu? A tecnologia foi um fator importante nos séculos XIX e XX, mas no início da era moderna sua importância era limitada. O fator fundamental foi que o botânico à procura de plantas e o oficial da marinha à procura de colônias tinham uma mentalidade similar. Ambos, cientista e conquistador, começam admitindo sua ignorância – ambos disseram: “Eu não sei o que existe lá”. Ambos se sentiram compelidos a sair e fazer novas descobertas. E ambos esperaram que o novo conhecimento assim adquirido os tornasse senhores do mundo. (HARARI, 2017, p. 292-293).

A partir do século XVII, a atividade técnica se conecta ao conhecimento científico. Essa conexão vai se intensificar, no século XX, com os Centros de Pesquisas e Desenvolvimento, culminando na junção definitiva entre ciência e técnica.

De acordo com Lemos (2015), deve-se compreender que não houve no século XVIII uma revolução no sentido de uma ruptura radical, mas a colocação de um novo dispositivo simbólico que vai, progressivamente desde a Idade Média, aumentar o poder e o alcance do complexo tecnocientífico humano. Com a Revolução Industrial começa a existir uma interpenetração entre ciência e técnica. As transformações técnicas tornaram-se cada vez mais globais.

Estamos diante de uma nova inserção do saber e da tecnologia no modo de produção capitalista. Nas revoluções técnicas e tecnológicas anteriores, a pesquisa científica teórica era autônoma e se tornava ciência aplicada quando empregada por meio de tecnologias vinculadas à produção econômica ou quando os resultados teóricos eram retomados com fins econômicos em laboratórios mantidos pelas empresas de produção. Hoje a ciência (teórica e aplicada) tornou-se força produtiva, deixando de ser um suporte do capital para se converter em agente de sua acumulação e reprodução. Consequentemente, mudou o modo de inserção social dos pensadores porque se tornaram agentes econômicos diretos, e a força e o poder capitalistas encontram-se, hoje, no monopólio dos conhecimentos e da informação. (CHAUI, 2019, p. 29).

A mecanização industrial atinge grande desenvolvimento nesse período histórico, e a técnica é objeto de reflexão, pela primeira vez, ligada à questão de uma economia política com Marx.

Por que Marx e Lênin tiveram êxito onde Hong e Mahdi fracassaram? Isso não aconteceu porque o humanismo socialista fosse filosoficamente mais sofisticado do que as teologias islâmica e cristã, e sim porque Marx e Lênin deram mais atenção à necessidade de entender as realidades tecnológicas e econômicas de seu tempo de que à leitura atenta de textos antigos e a sonhos proféticos. Máquinas a vapor, ferrovias, telégrafos e eletricidade criaram problemas inéditos, assim como oportunidades sem precedentes. As experiências, necessidades e esperanças da nova classe de proletariados urbanos eram muito diferentes daquelas dos camponeses bíblicos. Para atender a essas necessidades e esperanças, Marx e Lênin estudaram como funciona uma máquina a vapor, como opera uma mina de carvão, como ferrovias dão formato à economia e como a eletricidade influencia a política. (HARARI, 2016, p. 276)

A partir do século XIX, a ciência e a técnica vão ser ligadas, de modo mais intenso, para a formação profissional. Pela primeira vez se coadunam técnica, trabalho e economia política. Assim, a característica principal da Revolução Industrial não se situa apenas nos novos usos da energia e do advento de uma sociedade

industrial, mas na ampliação da aplicação tecnocientífica em todos os domínios da vida social.

As ciências devem renovar-se a partir das realidades que condicionam o seu desenvolvimento e para responder ao seu desafio. Tal desafio é definido, sobretudo, pelas novas relações, já estabelecidas ou possíveis, entre uma sociedade tornada universal e os recursos mundiais. (SANTOS, 2014c, p. 40).

A história das técnicas se confunde com a história das guerras. Grande parte das principais conquistas tecnológicas do século XX advém de pesquisas feitas em períodos de guerras, quando altos investimentos financeiros em pesquisas acabam sendo realizados, motivados por interesses geopolíticos. A informática e as telecomunicações, que testemunharam colossal avanço na segunda metade do século XX, foram beneficiadas por pesquisas feitas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e a Guerra Fria (1947-1989).

Nas sociedades capitalistas modernas, a cultura técnica se confunde com o conhecimento ordenado e metódico produzido pelo pensamento prático-pragmático da ciência, e assim encarna a plethora das máquinas e artefatos que através dela se produz. (MOREIRA, 2016a, p. 39).

Na sua origem, a ciência moderna foi impulsionada pelo desejo humano de conhecer a natureza cada vez mais profundamente. Porém, desde o século XIX, sua principal motivação tem sido a possibilidade de aplicação e utilização desse conhecimento. Passou-se a falar em ciência e tecnologia e, posteriormente, em tecnociência para caracterizar esse tipo de conhecimento. Com a Revolução Científica, mudam-se as projeções futuras. O progresso tecnicocientífico não é mais um possível devir, mas uma concretude nevrálgica produzindo impulsos elétricos no organismo social.

CAPÍTULO 3: “SAINDO DA CAVERNA”. A GEOGRAFIA E O CONHECIMENTO SOCIOESPACIAL.

Sócrates – Agora imagina a maneira como segue o estado da nossa natureza relativamente à instrução e à ignorância. Imagina homens numa morada subterrânea, em forma de caverna, com uma entrada aberta à luz; esses homens estão aí desde a infância, de pernas e pescoço acorrentados, de modo que não podem mexer-se nem ver senão o que está diante deles, pois as correntes os impedem de voltar a cabeça; a luz chega-lhes de uma fogueira acesa numa colina que se ergue por detrás deles; entre o fogo e os prisioneiros passa uma estrada ascendente. Imagina que ao longo dessa estrada está construído um pequeno muro, semelhante às divisórias que os apresentadores de títeres armam diante de si e por cima das quais exibem as suas maravilhas. (PLATÃO, 1999, p. 225)

“Ninguém mais que a ciência geográfica é tão rica em formas de pensar o mundo”.
Álvaro José de Souza, geógrafo brasileiro.

“O mundo é ininteligível para quem não tem um mínimo de conhecimentos geográficos”.
Yves Lacoste, geógrafo francês.

3.1. A geografia serve, em primeiro lugar, para interpretar o mundo, desvendando as suas máscaras sociais

A instigante assertiva que dá título a este componente da pesquisa³², abriga em si, o importante papel social estratégico presente na Geografia não apenas em leitura e, sim, de um poderoso referencial teórico e analítico sobre o mundo. As relações sociais, econômicas, culturais e políticas envoltas em fenômenos naturais, condicionam a novas formas de organização de produção, consumo, novas tecnologias, conflitos que redefinem a geopolítica mundial, descortinando a problemática ambiental e lançando desafios até então inéditos ao planeta. Para Massey (2017, p. 229), “a geografia é mais que um conhecimento geral. Tem sua própria contribuição intelectual singular para levar a uma compreensão do mundo...”

Assim, impor à Geografia um discurso de ciência apolítica, untando-a com o óleo escorregadio de conhecimento meramente descritivo das composições

³² Assertiva inspirada no texto “A geografia serve para desvendar máscaras sociais” (MOREIRA, 2007) e no livro “A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra” (LACOSTE, 1997).

dicotômicas dos mundos natural e humano, mostra-se enganoso³³. Perigosamente enganoso.

Todo mundo acredita que a geografia não passa de uma disciplina escolar e universitária, cuja função seria a de fornecer elementos de uma descrição do mundo, numa certa concepção "desinteressada" da cultura dita geral... Pois, qual pode ser de fato a utilidade dessas sobras heteróclitas das lições que foram necessárias aprender no colégio?

(...)

Uma disciplina maçante, mas antes de tudo simplória, pois, como qualquer um sabe, "em geografia nada há para entender, mas é preciso ter memória..." De qualquer forma, após alguns anos, os alunos não querem mais ouvir falar dessas aulas que enumeram, para cada região ou para cada país, o relevo, clima, vegetação, população, agricultura, cidades, indústrias.

(...)

A despeito das aparências cuidadosamente mantidas, de que os problemas da geografia só dizem respeito aos geógrafos, eles interessam, em última análise, a todos os cidadãos. Pois, esse discurso pedagógico que é a geografia dos professores, que parece tanto mais maçante quanto mais as *mass média* desvendam seu espetáculo do mundo, dissimula, aos olhos de todos, o temível instrumento de poderio que é a geografia para aqueles que detêm o poder.

Pois, a geografia serve, em princípio, para fazer a guerra. (LACOSTE, 1997, p. 21-22).

Expor que a Geografia serve, em princípio, para fazer a guerra, não a condena ao determinismo bélico. Revela-a como instrumento ímpar de robusto conhecimento, um poderoso saber estratégico ligado a um conjunto de práticas políticas conectadas ao aparelho de Estado. A razão-de-ser da Geografia é a melhor compreensão do mundo para transformá-lo, a de pensar o espaço para que nele se possa lutar e atuar de forma mais eficaz.

³³ Não raro, quando mencionado a importância das Ciências Sociais e Humanas, elenca-se a História, Filosofia, Sociologia, Antropologia... como portadoras de referenciais que possibilitam aplicação no debate político, tornando-se palpáveis e revestidas de sentido prático. A Geografia, costuma ser condenada ao gueto das discussões, por ser equivocadamente considerada, por diversos segmentos, como uma Ciência Natural e Exata, sem condições de fornecer argumentos para o debate político. A utilidade é percebida (quando o é) em seus fragmentos, como, por exemplo, a geografia política. Para Moreira (2012), são cinco os eixos de reflexão em nossos dias para o desenvolvimento de uma onda de renovação crítica no pensamento geográfico: o espaço como formação social (Milton Santos); o espaço como condição de reprodução das relações de produção (Henry Lefebvre); o espaço como mediação das relações de dominação de classe e de poder (Yves Lacoste); o espaço como estrutura de valorização do capital (David Harvey); e a sociedade como natureza socializada e história naturalizada (Massimo Quaiari). Em comum, os autores deixam a digital marxista em seus escritos, elencando o papel assumido pela práxis frente às transformações sociais.

A geografia pode ser definida como a atitude de representação e reflexão analíticas do homem-no-mundo, a partir do modo como este nele organiza sua relação com a sociedade e a natureza - portanto consigo mesmo – no vir-a-ser do processo evolutivo da história. Refere-se, pois, à contextualidade e existencialidade – diremos à geograficidade – espacial do homem no mundo, condição que difere aqui e ali de acordo com as estruturas da história. (MOREIRA, 2004, p. 22-23)

A Geografia, enquanto campo de conhecimento, detêm enorme potencial voltado à formação da cidadania, em especial por meio da compreensão dos processos naturais, sociais, econômicos, políticos, tecnológicos, ambientais e históricos que auxiliam a analisar a produção dos diferentes espaços e territórios. Dentro da complexidade apresentada pelo mundo, a Geografia traz em seu corpo teórico, contextualização, investigação, problematização e valorização dos saberes.

As práticas, as habilidades e os conhecimentos indispensáveis a qualquer vida social têm componentes geográficos: aqueles que são imprescindíveis aos que viajam, transportam, comunicam³⁴. Eles dizem respeito aos itinerários, aos meios de transporte, às etapas, aos lugares de estocagem, aos pontos de encontro, aos mercados, aos meios de pagamento. Eles correspondem a habilidade, não somente daqueles que constroem as infraestruturas, mas também a arte daqueles que a utilizam.

Os componentes geográficos das práticas indispensáveis a qualquer vida social compreendem tudo aquilo que torna possível habitar a Terra e aí se instalar. Eles norteiam a escolha dos sítios favoráveis, guiam não somente o desenho das vias e das redes de comunicação, mas igualmente os materiais e as formas que convêm dar aos lugares, às necessidades daqueles que ali vivem e às atividades que estes ali desenvolvem.

Assim que a vida social se amplia aparecem as tensões, o que a emergência dos sistemas políticos permitirá tratar. Acrescenta-se assim às práticas, habilidades e conhecimentos geográficos e todo o mundo – ou geografias vernaculares – os saberes ligados ao exercício de poder. (CLAVAL, 2015, p. 30).

Santos (1996, p. 121), alerta para a vital necessidade de se encampar a “consciência da época em que vivemos”. Para o geógrafo baiano, isso significa

... saber que o mundo é, e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. (SANTOS, 1996, p. 121).

³⁴ Para Sodré (1982), a Geografia talvez seja a ciência de história mais longa entre todas que conhecemos. De acordo com o historiógrafo carioca, ela começa com as descrições das migrações e das diferenciações dos lugares, nas comunidades de tradição oral. Para Lacoste (1997), a Geografia existe desde que existem os aparelhos de Estado.

Como ciência que estuda e interpreta a espacialidade, a Geografia busca por meio do método científico, e de suas categorias específicas que se encontram no espaço: paisagem, região, lugar e território, formas para ler, conhecer e manipular a realidade do espaço seja em relação à paisagem natural ou a criada pelo homem. Fugindo de explicações simplistas e estereotipadas, a Geografia constrói uma visão integrada, articulada dos componentes que integram e interagem no espaço. (FIGUEIREDO, 2014).

A geografia, como sistema de pensamento e ciência, é produto de uma profunda reflexão filosófica que se desenvolve a partir de crises na história da humanidade, mas acima de tudo é o caminho de construir empiricamente respostas filosóficas e existenciais ao papel do homem como ser-no-mundo e que cujo ato transforma a Terra em Mundo, constrói o espaço e a espacialidade, fundamento ontológico do Ser, fundamento do Tempo. (VITTE, 2009, p. 9)

A Geografia, portanto, é a construção racional e discursiva sobre a Terra e o mundo (VITTE, 2009), afinal construir conhecimento significa redescobrir o mundo por meio de novas interpretações das categorias analíticas, ou seja, o conhecimento capacita-nos a ir além dos símbolos pré-estabelecidos para depois, recriá-los.

A Geografia deixou de ser apenas uma ciência de síntese a serviço do capital e do Estado subordinado à lógica capitalista, para realmente ser uma ciência voltada, antes de tudo, à pesquisa espaço-temporal e a todos os seus respectivos problemas, não permitindo a ausência dos aspectos societários, econômicos e políticos, muito menos a simples diferenciação de áreas e/ou regiões. A Geografia ampliou sua articulação científica ao caminhar na postura crítica-epistemológica e procurou alcançar uma gnosiologia geográfica não mais em discursos tautológicos sintéticos, mais em questões múltiplas para entender a ordem global dos aspectos econômicos e políticos, somados a interferência direta no cotidiano da sociedade e também dos indivíduos. (BARBOSA, 2008, p. 149).

Nesta direção, a História moderna mostra-nos um quadro de prática espacial e de espaço de conceituação oposto àquele testemunhado no passado. A atual estrutura da sociedade encontra-se cada vez mais diversificada e complexa em sua multiplicidade de relações e os homens lidam em suas práticas espaciais com toda complexidade de níveis de representação infinitamente mais numerosos, dados os fatos como o desenvolvimento das trocas, crescimento das cidades, circuitos de circulação e o advento dos avanços tecnológicos cada vez mais presentes na sociedade em rede.

A sociedade em rede, materializa-se em uma sociedade urbano-industrial. Esta sociedade tem caráter polissêmico em que as redes de comunicação se avantajam preenchendo, reconstruindo e projetando novos espaços.

Neste cenário, o pensamento e a percepção da Geografia não se configuram, necessariamente, em uma produção exclusiva de geógrafos e apenas para geógrafos. O raciocínio geográfico transcende a fronteira do conhecimento fragmentado, elevando-se a um conhecimento que, cotidianamente, é transformado em uma *metageografia*³⁵, uma vez que o espaço é elemento comum a todos os grupos humanos e condição primeira para as manifestações sociais, este configura-se em uma entidade real.

A metageografia tem como pressuposto pensar o espaço como produção social e histórica, condição necessária e indispensável para pensar a produção da vida humana no planeta, que o transforma em mundo. Trata-se de uma geografia preocupada com os problemas de seu tempo, renovando a reflexão sobre a desigualdade, atualizando as formas de alienação e comportando a necessidade de uma crítica profunda ao estado e a sua política, cujo poder se exerce através do espaço, enquanto dominação política. Nesse sentido, é possível propor: a) uma nova inteligibilidade que fornece um ponto de partida para a reflexão e se situa na contramão da divisão/subdivisões da geografia cuja fragmentação e simplificação criam análises sombreadas da realidade. Essa nova inteligibilidade enfrenta seus limites de conhecimento parcelar diante da necessidade de um pensamento capaz de revelar, em sua profundidade, o movimento contraditório da realidade que funda a dialética do mundo. Esse delineamento busca, como horizonte de pesquisa e como percurso teórico-metodológico, elucidar os fundamentos do movimento que explica a realidade atual, que se realiza, também, como movimento do pensamento crítico que enfrenta uma crise teórico-prática; b) um caminho capaz de realizar o movimento, no plano do pensamento geográfico, que vai da “organização do espaço” à análise de sua “produção social”. Essa orientação traz exigências teóricas que redirecionam a pesquisa, focando um mundo construído socialmente; c) a análise das contradições que eclodem sob a forma de lutas no espaço e pelo espaço, que vêm junto com o aprofundamento da desigualdade, com aumento de tensões de todos os tipos e que

³⁵ Teoria Crítico-Radical elaborada por CARLOS (2007, 2015, 2018a, 2018b), que se empenha em desvendar o mundo a partir do espaço, isto é, a partir da espacialidade das relações sociais. Essa é a tarefa e destino da Geografia. Nas palavras da geógrafa: “Nossa tese – fundadora de uma metageografia – é que a produção do espaço, como construção social é condição imanente da produção humana ao mesmo tempo que é seu produto. Neste raciocínio, a produção do espaço seria uma das obras do processo civilizatório. O espaço, em sua dimensão real, coloca-se como elemento visível, em sua materialidade, mas também como representação de relações sociais reais que a sociedade em cada momento da história. Na contramão do que apregoam os geógrafos poderíamos construir a hipótese segundo a qual não existiria um ‘espaço geográfico’, mas uma dimensão espacial da realidade, acarretando a necessidade de um modo de entender o mundo através da compreensão do espaço como produção social (e histórica)”. (CARLOS, 2015, p. 10).

escancaram uma vida cotidiana controlada e vigiada. A compreensão da práxis encontra aí os resíduos capazes de ganhar potencialidade e se transformar num projeto de metamorfose da realidade. Isso porque a crise do mundo moderno é real e concreta exigindo um projeto, capaz de orientar as estratégias; d) um momento de superação da geografia, já que o pressuposto do conhecimento é a relatividade da verdade diante da transformação ininterrupta da realidade social; e) a superação da produção ideológica do conhecimento, isto é, antes de buscar soluções que permitam a reprodução do sistema, encontrar as possibilidades de sua superação. (CARLOS, 2015, p. 19).

O pensamento crítico condicionado à totalidade social engloba o econômico, o político e o tecnológico como planos de análise. Se toda ciência leva implícita uma interpretação do mundo e, de certo modo, contém juízos éticos e estéticos que exercem sua influência sobre a vida social, econômica, política e tecnológica, a Geografia desvenda com maestria as máscaras sociais com as quais procuram obscurecer a visão crítica da sociedade, produzindo uma compreensão da espacialidade como momento de elucidação da realidade social.

Assim, como na alegoria da caverna eternizada por Platão na obra “A República”, ao sermos aquecidos e iluminados pelo brilho solar do conhecimento, temos a decisão de não aceitar como naturais, óbvias e evidentes as ideias, os comportamentos presentes em nosso cotidiano. Dentro do aforisma de Karl Marx de que “se a forma de manifestação e a essência dos objetos coincidissem, toda ciência seria supérflua”, jamais devemos absorver os fatos como um culto mágico e, sim, investigá-los e compreendê-los. Nessa missão pela estruturação e fortalecimento do conhecimento, propiciando a explicação racional da realidade, a Geografia, tal como o sol platônico, tira-nos do mundo das sombras que povoam a sepulcral caverna da insipiência.

3.2. O espaço geográfico como construção social imanente da produção humana

Quando estudamos um determinado país do ponto de vista da sua Economia Política, começamos por analisar a sua população, a divisão desta em classes, a cidade, o campo, o mar, os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc.

Parece correto começar pelo real e o concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto. Contudo, a um exame mais atento, tal revela-se falso. A população é uma abstração quando, por exemplo, deixamos de lado as classes de que se compõe. Por sua vez, estas classes serão uma palavra oca se ignorarmos os elementos em que se baseiam, por exemplo, o trabalho assalariado, o capital etc. Estes últimos supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços etc. O capital, por exemplo, não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem os preços etc. Por conseguinte, se começássemos simplesmente pela população, teríamos uma visão caótica do conjunto. Por uma análise cada vez mais precisa chegaríamos a representações cada vez mais simples; do concreto inicialmente representado passaríamos a abstrações progressivamente mais sutis até alcançarmos as determinações mais simples. Aqui chegados, teríamos que empreender a viagem de regresso até encontrarmos de novo a população – desta vez não teríamos uma ideia caótica de todo, mas uma rica totalidade com múltiplas determinações e relações. (MARX, 2008a, p. 257-258).

O pensamento de Karl Marx, que abre a cortina intelectual desta fração de texto, demonstra a abstração, ou seja, a opacidade conceitual quando o sujeito não se mune de elementos essenciais para a correta compreensão da complexidade, que repousa sobre as vigas que constituem a sociedade, corrói-se o pleno entendimento dos fatos. Ao margear atores e fatores que compõem a sociedade, as águas do entendimento transformam-se no pântano da alienação.

Harvey (2005) elaborou forte crítica com relação à falta de preocupação com o conceito de espaço nas Ciências Humanas e nas Ciências Sociais e argumenta que tanto a Geografia como o espaço não foram apropriadamente investigados e analisados. “A geografia histórica do capitalismo deve ser o objeto de nossa teorização enquanto o método de inquirição deve ser o materialismo histórico-geográfico” (HARVEY, 2005, p. 144).

Os espaços construídos possuem dimensões materiais, concebidas e vividas. O geógrafo britânico propõe a divisão tripartite entre o espaço-tempo absoluto, relativo e relacional em relação com a divisão tripartite entre espaço experimentado, conceitualizado e vivido para uma teoria marxiana, conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 – Matriz espaço-temporal para a teoria marxiana

	Espaço material (espaço experimentalizado)	Representações do espaço (conceitualizado)	Espaços de representação (espaço vivido)
Espaço absoluto	Muros, pontes, portas, solo, teto, ruas, edifícios, cidades, montanhas, continentes, extensões de água, marcadores territoriais, fronteiras e barreiras físicas, condomínios fechados	Mapas cadastrais e administrativos; geometria euclidiana; descrição de paisagem; metáforas do confinamento, espaço aberto, localização, arranjo e posição (comando e controle relativamente fáceis) – Newton e Descartes	Sentimentos de satisfação em torno do círculo familiar; sentimento de segurança ou encerramento devido a confinamento; sentimento de poder conferido pela propriedade, comando e dominação sobre o espaço; medo de outros que “não são dali”.
Espaço (tempo) relativo	Circulação e fluxo de energia, água, ar, mercadorias, povos, informação, dinheiro, capital; acelerações e diminuições na fricção da distância.	Cartas temáticas e topológicas (ex: o sistema de metrô de Londres); geometrias e topologias não euclidianas; desenhos de perspectiva; metáforas de saberes localizados, de movimento, mobilidade, deslocamento, aceleração, distanciamento e compressão do espaço-tempo (comando e controle difíceis requerendo técnicas sofisticadas). Einstein e Riemann	Ansiedade por não chegar na aula no horário; atração pela experiência do desconhecido; frustração num engarrafamento; tensões ou divertimentos resultantes da compressão espaço-tempo, da velocidade, do movimento.
Espaço (tempo) relacional	Fluxos e campos de energia eletromagnética; relações sociais; superfícies econômicas e de renda potenciais; concentrações de poluição; potenciais de energia; sons, odores e sensações trazidas pelo vento.	Surrealismo; existencialismo; psicogeografias; ciberespaço; metáforas de incorporação de forças e de poderes (comando e controle muito difíceis – teoria do caos, dialética, relações internas, matemáticas quânticas) – Leibniz, Whitehead, Deleuze, Benjamin.	Visões, fantasmas, desejos, frustrações, lembranças, sonhos, fantasmas, estados psíquicos (ex: agorafobia, vertigem, claustrofobia)

Fonte: Harvey, 2012, p. 22-23.

A construção (estrutura, organização e movimentos) geográfica de uma sociedade é o resultado das práticas espaciais (LACOSTE, 1997).

A construção do espaço é obra da sociedade em sua marcha histórica ininterrupta. Mas não basta dizer que o espaço é o resultado da acumulação do trabalho da sociedade global. Pode-se dizer isso e, ainda assim, trabalhar com uma noção abstrata de sociedade, onde não se leva em consideração o fato de que os homens se dividem em classes.

A sociedade se transforma em espaço pela sua redistribuição sobre as formas geográficas, e isto ela o faz em benefício de alguns e em detrimento da maioria; ela também o faz para separar os homens entre si, atribuindo-lhes um pedaço de espaço segundo um valor comercial: e o espaço-mercadoria vai aos consumidores como uma função de seu agentes dessa obra, o lugar que cabe a cada um, seja como organizador da produção e donos dos meios de produção, seja como fornecedor de trabalho. (SANTOS, 2012a, p. 261-262).

O espaço geográfico é, nesse sentido, o palco de atuação em que as sociedades se edificam e constroem a sua existência.

Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço. (...) A paisagem humana é o resultado de uma dialética entre matéria e ideia. (MORAES, 1988, p. 15-22).

O espaço geográfico é dinâmico, sendo reflexo das alterações e contradições expressas ao longo do tempo nas sociedades. Germina como produto saído da História, reproduzindo-se ao longo do tempo, em função das estratégias e virtualidades contidas em cada sociedade.

A noção de prática socioespacial é derivada diretamente da noção de *práxis*, cujo debate na Filosofia ganha força no século XIX, inicialmente com Hegel e posteriormente com Marx. Assim, a *práxis* revela um debate sempre necessário na ciência, que é o questionamento permanente da relação entre teoria e prática. Nessa perspectiva, ela é desenvolvida com o propósito de buscar a superação da dicotomia entre teoria e prática, no sentido que Marx dá ao pensamento filosófico, em sua concepção da realização da Filosofia como realização não de um pensamento descolado da realidade, mas a própria realização do homem como apropriação do mundo humano criado ao longo da história.

(...)

A noção marxista de *práxis* é, então, a tentativa de superação da separação entre o pensamento e a ação, separação essa que se revela, na prática, como um fundamento importante para a reprodução das relações sociais.

(...)

Dessa forma, essa noção de *práxis* é a construção de um pensamento que situa o próprio pensamento no movimento do mundo, como produto da história e produtor da história, compreendido como um conhecimento construído a partir da ação, na prática. Nesse sentido, é um conhecimento que se substancia como consciência prática e prática consciente do mundo, da realidade em movimento e não especulação para e sobre os conteúdos da realidade. (PADUA, 2018, p. 35-36).

Posto isto, “o espaço pode ser considerado como *meio, teatro e objetivo (motivo)* da política externa”³⁶ (ARON, 2002, p. 254).

Partindo da premissa de que o processo de constituição da humanidade contempla a produção do espaço, chegamos à ideia segundo a qual a “produção do espaço” é condição, meio e produto da ação humana. Esse movimento triádico sugere que é através do espaço (e no espaço), que, ao longo do processo histórico, o homem produziu a si mesmo e o mundo como prática real e concreta. Objetiva em sua materialidade, tal prática permite a realização da existência humana através de variadas formas e modos de apropriação dos espaços-tempo da vida. Ao se realizar nesse processo, a vida revela a imanência da produção do espaço como movimento de realização do humano (de sua atividade). Com isso quero dizer que a relação do homem com a natureza não é de exterioridade, uma vez que a atividade humana tem uma relação prática com a natureza como reação e resposta, apoderando-se das coisas como construção de um mundo e de si mesmo em sua humanidade. Ao longo do processo histórico constituidor da humanidade, o espaço se encerra como uma das grandes produções humanas, superando sua condição de “continente”. (CARLOS, 2015, p. 14).

Lacoste (1997), defende a existência de uma primazia casual das relações sociais sobre as relações espaciais, a qual e externaliza por meio de fatos como a desigualdade geográfica da acumulação capitalista, a divisão territorial do trabalho, a divisão do espaço urbano e a economia política urbana, regional, internacional. A organização e o sentido de espaço são, portanto, produto da atividade social.

³⁶ “A distinção entre meio e teatro (ou cenário), que não é habitual merece uma explicação. A geografia humana descreve as sociedades em função do solo e de um determinado clima, esforçando-se por compreender e explicar a ação exercida pelas características do meio sobre a maneira de viver e a organização social, e as alterações deste pelas sociedades nele estabelecidas. O meio definido e estudado pela geografia é ao mesmo tempo natural e histórico; definido concretamente, comporta todos os traços que os especialistas na fauna, na flora, nos solos e nos climas têm condições de identificar e que os estudiosos consideram reveladores”. (ARON, 2002, p. 255).

O movimento dialético entre forma e conteúdo, a que o espaço, soma dos dois, preside, é, igualmente, o movimento dialético do todo social, apreendido na e através da realidade geográfica. Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. Por isso mesmo, cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social: a cada instante as frações da sociedade que lhe cabem não são as mesmas. (SANTOS, 2014d, p. 13).

São as práticas espaciais que constroem a sociedade geograficamente criando a dialética de recíproca determinação em que a sociedade faz o espaço ao tempo que o espaço faz a sociedade (SANTOS, 2012a).

A formação espacial é, assim, o ente geográfico que inclui o marco político-territorial do Estado, a estrutura econômico-social da formação social e a diversidade cultural da nação num só amálgama geossocial, o todo de unidade social-natural/natural-social. (MOREIRA, 2016a, p. 13).

Dialeticamente, a construção acontece a partir da relação homem-mundo, isto é, o homem tem diante de si o mundo, logo este é revelado enquanto paisagem e, posteriormente, enquanto lugar do sujeito; assim, a construção do conhecimento passa, obrigatoriamente, pela relação dialética materialidade-subjetividade³⁷ (FIGUEIREDO, 2014).

Toda essa construção só é possível na categoria do espaço. Para Moreira (2007a, 2007b, 2012), o espaço geográfico é o espaço interdisciplinar da Geografia, constituindo-se em um elemento-chave para a compreensão desta ciência (CORRÊA, 1995); uma palavra-chave complexa (HARVEY, 2012); sendo o mais interdisciplinar dos objetos concretos (SANTOS, 2014c); e sua ênfase social ou humana é composta por múltiplos espaços (SANTOS, 2012a); uma entidade de rico tratamento científico (MOREIRA, 2007a, 2007b, 2012); pois toda as teorias do espaço são teorias da sociedade, elaboradas a partir do espaço (PORTO-GONÇALVES, 2000); sendo o espaço o fundamento que fornece identidade à Geografia (CARLOS, 2019b).

³⁷ Para a corrente do pensamento geográfico Humanista as noções de espaço e lugar não podem ser representadas apenas por modelos e sistemas matemáticos. O lugar possui uma relação com o indivíduo que nele se encontra. O lugar é mais que uma mera localidade, o seu significado é criado e recriado pela representação dos indivíduos que a ele pertence. O mesmo acontece com a noção de espaço: a ideia de espaço é oriunda também da percepção e da capacidade de reconhecimento que os indivíduos efetuam sobre ele.

A geografia deve trabalhar com uma noção de espaço que nele veja uma forma-conteúdo e considere os sistemas técnicos como uma união entre tempo e matéria, entre estabilidade e história. Desse modo, superaremos as dualidades que são, também, direta ou indiretamente, as matrizes da maior parte das ambiguidades do discurso e do método da geografia. (SANTOS, 2017, p. 279).

A paisagem física e o espaço simbólico humano serão os pontos de partida para a construção da análise conjuntural. A Geografia não deve explicar o homem pelo contexto ou o contexto pelo homem apenas, mas como ambos se articulam, como estão justapostos no espaço e como transformam esse espaço uma vez que este está em constante modificação. (MASSEY, 2008).

Se a geografia pretende interpretar o espaço humano como um fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à da sociedade local, pode servir como fundamento à compreensão da realidade espacial e permite a sua transformação a serviço do homem, pois a história não se escreve fora do espaço e não há geografia a-espacial. (...) As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares onde os modos de produção tornam-se concretos sobre uma base territorial historicamente determinada. (SANTOS, 1979, p. 14).

Assim, “o espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produtos da translação, da transformação e da experiência sociais”. (SOJA, 1993, p. 101).

(...) o homem se apropria do mundo, por meio da apropriação de um espaço-tempo determinado, aquele da sua reprodução na sociedade. (...) o espaço produz-se e reproduz-se como materialidade indissociável da realização da vida, elemento constitutivo da identidade social. Ao reproduzir sua existência, a sociedade reproduz, continuamente, o espaço, portanto, se, de um lado, o espaço é um conceito abstrato, de outro tem uma dimensão real e concreta enquanto lugar de realização da vida humana que ocorre diferencialmente, no tempo e no lugar, ganhando materialidade através do território. (CARLOS, 2015, p. 14-15).

O espaço caracteriza-se, portanto, como um híbrido entre sistemas de objetos e ações (SANTOS, 2017). Essa concepção refuta as abordagens compartimentadas, sob o ponto de vista científico, na tentativa de compreender a sociedade e a natureza. Isso requer uma explicação conjunta da inserção dos objetos em uma série de eventos, sendo que a “sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações sociais a que o objeto se

subordina e as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos”. (SANTOS, 2017, p. 102).

A análise geográfica do mundo seria, portanto, aquela que caminharia na direção do desvendamento dos processos constitutivos da reprodução do espaço, uma vez que é no espaço que se pode ler as possibilidades concretas de realização da sociedade, bem como suas contradições.

O plano da reprodução do espaço repõe constantemente as condições gerais a partir das quais se realiza o processo de reprodução do capital e de vida social, marcado pela desigualdade. A alienação permeia as relações sociais no mundo de hoje; se o mundo dos homens se reproduz como o mundo das coisas, das mercadorias, na consciência desse processo, surge a ideia de liberdade baseada na união de com o outro, na superação das relações sociais atomizadas que buscam o direito de participação numa sociedade de excluídos (fundamentada nas relações de dominação, nas quais o direito humano vincula-se à propriedade privada). O processo de humanização envolve uma contradição entre o desenvolvimento da desumanização-humanização do homem: ele se dá no exercício de superação da alienação e na busca da liberdade individual constituída a partir do nível genérico. (CARLOS, 2015, p. 20).

O espaço é o objeto da Geografia, não um objeto estanque e, sim, um campo investigativo o qual proporciona a esta ciência múltiplas respostas aos acontecimentos protagonizados e produzidos pelas sociedades no planeta.

Sem dúvida, o espaço é formado de objetos; mas não são os objetos que determinam os objetos. É o espaço que determina os objetos: o espaço visto como um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica. Essa lógica da instalação das coisas e da realização das ações se confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura a continuidade. (SANTOS, 2017, p. 40).

A produção do espaço envolve os momentos de produção e criação, fazendo do espaço, ao mesmo tempo e, dialeticamente, obra e produto: como produto da sociedade e como obra de sua história.

O espaço não é um objeto científico afastado de ideologia e da política; sempre foi político e estratégico. Se o espaço tem uma aparência de neutralidade e indiferença em relação a seus conteúdos e, desse modo, parece ser “puramente” formal, a epítome da abstração racional, é precisamente por ter sido ocupado e usado, e por já ter sido o foco de processos passados cujos vestígios nem sempre são evidentes na paisagem. O espaço foi formado e moldado a partir de elementos históricos e naturais, mas esse foi um processo político. O espaço é político e ideológico. É um produto literalmente repleto de ideologias. (LEFEBVRE apud SOJA, 1993, p. 102).

A existência humana é espacial, e, portanto, nenhuma relação social externa-se materialmente fora de um espaço real e concreto.

3.3. Capitalismo e Produção Espacial

A forma estrutural da formação espacial capitalista é o modo de entrelaçamento entre a formação social e o modo de produção que organiza a formação espacial por dentro. Toda formação social é uma estrutura total arrumada em uma coexistência de modos de produção historicamente distintos, que a ordenação espacial concretiza como um complexo de modos de produção estruturados e focados na hegemonia do mais evoluído deles. Isso faz da formação espacial capitalista um concentrado de modos de produção passados, herdados e hegemônicos pelo modo capitalista de produção, daí o nome. (MOREIRA, 2016a, p. 17)

O feudalismo dava os seus últimos passos como organização econômica, política e social. Extenuado de sua caminhada, era superado pela corrida da História por uma nova concepção que transformaria a socioespacialidade do mundo como nunca fora testemunhado até então. Deixando o feudalismo na poeira da História, nascia o capitalismo. “O capitalismo nasce e se desenvolve sob o signo da mundialização³⁸” (MOREIRA, 2016a, p. 77), sendo “a globalização o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2003, p. 24).

As Grandes Navegações, capitaneadas por Portugal e Espanha, impuseram uma nova percepção do espaço. Os mapas cartografavam a conquista de novas posses territoriais. O processo de conquista por novos espaços testemunhava a expansão do conhecimento e emprego da tecnologia.

O domínio feudal na Idade Média baseava-se em uma economia de pequenas comunidades agrícolas autossuficientes que produziam praticamente tudo de que necessitavam, quase não precisavam da troca e eram protegidas pela nobreza combativa, que garantia uma coesão nacional ou, ao menos, política. Quando as cidades surgiram – e com elas uma indústria-oficina específica e um comércio a princípio intrarregional e depois internacional –, a burguesia urbana se desenvolveu e conseguiu, ainda na Idade Média, inserir-se na ordem feudal lutando contra a nobreza, logrando ocupar também posição privilegiada. No entanto, com a descoberta das terras para além da Europa a partir de meados do século XV, essa burguesia obteve uma

³⁸ “O capitalismo é a economia de mercado estruturada no duplo da contradição capital-trabalho estabelecida ao redor da compra-venda da força de trabalho e da contradição capital-capital estabelecida ao redor da disputa de domínio dos âmbitos do mercado, tudo levando-o a organizar-se como modo de produção a um nível mundial cada vez mais global. É um duplo de contradições que só vão encontrar solução combinadas nesse plano sucessivamente mais amplo”. (MOREIRA, 2016a, p. 78).

área de comércio bastante ampla e, com isso, nova força para sua indústria. Nos mais importantes ramos, as oficinas foram suplantadas pela manufatura já com traços fabris; esta, por sua vez, foi suplantada pela grande indústria (possibilitada pelas invenções do século anterior, a saber, as máquinas a vapor), que, por sua vez, impactou o comércio, a ponto de, nos países atrasados, substituir o antigo trabalho manual e, nos mais desenvolvidos, criar os novos e atuais meios de transporte, as máquinas a vapor, os trens de ferro, os telégrafos elétricos. (ENGELS, 2019, p. 10-11).

A expansão marítima proporcionada pelas Grandes Navegações possibilitou que as Américas e o Oriente se integrassem à economia europeia. Essa integração propiciou a expansão do comércio em escala mundial.

Todavia, o processo de produção do espaço, na qualidade de processo civilizatório, traz em si aquilo que o nega, isto é, com o desenvolvimento do capitalismo, o espaço (produção social) torna-se uma mercadoria, como todos os produtos do trabalho humano. Nessa condição, revela-se, no plano da vida pela contradição valor de uso/valor de troca. A extensão do capitalismo tomou o espaço, fez dele sua condição de produção, primeiro como recurso, depois como força produtiva, e finalmente como mercadoria reproduzível... (CARLOS, 2015, p. 15).

O capitalismo comercial e a política do mercantilismo foram os ventos que orientaram a colonização europeia. Segundo as suas regras, criou-se o Pacto Colonial. Por esse pacto, cada colônia tinha a exclusividade do comércio com a sua metrópole, para a qual fornecia principalmente metais preciosos e produtos agrícolas tropicais que alcançavam grande valor no mercado europeu.

O capitalismo manufatureiro inspira o mercantilismo, sua estratégia de expansão requer a unificação do mercado nacional (inclusive os das colônias) e sua dominação mediante o monopólio político. Ele necessita da intervenção do estado nacional para seus rivais do mercado, sejam estes artesãos locais ou manufatureiros estrangeiros segundo a doutrina mercantilista, cabe ao estado promover as exportações e limitar as importações, de modo a maximizar o saldo comercial e deste modo promover a entrada de dinheiro no país, para reforçar o tesouro real. (SINGER, 1991, p. 18).

Com o capitalismo comercial, estabeleceu-se a primeira modelagem da Divisão Internacional do Trabalho. As colônias vendiam os seus produtos a preços reduzidos e compravam os artefatos das metrópoles a valores elevados. Excetuando-se os produtos de consumo local, as colônias forneciam somente aquilo que era necessário às metrópoles.

Ao arruinar as economias naturais e pré-capitalistas, o capitalismo vinculou todos os povos em um sistema de vasos comunicantes, tornando as sociedades interdependentes, apesar e/ou em consequência da diversidade de seus graus de progresso e civilização. E, desde o mercantilismo, sua evolução constituiu um processo de contínua globalização da economia, com a implantação do sistema colonial nas Américas, África e Ásia, a divisão internacional do trabalho e a criação do mercado mundial, paralelamente à conformação de Estados nacionais. (MONIZ BANDEIRA, 2013).

Tudo o que pudesse ser vendido e gerasse lucro era transformado em mercadoria. Dentro desse pensamento, o tráfico de escravos africanos tornou-se um dos negócios mais lucrativos do período³⁹.

A adoção de medidas mercantilistas, encorpadas ao capitalismo comercial, foi essencial para o desenvolvimento da economia mundial. Impulsionou a acumulação primitiva do capital, fase em que os Estados europeus e a burguesia aglomeraram recursos materiais que serviriam, posteriormente, como mola propulsora para o capitalismo em sua etapa industrial. À vista disso, entre os séculos XV e XVIII, as práticas mercantilistas utilizadas pelos Estados modernos, objetivando o enriquecimento dos reinos, estimularam a expansão comercial e fomentaram a competição entre as principais potências da época.

Vê-se, desse modo, que o mundo moderno não é compreensível sem a colonialidade. Daí dizermos, sempre (...) que vivemos um sistema-mundo moderno-colonial, e não simplesmente um mundo moderno. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 19)

A internacionalização da economia e interdependência econômica entre os países se acentuaram nos séculos XIX e XX, períodos sublinhados por intensas mudanças tecnológicas e culturais.

Todas estas transformações econômicas também tiveram como resultado, e em determinação recíproca, profundas mudanças em todas as outras dimensões da atividade humana – políticas, artísticas, jurídicas, sociais, ideológicas, educativas, filosóficas, científicas etc. Temos aí o processo, ativamente liderado pela classe burguesa, de constituição do Estado moderno e das nações modernas. Também temos aquele enorme florescimento das artes, das ciências, de um novo modo de ver o mundo e de relacionar-se com ele, conhecido como Renascimento. Mas, também todo o processo da Reforma protestante e da Contra-Reforma católica, com profundas consequências sobre todo o processo social. Juntamente com isso,

³⁹ Para Marx e Engels (2001, p. 28): “A burguesia rasgou o véu de emoção e de sentimentalidade das relações familiares e reduziu-as a mera relação monetária”.

também temos a criação de novas teorias jurídicas e de um novo aparato legal, bem como a ampliação do acesso à educação, embora com enormes restrições para a classe trabalhadora e a elaboração de novas teorias pedagógicas, que enfatizam a participação ativa do sujeito na sua formação. E não podemos deixar de mencionar toda a elaboração filosófica que caracteriza o período do Iluminismo, com a sua defesa da racionalidade imanente a todos os indivíduos humanos e, portanto, da capacidade de conhecer verdadeiramente a realidade tanto natural como social. Acrescentem-se a isso as teorias do jusnaturalismo e do liberalismo com a sua defesa da igualdade natural e dos direitos naturais de todos os indivíduos.

Trata-se, pois, de um mundo novo que está surgindo, impulsionado por aquelas atividades de produção da riqueza material. (TONET, 2013, p. 31-32).

Geograficamente,

O final do século XIX e o início do século XX verão o comércio internacional crescer espetacularmente. Na verdade, com o imperialismo, instala-se uma verdadeira pilhagem dos recursos naturais da África, da Ásia e da América Latina e do Caribe e, mais do que isso, deixa-se um séquito de devastação e desordem ecológica e social. Até mesmo duas guerras acabaram envolvendo a própria Europa na desordem generalizada que a dinâmica expansionista inerente ao capitalismo acabara impondo a todos.

É difícil imaginar o funcionamento desse modelo de desenvolvimento sem guerras, até porque a lógica da economia capitalista (e não de qualquer economia, diga-se de passagem) implica uma lógica de guerra permanente por conquistas de mercado⁴⁰. Depois que o capital comercial foi associado ao capital industrial e a concorrência gerou o seu contrário, os oligopólios, não só se disputam mercados para a venda de produtos, mas também para a obtenção de matérias-primas (incluindo as fontes de energia), ou o controle dos lugares e regiões estratégicas. É a geografia do imperialismo re-geografando o mundo, vide o Canal de Suez e o Canal do Panamá. Neste último caso, os EUA fomentarão a criação de um Estado territorial formalmente independente, subtraído à Colômbia, para nele construir uma Zona do Canal sob seu controle direto até muito recentemente. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 25-26).

Germinada no solo das políticas econômicas do mercantilismo, brotava a Revolução Industrial. Nascia uma época em que as descobertas e inovações transformavam não apenas o modo de produção, mas toda a vida cotidiana e o espaço geográfico. Um complexo quadro de mudanças econômicas e sociais é associado à incorporação crescente de novas tecnologias, como ocorreu com as diversas fontes de energia para movimentar as máquinas.

⁴⁰ Para Harvey (2016, p. 9): “Crises são essenciais para a reprodução do capitalismo. É no desenrolar das crises que as instabilidades capitalistas são confrontadas, remodeladas e reformuladas para criar uma nova versão daquilo em que consiste o capitalismo. Muita coisa é derrubada e destruída para dar lugar ao novo”.

Sob qualquer aspecto, este foi provavelmente o mais importante acontecimento na história do mundo, pelo menos desde a invenção da agricultura e das cidades. (HOBSBAWN, 2017a, p. 60).

A intensidade das transformações do espaço e sua organização estão associadas às fases do capitalismo e da Revolução Industrial, ou seja, ao interesse econômico, às formas de produzir riquezas e à evolução das tecnologias em cada época.

A construção do capitalismo tem seu fio evolutivo na criação do mercado de moeda, de terra e de força de trabalho. Cada criação de mercado se apoia na criação anterior, de modo que a culminância do processo é a instituição do mercado global, cujo elo-chave é o mercado da força de trabalho. Somente quando a sociedade se apoia na compra-venda de força de trabalho se pode dizer que a relação do mercado é integralmente capitalista. Esta sucessão de metamorfoses que leva à instauração de fato do mercado capitalista tem por consequência um paralelo e contínuo processo de mobilidade territorial do trabalho e do capital. (MOREIRA, 2014a, p. 99).

Assim, a organização espacial diferenciou-se conforme o papel que cada lugar ou região desempenhava no novo sistema produtivo⁴¹.

A transição do mundo feudal ao mundo capitalista significou uma ruptura decisiva tanto no plano material quanto no plano espiritual. No plano material vemos que, já no interior no modo de produção feudal, vai se gestando uma nova forma de produzir as bases materiais da existência humana. Aqui aparece uma certa diferença entre o trabalho dos escravos e o trabalho dos servos. A melhoria da produção não interessava aos primeiros porque nada mais receberiam pelo seu acrescentamento. Para os segundos, porém, a melhoria possibilitava o acesso a uma parte um pouco maior da riqueza produzida. Daí porque, as melhorias do trabalho servil foram dando origem a um certo excedente e o comércio foi se intensificando, levando à acumulação do capital mercantil. Por outro lado, a acumulação deste capital também era impulsionada pelo intercâmbio cada vez mais intenso, proporcionado especialmente pelas cruzadas, mas também por outros

⁴¹ Santos (2012a, p. 29), relata que “a geografia oficial, foi ‘desde os seus começos’, mais uma ideologia do que uma filosofia, e isso não se deu apenas na Alemanha, mas um pouco no mundo inteiro”. Para Moraes (1983, 2002) e Sodré (1982), a Geografia foi utilizada ideologicamente pelo capitalismo no decorrer do colonialismo e do imperialismo. Sobre o tema, sentencia Moraes (1983, p. 41): “Estas condições haviam se constituído no próprio processo de formação, avanço e domínio das relações capitalistas. Tal processo realiza tanto os pressupostos materiais, quanto os vinculados à evolução do pensamento. A sistematização da geografia, sua colocação como uma ciência particular e autônoma, foi um desdobramento das transformações operadas na vida social, pela emergência do modo de produção capitalista. E, mais, a geografia foi, na verdade, um instrumento da etapa final deste processo de consolidação do capitalismo, em determinados países da Europa. Assim, os pressupostos históricos e as fontes de sistematização geográfica se forjaram no período da transição, na ‘fase heroica’ da burguesia, em que esta classe agia e pensava no sentido de transformar a ordem social existente”.

eventos, entre a Europa e o mundo oriental. Passando por diversas fases – artesanato, manufatura, grande indústria – a acumulação de capital vai criando as bases materiais de uma nova forma de sociabilidade. Esta nova forma de produzir a riqueza é intensamente dinâmica. Ao contrário da riqueza dos modos de produção escravista e feudal, constituída por terras mais escravos ou servos, respectivamente – no capitalismo a riqueza toma a forma de capital e este, pela sua própria natureza, implica um enorme dinamismo, a intervenção ativa dos indivíduos e a possibilidade, em princípio, de uma acumulação sem limites.

(...)

A mudança do carácter da produção implicará também que seja, agora, o mercado e não mais o Estado quem deverá ditar as regras de todo o processo de produção e distribuição da riqueza⁴². (TONET, 2013, p. 29-30).

A Revolução Industrial se caracterizou pela substituição da manufatura pela maquinofatura e se distingue pela produção em larga escala e pela especialização do trabalho.

A Primeira Revolução Industrial ocorreu na Inglaterra, no século XVIII (1780-1830). A Inglaterra foi o primeiro país a passar por esta revolução. Por volta de 1830, ela se completou na Inglaterra, e daí migrou para outras regiões do continente europeu. Aportou na Bélgica e na França, países adjacentes ao arquipélago britânico. Por volta dos meados do século XIX, atravessou o Atlântico e rumou para os Estados Unidos. E, no final daquele século, retornou à Europa para retomar seu fio tardio na Alemanha e na Itália, chegando, à Ásia, pelo Japão.

O sistema de técnica e de trabalho desse período é o paradigma manchesteriano, nome dado por referência a Manchester, o centro têxtil por excelência representativo desse período (MOREIRA, 2016a). A tecnologia característica é a máquina de fiar, o tear mecânico. Todas as máquinas são movidas pelo vapor originado da combustão do carvão, a forma de energia principal desse período técnico. O sistema de transporte característico é a ferrovia, além da navegação marítima, também movida à energia do vapor do carvão.

⁴² Tonet (2013, p. 30), complementa: “Vale notar que, ao longo deste processo, também vão se constituindo as duas grandes classes que serão os eixos fundamentais desta nova sociedade: a classe burguesa e a classe proletária. A primeira, através da transformação de alguns servos e camponeses em comerciantes e depois em industriais e a segunda através da transformação da maioria dos servos em força de trabalho livre. Deste modo, vai se constituindo a célula *mater* da nova forma de sociabilidade: o ato de compra-e-venda de força de trabalho, com todas as suas exigências e consequências. Neste processo, a natureza da riqueza produzida também vai mudando de carácter, pois o objetivo prioritário a que se destina já não é o valor de uso, mas o valor de troca. Deste modo, todo o processo de produção estará voltado para a criação de mercadorias e terá como finalidade última a acumulação de capital”.

A Segunda Revolução Industrial principiou-se pelos idos de 1870. Todavia, a transparência de um novo ciclo só se deu nas primeiras décadas do século XX. Foi um fenômeno muito mais dos Estados Unidos que dos países europeus. Esta Segunda Revolução Industrial está por trás de todo desenvolvimento técnico, científico e de trabalho que ocorre nos anos da Primeira (1914-1918) e, principalmente, da Segunda Guerras Mundiais (1939-1945).

Com efeito, (...) o capitalismo não esgotara suas possibilidades de desenvolvimento, nem na Alemanha nem nos demais países industrializados da Europa, muito menos nos EUA, pois constituía o primeiro sistema econômico com capacidade de expandir-se, mundialmente, e manter a continuidade do processo de acumulação, eliminando, progressivamente, todos os demais modos de produção, as formações pré-capitalistas, economias naturais e economias simples de mercado, das quais podia dispor como mercado para a colocação do seu excedente econômico, como fonte de meio de produção e reservatório de força de trabalho. E o progresso da indústria pesada, a descoberta da energia elétrica, a transmissão à distância, o navio a vapor e as estradas de ferro impulsionaram ainda mais a internacionalização ou globalização da economia, na segunda metade do século XIX. Essas conquistas tecnológicas não somente reduziram o tempo de circulação das mercadorias como também modificaram as formas e os métodos de guerra, favorecendo a monopolização da força armada pelos Estados nacionais, cujo avigoramento político e militar a expansão internacional do capitalismo exigia. (MONIZ BANDEIRA, 2003).

A Segunda Revolução Industrial tem as suas bases nos ramos metalúrgico e químico. Nesse período, o aço torna-se um material tão básico que é nele que a siderurgia ganha sua grande expressão. A indústria automobilística assume grande importância nesse período. O trabalhador típico desse período é o metalúrgico (MOREIRA, 2016a).

O sistema de técnica e de trabalho desse período é o fordista, termo que se refere ao empresário Henry Ford, criador, na sua indústria de automóveis em Detroit, Estados Unidos, do sistema que se tornou o paradigma de regulação técnica e do trabalho conhecido em todo o mundo industrial.

A tecnologia característica desse período é o aço, a metalurgia, a eletricidade, a eletromecânica, o petróleo, o motor a explosão e a petroquímica. A eletricidade e o petróleo são as principais formas de energia.

A forma mais característica de automação é a linha de montagem, criada por Henry Ford, com a qual introduz na indústria a produção padronizada, em série e em massa. Com o fordismo, surge um trabalhador “desqualificado”, que desenvolve uma função mecânica, extenuante e para a qual não precisa pensar. Pensar é a função de um especialista, o engenheiro, que planeja para o conjunto dos trabalhadores dentro do sistema da fábrica. Temos aqui a principal característica do período técnico da Segunda Revolução Industrial: a separação entre concepção e execução, separando quem pensa (o engenheiro) e quem executa (o trabalhador em massa). É, pois, o taylorismo que está na base teórica do fordismo. É criação do taylorismo essa série de segmentações que quebra e dissocia o trabalho em aspectos até então organicamente integrados, a partir da separação entre o trabalho intelectual e o trabalho manual (operários). Taylor elabora um sistema que designa de organização científica do trabalho (OIT). O trabalho taylorizado é especializado, fragmentado, não-qualificado, intenso, rotineiro, insalubre e hierarquizado.

Um complexo quadro de mudanças econômicas e sociais pode ser associado à incorporação crescente de novas tecnologias, como ocorreu com as diferentes fontes de energia para movimentar as máquinas.

A fabricação em série, ao reduzir custos de produção, permitiu que, em alguns decênios, os EUA se tornassem uma potência econômica, antes mesmo de constituírem uma potência política e militar, e conquistassem a supremacia no mercado mundial, além de dispor de enorme espaço econômico, suficiente, inclusive para a era do imperialismo, cujo campo de expansão já estava, ademais, geograficamente determinado, com o movimento pan-americano, que principiava sob a cobertura da Doutrina Monroe. (MONIZ BANDEIRA, 2003).

Com a substituição da energia hidráulica pelo vapor produzido com a queima do carvão foi possível movimentar máquinas e locomotivas. As linhas férreas e os navios a vapor agilizaram o transporte de pessoas e mercadorias.

O capitalismo deve muito do seu desenvolvimento aos combustíveis fósseis – carvão e, depois, petróleo e gás. Daí podemos falar (...) que a sociedade industrial tal como se constituiu até aqui, sob as relações sociais e de poder capitalistas é “fossilista”. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 24).

O vapor utilizado como energia para movimentar máquinas substituiu o trabalho artesanal por centenas de pessoas ou animais. Com a introdução de maquinofatura em diversos ramos, a produção passou a se concentrar nas fábricas.

“A civilização moderna é filha da revolução industrial e da forma social do seu paradigma” (MOREIRA, 2016a, p. 41). Iniciada em meados do século XVIII, a Revolução Industrial representou um marco na história das técnicas ao imprimir um novo padrão de velocidade e intensidade à oferta dessas inovações. O barateamento dos produtos industrializados e a ampliação do mercado exigiram investimentos contínuos na infraestrutura (estradas, ferrovias, armazéns, iluminação pública, distribuição de água encanada) que daria nova vida ao espaço geográfico⁴³.

Tomemos o fio da meada do tempo. O dado fundamental é o conjunto das transformações que acontecem ao redor da intermediação mercantil que acompanha o nascimento da manufatura, onde podemos localizar o surgimento da economia moderna cuja referência é a formação simultânea do mercado de dinheiro, de terras e de força de trabalho, conhecida por processo de acumulação primitiva. A acumulação primitiva é já em si o embrião do movimento de mundialização da forma de economia que está nascendo, cuja culminância é a transformação da manufatura na fábrica, através da revolução industrial, que é o desemboque e o ponto alto da sequência de transformações sociotécnicas que vai levar o espaço capitalista a uma escala de mundialização completa. Se a formação do mercado de terras e da força de trabalho é um processo de cunho local, a do mercado do dinheiro é, desde o início, de escala mundial. É a mundialização do dinheiro o fato econômico que totaliza o capitalismo pelos cantos do mundo, e tanto o imperialismo quanto a globalização têm aí a sua origem. (MOREIRA, 2016a, p. 78).

Os grandes centros urbanos eram imãs que atraíam cada vez mais trabalhadores e se constituíam nos espaços privilegiados para grandes manifestações do proletariado que reivindicava melhores condições de trabalho e melhores salários.

⁴³ “A revolução industrial não é a primeira ruptura profunda realizada pela técnica na história da vida humana. Antes os povos experimentaram uma sucessão de acontecimentos que modificaram fortemente seus modos de vida e deram lugar a novos, operando, a seu modo, metamorfoses bastantes radicais. Foi assim com a descoberta e o manejo do fogo, com a agricultura e com a urbanização, por exemplo. Porém, nada nesses vinte séculos de história, se compara aos dois séculos e meio da nossa vivência industrial.

Os efeitos da cultura técnica industrial moderna não têm paralelo na longa história humana. Foi a revolução industrial com o seu paradigma social de ciência e técnica que arrancou os povos dos seus ambientes, seus regionalismos históricos e tornou pela primeira vez na história humana um mesmo modo de vida mundial”. (MOREIRA, 2016a, p. 41).

No geral, todavia, o dinheiro não só falava como governava. Tudo que os industriais precisavam para serem aceitos entre os governantes da sociedade era bastante dinheiro.

(...)

E tanto a Grã-Bretanha quanto o mundo sabiam que a revolução industrial lançada nestas ilhas não só pelos comerciantes e empresários como através deles, cuja única lei era comprar no mercado mais barato e vender sem restrição no mais caro, estava transformando o mundo. Nada poderia detê-la. Os deuses e os reis do passado eram impotentes diante dos homens de negócios e das máquinas a vapor do presente. (HOBSEBAWN, 2017a, p. 64-95).

Nesse caleidoscópio de transformações socioespaciais, consolidava-se o sistema capitalista.

3.4. Globalização e Capitalismo Informacional

Não acho que seja possível identificar a globalização apenas com a criação de uma economia global, embora este seja seu ponto focal e sua característica mais óbvia. Precisamos olhar para além da economia. Antes de tudo, a globalização depende da eliminação de obstáculos técnicos, não de obstáculos econômicos. Ela resulta da abolição da distância e do tempo. Por exemplo, teria sido impossível considerar o mundo como uma unidade antes de ele ter sido circum-navegado no início do século XVI. Do mesmo modo, creio que os revolucionários avanços tecnológicos nos transportes e nas comunicações desde o final da Segunda Guerra Mundial foram responsáveis pelas condições para que a economia alcançasse os níveis atuais de globalização. (HOBSEBAWN, 2000, p. 71).

A globalização contemporânea é resultante da intensificação das transformações tecnológicas e de sua disseminação por diversas áreas do planeta, em especial, a partir da década de 1970. Tais transformações são caracterizadas pela automação e pela expansão do uso da informática e dos diversos meios de comunicação associados tanto à atividade produtiva como a outras atividades econômicas. É nesse ventre de transformações que é gestada a Terceira Revolução Industrial.

A Terceira Revolução Industrial tem início na década de 1970, tendo por base a alta tecnologia, a tecnologia de ponta (high-tech). As atividades tornam-se mais criativas, exigem elevada qualificação da mão de obra e têm horário flexível. É uma revolução tecnicocientífica, tendo a flexibilidade do toyotismo. As características do toyotismo foram desenvolvidas pelos engenheiros da Toyota, indústria automobilística japonesa, cujo método foi abolir a função de trabalhadores profissionais

especializados para torná-los especialistas multifuncionais, lidando com as emergências locais anonimamente.

A tecnologia característica desse período técnico, que tem início no Japão, é a microeletrônica, a informática, a máquina CNC (Controle Numérico Computadorizado), o robô, o sistema integrado à telemática (telecomunicações informatizadas) e a biotecnologia.

Do ponto de vista científico-técnico, trata-se de uma revolução calcada na linguística e na biologia molecular, faces interligadas da engenharia genética, e de uma percepção e representação de mundo que de certo modo a humanidade caminha de volta à atitude societária e de meio ambiente da relação homem-natureza do tempo do artesanato. O computador é a máquina central dessa era sociotécnica. Um artefato constituído na linguagem do algoritmo binário, código de linguagem tirada da biologia molecular. Diferindo da máquina paradigmática das revoluções industriais de antes, o computador é, por tal fundamento linguístico, um sistema de processamento flexível e sem a rigidez e incapacidade de reciclagem daquela, ao compor-se de duas partes, o *hardware* (a máquina propriamente dita) e o *software* (o programa de realização das processualidades), ambas integradas sob o comando do *chip*, que a tornam uma máquina autorreprogramável, de modo que a cadeia do processamento produtivo pode, assim, ser orientada e reorientada em pleno andamento de acordo com a necessidade do movimento do mercado de consumo. (MOREIRA, 2016a, p. 72).

A organização do trabalho sofre uma profunda reestruturação. Resulta um sistema de trabalho polivalente, flexível, integrado em equipe, menos hierárquico. Computadorizada, a programação do conjunto é passada a cada setor da fábrica para discussão e adaptação em equipe (CCQ), na qual se converte em um sistema de rodízio de tarefa que restabelece a possibilidade de uma ação criativa dos trabalhadores no setor.

Para efetivar esta flexibilização do trabalho de execução, distribui-se pelo espaço da fábrica um sistema de sinalização semelhante ao do tráfego. Elimina-se pela reengenharia grande parte da rede de chefias. Toda essa flexibilização técnica e do trabalho toma-se mais adaptável ao sistema econômico. Sobretudo a relação entre produção e consumo, por meio do *Just-In-Time*⁴⁴.

⁴⁴ O sistema *Just-In-Time* se baseia na ideia de que nenhum produto deve ser produzido, transportado ou até mesmo comprado antes do tempo certo. Em inglês esse termo significa de maneira literal a expressão “na hora certa”. Esse sistema pode ser aplicado em qualquer empresa e ajuda a reduzir estoques e custos com processos.

A verticalização materializada no tempo fordista cede lugar à horizontalização. Com a horizontalização terceirizada e subcontratada, o problema dos altíssimos investimentos que a nova tecnologia pede é contornado e o controle da economia agora transnacionalizada fica nas mãos de uma gama ainda menor de empresas. Sob a condução delas, a velha divisão imperial do planeta cede lugar à globalização. As novas regiões industriais de alta tecnologia, de ponta, unem centros produtores de tecnologia com indústrias de informações, associados a grandes centros de pesquisa (universidades): os tecnopolos.

O desenvolvimento da informática, da automação e das telecomunicações foi fator essencial na constituição do processo de globalização. Esse processo não foi apenas mais um invento tecnológico e, sim, da radical transformação na maneira de se conceber os processos produtivos que se tornaram mais integrados, centralizados e planejados. A comunicação em rede, por sua vez, possibilitou novas formas de formas de cooperação e articulação por todo o planeta.

As mídias provocam alterações no trabalho e na vida em sociedade, mas a principal e mais notória modificação que propiciam refere-se à própria cultura da qual oriunda e na qual interferem. Mídias são tecnologia e divulgação de conteúdos.

Quando o sistema social mundial se põe em movimento e se moderniza, então o mundo começa a parecer uma espécie de aldeia global. Aos poucos, ou de repente, conforme o caso, tudo se articula em um vasto e complexo todo moderno, modernizante, modernizado. E o signo por excelência da modernização parece ser a comunicação, a proliferação e generalização dos meios impressos e eletrônicos de comunicação, articulados em teias multimídias alcançando todo o mundo.

A noção de aldeia global é bem uma expressão da globalidade das ideias, padrões e valores socioculturais, imaginários. (...)

Em decorrência das tecnologias oriundas da eletrônica e da informática, os meios de comunicação adquirem maiores recursos, mais dinamismo, alcances muito mais distantes. Os meios de comunicação de massa, potenciados por essas tecnologias, rompem ou ultrapassam fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades socioeconômicas e hierarquias raciais, de sexo e idade. Em poucos anos, na segunda metade do século XX, a indústria cultural revoluciona o mundo. Forma-se uma cultura de massa mundial, tanto pelas produções locais e nacionais como pelas produções locais e nacionais como pela criação diretamente em escala mundial. São produções musicais, cinematográficas, teatrais e muitas outras, lançadas diretamente no mundo como signos mundiais ou da mundialização. (...)

No âmbito da aldeia global, prevalece a mídia eletrônica como um poderoso instrumento de comunicação, informação, compreensão, explicação e imaginação que vai pelo mundo. (...)

A aldeia global pode ser uma metáfora e uma realidade, uma configuração histórica e uma utopia (...) (IANNI, 1995, p. 93-98).

Dotada de inusitada penetração, a informática passou a fazer parte do cotidiano das pessoas, dos sistemas de defesa, da comunicação, da engenharia genética, da produção e do mercado. A agilidade da produção, das trocas comerciais e dos fluxos financeiros deu à economia um ritmo nunca testemunhado, propiciando a mercantilização das relações sociais que presenciamos na atualidade.

Em decorrência dessas volumosas transformações, uma nova mercadoria se firma no mundo como importante fonte de valor que circula pelas redes de comunicação: a informação.

O contexto produzido pela pandemia do Coronavírus, por exemplo, intensificou a nossa presença on-line e tornou praticamente todas as nossas interações sociais mediadas pela tecnologia. Não por coincidência, das 12 empresas que mais lucraram na pandemia, seis são do grupo conhecido por “big techs”. Os donos da Amazon, Microsoft, Apple, Netflix, Facebook e Google aumentaram os seus lucros na casa das dezenas de bilhões desde que a Covid-19 deu novo arranjo à sociedade.

Para Castells (2002, 2003, 2015), a revolução da tecnologia e da informação representou um evento histórico da mesma envergadura atingida pela Revolução Industrial no século XVIII. Naquele contexto histórico, foram alteradas as estruturas sociais, como as relações de trabalho, imigração e da transferência econômica do campo para a cidade. Nessa mesma esteira, a revolução promovida pela tecnologia da informação altera comportamentos sociais e os modos de produção e circulação na atualidade.

Nesta nova fase histórica, o mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga simultaneamente os lugares, graças ao progressos da informática. (SANTOS, 1996, p. 124).

Uma revolução industrial é caracterizada por mudanças abruptas e radicais, motivadas pela incorporação de tecnologias, tendo desdobramentos nos âmbitos econômico, social e político. Se as revoluções industriais se caracterizaram pela obtenção de novas fontes de energia (vapor, carvão, petróleo, eletricidade) e pelo

desenvolvimento de técnicas de produção cada vez mais eficientes e produtivas, na atualidade é a capacidade de se obter e processar informações que se apresentam como um diferencial para empresas, governos e coletividades diversas, ou mesmos para indivíduos.

Isso porque o mundo passa por uma transição de época e estaria no início da quarta Revolução Industrial⁴⁵, a chamada Indústria 4.0 ou Revolução Industrial 4.0. Essa nova fase está sendo impulsionada por um conjunto de tecnologias disruptivas como robótica, inteligência artificial, realidade aumentada, big data (análise de volumes massivos de dados), nanotecnologia, impressão 3D, biologia sintética e a chamada internet das coisas, onde cada vez mais dispositivos, equipamentos e objetos serão conectados uns aos outros por meio da internet.

A quarta Revolução Industrial não se define por qualquer uma destas tecnologias isoladamente, mas pela convergência e sinergia entre elas. Está ocorrendo uma conexão entre o mundo digital, o mundo físico, que são as “coisas”, e o mundo biológico, que somos nós. (SCHWAB, 2016).

Desde Max Weber⁴⁶ se pode pensar o capitalismo como cultura, mas cabe ressaltar que essas mudanças no modo de produção do capitalismo informacional chegam como transformações culturais associadas ao uso das novas tecnologias da comunicação.

⁴⁵ A respeito da controvérsia sobre o número ou fases existentes da Revolução Industrial, Moreira (2016a, p. 41), esclarece: “Podemos falar de três revoluções industriais (alguns estudiosos veem duas, outros quatro e mesmo cinco): a do século XVIII-XIX, a do século XIX-XX e deste final de século XX e começo de XXI. Seus fundamentos paradigmáticos, todavia, seguem sendo os mesmos, seus efeitos tecnocientíficos sobre a cultura e o modo de vida do homem.”

⁴⁶ Em sua obra-referência, “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”, Max Weber discorre sobre a relevância da reforma protestante para a formação do capitalismo moderno, de modo que relaciona as doutrinas religiosas de crença protestante, para demonstrar o surgimento de um modo de operação de relações sociais, que favorece e caracteriza a produção de excedentes, gerando o acúmulo de capital.

3.5. Geopolítica: a geografia ativa

A geopolítica⁴⁷ estuda as relações entre o espaço geográfico e o poder. O verbete foi utilizado pela primeira vez pelo jurista sueco Rudolf Kjellen⁴⁸, em 1905, em um artigo denominado “As grandes potências”, quando se consolidou como campo de estudo, com base na disputa de poder e hegemonia entre Estados, por meio de estratégias políticas e militares utilizadas para a segurança nacional, expansão das fronteiras e domínio de outros territórios. Nesse sentido, a temática que envolve a atmosfera geopolítica sempre existiu, embora o termo tenha sido utilizado há pouco mais de um século. A geopolítica global surgiu com o mundo moderno, a formação dos Estados nacionais europeus, a expansão mercantilista e as conquistas territoriais marcadas pelas Grandes Navegações.

A geopolítica é a verdadeira Geografia (LACOSTE, 1997). Esse pensamento-síntese de Yves Lacoste desfralda a magnitude dos estudos referentes à ciência geográfica; uma vez que a aplicação da geopolítica enquanto instrumento de poder, passa, necessariamente, pelos diversos conhecimentos socioespaciais, socioambientais e estratégicos dos quais a Geografia é tributária.

A geopolítica, dessa forma, não é uma caricatura e nem uma pseudogeografia; ela seria na realidade o âmago da geografia, a sua verdade mais profunda e recôndita. (VESENTINI apud LACOSTE, 1997, p. 07).

A intensificação da globalização e as novas tecnologias informacionais desencadearam um sentimento de multiterritorialização e provocaram a necessidade de uma nova ordem de compreensão dos sentidos, assim como das identidades que transitam no espaço mundial contemporâneo.

⁴⁷ Não raro, há confusão entre os termos Geografia Política e Geopolítica. Apesar de essas duas formas de conhecimento serem geralmente encaradas de forma sobreposta e quase sempre se interseccionarem, podemos considerar que são ramos diferentes do saber. A diferença entre ambas as expressões se encontra, grosso modo, na abordagem que cada uma realiza: enquanto a Geografia Política preocupa-se com as relações e caracterizações espaciais relacionadas ao poder do Estado, a Geopolítica pauta-se nas estratégias e relações internacionais envolvendo os Estados, suas soberanias e relações de poder. Ressalta-se, porém, que essa distinção é bastante questionada por alguns geógrafos, já que, no fundo, a Geopolítica é tão somente a Geografia Política aplicada pelo Estado em busca de poder sobre certo território.

⁴⁸ “Sua obra, editada em 1916 e significativamente intitulada *O Estado como manifestação de vida*, define: ‘Geopolítica é a ciência que concebe o Estado como um organismo geográfico ou como um fenômeno no espaço’”. (MAGNOLI, 1986, p. 12).

Karl Haushofer⁴⁹, fundador e presidente do Instituto de Geopolítica de Munique sintetizou: “A Geopolítica deve ser e será a consciência geográfica do Estado”. Toda geopolítica é geográfica, histórica e politicamente contextualizada, edificando-se sobre as colunas da ideologia.

Há uma nova geometria do poder que depende das tecnologias informacionais que surgem constantemente e são cada vez mais sofisticadas. Castells (2002) argumenta que as redes informacionais se reproduzem em outras sociais. A lógica das redes altera os processos de produção, experiência, poder e cultura, tornando possíveis novas práticas espaciais. Dentro dessa geometria, o poder dos fluxos ganha precedência sobre os fluxos de poder.

Deveríamos, pois, considerar com mais atenção que a revolução tecnológica não é externa às relações sociais e de poder. Ao contrário, ela é parte dessas relações sociais e de poder e, por isso, temos a revolução tecnológica que aí está e não outra, entre as muitas revoluções técnicas possíveis. É preciso desnaturalizar a técnica, enfim libertá-la dessa visão que fala de uma revolução tecnológica em curso sem se perguntar quem a põe em curso. Afinal, as técnicas não caminham por si mesmas. (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 106)

O imaginário geopolítico moderno passou por dramáticas mudanças de conteúdo e forma, mas, ao mesmo tempo, retém sua continuidade essencial. Na era dos satélites, teledetecção, sensoriamento remoto, da Geografia das Redes e os seus fluxos, o significado das fronteiras territoriais e o conceito da soberania alteram-se consideravelmente. A geopolítica, frente a esse cenário, assume dimensões insuspeitas.

⁴⁹ Embora a paternidade do termo geopolítica seja registrada a Rudolf Kjellen, foi o general alemão Karl Haushofer quem tornou a expressão conhecida. Todavia, por tortos caminhos devido a problemáticas ligações com o Nazismo (e contribuição indireta para a obra *Mein Kampf*, de Adolf Hitler). De 1924 a 1944, Karl Haushofer editou, em Munique, a *Revista de Geopolítica (Zeitschrift für Geopolitik)*. A publicação chegou a atingir trinta mil exemplares, números bem expressivos para época. Imersa nesse cenário, a geopolítica foi rotulada de “Geografia do Nazismo” (Sodré, 1982; Lacoste, 1997). Essa imagem condenou durante décadas à geopolítica ao sombrio gueto das discussões geográficas. Contudo, as práticas de dominação fundamentais no controle do território não são exclusividade do Estado Nazista. Tais práticas são intrínsecas ao Estado, seja ele democrático ou totalitário. De acordo com Lacoste (1997, p. 261): “Sem dúvida, os nazistas deram grande destaque à geopolítica, por causa de uma certa argumentação, mas eles utilizaram, da mesma forma, argumentos históricos ou biológicos para fundamentar suas pretensões. Não se desqualificou a história ou a biologia por causa disso, mas proscreveu-se a geopolítica”.

As possibilidades dessas novas tecnologias trazem consigo riscos igualmente amplos. Elas conferem a seus detentores um poder altamente explosivo e estratégico: o poder da informação. Presente na Geografia das Redes, a informação valoriza-se como uma nova, poderosa e dourada moeda na geopolítica internacional.

CAPÍTULO 4: “O CONSTANTE DEVER DAS COISAS E O PERPÉTUO FLUXO”. O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL, A GEOGRAFIA DAS REDES E O NET-ATIVISMO.

"Tudo flui, nada persiste e nem permanece o mesmo".
Heráclito de Éfeso, filósofo.

A Internet é um meio de comunicação que permite, pela primeira vez, a comunicação de muitos, num momento escolhido, em escala global. Assim como a difusão da máquina impressora no Ocidente criou o que MacLuhan chamou de a “Galáxia de Gutenberg”, ingressamos agora num novo mundo de comunicação: a Galáxia da Internet. (CASTELLS, 2003, p. 8).

4.1. O espaço geográfico da globalização: o meio técnico-científico-informacional

A globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico, carregando-o de novo significado. (SANTOS, 2014c, p. 32).

As características da sociedade e do espaço geográfico, em dado momento de sua evolução, relacionam-se com determinado estado das técnicas. Dentro dessa linha de análise, conhecer os sistemas técnicos é primordial para a compreensão das molduras sociais de estruturação, funcionamento e articulação do território, desde a aurora da humanidade até a época atual. Cada período abriga em si um sentido, cravado pela sociedade no espaço geográfico, grafando, socialmente, como a história realiza as transformações técnicas.

As épocas se distinguem pelas formas de fazer, isto é, pelas técnicas. Os sistemas técnicos envolvem formas de produzir energia, bens e serviços, formas de relacionar os homens entre eles, formas de informação, formas de discurso e interlocução. (SANTOS, 2017, p. 177).

Assim, “desde que a produção se tornou social, pode se falar em meio técnico”. (SANTOS, 2014d, p. 53).

Quadro 2 - Mudanças tecnológicas ao longo do tempo

Mudanças tecnológicas ao longo do tempo			
Período	Comunicação	Energia	Meios
Pré-agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • Linguagem oral e pictórica 	<ul style="list-style-type: none"> • Fogo • Animais 	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos primitivos
Agrícola	<ul style="list-style-type: none"> • Escrita • Imprensa 	<ul style="list-style-type: none"> • Tração animal • Pólvora 	<ul style="list-style-type: none"> • Charrua (arado grande de ferro)
Industrial	<ul style="list-style-type: none"> • Telégrafo • Telefone • Fonógrafo • Rádio • Cinema 	<ul style="list-style-type: none"> • Máquina a vapor • Eletricidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Aço • Máquinas avançadas • Estradas de ferro • Veículos motorizados
Atual	<ul style="list-style-type: none"> • Televisão • Satélite • Computador • Sistemas multimídias 	<ul style="list-style-type: none"> • Fissão atômica • Baterias elétricas • Laser 	<ul style="list-style-type: none"> • Transporte supersônico e interplanetário • Materiais sintéticos • Microeletrônica • Informática • Robótica • Biotecnologia

Fonte: Adaptado de SANTOS, 2017, p. 175.

A globalização é um fenômeno típico das transformações tecnológicas e de sua expansão por diversas regiões do globo. Essas transformações são caracterizadas pela automação e intensa disseminação do uso da informática e dos diversos meios de comunicação associados tanto à atividade produtiva como a outras atividades econômicas.

Na história da humanidade é a primeira vez que tal conjunto de técnicas envolve o planeta como um todo e faz sentir, instantaneamente, sua presença. Isso, aliás, contamina a forma de existência das outras técnicas, mais atrasadas. As técnicas características do nosso tempo, presentes que sejam em um só ponto do território, têm uma influência marcante sobre o resto do país, o que é bem diferente das situações anteriores. Por exemplo, a estrada de ferro instalada em regiões selecionadas, escolhidas estrategicamente, alcançava uma parte do país, mas não tinha uma influência direta determinante sobre o resto do território. Agora não. A técnica da informação alcança a totalidade de cada país, direta ou indiretamente. Cada lugar tem acesso ao acontecer dos outros. (SANTOS, 2004, p. 25-26).

Essa nova fase do desenvolvimento tecnológico passou a ser classificada como Revolução Técnico-Científica, em razão do aumento da capacidade de produção das empresas, da infraestrutura e da presença de sistemas informatizados nas mais variadas atividades econômicas e na vida cotidiana da sociedade.

Para essa nova dinâmica espacial do mundo globalizado, Santos (1996, 2017) dá o nome de meio técnico-científico-informacional⁵⁰.

O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. (...) Pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal. (SANTOS, 2017, p. 239-240).

O meio técnico-científico-informacional é caracterizado pela utilização de tecnologias da informação e de comunicações de forma a alterar a velocidade das relações sociais no espaço geográfico, encurtando distâncias e ofertando uma distribuição global dos diferentes setores de uma empresa, além da criação de enclaves tecnológicos. “A ciência e a tecnologia, junto com a informação, estão na própria base da produção, da utilização e do funcionamento do espaço e tendem a constituir o seu substrato”. (SANTOS, 2017, p. 238).

⁵⁰ Santos (2017, p. 233-241), explica que a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico (período de emergência do espaço mecanizado) e o meio técnico-científico-informacional. **Meio Natural:** Quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo. Esse meio natural generalizado era utilizado pelo homem sem grandes transformações. As técnicas e o trabalho se casavam com as dádivas da natureza, com a qual se relacionavam sem outra mediação. Nesse período, os sistemas técnicos não tinham existência autônoma. **Meio Técnico:** O período técnico vê a emergência do espaço mecanizado. Os objetos que formam o meio não são, apenas, objetos culturais; eles são culturais e técnicos, ao mesmo tempo. Quanto ao espaço, o componente material é crescentemente formado do “natural” e do “artificial”. Contudo, o número e a qualidade de artefatos variam. As áreas, os espaços, as regiões, os países passam a se distinguir em função da extensão e da densidade da substituição, neles, dos objetos naturais e dos objetos culturais por objetos técnicos. Com o advento da ciência, criaram-se as condições para a invenção de máquinas que modificaram, radicalmente e com muita rapidez, o modo de vida no planeta. A tecnologia adquiriu um papel cada vez mais importante. O conjunto das tecnologias envolvidas no processo de fabricação de mercadorias, produção de energia e circulação de pessoas foi resultado da aplicação prática dos conhecimentos científicos. **Meio Técnico-científico-informacional:** É o meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação. É a nova face do espaço e do tempo. É onde se instalam as atividades hegemônicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais. Caracteriza o meio geográfico da globalização capitalista, o qual se distingue dos períodos anteriores, em virtude da crescente interação entre a ciência, técnica e informação.

A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais (...) Os espaços, assim requalificados, atendem sobretudo a interesses dos atores hegemônicos da economia e da sociedade, e desse modo são incorporados plenamente as correntes de globalização. (SANTOS, 1996, p. 51).

O desenvolvimento da técnica, ciência e informação, entretanto, encontra-se desigualmente distribuído pelo espaço geográfico mundial. Há lugares em que presença é marcante, notadamente nos países desenvolvidos. Em outros é irregular como nos países em desenvolvimento. Ou muito escasso nos países de menor desenvolvimento.

Os meios de comunicação informatizados criaram sistemas administrativos nas empresas, que interligam diferentes departamentos e setores, refletindo-se em uma nova forma de organização socioespacial, na qual é contínua a circulação de informações e instantâneo acesso a dados. “A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação”. (SANTOS, 2017, p. 239).

O capital passou a circular com menos restrições de uma país para outro. O comércio de mercadorias intensificou-se. As possibilidades de instalação de empresas em inúmeros países foram ampliadas e as aplicações e os investimentos financeiros e as movimentações bancárias passaram a ser realizados instantaneamente, a partir de qualquer computador ou celular, desde que conectados à internet.

Quanto mais "tecnicamente" contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos. Na realidade, ambos são os responsáveis principais no atual processo de globalização. (SANTOS, 2017, p. 240).

Nesse processo de maior interligação entre pessoas, empresas e países, ocorreu maior difusão de consumo e de modo de vida dos países desenvolvidos por meio de suas marcas mundialmente conhecidas. Aparatos tecnológicos que são exportados pelos centros do capitalismo que produzem tecnologia, além de ser aparatos tecnológicos, são aparatos culturais.

Diante desse cenário, significativas transformações nas relações socioespaciais ocorreram e outras tantas estão em curso, exigindo novas habilidades e leituras de mundo.

4.2. Geografia das Redes: o espaço reticular

A Internet é o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a Internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Ademais, à medida que novas tecnologias de geração e distribuição de energia tornaram possível a fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, a Internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede. (CASTELLS, 2003, p. 7).

No mundo contemporâneo, as relações entre espaço e sociedade são mediadas, cada vez mais, pelas tecnologias da informação. Para a Geografia, a informação é um referencial de suma importância não apenas para se pensar o espaço, mas também para representá-lo.

Na atualidade, a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram um novo momento para a sociedade contemporânea. Esse momento se caracteriza pela crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Também se caracteriza por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego; por uma cultura construída a partir de um sistema de mídia onipresente; por uma alteração na base técnica da produção. Esse processo vem transformando as bases materiais da vida, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e aumentando o consumismo, ampliando e induzindo à pobreza, incitando a ganância e a inovação. (CASTELLS, 2000a).

As modificações nas estruturas produtivas e de serviços, a intensificação da circulação dos fluxos de capital, informação, pessoas e mercadorias e as transformações nas relações espaciais e interpessoais, agindo concomitantemente, resultaram na estruturação de um espaço geográfico em redes. Tais transformações são dependentes, fundamentalmente, de complexos sistemas de comunicação, transportes, energia e produção.

As redes interligam e estruturam relações entre diversos pontos dos territórios dos países, em níveis local, regional e nacional, e entre os países, em nível global. Elas contribuem para a circulação e o estabelecimento de diversos fluxos, ou seja, as redes permitem que capitais, informações, pessoas e mercadorias possam migrar de um local para outro.

Durante as etapas do desenvolvimento industrial e do sistema capitalista arquitetaram-se diferentes modos de produção, que foram sendo incorporados ao espaço geográfico e que resultaram diversos tipos de alterações na paisagem dos países e nas relações entre a sociedade e natureza.

No mundo atual existem diversas redes geográficas: de produção e distribuição de empresas; de transportes; elétricas, de comunicação por satélite artificial; de cabos de fibra óptica; de antenas para celulares; de circulação de capitais entre bolsas de valores; de telefonia fixa. Todas são dependentes de estrutura física para a sua operacionalidade. Nessas estruturas em redes geográficas, há as linhas que são os fluxos, a circulação, e os nós, que são os pontos de interconexão.

A noção de um espaço reticulado vem a partir da ideia de que a rede também é social e política. Essa constatação provoca a necessidade da compreensão de novos paradigmas para os ramos do conhecimento ligados à compreensão do espaço, no qual, além do tradicional cuidado com a ocupação de áreas, haveria a nova preocupação em ativar pontos e linhas, consistindo assim em novo elemento de análise. (MORAES, 2013).

Uma das características do mundo atual é a exigência de fluidez para a circulação de ideias, mensagens, produtos ou dinheiro, interessando aos autores hegemônicos. A fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado. (SANTOS, 2017, p. 274).

A organização do espaço geográfico por meio das redes eliminou a necessidade de fixar as atividades políticas, econômicas e até terroristas⁵¹, em determinados lugares. Isso vale para o grande número de atividades que podem ser executadas a partir de qualquer parte do mundo, bastando que esses locais estejam conectados. O espaço geográfico hoje se transformou em um meio técnico-científico-informacional, impregnado pela tríade ciência, técnica e informação, o que resulta em

⁵¹ Nesse cenário é que emerge a expressão “Terrorismo em Rede”, utilizada por Haesbaert (2002). Para o geógrafo, o grupo *Al Qaeda* possuía em sua estrutura bases ou “células” de uma organização ilegal – e a flexibilidade das redes com seus fluxos de várias ordens. Parte desta agilidade foi possível devido ao acesso às redes técnico-informacionais contemporâneas e aos investimentos mantidos pelo grupo, especialmente em setores ilegais da economia. Pelo seu caráter mais difuso, fragmentado e descontínuo (mas nunca desarticulado) no espaço geográfico, o terrorismo da *Al Qaeda* constitui um dos âmbitos ilegítimos do processo de globalização. Cabe ressaltar que as conexões de uma rede como a *Al Qaeda* vinculava os territórios mais excluídos do movimento globalizador, como os do interior do Afeganistão, até centros do capitalismo mundial como Manhattan. Local e global se consubstanciam.

uma nova dinâmica territorial e socioespacial (SANTOS, 2017). Até pouco tempo, a superfície do planeta era utilizada de acordo com divisões produzidas pela natureza ou pela história, chamadas de regiões. Essas regiões correspondiam à base da vida econômica, cultural e política. Atualmente, devido ao processo das técnicas e das comunicações, a esse território se sobrepõe um território das redes que, em primeira análise, fornece a impressão de ser uma realidade virtual. Mas, ao contrário do que se possa imaginar, não se trata de um espaço exclusivamente virtual.

Para Castells (2002, p. 565), “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura”. São estruturas comunicativas e processam fluxos (CASTELLS, 2015). Assim, as redes são realidades concretas, formadas por pontos interligados, que se tendem a espalhar por toda a superfície mundial, ainda que com desigual densidade, conforme os continentes e países.

Santos (2017, p. 270) afirma que “a existência das redes é inseparável da questão do poder”. Essas redes se constituem na base da modernidade e na condição necessária para a plena realização da economia global. Elas formam e constituem o veículo que permite o fluxo das informações, que são hoje o mecanismo vital da globalização. Sedimentando esse raciocínio, Guehemo (1994, p. 22) sentencia que o essencial “não é mais dominar um território, mas ter acesso a uma rede.”

Moreira (2014a), aduz que a organização em rede vai mudando a forma de conteúdo dos espaços deixando-os simultaneamente mais fluídos e as distâncias perdem seu sentido físico diante do novo conteúdo social do espaço. Antes de mais nada, é preciso se estar inserido num lugar, para se estar inserido na geopolítica da rede. O lugar é hoje uma realidade determinada em sua forma e conteúdo pela rede global da nodosidade e ao mesmo tempo pela necessidade do homem de (re)fazer o sentido do espaço, ressignificando-o como relação de ambiência e de pertencimento. Uma vez localizado na rede, pode-se de aí puxar a informação, disputar-se primazias e então protagonizar o jogo do poder. A informação se torna a matéria-prima essencial do espaço-rede.

É nesse sentido que se deve entender que esse espaço da conectividade seja organizado pelo discurso (...) quando se refere a um espaço reticular que preside uma sociabilidade à distância. Esse discurso é a linguagem das normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes. Tais redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos. (SANTOS, 2017, p. 266).

O espaço reticular não é mera abstração. É virtual e, simultaneamente, real. É técnico, mas também social.

4.3. Movimentos sociais e a sua importância para a consolidação da democracia

“Quando a injustiça se torna lei, a resistência se torna um dever.”
Thomas Jefferson (1743-1826), terceiro presidente dos Estados Unidos.

Função importante dos movimentos sociais é promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, por meio da redefinição de papéis, normas, criação de identidades (individuais e coletivas), conteúdo e modos de interpretação de discursos existentes nesta esfera.

Ao longo da história, os movimentos sociais foram e continuam a ser as alavancas da mudança social. Geralmente se originam de uma crise nas condições de vida que torna insustentável a existência cotidiana para a maioria das pessoas. São induzidos por uma profunda desconfiança nas instituições políticas que administram a sociedade. A conjuminância de degradação das condições materiais de vida e crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas. (CASTELLS, 2013, p. 161).

Dentro de um contexto democrático, a explicitação do conflito permite que determinadas temáticas adentrem o espaço público mediado pelo uso estratégico da mídia e da influência da opinião pública. Desta forma, os movimentos sociais influenciam e são influenciados pelos contextos políticos e culturais nos quais estão inseridos. Eles podem demandar a mudança ou a manutenção do ambiente em que estão fincados; podem também questionar a forma pela qual as decisões políticas são tomadas, demandando uma maior participação popular nos campos decisórios.

É sabido que liberdade, igualdade e participação conduziram à celebre formulação da política democrática de “governo do povo, pelo povo e para o povo”. Entretanto, as sociedades são marcadas pelas cicatrizes da desigualdade e injustiça. Têm-se que democracia, e a sua irmã sanguínea, a cidadania, dependem da ação de indivíduos e grupos que lutam por melhorias. Direitos são conquistados por meio de lutas e reivindicações. No calor da luta pela cidadania é que se forjam cidadãos. Os movimentos sociais são essenciais na tarefa de exigir do Estado o reconhecimento dos direitos que compõem a cidadania e para que os próprios cidadãos discutam entre si quais devam ser esses direitos. E sobre o Estado os movimentos sociais exercem influência porque inúmeras vezes as suas ações afetam as opiniões dos eleitores, o que faz com que os políticos passem a considerá-los. Fundamental ressaltar a importância assumida comunicação no impulso e consolidação da cidadania (em especial com o advento da Web 2.0⁵²), por potencializar as pessoas a se sentirem sujeitos dos seus direitos e, ainda mais, serem capazes de protagonizar mudanças em benefício dos direitos coletivos.

O tema dos movimentos sociais se entrelaça com o da cidadania. A história desses movimentos configura-se na história de grupos, em geral, desprivilegiados, que lutaram (e ainda lutam) para ampliação dos seus direitos de cidadãos. O espaço e o tempo são produtos de um trabalho social. Deste modo, em um processo dialético, o espaço produz o seu contraespaço. A cidadania tem como chão de luta o contraespaço.

O contraespaço é a expressão dessa dialética do privado e do público, num plano micro, e sociedade civil e sociedade política, no plano macro da organização societária. O recorte que as contradições privado-público e sociedade-Estado cravam no coração do todo do espaço da ordem. E cujo âmbito logístico é declarado o território da subversão e da mudança por seus sujeitos.

Toda a trama da tensão estrutural com que genealogicamente se relacionam sociedade e espaço, toda a complexa reciprocidade de determinação que entre uma e outra se estabelece, se contém assim nessa relação de espaço e contraespaço. Não há espaço sem

⁵² Sinteticamente, podemos classificar a evolução da plataforma Web em três fases:

Web 1.0: Sites com conteúdos estáticos, produzidos maioritariamente por empresas e instituições, com pouca interatividade entre os internautas;

Web 2.0: Conteúdos produzidos pelos próprios internautas e maior interatividade on-line;

Web 3.0: Esta nova geração prevê que os conteúdos on-line estarão organizados de forma semântica, muito mais personalizados para cada internauta, sites e aplicações inteligentes e publicidade baseada nas pesquisas e nos comportamentos. Esta nova fase da Web também é conhecida como "A Web Inteligente".

contraespaço, e vice-versa, contraespaço sem espaço, dado o próprio caráter ontológico de um e de outro, a essência contraditória da relação localização *versus* distribuição.

Pode-se, por isso, falar, assim, de uma sociedade de espaço e contraespaços, no sentido de uma estrutura societária em que o conflito já se institui desde a base da estrutura espacial, e que a regulação ordenatória visa territorialmente controlar pela norma e circunscrever pela regra de coabitação consensual-coercitiva no horizonte da relação de classe. De que a sociedade burguesa é, sem dúvida, a forma prototípica.

(...)

As formas de contraespaço têm, por isso mesmo, um caráter diverso em seu conteúdo e modo de ocorrência. É contraespaço o arranjo espacial de uma greve de operários, uma ocupação de terra com fim de assentamento, o surgimento de uma favela, um ritual de capoeira ou de candomblé, a luta pelo direito à cidade, uma manifestação de rua, um movimento de embargo de uma obra de efeito ambiental de uma comunidade, mas também a segregação urbana da classe média, o embargo territorial de setores de dominantes excluídos do bloco de poder instituído como governo central dentro do bloco histórico.

Tudo num sentido conceitual de exclusão que varia de natureza e significado segundo o sujeito de sua autoria. Razão por que é o contraespaço dos excluídos sociais a forma de levante que acaba por dar a marca de imagem do contraespaço como uma forma de luta contra o espaço instituinte da ordem dominante. E o efeito do contraespaço oscile entre uma radical transformação e uma simples mudança da ordem de exclusão estrutural que espacialmente contesta. (MOREIRA, 2012, p. 211-217).

Enquanto existirem classes dominantes que defendam o consenso hegemônico, outras resistem e interpretam a sociedade como construída por sujeitos históricos inseridos em grupos sociais distintos (HOBSBAWN, 1995). Os movimentos sociais são, portanto, atores fundamentais na construção de espaços deliberativos de forma a manter uma postura crítica em relação às instituições públicas, procurando tematizar novas questões que serão analisadas e comparadas com as propostas já existentes, colaborando, assim, com o processo de aprofundamento democrático.

Consideremos que movimento indica mudança de lugar e, aqui, movimento social quer exatamente significar que determinados segmentos sociais ao se movimentarem estão recusando os lugares que a sociedade, por meio de seu polo hegemônico, quer lhes atribuir. O movimento social é a sociedade instituindo novos lugares. (PORTO-GONÇALVES, 1998).

4.4. Mídia, Movimentos Sociais e Produção de Sentidos

A ofensiva aviltante da incomunicação nos obriga a medir a importância do desafio cultural. Mais do que nunca, é preciso enfrentá-lo quando os meios de comunicação gostariam de convencer a abandonar a esperança como se abandona um cavalo cansado.

Eduardo Galeano (1940-2015), escritor e jornalista uruguaio.

A História é escrita diariamente por seus personagens. Compreender as modificações da sociedade impressas nos fatos diários não é algo fácil. Os números de acontecimentos são muitos. Para ficarmos a par dos principais eventos, comumente recorremos aos órgãos de imprensa. É por meio da mídia impressa (jornais e revistas), televisiva, radiofônica e, hoje em dia, pela internet, que nos alimentamos de informações. Ou seja, os meios de comunicação são as matérias-primas que nutrem nossas opiniões. Por meio dos seus instrumentos é que obtemos as informações que norteiam nossas avaliações. Contudo, as mídias não são “inocentes”. Suas intenções são manifestadas de maneira a induzir o receptor a crer que está absorvendo a “verdade”.

Para Barros (1988, p. 64): “O discurso constrói a sua verdade”. Assim sendo, o que o receptor consome é uma versão dos acontecimentos, a visão que determinado órgão de imprensa assume sobre o evento. Obviamente que, expressando a sua ótica, o transmissor procura transformar sua opinião em “verdade”.

Na concepção de Charaudeau (2006) a verdade se estrutura em dois vértices: **valor de verdade** e **efeito de verdade**. Para o intelectual francês, o **valor de verdade** se caracteriza por construir algo verdadeiro, exterior ao homem, baseado na construção explicativa com auxílio da instrumentalização científica, tornando-se real pela evidência mesmo que se discorde quanto à avaliação das causas que os produziram. Já o **efeito de verdade** aflora da subjetividade do sujeito em contato com o mundo, como o ser humano interpreta os acontecimentos a sua volta, almejando a conquista de credibilidade.

Para Santos (2003, p. 17), “vivemos num mundo confuso e confusamente percebido”, coexistindo uma tríade de sensações. A primeira é o mundo tal como nos fazem vê-lo, a “fábula” que edifica e divulga como verdadeiros certo número de fantasias, cuja repetição, entretanto, acaba por se tornar uma base aparentemente sólida de sua interpretação. Um segundo modo é “o mundo tal como ele é”, a perversidade externada pela fome, concentração de renda, desigualdades sociais

entre outras chagas que são, direta ou indiretamente, imputáveis ao processo desumano de globalização. O terceiro vértice é “o mundo como ele pode ser”, a possibilidade de uma globalização mais humana, que realmente atenda aos anseios da humanidade em todas as diversidades. (SANTOS, 2003).

Nem sempre o texto segue um caminho coeso entre emissor e receptor. A mensagem pode conter ruídos, o que dificulta a compreensão. Reforçando essa ideia, Santos (2003) explica que

...numa sociedade complexa como a nossa somente vamos saber o que houve na rua ao lado dois dias depois, mediante a uma interpretação marcada pelos humores, visões, preconceitos e interesses das agências. O evento já é entregue maquiado ao leitor, ao ouvinte, ao telespectador, e é também por isso que se produzem no mundo de hoje, simultaneamente, fábulas e mitos. (SANTOS, 2003, p. 40).

Recorrer às mídias é quase um lugar-comum quando sentimos carência sobre determinada informação. Utilizando os veículos midiáticos, procuramos por meio do seu discurso, saciar a sede por melhores informações. Todavia, não podemos nos esquecer que os conteúdos veiculados na mídia são um recorte, uma versão dos acontecimentos em forma de notícias. Nem sempre os discursos da mídia diluem-se na mesma interpretação que temos sobre determinados eventos. Descrever um fato é ao mesmo tempo interpretá-lo. O efeito da subjetividade jornalística choca-se, muitas vezes, com a compreensão que temos dos fatos e de nossa concepção de mundo. Assim, o edifício da contradição é erguido nos controversos pilares da “forma que desinforma”. (SERVA, 2001).

As notícias são apresentadas de maneira a impedir que se possa localizá-las no espaço e no tempo. As distâncias e proximidades, as diferenças geográficas e territoriais são ignoradas. Os acontecimentos são relatados como se não tivessem causas passadas nem efeitos futuros. Surgem como pontos puramente atuais ou presentes, sem continuidade no tempo, sem origem e sem consequências. Existem enquanto forem objetos de transmissão e deixam de existir se não forem transmitidos. Eles têm a existência de um espetáculo e só permanecem na consciência dos ouvintes e espectadores enquanto permanecer o espetáculo de sua transmissão. (CHAUÍ, 2019).

... somos expostos a uma quantidade enorme de informação todos os dias – mais do que um ser humano é capaz de absorver e entender com o devido cuidado. Parece contraditório, mas os excessos podem atrapalhar por causa da sobrecarga, do cansaço e da confusão gerados por interpretações opostas e algumas, até mesmo, completamente falsas. Como é possível sermos bombardeados por mensagens, artigos, vídeos, áudios todos os dias nos aplicativos de celular, nas redes sociais e nos meios mais tradicionais de comunicação, como a televisão e o rádio, e ao mesmo tempo constatarmos que sobra pouca oportunidade para de fato observar a realidade?

Há uma diferença entre receber informação e todas as outras coisas necessárias para fazer com que a informação recebida faça sentido. Veja bem, em apenas um dia no Twitter, é possível receber informações e opiniões sobre praticamente todos os assuntos de relevância, mas o teor de cada tuíte difere e há, certamente, grandes conflitos de interpretação – e até mesmo sobre os fatos em si. Na era atual, em que se fala tanto de “pós-verdade”, por causa das *fakes news*, do volume de dados, do bombardeio de retóricas diferentes, é completamente possível receber muita informação e se sentir absolutamente confuso no fim do dia. Por isso, é importante desenvolver seus próprios instrumentos de compreensão do mundo, especialmente se deseja, em algum sentido, transformá-lo. (FERNANDES, 2020, p. 13-14).

Por natureza, todo discurso caracteriza-se por ser persuasivo. Sua composição encorpa instância simbólica de representação, um recorte criador de determinada realidade. Quem emite opta pela utilização de certas palavras em detrimento de outras, seleciona imagens para impactarem o receptor e ampliar o poder de sedução/persuasão. Tais procedimentos pavimentam a estrada que leva para o receptor à trama narrativa na forma de notícias. Desta feita, a notícia além de “satisfazer a necessidade de informação do consumidor”, como diz Serva (2001), também satisfaz o desejo do veículo de comunicação em externar/persuadir a sua versão dos fatos. Afinal, a linguagem é um símbolo encravado em nossa existência.

Em 2016, a Oxford Dictionaries elegeu a expressão **pós-verdade** como a sua palavra do ano, definindo-a como forma abreviada para “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes e formar a opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal”.

Os “especialistas” são difamados como um cartel mal-intencionado, em vez de uma fonte de informações verificáveis. “Ouse saber” foi o lema proposto por Immanuel Kant para o Iluminismo. O congênere de hoje é: “Ouse não saber”. (D’ANCONA, 2018, p. 20).

“Entre quatro paredes” é uma peça de teatro escrita pelo filósofo francês Jean Paul Sartre. Nesse texto, Sartre narra a história de três personagens que ao desencarnarem têm suas almas conduzidas ao inferno. Assim que chegam ao seu destino, os três, são trancados numa sala onde existem adereços simples, tudo muito rústico, e ali permanecem condenados a uma vigília eterna. O enredo da peça gira em torno da insuportabilidade do outro, caracterizando que, o inferno é, para cada um dos três, os outros dois. Dessa trama, Sartre conclui, naquela que é, provavelmente, a sua sentença mais célebre: “O inferno são os outros”.

Para Aquino et al (2012, p. 11) “... a história da sociedade brasileira tem sido apresentada de forma conservadora, elitista, facciosa, distorcida da realidade”.

A mídia, de modo geral, exerce importante influência no processo de criminalização dos movimentos sociais, enquanto instância de controle informal. Este meio ideológico, em geral, busca desqualificar as ações dos movimentos, colocando-os como algozes, responsabilizando-os pela intransigência, intolerância e violência. Acontece um descredenciamento dos movimentos sociais, apresentando-os como grupos subversivo-revolucionários, arruaceiros, desordeiros e criminosos, muitas vezes com teor terrorista. A denúncia distorcida e as falsas acusações tornam-se atualmente as atitudes mais comuns que a grande mídia utiliza para perverter os movimentos sociais, tratando-os como insignificantes, irresponsáveis, que atentam contra as leis do mercado e trazem prejuízos para a economia e a ordem pública.

O processo de criminalização dos movimentos sociais não é um fenômeno recente na América Latina, e menos ainda no Brasil. Ao contrário, o jornalismo moderno brasileiro, por exemplo, foi marcado, desde a sua origem, por uma demonstração explícita de hostilidade para com as organizações populares. Basta mencionar a revolta de Canudos, liderada por Antônio Conselheiro, o primeiro grande evento nacional para cuja cobertura foram enviados correspondentes dos grandes jornais da época, situados principalmente na capital da nascente República e, secundariamente, em São Paulo. (ARBEX JR, 2003. p.149)

Os jornais da época foram responsáveis por ataques sistemáticos à experiência de Canudos, rebaixando seus moradores e acusando Conselheiro de lunático. (...) a imprensa da época tratou de gerar um clima de histeria em torno de Canudos e disseminou notícias controversas sobre as motivações de Conselheiro e seus seguidores. (LEITE; DIMENSTEIN; XIMENES, 2016, p. 94).

A grande mídia, em seu discurso, tenta convencer o receptor da neutralidade e da imparcialidade da sua notícia, quando, na verdade, ele está afinado com o interesse de grupos empresariais, cada vez mais fortes e concentrados, que impõem as suas pautas à sociedade. E é nesse cenário que a mídia se apresenta como um importante instrumento de manutenção do consenso em torno de interesses políticos e econômicos que, na realidade, configuram o processo de construção das notícias, cujas mensagens transmitidas formam a opinião pública sobre os acontecimentos.

Os meios de comunicação manifestam-se como grandes aliados das elites controladoras do capital internacional. A mídia predominante divulga valores como iniciativa individual, voluntariado apolítico, eficiência técnica e despreza as atividades coletivas de reivindicação política. (SOUZA, 2015, p. 32).

Irados editoriais, grandes manchetes, fotos provocadoras, notícias exageradas, produções novelistas, literárias, colunas e o jornalismo tendencioso e sua promíscua relação com o poder, buscam fazer constantes críticas aos movimentos sociais, tratando-os de subversivos, revolucionários entre outros rótulos ora dados. Substitui a notícia das razões das manifestações pelos confrontos com a polícia. Conhece-se um movimento a partir do confronto. Os movimentos sociais só se tornam notícias em destaque quando há o confronto. É por isso que muitos os rejeitam sem conhecê-los a fundo. Por outro lado, o discurso da manutenção da ordem social e a ideologia dominante retransmitido pela mídia fazem esconder as injustiças sociais, a concentração de renda, as desigualdades sociais e a manutenção do poder e do sistema vigente.

Assim, a mídia monopolizada nada tem a ver com a suposta “liberdade de informação” pretensamente assegurada pelas economias capitalistas liberais. Ao contrário: ainda que as várias corporações que controlam a “grande mídia” disputem o mercado e persigam o “furo” jornalístico, isso não é suficiente para assegurar a livre circulação das informações, e menos ainda das ideias, já que a própria concorrência entre elas é regulada pelo mercado. Além disso, não raro os compromissos políticos são mais fortes do que a concorrência, o que faz com que certas notícias simplesmente não sejam divulgadas, ao passo que outras são intensamente fabricadas. O monopólio da comunicação, de fato, atenta contra o exercício das liberdades fundamentais previstas pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, em particular os direitos à “liberdade de expressão” (artigo 19), de “tomar parte nos negócios públicos” (artigo 21), de “exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais” (artigo 22), de “tomar parte livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e dos benefícios que dele

resultam” (artigo 27), e o direito à privacidade e de não sofrer ataques à honra e à reputação (artigo 12). (ARBEX JR, 2004, p. 390-391).

Os movimentos sociais não são ações meramente abstratas. São constituídos por sujeitos, atores sociais. A imprensa, ao criminalizar um movimento popular, criminaliza os sujeitos neles inseridos e a ideologia progressista colada em seus braços. A sociedade acaba por se convencer e levar em consideração que o ato de lutar por um direito torna-se um crime contra a ordem social. Nota-se, principalmente, a incansável procura pela deformação do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto)⁵³.

Estes movimentos sociais são retratados com uma narrativa simplória como aqueles que invadem a terra alheia e erguem acampamentos, ocupam imóveis, porque os meios de comunicação trabalham para estabelecer essa visão desfavorável à sociedade, independentemente dos princípios de liberdade e isenção defendidos em público pelos donos da mídia. A imprensa finge desconhecer as ações voltadas para a superação da desigualdade na distribuição de terras e a luta pela soberania alimentar (MST) e pela humanização das áreas urbanas, exemplo claro da transformação social e desigual da sociedade (MTST). A compreensão sobre o papel político da mídia, no mundo contemporâneo, mostra-nos a parcialidade da sua cobertura.

Como uma questão de teoria geral, é útil reconhecermos que os meios de comunicação são, eles mesmos, meios de produção. É verdade que os meios de comunicação, das formas físicas mais simples da linguagem às formas mais avançadas da tecnologia da comunicação, são sempre social e materialmente produzidos e, obviamente, reproduzidos. Contudo, eles não são apenas formas, mas meios de produção, uma vez que a comunicação e os seus meios materiais são intrínsecos a todas as formas distintamente humanas de trabalho e de organização social, constituindo-se assim em elementos indispensáveis tanto para as forças produtivas quanto para as relações sociais de produção. (WILLIAMS, 2011, p. 69).

⁵³ Em publicação realizada no Twitter, no dia 6 de outubro de 2020, o youtuber Felipe Neto se manifestou Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Segundo o youtuber: “um dia a população brasileira vai descobrir que foi enganada para achar que o MTST é algo monstruoso”. Felipe Neto se desculpou por críticas feitas no passado contra os dois movimentos.

Os meios de comunicação, na forma em que hoje existem, dificilmente darão espaço para a expressão ou a constituição de interesses conflitantes aos seus. Com isso, a situação é delicada para os movimentos sociais, cada vez mais criminalizados pelo pensamento único da grande mídia. Mas, ao tentar incriminar os movimentos sociais, a classe dominante, por meio dos meios midiáticos, enquadra os fatos acontecidos como pensamentos da sociedade como um todo. A ideologia dominante é colocada como um conjunto de ideias consensuais de todos os indivíduos da sociedade. Pretende-se com isso ganhar o apoio, principalmente de setores da classe média, utilizando os meios de comunicação procurando incriminar os movimentos sociais e seus líderes.

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 2007, p. 47).

Em ambientes democráticos, a pluralidade de opiniões é regra, um direito. Segundo Wolton (2004, p. 18) “não há comunicação sem democracia, e ambas estão ligadas”. O caleidoscópio democrático produz a sadia multiplicidade de opiniões que, quando transpostas às mídias, garantem à sociedade um farto cardápio de notícias e análises dos mais diversos matizes. Assim, um acontecimento único é registrado e interpretado de múltiplas maneiras.

Sabemos, da mecânica quântica, que o olhar do observador altera a trajetória até mesmo de um elétron. Não apenas o olhar do observador é seletivo quanto ao evento presenciado, como ao relatar um evento o observador seleciona, hierarquiza, ordena informações expostas, fazendo aí interferir as suas estratégias de narração. Mesmo a mais impessoal de todas as narrativas, a demonstração de um teorema, não é feita de maneira idêntica por dois matemáticos: eles seguem caminhos distintos para demonstrar o mesmo teorema, e nisso se revela seu estilo⁵⁴. (ARBEX JR., 2001a, p. 106-107).

Para Pedon (2013, p. 39) “o território é a expressão da disputa de poder entre classes antagônicas”.

Atualmente, há outro paradigma do movimento social que está em jogo, implicando e novo modelo de fazer política no Brasil, resultando em uma nova forma de democracia, oriunda das manifestações populares. (FERNADES; ROSENO, 2013, p. 30).

Delineasse, assim, que os movimentos sociais, ao expressarem as contradições da sociedade, estão relacionados ou mediados, com as contradições de classe. Razão pela qual os movimentos serem fatos minimizados, justamente por mobilizarem a população em várias partes do País. Em sua maioria foram, e até hoje o são, são violentamente reprimidos pelas forças dos governos. A memória histórica tem sido descaracterizada para dar lugar a uma visão de que quem dispõe de condições e de capacidade para dirigir e governar são sempre minorias proprietárias e elites intelectualizadas, monopolizadoras dos meios de comunicação e informação – mentalidade que permanece até os dias atuais e só contribui para manter a acomodação e o autoritarismo.

4.5. Net-ativismo: os movimentos sociais na era global

O protagonismo social e político dos movimentos sociais ganhou uma nova forma de expressão com a utilização da internet como aliada e instrumento de luta. Nas palavras de Castells (2004, p. 255): “Internet é o tecido de nossas vidas neste momento. Não é futuro. É presente”. Perante as transformações impostas pela internet no espaço geográfico ao longo das últimas décadas, o seu impacto na sociedade ocorreu dos mais variados e distintos aspectos. Tais transformações se

⁵⁴ Segundo Moreira (2007, p. 149): “Desde a física relativista de Einstein tudo depende do ponto de referência do olhar”.

deram na economia, na comunicação, nos relacionamentos sociais, na política, na cultura, no próprio Estado, entre outros campos.

A internet rompeu a linearidade das grades de programação das emissoras de rádio e televisão, e passou a criar nichos de audiência por demanda, de conteúdos sonoros e audiovisuais disponíveis para recepção digital portátil e individualizada. A popularização da internet móvel vai rompendo a antiga hegemonia de produtores e de veículos difusores massivos e cria desafios produtivos e econômicos, tanto para o setor tradicional, e abre possibilidades para os novos arranjos de produção e difusão de conteúdos e formatos audiovisivos.

A cibercultura ampliada pela rede mundial de computadores traz consigo um padrão global de desenvolvimento tecnológico e toda sorte de modificações culturais, que provocam uma gradativa e profunda revolução nos hábitos coletivos de pensar, de viver, de aprender e, sobretudo, de se comunicar.

A sociedade contemporânea presencia uma fase de muitas transformações diante da globalização, da desterritorialização da informação, do conhecimento com as novas tecnologias das quais emergem novos paradigmas sociais, culturais, econômicos que, porém, acarretam problemas em todas as instâncias sociais. Como reflexo desse cenário, movimentos sociais, instituições privadas e organizações não-governamentais se movimentam em busca de minimizar mazelas dessa conjuntura da sociedade. (LUVIZOTO et al, 2017).

Para Gohn (2014), fatias da sociedade são impactadas com a perda constante de direitos, tornando-as cada vez mais precárias.

“Precariado” é a nova denominação dada aos cidadãos deste novo século, os filhos de uma sociedade precária onde impera a desigualdade social e econômica, onde há perda de direitos sociais e políticos, exclusão de imigrantes etc. É um novo proletariado do setor informal, trabalhando em empregos terceirizados, flexibilizados, sem garantias legais. (GOHN, 2014, p. 16)

Dentro da visão de Cohen e Arato (apud Pereira, 2011), o escopo dos movimentos sociais contemporâneos é o de promover a democratização das relações sociais dentro da sociedade civil, objetivando a redefinição de papéis, normas, identidades (individuais e coletivas) conteúdos e modos de interpretação de discursos existentes na esfera pública. Desta forma, o desenvolvimento de políticas de inclusão – novos atores sociais reconhecidos como legítimos representantes dentro da

sociedade política – e políticas de influência – por meio da mudança nos discursos políticos, de forma a levarem em conta novas identidades, necessidades, interpretações e normas – é fundamental para este projeto de sociedade civil democratizada.

Com o impulso comunicacional propiciado pela tecnologia nos últimos anos e o surgimento de novos meios de veiculação de mensagens, nota-se uma nova forma de articulação no interior dos movimentos sociais, caracterizada pelo uso de ferramentas inovadoras, tais como as redes sociais, o uso de e-mails, petições, jornais digitais e vídeos para pautar as suas reivindicações e alcançar as tão almejadas mudanças. A presente era é dominada pela tecnologia e marcada pela facilidade de receber informação a qualquer momento. A internet, com o avanço tecnológico e o advento das redes sociais, encampou-se em uma plataforma de comunicação plural e conflitiva, com mobilidade e agilidade, facilitando o intercâmbio e o compartilhamento não só de textos e de imagens, mas de outros formatos multimídia.

Na atualidade, a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram um novo momento para a sociedade contemporânea. Esse momento se caracteriza pela crescente transnacionalização das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Também se caracteriza por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego; por uma cultura construída a partir de um sistema de mídia onipresente; por uma alteração na base técnica da produção. Esse processo vem transformando as bases materiais da vida, abalando instituições, transformando culturas, criando riqueza e aumentando o consumismo, ampliando e induzindo a pobreza, incitando a ganância e a inovação. (CASTELLS, 2000).

Por meio da internet pode-se ultrapassar a censura ideológica e as políticas editoriais dos meios de comunicação tradicionais, como a televisão, o rádio e a mídia impressa. Com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) espera-se, de acordo com o seu potencial, disseminar os conteúdos informacionais com o máximo de intercâmbios, buscando a interação, o apoio, as críticas, as sugestões que, no caso do ativismo social, traduz-se em expressar por meio de seus atores, da forma mais diversa e abrangente possível, a luta pela concretização da cidadania. (MORAES, 2000).

A Web 2.0 serve de grande atrativo para a articulação dos movimentos sociais, pois nela é possível a interação coletiva por intermédio de comunidades formadas em

torno de interesses específicos, dar apoio a causas, além de discutir temas individuais ou temas de relevância coletiva, levando assim a opinião pública à reflexão, e disseminar informações políticas e sociais (LUVIZOTTO, 2015). O avanço tecnológico e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação permitiram a aproximação dos diversos movimentos existentes com seus apoiadores e uma nova forma de se manifestar. A internet e o ciberespaço possibilitaram que pessoas de qualquer lugar do mundo, que se identificam e lutam pela mesma causa, se unissem virtualmente para mobilizar, disseminar informações e lutar pelos diversos direitos dos cidadãos. (LUVIZOTTO et al, 2016).

Para Castells (2013),

(...) O espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede.

Os movimentos são simultaneamente locais e globais. Começam em contextos específicos, por motivos próprios, constituem suas próprias redes e constroem seu espaço público ao ocupar o espaço urbano e se conectar as redes da internet. Mas também são globais, pois estão conectados com o mundo inteiro, aprendem com outras experiências e, de fato, muitas vezes são estimulados por essas experiências a se envolver em sua própria mobilização. Além disso, mantêm um debate contínuo na internet e algumas vezes convocam a participação conjunta e simultânea em manifestações globais numa rede de espaços locais. Expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade em geral e exibem claramente uma cultura cosmopolita, embora ancorados em sua identidade específica. Prefiguram, em certa medida, a superação da atual divisão entre a identidade comunal local e a constituição de redes individuais globais. (CASTELLS, 2013, p. 165)

Com o advento da mídia digital, percebe-se certa emancipação dos movimentos sociais, quanto à midiaticização dos acontecimentos de seu interesse, visto que, devido às possibilidades oferecidas, especialmente pela internet, com a descentralização da produção e veiculação de produtos midiáticos, os movimentos optam por produzir as suas tematizações.

O poder das imagens é fundamental. O YouTube tem sido uma das ferramentas mais eficientes de mobilização nos estágios iniciais dos movimentos. Ter à mão imagens de repressão violenta da polícia ou dos bandidos tem sido algo particularmente significativo. (CASTELLS, 2015, p. 50).

A liberdade da mídia não passa de uma extensão da liberdade coletiva de expressão, um dos fundamentos da democracia. Enquanto tal, não pode ser confiscada por um grupo de poderosos. Além do mais, ela implica uma

responsabilidade social e, conseqüentemente, seu exercício deve permanecer, em última instância, sob o controle responsável da sociedade. Pois a mídia é, atualmente, o único poder sem um contrapoder, criando-se, dessa forma, um desequilíbrio prejudicial para a democracia. (RAMONET, 2017).

A relação existente entre movimentos sociais e mídia, sempre foi marcada pela instabilidade e injustiças. A mídia, ao longo dos anos, tem contribuído para cristalizar uma imagem negativa e de retrocesso nos movimentos sociais. Se os movimentos sociais fazem uso do novo instrumental de disseminação propiciado pela Web 2.0, a mídia também se utiliza desse receituário, migrando a sua pauta frente aos movimentos para outras esferas da informação. Muda o cenário, mudam-se os instrumentais, mas permanece a ideologia.

4.6. Movimentos Sociais, Quinto Poder e Contra-Hegemonia

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre o espaço digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento se forme e possibilitar que ele se relacione com a sociedade em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação. (CASTELLS, 2013, p. 20).

Se for necessário que um sentimento seja partilhado, é no campo da comunicação em rede onde os movimentos ganham força. No contexto das redes sociais uma nova lógica de fluxo informativo surge. Antes, havia um único transmissor e uma massa de receptores, que até poderia opinar, desde que sobre o tema proposto pelo emissor – ou pelos meios de comunicação de massa: a televisão, os jornais impressos, o rádio etc. Atualmente, as informações digitais são acessíveis por todos e são produzidas também por todos. A rede mundial de computadores dispõe da vantagem incomparável de ser meio audiovisual com recursos para propiciar comunicação multilateral, que permite ao internauta, a sensação de efetiva presença e colaboração em uma atividade da qual ele esteja participando em tempo real.

O diferencial da atualidade é que parece haver uma vantagem do lado do contrapoder, devido ao fato de que os movimentos sociais estão se tornando locais e globais conforme a tecnologia da informação aumenta. Os eventos locais, com pessoas físicas, tornam-se globais por imagens e vídeos na rede. As redes servem como sustentáculo das novas formas de movimentos sociais, dando forma, razão e

imagem aos mesmos. As imagens veiculadas no ciberespaço se espalham com uma velocidade surpreendente. Nessa nova interação, os movimentos expressam uma profunda consciência da interligação de questões e problemas da humanidade. Assim, forma-se uma cultura contestatória cosmopolita. (CASTELLS, 2013).

A mídia e a tecnologia são os verdadeiros veículos da função epistemológica para a compreensão do mundo globalizado. Atualmente, em função do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional, sem precedentes na História, vivemos num mundo em que os entendimentos e saberes sobre os lugares e pessoas que neles vivem estão cada vez mais fundados nos discursos midiáticos expostos em diferentes plataformas tecnológicas. Isso significa dizer que, somado aos conhecimentos que construímos diretamente em nossa relação com o meio, uma parte significativa de nossos saberes é erigida a partir da relação que temos com os mais variados meios de comunicação.

O surgimento de um sistema de mídia tão altamente concentrado nas mãos de grandes interesses privados viola, de forma fundamental, qualquer noção de imprensa livre na teoria democrática. O problema de ter ricos proprietários privados dominando o jornalismo e os meios de comunicação de uma sociedade tem sido sempre bem entendido: o jornalismo, em particular, que é o oxigênio necessário para que a autogestão seja viável, será controlado por aqueles que se beneficiam da desigualdade existente e da preservação do status quo. (MCCHESENEY, 2004, p. 232.)

A criminalização dos movimentos sociais torna-se uma arma manipulada por poderosos agentes da sociedade e do Estado, em especial, tendo a mídia como importante e poderosa aliada nessa empreitada. Mediante a essa cruzada, é vital uma reação em conjunto dos movimentos sociais e da sociedade civil organizada para contrapor, não só os efeitos, mas sobretudo as causas que a alimentam.

Emerge, nesse cenário, a efetivação de um “quinto poder⁵⁵” (RAMONET, 2013, 2017).

⁵⁵ Há muitas e muitas e muitas décadas que a imprensa e os meios de comunicação representam, no contexto democrático, um recurso dos cidadãos contra os abusos dos poderes. Na realidade, os três poderes tradicionais – legislativo, executivo e judiciário – podem falhar, se equivocar e cometer erros. Com maior frequência, é claro, nos Estados autoritários e ditatoriais, onde o poder político se torna o principal responsável por todas as violações de direitos humanos e por todas as censuras contra as liberdades.

Mas também são cometidos graves abusos nos países democráticos, embora as leis sejam democraticamente votadas, os governos eleitos por sufrágio universal e a justiça seja – em teoria – independente do poder executivo.

A globalização econômica é também a globalização da mídia de massa, da comunicação e da informação. Preocupados, acima de tudo, em ver triunfar seu gigantismo – o que obriga a adular os outros poderes –, estes grandes grupos deixaram de ter como objetivo cívico o de ser um "quarto poder", assim como deixaram de denunciar os abusos contra os direitos ou de corrigir as disfunções da democracia para polir e aperfeiçoar o sistema político. Não pretendem se apresentar como um "quarto poder" e, menos ainda, como um contrapoder.

Quando, eventualmente, podem constituir um "quarto poder", este se junta aos outros poderes existentes (político e econômico) para esmagar o cidadão como poder suplementar, como poder da mídia.

Portanto, a questão que se coloca, em termos de cidadania, é a seguinte: Como reagir? Como se defender? Como resistir à ofensiva deste novo poder que, de certa forma, traiu os cidadãos passando-se, com armas e bagagens, para o inimigo?

Basta, simplesmente, criar um "quinto poder". Um "quinto poder" que nos permita opor uma força cidadã à nova coalizão dos senhores dominantes. Um "quinto poder" cuja função seria a de denunciar o superpoder dos grandes meios de comunicação, dos grandes grupos da mídia, cúmplices e difusores da globalização liberal. Meios de comunicação que, em determinadas circunstâncias, não só deixaram de defender os cidadãos, mas, às vezes, agem explicitamente contra o povo. (RAMONET, 2017).

A grande mídia alinha as suas pautas às elites conservadoras atreladas ao capital internacional, procurando dar vida a um consenso sobre valores simbólicos dominantes. O uso do net-ativismo pelos movimentos sociais, materializando a possibilidade de um "quinto poder", joga luz à conscientização e a transformação social e política, a luta pela cidadania, o apontamento das causas de problemas sociais e políticos e a indicação das possíveis ações, soluções e decisões a serem tomadas.

Castells (2003) atenta para o fato de a internet colocar as pessoas em contato umas com as outras, semelhante a *Ágora*⁵⁶ grega, onde discussões e debates são travados, conhecimentos são ampliados e uma conversação se estabelece com vistas à cidadania.

Em tal contexto democrático, os jornalistas e os meios de comunicação consideraram, com frequência, ser um dever importante denunciar estas violações de direitos.

Foi por este motivo que, durante muito tempo, se falou no "quarto poder". Definitivamente, e graças ao senso cívico dos meios de comunicação e à coragem de jornalistas audaciosos, as pessoas dispunham deste "quarto poder" para criticar, rejeitar e resistir, democraticamente, às decisões ilegais que poderiam ser iníquas, injustas e até criminosas para com pessoas inocentes. Dizia-se, muitas vezes, que era a voz dos sem-voz. (RAMONET, 2017).

⁵⁶ *Ágora* era a denominação designada às praças públicas na Grécia Antiga. Nestas praças ocorriam reuniões em que os gregos, principalmente os atenienses, discutiam assuntos ligados à vida da cidade (*pólis*).

Os movimentos sociais passaram a atuar em rede entre si e com outros atores sociais e construíram uma forma de luta, coordenando e conduzindo suas ações com o uso da internet. Foram capazes de criar oportunidades de se apresentar ao mundo, de legitimar as ações, de divulgar as demandas pelas quais lutam, de pressionar os meios de comunicação tradicionais a noticiarem com menos parcialidade fatos ligados a eles e de eles próprios noticiarem fatos ligados às suas lutas.

Para Rosseto (apud Moraes, 2000),

O fato de as forças progressistas terem seus próprios canais de comunicação possibilita-nos uma maior credibilidade, uma vez que as notícias neles veiculadas estão sob a ótica das próprias forças progressistas, sem filtragem, censura ou deturpação dos fatos. Uma coisa é ler uma notícia sobre a política de privatizações em um meio de difusão controlado ou influenciado pelo governo, que tem todo o interesse em promovê-las. Outra é ler essa mesma notícia sob a ótica de quem se opõe a tal política. Nesse sentido, uma *homepage* feita pelas forças progressistas possibilita, e muito, a divulgação de seus pontos de vista. Os meios de comunicação massiva funcionam como uma espécie de filtro entre o que deve ser noticiado, destacado ou deturpado e ocultado. A internet rompe com essa intermediação. Por isso, pode facilitar que os agentes das notícias também sejam os agentes que fazem esse acontecimento chegar até o conhecimento da sociedade. (ROSSETO apud MORAES, 2000, p. 145-146).

No México, o Exército Zapatista de Libertação Nacional fez amplo uso dos recursos oferecidos por correio eletrônico e fóruns de discussões para canalizar os protestos e reivindicações, chamando a atenção da mídia, de organizações não-governamentais e de segmentos da sociedade civil para crise enfrentada pelos camponeses – a grande maioria indígena – na luta pelo direito à posse de suas terras. O Zapatismo caracterizou-se como o primeiro movimento de guerrilha informacional. (PORTO-GONÇALVES, 1998; CASTELLS, 2000a; MORAES, 2000; DI FÁTIMA, 2019).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é outro movimento social que utiliza estratégias de comunicação em rede como trincheira contra o “latifúndio midiático” que contamina a democracia. Por conta da atuação do net-ativismo, o MST passa a ser cada vez mais conhecido, colaborando para derreter o gélido preconceito alçado ao movimento. O ativismo on-line pode, inclusive, favorecer a militância como um todo, pois pautas e eventos relacionados ao movimento passam a serem mais bem divulgados e conhecidos e o público se mantém em maior contato com os assuntos. Assim, MST considera que a internet proporciona à campanha pela justiça agrária um amplo canal de comunicação com a sociedade. (MORAES, 2000).

O ciberespaço é muito mais inclusivo do que todos os outros meios de comunicação anteriores. Ele permite a expressão pública a todos os indivíduos, grupos, instituições e comunidades, inclusive as comunidades (comunidades virtuais) não existentes anteriormente.

(...)

O ciberespaço não somente permite que qualquer um se exprima, como autoriza um grau de acesso à informação superior a tudo aquilo que se podia experimentar antes. (LÉVY, 2004, p. 375-376).

De um ponto a outro, de uma época a outra, as atitudes, as maneiras de falar e os códigos sociais mudam. As realidades culturais não apresentam a mesma face.

Os movimentos sociais que utilizam a Internet como principal meio de articulação possuem três características, segundo Castells (2003): primeira, são movimentos culturais que utilizam os meios de comunicação para trabalhar os princípios e valores do modo de vida que defendem. Segunda, esses movimentos sociais necessitam tornar-se uma alternativa em relação à crise das organizações políticas verticais e engessadas da era industrial. Terceira, a internet cria a possibilidade de globalização dos movimentos sociais, de transformar uma causa local em global, sobretudo no combate ao poder e à mídia tradicional.

A nova ambiência comunicacional, a internet, produz uma lógica que reconfigura os processos de mobilização social e de cidadania. Ao utilizarem-se dos recursos modernos dos meios de comunicação para dar visibilidade às suas lutas e conquistas, os movimentos sociais redimensionam as suas práticas e lutas sociais. Ou seja, as suas lutas, embora localizadas territorialmente, conseguem dialogar com a sociedade civil tanto de seus países, como do mundo, possibilitando um diálogo interativo entre o local e o global.

CAPÍTULO 5: “POR QUE FOI QUE CEGAMOS”? JUNHO DE 2013: AS DIREITAS, A INTERNET, A RUA, O VÍRUS E A FORMATAÇÃO DE UM NOVO BRASIL.

Por que foi que cegamos, Não sei, talvez um dia se chegue a conhecer a razão, Queres que te diga o que penso, Diz, Penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que veem, Cegos que, vendo, não veem. (SARAMAGO, 1995, p. 310).

5.1. O ciberespaço como dimensão socioespacial

O virtual não substitui o real, ele multiplica as oportunidades para atualizá-lo. (LEVY, 1999, p. 88).

A integração por meio das redes de informação oferta uma nova dimensão ao espaço fomentando uma nova possibilidade de, nele, agir, resultado de uma rede técnica e de novas relações sociais: o ciberespaço⁵⁷.

O ciberespaço emerge não como uma dimensão além humana e, por isso, muito além natureza. O ciberespaço constitui na verdade, uma dimensão da realidade complexa que as sociedades humanas contemporâneas construíram a partir de sua relação com a natureza. De certa forma, estudar o ciberespaço é estudar a questão das técnicas, enquanto elemento cultural de intervenção no espaço e ponte entre o humano e o natural. (SILVA, 2013, p. 46).

Lévy (1999), conceitua o ciberespaço como

(...) o novo meio de comunicação que surgiu da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999, p. 17).

Os novos avanços tecnológicos vêm redimensionando o tratamento da informação geográfica, a interpretação e a produção desse conhecimento, ampliando o leque de possibilidades ou de integração entre o saber geográfico e as novas tecnologias (SILVA, 2007).

⁵⁷ “O termo ciberespaço foi inventado em 1984 por William Gibson no romance de ficção científica *Neuromancer*, que serviu de inspiração para o cinema na trilogia Matrix...” (MIRANDA; NETTO, 2014, p. 52).

A Geografia do espaço cibernético é muito mais mutável que outros ambientes. As montanhas e os oceanos são difíceis de mover, mas porções do espaço cibernético podem ser ligadas e desligadas com o clique de um interruptor. (NYE JR., 2012, p. 164).

O ciberespaço impulsionado pela rede mundial de computadores, traz consigo um padrão global de desenvolvimento tecnológico e toda sorte de modificações culturais, que provocam uma gradativa e profunda revolução nos hábitos coletivos de pensar, de viver, de aprender e, sobretudo, de se comunicar.

Uma transformação tecnológica de dimensões históricas similares (criação do alfabeto) está ocorrendo 2.700 anos depois, ou seja, a integração de vários modos de comunicação em uma rede interativa. Ou, em outras palavras, a formação de um hipertexto e uma metalinguagem que, pela primeira vez na história, integra no mesmo sistema as modalidades escrita, oral e audiovisual da comunicação humana. O espírito humano reúne suas dimensões em uma nova interação entre os dois lados do cérebro, máquinas e contextos sociais. (CASTELLS, 2002, p. 414).

No mundo contemporâneo, ou, mais precisamente, nesta era da informação instantânea e simultânea, o raciocínio geográfico tem se revalorizado e, simultaneamente, alterando-se por meio de novos aspectos sociais e tecnológicos. É por esse motivo que no centro das atuais preocupações encontram-se as relações – interfaces – entre as novas tecnologias e o raciocínio espacial. (SILVA, 2007).

De fato, nunca conhecimentos geográficos e uma iniciação ao raciocínio geográfico verdadeiro foram tão necessários à formação dos cidadãos. Isso resulta, ao mesmo tempo, do papel considerável da mídia e do desenvolvimento de procedimentos democráticos na sociedade (...) (LACOSTE, 1997, p. 254).

Sendo o ciberespaço parte integrante da sociedade contemporânea, logo é uma realidade que a geografia deve buscar compreender, enquanto uma nova forma de materialização dos avanços da sociedade capitalista.

Se uma das grandes contribuições que a geografia crítica nos legou foi a consciência de que o grande desafio da geografia contemporânea é trabalhar pelo aprofundamento de alternativas de investigação, que se comprometam em revelar os processos sociais que subjazem aos problemas sociais. O grande desafio que se coloca à cibergeografia é desfeticizar a dialética da vinculação e da articulação entre o espaço real e o espaço virtual ou imaterial, e desvendar a lógica de reprodução do capital imaterial contemporâneo. (PIRES, 2009, p. 12).

A Geografia, ao fazer uso, das possibilidades de análise de espaço geográfico advindas com as novas tecnologias, apresenta-se como uma ciência indispensável para o entendimento de como se produzem e reproduzem as relações humanas, as relações sociedade-natureza e a dinâmica das transformações nesta fase contemporânea sintonizada pelo desenvolvimento tecnológico e científico.

A Geografia contemporânea tem privilegiado o conhecimento sobre o espaço em diferentes escalas de análise. Essa nova concepção de Geografia fortaleceu-se quando os desafios impostos pelas transformações do meio técnico-científico-informacional promoveram uma revolução nas formas como se processa a circulação de ideias, informações e bens materiais e imateriais, que influem sobre o que é local, regional e global, simultaneamente, e o modifica.

Tecnoesfera e psicoesfera são redutíveis uma à outra. O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade da utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnoesfera e psicoesfera são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contraracionalidade, no próprio conteúdo do território. (SANTOS, 2017, p. 256).

Para Haesbaert (2007), o advento mais intenso das Tecnologias da Informação e Comunicação não significa simplesmente que tenha diminuído a intensidade da materialidade nos processos sociais e sim a constatação que os espaços passaram a condensar a materialidade em áreas e/ou redes fisicamente restritas agregando ação e movimento da sociedade civil.

As novas tecnologias transformam a relação com o espaço, dando-nos uma nova percepção de mundo. O que ocorre no ciberespaço, surge a partir do espaço geográfico, e o que lá se deu, repercute no último de forma cada vez mais intensa. Os novos avanços tecnológicos vêm redimensionando o tratamento da informação geográfica, a interpretação e a produção desse conhecimento, ampliando o leque de possibilidades ou de integração entre o saber geográfico e as novas tecnologias. (SILVA, 2007).

As relações sociais no ciberespaço, apesar de virtuais, tendem a repercutir e a se concretizar no mundo real. Marcam, portanto, um novo tipo de sociedade.

... o ciberespaço inaugura novas formas de estabelecimento de relações sociais que possibilitam a emergência de modos de organização social diferenciados daqueles tradicionalmente desenvolvidos no espaço geográfico: o ciberespaço aglutina pessoas e territórios, de modo rápido e de forma massiva, aos moldes dos processos produtivos capitalistas pós-fordistas.

O ciberespaço potencializa o surgimento de uma nova geografia, baseada em processos de territorialização e desterritorialização constantes de certas porções de sua totalidade. Nele múltiplos territórios são instituídos, cada grupo ou indivíduo buscando ampliar constantemente os seus domínios. Essa geografia é dinâmica, feita de fluxos informacionais que permitem a fluidez entre os nós da rede, transmitindo informações, valores (monetários ou morais), culturas, ideias, ideologias. Ela é uma geografia possível somente a partir da ampliação do grau de simbiose entre o humano e a tecnologia, através da disseminação de objetos técnicos altamente especializados em processar dados, armazenar informação e facilitar o processo comunicacional. (SILVA, 2013, p. 15-16).

A noção de rede também vem sendo explorada pela Geografia, que a concebe como uma forma da organização espacial. Características apontadas como instabilidade e mobilidade suscitam uma análise sobre um aspecto importante que transforma algumas espacialidades: a complexidade das interações espaciais resultantes das ações desencadeadas em lugares que podem ser longínquos ou não. Dessa maneira, a rede constitui-se como uma das mais importantes noções para a compreensão do espaço contemporâneo. (MORAES, 2013).

Na verdade, há toda uma falácia de que o espaço geográfico, enquanto expressão material das práticas sociais no seu contínuo movimento de transformação, perde importância diante da revolução da telemática. Alguns autores sugerem o fim da geografia⁵⁸, afirmando que, se toda prática social é acompanhada por uma grafia deixada no espaço, o domínio das relações sociais via imagens em tempo real tende a abolir o espaço. Entretanto, a concepção materialista da sociedade sugere a impossibilidade de existência do tempo sem o espaço e a matéria em movimento. Acreditamos que qualquer alteração nos sistemas de interação social será sempre precedida por uma materialidade espaço-temporal representativa de um movimento de mutação e permanência de uma forma específica de sociabilidade. (...)

⁵⁸ O filósofo francês Paul Virilio, frente às novas tecnologias, chegou a sentenciar que “Se não há um fim da história, é então ao fim da geografia que nós assistimos”. Contudo, trata-se de um pensamento reducionista e opaco, carente de esclarecimento conceitual e epistemológico. Um pensamento que limita a Geografia a uma simples noção de distância. Dominique Wolton, também intelectual francês, na contramão de Paul Virilio, afirma que o mundo assiste atualmente a “revanche da geografia”, ao defender que informação não tem o mesmo sentido conforme as áreas culturais e os sistemas simbólicos (Wolton, 2004, p. 266). Para Moreira (2014a, p. 162-163) “o espaço virar distância incorre num equívoco”.

Quando se fala em ciberespaço é comum pensar em algo que não nos é palpável, imaterial, um lugar distante de nossa realidade, onde relações sociais, culturais, econômicas ao se estabelecerem se fazem no imaginário, “algo de outro mundo”, um ambiente futurístico, um divertido desenho animado dos Jetsons. Essa é uma visão idealista do tempo e do espaço. Algumas tentativas de explicar o ciberespaço esbarram numa postura idealista, com todos os seus matizes, ou seja, procuram negar a realidade objetiva do espaço como forma de existência da matéria.

(...)

O ciberespaço é, então, um ambiente que permite inúmeras possibilidades do mundo real. O mundo virtual caracteriza-se não propriamente pela representação, mas pela simulação. Esta simulação é, na verdade, apenas uma das possibilidades do exercício do real. Desse modo, podemos afirmar que o ciberespaço não está desconectado da realidade. (SILVA; TANCAMAN, 1999, p. 56-58).

As tecnologias de informação e comunicação, sobretudo as redes sociais da internet, não são apenas ferramentas de descrição, mas sim de construção e reconstrução da realidade. Quando alguém atua por meio de uma dessas redes, não está simplesmente reportando, mas também inventando, articulando, mudando. Isto, aos poucos, altera também a maneira de se fazer política e as formas de participação social (SAKAMOTO, 2013). As novas tecnologias, como um produto social, vêm na atualidade interagindo com todas as dimensões socioespaciais. A interface tecnológica atual é uma realidade e, por conseguinte, constitui-se e um mediador cognitivo (SILVA, 2007). Por meio da poderosa influência do novo sistema de comunicação, mediado por interesses sociais, políticas governamentais e estratégias de negócios, está surgindo uma nova cultura: a cultura da virtualidade real. (CASTELLS, 2002).

O ciberespaço emerge como um espaço ocupado por diversos tipos de sujeitos altamente heterogêneos e multifacetados, capazes de utilizar as ferramentas disponíveis pela tecnologia para uma mobilização e organização de tamanho e intensidade antes nunca vista. Assim, o ciberespaço descortina-se como uma dimensão técnica do espaço geográfico. O ciberespaço não destrói a dimensão geográfica, ele amplia a sua percepção.

5.2. A Primavera Árabe e outras estações revolucionárias

Multidões foram às ruas na Tunísia, no Egito, na Líbia e, finalmente, na Síria. Em todos esses países, os manifestantes haviam utilizados as mídias sociais para criticar o governo, denunciar as tentativas de repressão e coordenar hora e local dos protestos. O Twitter, escreveu Andrew Sullivan na *Atlantic*, se revelara numa “ferramenta crucial para a organização”. Nos conflitos do século XXI, afirmou igualmente Nicholas Kristof no *New York Times*, “os capangas do governo disparando balas” cada vez mais enfrentariam a resistência de “jovens manifestantes disparando tuítes”. (MOUNK, 2019, p. 174).

Principiada após o inverno, a primavera traz consigo um clima mais ameno, além da diversidade de flores e cores. Esta estação do ano é caracterizada como a mais bela época do ano. Por tratar-se de um período de transição entre temperaturas mais baixas (inverno) e temperaturas elevadas (verão), o clima certamente é mais ameno quando comparado ao resto do ano. É na primavera que a maior parte da flora se desabrocha, fazendo com que, de modo geral, a paisagem fique mais viva e agradável. Por esta razão, o período primaveril também é sinônimo de juventude, fertilidade, novidade e renascimento.

Primavera Árabe é o nome dado à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2010. A origem dos protestos é o agravamento da situação dos países, provocado pela crise econômica e pela falta de democracia – ou junção de ambos. Como a estação do ano, esse movimento social envolveu juventude, novidade e renascimento.

O epicentro da Primavera Árabe tem o seu primeiro tremor na cidade de Sidi Bouzid, situada na empobrecida região central da Tunísia, ao sul de Tunís. Naquele lugar, o vendedor ambulante Mohamed Bouazizi, em chamas, autoimolou-se, às 11h30, do dia 17 de dezembro de 2010, defronte a um prédio do governo. O gesto extremo foi um ato de protesto pelo repetido confisco de sua banca de frutas e verduras pela polícia, mediante à recusa de Mohamed Bouazizi em pagar propina para poder exercer o seu trabalho. Além do confisco, o vendedor foi agredido, verbalmente em público. Ali, primo de Mohamed Bouazizi, registrou o suicídio e o distribuiu, por vídeo, pela internet. Uma fotógrafa que acompanhava os protestos sociais tunisianos, testemunhou o acontecido, registrou-o, e inseriu o conteúdo na internet. O compartilhamento, via internet, esquivou-se da censura midiática imposta pelo então presidente Ben Ali. Ressalte-se que o blog *Nawaat*, de Astrubal teve importante papel na disseminação em rede. O mundo, com acesso às redes e sociais, assistiu ao ato

de desespero de Mohamed Bouazizi. Os movimentos de solidariedade foram imediatos.

Os movimentos espalharam-se por contágio num mundo ligado pela internet sem fio e caracterizado pela difusão rápida, viral, de imagens e ideias. Começaram no sul e no norte, na Tunísia e na Islândia, e de lá a centelha acendeu o fogo numa paisagem social diversificada e devastada pela ambição e manipulação em todos os recantos deste planeta azul. (CASTELLS, 2013, p. 12).

De acordo com as informações divulgadas pela *Dubai School of Government*, a propagação do movimento de indignação Primavera Árabe, para toda a região do Norte da África e do Oriente Médio, não teria sido possível sem os recursos e dispositivos proporcionados pelas redes sociais. Nos outros países em que a Primavera Árabe se fez presente, as redes sociais também mostraram sua robustez e colaboraram na organização dos protestos. Durante os protestos do mundo árabe, o Twitter foi amplamente utilizado para que muitos países ocidentais fossem informados a respeito do que lá acontecia. Isso porque o acesso da imprensa internacional a alguns desses locais era muito restrito. Este cenário fez com que a cobertura e a repercussão da revolução não ficassem restrita aos países da região, mas que ganhassem o mundo. Os Indignados (Espanha), Occupy Wall Street (Estados Unidos), Revolução Egípcia, Islândia, Portugal, Insurreições Árabes e as Manifestações de Junho de 2013 no Brasil, são exemplos de movimentos, que, embora surgidos em contextos diferentes, têm o mesmo estopim: a não confiança nas instituições e a busca de novas formas de participação na vida política. Nesse cenário, a tecnologia, e sobretudo as redes sociais, converteram-se em poderosos instrumentos de ação e captura de sentidos.

5.3. Brasil, Junho de 2013: as ruas e as redes

“Seja bem-vindo à Copa das Manifestações”.

Dizeres de um cartaz exibido durante as Jornadas de Junho de 2013.

Qualquer um que cruzasse o largo Glênio Peres, no centro de Porto Alegre, por volta das 18h de 21 de janeiro de 2013, duvidaria que estava a nascer ali um movimento de indignação que mudaria a história recente do Brasil. O motivo era óbvio. As cerca de 200 pessoas reunidas no local nem de longe preenchiam seus 6.309 metros quadrados, com pavimentação de pedras portuguesas. O ato naquela segunda-feira fora convocado nas redes sociais pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público, o BLTP, um coletivo que agregava diferentes grupos ativistas do Rio Grande do Sul.

A causa da manifestação não deixava de ser irônica. O BLTP protestava contra o aumento no preço da passagem de ônibus, contudo, até aquela data, nenhuma empresa havia pedido oficialmente o reajuste. O Bloco trabalhava por antecipação. Normalmente, o valor do bilhete subia em meados de fevereiro. Entre os personagens daquela noite quente estavam estudantes, feministas, anarquistas e militantes do PSTU, PT e PSOL. Eles faziam o seu segundo ato dali a uma semana, no mesmo lugar, também organizado pela internet.

(...)

E no rescaldo, conduziu a extrema-direita ao Palácio do Planalto. Em breve, as armas dessa contenda seriam as *fake news*. (DI FÁTIMA, 2019, p. 211-215).

As manifestações de Junho de 2013 ocorridas no Brasil, também foram eventos em que as redes sociais exerceram destacada atuação. Os protestos começavam no ciberespaço, expandiam-se pelas ruas e repercutiam mundialmente. Rua e rede se interpenetram e fazem emergir uma política colaborativa, direta e em tempo real.

Também conhecidas como Jornadas de Junho de 2013, o evento teve o seu núcleo de origem no grupo Movimento Passe Livre (MPL) que por meio das redes sociais conseguiu reunir uma grande massa de jovens estudantes e trabalhadores para irem às ruas protestar contra o aumento das tarifas e exigir qualidade no

transporte coletivo⁵⁹. A partir de São Paulo⁶⁰, disseminou-se por diversas cidades brasileiras, mobilizando milhares de pessoas no que se tornaria, naquele momento, a maior série de manifestações de rua desde o movimento pelo *impeachment* do presidente Fernando Collor, ocorridas em 1992.

Embora esses movimentos frequentemente se iniciem em redes sociais da Internet, eles não são identificados como movimentos até que tomem o espaço urbano, em geral pela ocupação permanente de praças públicas ou pela persistência nas manifestações de rua. O espaço do movimento consiste em uma interação entre o espaço dos fluxos na Internet e nas redes de comunicação sem fio, e o espaço dos lugares das áreas ocupadas e dos edifícios simbólicos que são alvos de ações de protestos. Esse híbrido de ciberespaço e espaço urbano constitui um terceiro espaço que chamo de espaço da autonomia. Isso se dá porque a autonomia apenas pode ser garantida pela capacidade de organização no espaço livre das redes de comunicação, mas, ao mesmo tempo, somente pode ser exercitada como uma força transformadora quando desafia a ordem disciplinar institucional por meio da recuperação do espaço da cidade para seus cidadãos. Autonomia sem desafio se torna desistência. Desafio sem uma base permanente para a autonomia no espaço dos fluxos equivale a um ativismo descontínuo. Dessa maneira, o espaço da autonomia é a nova forma espacial dos movimentos sociais em rede. (CASTELLS, 2015, p. 49).

As Jornadas de Junho de 2013 foram manifestações heterogêneas. Nelas, se identificaram uma nova forma de movimento social integrada por jovens escolarizados, em sua predominância são de classe média, alguns ligados a partidos de esquerda, outros eram apartidários, conectados por, e em, redes sociais, organizados horizontalmente e críticos das formas tradicionais de se fazer política.

⁵⁹ “Alguns protestos sobre a mobilidade urbana já vinham acontecendo no Brasil desde 2003, como em Salvador, na capital baiana. Manifestações que tinham como um dos objetivos, se opor ao aumento da tarifa do transporte público. Diante desse problema, em 2005, o Movimento Passe Livre (MPL) foi fundado na cidade de Porto Alegre, na plenária do Fórum Social Mundial.

Durante os anos que se seguiram, outras manifestações foram realizadas em diferentes cidades, em sua grande maioria, por estudantes universitários e trabalhadores que aderiram à causa. Em 2011, as reivindicações contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos, e a favor do passe livre, provocaram reações de protestos em muitas regiões do Brasil, acentuando-se, à época, na cidade de São Paulo, em frente ao Teatro Municipal, com cerca de 4 mil habitantes.

No dia 29 de agosto de 2012, cerca de 2 mil pessoas protestaram contra o possível aumento de vinte centavos na passagem de ônibus, na cidade de Natal. Nesse dia houve repressão por parte da polícia. Em março de 2013, o Movimento Passe Livre protestou em Porto Alegre e alcançou rapidamente São Paulo, Belém, Curitiba, Brasília, Rio de Janeiro e Salvador.

A mídia e a população passariam a encarar as manifestações populares de uma forma jamais vista antes”. (FERNADES; ROSENO, 2013, p. 16).

⁶⁰ São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Brasília foram as cidades onde as manifestações foram mais intensas. O mês de junho de 2013, o auge dos protestos, 353 cidades se envolveram, chegando a mobilizar um milhão de pessoas em um só dia – 20 de junho. (GOHN, 2013).

Em poucos dias, a lista de celebridades a favor dos protestos ganhou nomes como Paulo Coelho, Caetano Veloso, Gisele Bündchen, Max Cavalera, Luciano Huck, Ivete Sangalo e Cláudia Leite. Políticos também tentaram se aproximar do movimento. Nenhum deles teria tanto êxito quanto um deputado federal de extrema-direita, sem projeção nacional, mais conhecido pelas polêmicas do que pela atuação parlamentar: Jair Messias Bolsonaro, 58 anos, capitão reformado do Exército, do Partido Progressista (PP).

Menos de 24 horas depois dos confrontos em São Paulo, Jair Bolsonaro lançou a sua fanpage oficial no Facebook. A primeira publicação, na tarde de 14 de junho, dizia: “Caros amigos, tentarei a partir de agora centralizar as informações do meu trabalho em apenas uma página, para evitarmos sobrecarregamento de informações repetidas”. Até então o deputado alimentava três perfis na maior rede social do mundo, mas esbarrava na limitação de reunir só 5 mil seguidores por conta. A mensagem inicial teve um alcance modesto, à altura do capital político de Bolsonaro – 617 curtidas, 69 partilhas e 97 comentários. Esses comentários instavam uma ideia que faria até o mais ingênuo dos parlamentares cair na gargalhada. No entanto, ganharia pujança nos meses seguintes: “Saia candidato à Presidência, contamos com o senhor”; “Seria muito bem ter você como presidente da República”. Naquele mês o capitão reformado ainda fez 22 publicações. Ataques ao PT, censuras ao aumento da passagem, alertas sobre os perigos do comunismo e elogios rasgados aos seus filhos, o deputado estadual Flávio Bolsonaro (PP-RJ) e o vereador Carlos Bolsonaro (PP-RJ). Algumas postagens terminavam com um cumprimento dos tempos da caserna; Selva!

Os partidos de esquerda não perceberam, tampouco os jornalistas e intelectuais. Nascia ali um exército virtual de anônimos, voluntarioso, que usaria as *fake news* como arma para escoltar a extrema-direita até o Palácio do Planalto. Os soldados da incursão, na maioria jovens, ficariam conhecidos por bolsominions. (DI FÁTIMA, 2019, p. 221-222).

O uso das novas tecnologias e das redes sociais na organização e realização dos protestos foi impactante para o sucesso das manifestações. As redes sociais desempenharam a ação omitida pela televisão. Os meios tradicionais de comunicação ficaram reféns das redes sociais operadas pelos manifestantes. A propagação das informações por meio das redes sociais era instantânea e se espalhava exponencialmente. A conexão entre comunicação livre pelo Facebook, YouTube e Twitter e a ocupação do espaço urbano criou um espaço público de liberdade (CASTELLS, 2013).

Assim que se conectava a internet, era possível acompanhar, minuto a minuto, a movimentação dos usuários nas mídias sociais logo nas primeiras horas do dia. Mensagens vinham de todos os lados, falando de protestos que se multiplicavam em outros protestos, posts eram publicados e fóruns se formavam para discutir o cenário da política brasileira.

De repente, as redes sociais tornaram-se um palanque de discussões e ferramentas eficaz para a convocação de manifestações pelo Brasil, com um poder incontrolável que crescia a cada dia.

(...)

As comunicações nas mídias sociais, que tanto influenciaram as manifestações no Brasil, se caracterizaram pela ação de milhões de nômades conectados, distribuindo informações e interagindo entre si. O espaço público tornou-se o encontro entre o mundo virtual e o local físico, onde o poder do nômade digital é representado pelos jovens internautas que ameaçaram e encurralaram o poder do governo. Os políticos, presos a territórios demarcados por suas leis, mapearam seu poder de ação. E seria com esse poder legislado que os políticos se agarrariam como forma de defesa no seu território de domínio.

(FERNADES; ROSENO, 2013, p. 15-34).

A mobilização, iniciada como um protesto contra o aumento da tarifa dos ônibus que passaria de R\$ 2,80 para R\$ 3,00, cresceu exponencialmente. Logo, as ruas foram ocupadas por conta de demandas diversas. Ao longo do mês de junho não ocorreram apenas as manifestações convocadas pelo Movimento Passa Livre contra as tarifas em São Paulo. Houve manifestações corriqueiras nos últimos anos como a Sexta Marcha da Maconha, a Parada de Orgulho Gay, além de outras conjunturais como a dos professores do ensino básico público, profissionais da saúde, policiais e sem-teto. Todos realizaram protestos na Avenida Paulista focados em suas demandas específicas. Todavia, com o decorrer do tempo, as pautas específicas foram se pulverizando.

O mecanismo de mobilização já não era o preço da tarifa, e sim uma pluralidade de causas sociais. Entre as *hashtags* mais publicadas na internet estavam: #VemPraRua, #AcordaBrasil, #MarcoCivil, #AtoMédico, #CopaPraQuem, #20Centavos, #PasseLivre, #LiberaçãoDaMaconha, #ContraCorrupção, #CódigoFlorestal, #Ditadura, #SemPartido, #ReformaPolítica, #Democracia e, até, #MonarquiaJá. A multidão exigia melhorias na saúde, educação, saúde pública, infraestrutura e mobilidade urbana. Reivindicava transparência com o público e combate à corrupção. Criticava propostas de lei, os gastos estratosféricos com a Copa do Mundo e o foro privilegiado. Entre 16 de junho e 17 de julho de 2013, os temas mais citados no Facebook, Google+, Youtube, Twitter e Instagram revelam a predominância de dois grandes tópicos: Direitos Básicos (42%) e Temas Políticos (40%). Dos assuntos políticos mais recorrentes, seis atacavam líderes e governos dos maiores partidos

do país – PT, MDB, PSDB. Apesar da diversidade de causas, faixas em diferentes encontros falavam mais ou menos a mesma coisa: “Somos a rede social”. (DI FÁTIMA, 2019, p. 229).

Allan Gripp, citado por Gohn (2014), subdivide as manifestações em três fases.

A primeira teve foco na tarifa e reuniu majoritariamente estudantes. A segunda – com forte apoio popular e mais efêmera – arrastou multidões contra a baixa qualidade dos serviços públicos, a corrupção, a polícia e tudo mais. Por fim, restaram as “manifestações” mais radicais, já sem o apoio da maioria da população, marcadas pela quebradeira dos adeptos da tática Black Bloc. (GRIPP apud GOHN, 2014, p. 24).

A onda de insatisfação reverberou na presidente Dilma Rousseff, que tinha aprovação de 57% e viu a sua popularidade cair à metade naquele mês. As ruas, historicamente ocupadas pela esquerda, também passaram a ser disputadas por grupos que se opunham tanto ao Partido dos Trabalhadores (PT) quanto aos demais movimentos esquerdistas que faziam oposição aos governos petistas. A insatisfação, contudo, não significava uma rejeição em bloco do que tinham sido as políticas dos governos petistas até ali. Bem pelo contrário, é possível dizer que Junho de 2013 foi um movimento por “mais”: mais serviços públicos de qualidade, mais mobilidade urbana, mais direitos, mais participação, mais ações contra nossas desigualdades históricas. Era essa a reivindicação implícita nos gritos por “saúde e educação padrão FIFA”.

Tudo isso em meio aos preparativos da Copa do Mundo, que coroar a imagem do Brasil como uma economia emergente no sistema mundial. No entanto, foi essa mesma Copa que escancarou a permanente violência do Estado contra as populações mais vulneráveis e sua relação promíscua com grandes corporações em acordos e licitações⁶¹. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 31).

Junho de 2013 entrou para a história do Brasil como um momento de ebulição da insatisfação popular que eclodiu em uma série de manifestações. Milhões de pessoas tomaram as ruas de todo o País, não apenas nas capitais, em protestos com pautas difusas, sem ordem clara ou comando definido. Os resultados dessas

⁶¹ “Eventos mundiais desportivos envolvem empresas multimilionárias. A FIFA tem mais países afiliados do que a ONU (Organização das Nações Unidas), e recebe os benefícios de leis especiais, que garantem a isenção fiscal e a venda autorizada de produtos, alimentação e bebidas no perímetro de 2 km ao redor dos estádios. A FIFA é o Vaticano do futebol: um país à parte, repleto de investidores”. (FERNANDES; ROSENO, 2013, p. 57).

mobilizações são os mais diferentes possíveis. Da ampliação do uso do espaço público e dos pedidos por maior efetividade da democracia, até a ascensão de movimentos de direita e extrema-direita que chegaram a derrubar uma presidente.

As Jornadas de Junho emergem de um mosaico de contradições. Altos impactos e serviços públicos ineficientes, corrupção endêmica e sentimento de impunidade, nova classe média e violação sistemática de direitos. O valor da tarifa de ônibus foi a gota d'água e fez o copo transbordar. A insatisfação generalizada nasce do acúmulo de descontentamento ano após ano. A internet funcionou como um ímã e atraiu vozes que repudiavam a violência policial. Protestar não é pecado. Ao ser perguntada por que estava na rua, uma garota argumentou: “Eu não consigo imaginar uma razão para não estar”. Era a resposta que todos queriam dar. (DI FÁTIMA, 2019, p. 225).

Diferentes analistas consideram que as megamobilizações pró-impeachment de 2016 foram gestadas naqueles dias de junho. Aquilo que começou como um pedido por mais investimentos na área pública resultou em mais recursos para a área privada. Por outro lado, enfraqueceu partidos tradicionais, como PT (Partido dos Trabalhadores) e PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), e abriu espaço para os movimentos sociais.

Para piorar o cenário da rejeição, o brasileiro estava mais interessado em saúde e educação do que na Copa das Confederações. A crise de representatividade refletiu na internet, principal meio de mobilização dos protestos. Estima-se que em uma semana o país do futebol tenha mencionado os atos 2 milhões de vezes no Facebook, Twitter, Youtube, Instagram etc. As publicações podem ter alcançados, por dia, 132 milhões de internautas em todo o globo. A Copa das Confederações teve apenas 214 mil menções, reafirmando o desejo das ruas: “Nós queremos escolas e hospitais padrões Fifa”. Segundo o Ibope, 75% dos manifestantes convidaram, pelas redes sociais, pessoas para protestar. Na época, quase a metade dos brasileiros acessava a internet. (DI FÁTIMA, 2019, p. 226).

Dentro desse caleidoscópio social que foi Junho de 2013 há uma certeza: não existe consenso sobre as tramas que o enredaram. Momento pré-revolucionário (que depois se dissipou direcionando-se para outro rumo), o renascimento de ideais fascistas, contrariedade sobre o aumento das passagens de ônibus, início das manifestações que culminaria no golpe que destituiria a presidente Dilma Rousseff, são alguns dos temas.

Explicações podem ser propostas para os motivos dessa complexidade e dificuldade de definições claras e precisas. Primeiramente, não há nada de simples em Junho de 2013. As manifestações foram diferentes ao redor do Brasil. Teve fases distintas. Pautas mudando diariamente. Distintos grupos se manifestando. Em segundo lugar, Junho de 2013 propiciou a abertura de uma conjuntura, uma ruptura de uma certa normalidade em que a política brasileira estava estacionada. Normalidade marcada pela lógica da governabilidade, de uma economia até então estável e índices sociais em processo de melhora. Junho de 2003 eclode como uma erupção vulcânica, envolvendo atores sociais cansados com a relação com a classe política.

Há alguns pontos sobre Junho que valem a pena ser mencionados, e também sua influência na análise geral, haja vista que ela foi enorme; esse movimento instaurou novas formas de pensar e fazer política; alertou a esquerda brasileira, a moderada e a radical, quanto à despolitização e à fragmentação; organizações de esquerda reagiram de maneira diferente; e esquerda assumiu responsabilidade e atribuiu falhas de maneira diferente também; tem havido mais expressões abertas de mobilização desde então.

Essas expressões ainda dependem de questões atuais e de resistência; a maior parte do seu potencial ainda é bastante espontâneo; maiores esforços de mobilização ainda são lentos; protestos e manifestações trouxeram uma nova estética que se choca com eventos tradicionais da esquerda; mais pessoas estão envolvidas em ativismo regular, mas a maioria dessas adições ainda constituem uma vanguarda; a maioria da população ainda se liga a Junho principalmente por indignação, que, como significante, pode ser facilmente esvaziado.

É fato que a direita conseguiu capturar alguns (nem todos) dos sentimentos de Junho a seu favor; e, embora a política esteja novamente na ponta da língua de todos, a pós-política⁶² e a ultrapolítica⁶³ sequestraram grande parte da linguagem e do conteúdo

⁶² “A pós-política é um tipo de despolitização que age no campo do senso comum como uma forma de pós-ideologia, na qual assuntos relacionados a status político, social e econômico são efetivamente gerenciados.

Esse gerenciamento dá a impressão de que não há luta ou disputa de projeto a ser feita. Isso quer dizer que a disputa influenciada diretamente por posições ideológicas é rejeitada; ou seja, o fazer da política torna-se subordinado a uma presumida imparcialidade atribuída à tecnocracia e aos especialistas esclarecidos”. (FERNANDES, 2019, p. 216). A pós-política também se anuncia como “nem de direita e nem de esquerda”, com um posicionamento difuso, mesmo quando claramente defende um ponto ideológico.

⁶³ “A definição mais conhecida de ultrapolítica é fornecida por Slavoj Žižek, em uma nota de rodapé em um livro de 1999: ‘A ultrapolítica recorre ao modelo de *guerra*, a política é concebida como uma forma de guerra social, como relação para com ‘Eles’, para com um ‘Inimigo’”. (FERNANDES, 2019, p. 257). Os movimentos fascistas ou populistas que adotam os lemas de “nós contra eles” personificam bem a ultrapolítica, criando símbolos chauvinistas e bodes expiatórios. Eles buscam condensar a variedade ideológica em apenas dois polos que devem se digladiar a todo custo, ao ponto não somente de vencer um adversário, mas de eliminá-los completamente.

do debate. Finalmente, a esquerda ainda está coletivamente intrigada com Junho, apesar de qualquer reivindicação de organizações individuais acerca disso. Mais intrigada do que com o golpe parlamentar de 2016, pois ali as interpretações dividem a esquerda, mas com maior convicção. (FERNANDES, 2019, p. 22).

O Materialismo Histórico-Dialético nos ensina que os fatos não surgem do nada. Quando se abre uma nova conjuntura, os fenômenos adquirem um corpo diferente, além de outros também surgirem.

Parte-se de um processo de uma luta organizada, com forte teor de classe, participação de estudantes e pauta social. Até esse momento, a mídia tradicional realiza cobertura tendenciosa, criminalizando as ações. Nesse contexto é que o papel exercido pelas redes sociais como contrapoder ganha relevo e importância ao jogar luz naquilo a mídia tradicional escondia em suas coberturas⁶⁴. São Paulo e Rio de Janeiro ganharam destaques. Mas as manifestações estavam espalhadas por centenas de cidades pelo País, externando o seu processo de massificação. Nesse momento, aglutina-se às manifestações grupos e pautas distintos daqueles que originaram o movimento.

Julho de 2013 e os meses subsequentes são marcados pelo esvaziamento de pautas. Esse esvaziar gera uma oportunidade à direita de se reinventar, apropriando-se de movimentos por cidadania, democracia e anticorrupção, camuflam a sua estética política, trabalham a despolitização, investem ainda mais em comunicação.

A guinada reacionário-fascista, portanto, é uma possibilidade nada absurda para este movimento que nasce tão bem-intencionado. Isto, aliás, é que me deixa tão preocupado: os jovens que vi hoje na rua eram... lindos. Lindos. Felizes em seu papel democrático, acreditavam estar desempenhando uma função histórica fundamental. E estão. Mas se não surgir um foco para esta embrionária revolução, o perigo para que ela se desvirtue e seja cooptada pelo que temos de mais reacionário, conservador, atrasado e estúpido é real e imediato. (VIANNA apud MESSAGI JÚNIOR, 2019, p. 77).

⁶⁴ A Mídia Ninja é um exemplo concreto desse acontecimento. Fernandes e Roseno (2013, p. 53), explicam que: “A Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é um grupo com cerca de 100 pessoas, que sem cortes e sem edição, transmite ao vivo as manifestações populares por todo o território nacional pela internet. Não sendo ligada a qualquer partido político ou empresa de comunicação, ela age independente, misturando realismo jornalístico com denúncia. A autoria é coletiva e os equipamentos vão desde microcâmeras Go Pro, até carrinhos de supermercado adaptados com filmadoras. A popularidade do grupo é respeitada, atualmente possui mais de 149 mil fãs no Facebook, 15 mil seguidores no Twitter e milhares de pessoas assistiram suas produções. A audiência é tamanha que emissoras como Globo, Record e Bandeirantes disputaram a atenção de telespectadores com a Mídia Ninja”.

Existem duas interpretações mais correntes sobre as Manifestações de Junho de 2013. Uma mais otimista, que atribui a esse momento uma grande potência democrática, de expressão de novos sujeitos políticos. A outra interpretação é bem mais pessimista, ao considerar que junho foi capturado por uma direita neofascista, antidemocrática, que abriu caminho para o golpe institucional de 2016.

Contudo, essas duas interpretações são insuficientes porque as Manifestações de Junho de 2013 foram tudo isso e muito mais. Representou uma coexistência física, nos mesmos espaços, de sujeitos heterogêneos, mas que estavam ali por motivos muito diferentes. Havia um antipetismo à direita do PT, protagonizado por setores conservadores, liberais, inclusive fascistas, e um antipetismo à esquerda, profundamente radical. Essa coexistência densa do momento inicial de junho foi um momento de catarse geral, de descarga emocional de indignação mesmo, uma tendência de maior individualização do ativismo, no qual muitas pessoas saíram às ruas sem partido, sem uma organização por trás, como se o protesto em si fosse mais importante que a lógica do movimento.

Não é que Junho de 2013 começou como uma manifestação de esquerda e foi sendo capturado pela direita. Desde o começo, conviviam diferentes setores da esquerda, como os autonomistas, os mais radicais e o campo popular-democrático, formado pelos movimentos e partidos mais tradicionais, e por uma direita de diferentes características, com segmentos conservadores, liberais e nacionalistas. O que aconteceu após esse momento foi uma decantação desses grupos e dessas práticas políticas heterogêneas, que passaram, aí sim, a disputar os espaços políticos, convocar manifestações em espaços separados, disputar pautas distintas. E isso vai levando a um posicionamento desses atores emergentes.

Grupos de direita, como o MBL (Movimento Brasil Livre) e o Vem pra Rua, só surgem nesse momento posterior, em 2014, como resultado das forças sociais de direita que foram às ruas em junho, e também vai levando à necessidade de realinhamento dos atores políticos tradicionais do campo da esquerda democrático-popular.

Os campos políticos à direita, sobretudo setores liberais e conservadores, já existiam antes disso. O que talvez seja uma novidade trazida por Junho de 2013 é a expressividade pública, o uso de protestos nas ruas, as formas de mobilização de alguns grupos e coletivos que, em alguma medida, tentam imitar certas lógicas de protestos da esquerda, uma estética parecida, na forma-movimento, para se

colocarem como atores públicos legítimos na sociedade (é o caso do MBL e o Vem pra Rua, por exemplo), muito embora esses mesmos grupos de direita também tenham uma circulação muito próxima com partidos políticos.

É muito importante não se homogeneizar esses campos políticos. Da mesma forma que se tem conhecimento de que há uma pluralidade na esquerda ou nas esquerdas, também existe uma heterogeneidade enorme nas direitas no Brasil. Setores da esquerda cometem o equívoco de pensar que a direita é composta por um bloco monolítico. (CASIMIRO, 2018; SOLANO; GALLEGOS, 2018; ROCHA, 2019).

Há uma diversidade grande de conservadores, liberais-conservadores, liberais, libertários, anarcocapitalistas. Existe uma direita monarquista, uma direita que se conecta em rede como nova forma de ativismo, outra que está mais presente no parlamento do que nas ruas. E analisar essa heterogeneidade de campos políticos em disputa é importante para poder se identificar, a partir daí, as fraturas e as divisões dentro da direita, mesmo que se diga que a direita costuma ser mais pragmática na unidade.

A presença da mídia noticiosa tradicional é combinada com uma utilização de novos canais proporcionados pela internet, com uma miríade de páginas em redes sociais, vídeos no Youtube e *hangouts*⁶⁵ muito frequentados. (O sucesso da direita na utilização das novas tecnologias não é alheio ao fato de que muito da mística subversiva associada a elas aposta na suspensão da possibilidade do controle estatal, isto é, um discurso que possui afinidades eletivas com o ultraliberalismo.) Como consequência da visibilidade nas mídias tanto tradicionais quanto novas, estabeleceu-se um forte mercado editorial para autores de direita, que produziu boa parte dos *best-sellers* de “não-ficção” da última década. As presenças na mídia e no mercado editorial, por fim, acabam impactando o mundo universitário, uma vez que o acesso a elas é um incentivo ao qual os acadêmicos costumam ser sensíveis. (MIGUEL, 2019, p. 99).

A questão central é entender que essas direitas não têm só uma expressividade nas ruas e nos parlamentos. Elas começaram a disputar projetos culturais de sociedade, disputam territórios, leituras, socialização política, sociabilidade e redes sociais. Essas direitas têm um projeto mais amplo do que apenas ganhar as eleições ou utilizar as ruas conjuntamente. Isso é algo importante de ser compreendido para

⁶⁵ Trata-se de uma plataforma de comunicação, desenvolvida pela Google, que inclui mensagens instantâneas, chat de vídeo entre outros recursos.

qualquer iniciativa de rearticulação da esquerda no Brasil e de entendimento mais complexo sobre Junho de 2013⁶⁶.

O ano de 2014 marcou o avanço da extrema-direita no Brasil. A tragédia era anunciada. Celso Russomano (PRB) e o pastor Marco Feliciano (PSC) foram os deputados mais bem votados em São Paulo, e o Rio de Janeiro escolheu Jair Bolsonaro (PP) em primeiro lugar. O deputado mais votado no Rio Grande do Sul naquele ano, Luis Carlos Heinze (PP), declarou que quilombolas, índios, gays e lésbicas que são “tudo o que não presta”. A guinada conservadora já estava em curso, desenhada e pronta para eclodir. É comum que se responsabilizem as Jornadas de Junho de 2013 por tudo o que aconteceu no Brasil (...), esse é um argumento que não ajuda a compreender o fenômeno de rearticulação das direitas nacionais e globais, que vêm conquistando corações e mentes desde a virada do milênio.

(...)

O ano de 2014 foi muito importante para entender a extrema-direita que saía do armário. Até aquele momento, diversas pessoas tinham vergonha de se dizer de direita. Desde então, elas têm orgulho. Foi em 2014 que o Brasil elegeu uma das bancadas mais conservadoras de sua história, em uma eleição já marcada por profundo ódio destilado contra os nordestinos. A vitória de Dilma foi apertadíssima (51,64% dos votos). Por um instante, eternizado em uma imagem que já virou um clássico na internet, seu oponente Aécio Neves chegou até a comemorar vitória na presença do amigo Luciano Huck. Aécio nunca aceitou o resultado das urnas, pedindo inclusive auditoria da votação. Desafiando a democracia, ele ataçava ainda mais uma horda que já estava a postos. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 67-71).

É inegável que as direitas capturaram melhor o esvaziamento das pautas e souberam transformar e despolitização o descontentamento rastreado na sociedade em estratégia de poder. A polissemia de acontecimentos que marcaram as Jornadas de Junho de 2013, contudo, não pode empalidecer que o impeachment de Dilma Rousseff, foi um golpe, um golpe de classe que, em um futuro muito próximo, gangrenaria o País.

⁶⁶ O filósofo Vladimir Safatle (2020), afirma: “Nesse momento da história, é necessário ter claro o fato de que a Nova República acabou”.

É fundamental compreender o golpe brasileiro de 2016 com um golpe de classe, numa movimentação de suas frações, e, para tanto, enraizá-lo ainda mais na reprodução dos capitais mundial e nacional. Tal processo é bastante contraditório, atravessado por antagonismos e disputas, de sorte que se pode até vislumbrar as estratégias de alinhamento das frações brasileiras do capital a suas consortes internacionais, com pleitos por abertura de mercados, transparência nos negócios, fim da corrupção etc., abrindo as portas do capital nacional a sua canibalização internacional. A história e a reprodução social não são transparentes para seus agentes, tampouco há uma central de inteligência dos capitalismo nacionais, ou mesmo mundial. Nesse processo de disputas, competições, construções de sentidos ideológicos e lutas sociais, manipulações ideológicas propositais do povo podem emparelhar-se com voluntárias simpatias de submissão das frações burguesas nacionais ao concerto geral da exploração econômica mundial. Nesse caso, o golpe de 2016 resulta em um processo de ganhos e perdas apenas parcialmente claro a seus agentes, que controlam muitas de suas variáveis, mas não todas. Quanto mais a crise de 2008 se avolumava e o Estado brasileiro não conseguia satisfazer a queda de acumulação dos capitais nacionais e internacionais – e as demandas das classes trabalhadoras e médias – , mais o sistema institucional se abeirou de uma decisão que seria advinda dos poderes das frações sociais em jogo. O golpe realinha os termos dessa disputa relativa.

Tomando-se a dimensão do golpe de 2016 como um novo e distinto arranjo da economia e da política no Brasil, vê-se que ele está crivado de demandas tanto mundiais quanto nacionais de conflitos e resoluções imperiosas. Por se tratar de uma crise interna do capitalismo, que não põe em causa suas estruturas últimas, e sim tenta resolver seus impasses mantendo suas formas sociais gerais, ela será uma crise de relações entre frações e classes, instituições e agentes, que devem mudar para que se mantenha o fundamental. Assim, a crise e o golpe dentro de um mesmo padrão de estruturação capitalista, mas com novas modulações nas relações entre as frações de classes burguesas brasileiras e exteriores, levam a perdas e ganhos que geram linhas de reacomodação do capitalismo. A natureza do golpe presente será, então, intimamente ligada às próprias estratégias da acumulação, tanto do capital nacional quanto dos internacionais, e das eventuais fissuras entre seus interesses específicos. (MASCARO, 2018, p. 87-88).

Toda essa conjuntura articulada ao uso massivo das redes sociais construiria uma narrativa escrita com as tintas da democracia, contudo, impondo uma nova agenda política cuja produção de sentidos, nas eleições de 2018, verteria um “Brasil acima e de tudo”.

5.4. Eleições e a engenharia do caos

Verdade e política não se dão bem uma com a outra, e até hoje ninguém, que eu saiba, incluiu entre as virtudes políticas a sinceridade.

Hannah Arendt (1906-1975), filósofa e escritora alemã.

A campanha eleitoral é o período que antecede as eleições, sendo um palco onde os candidatos apresentam as suas propostas à população. À captura de almas, mentes e corações, durante essa antessala do sufrágio, as propostas de governo se coadunam com ataques que visam a desidratação dos outros candidatos. A estratégia de desconstrução do adversário é algo comum, com graus de agressividade diversificados.

Com o advento dos meios de comunicação de massa, somados ao avanço tecnológico, novas estratégias foram adotadas para que o objetivo final seja alcançado. A comunicação política tem se utilizado cada vez mais da tecnologia para atingir esse fim. As eleições ocorridas na segunda década do século XXI, pelos resultados obtidos, apontam para a irreversibilidade dessa prática. No Brasil, até o momento, o ápice é atingido em 2018.

Olhando pelo retrovisor da História, 2008 é um ano-chave para se compreender a importância das ferramentas tecnológicas no processo eleitoral⁶⁷. Mesmo sem os instrumentais midiáticos hoje existentes, a internet já ilustrava o seu potencial em decisões eleitorais. A campanha exitosa do então candidato do Partido Democrata à presidência dos Estados Unidos, Barack Obama, sinalizava a importância que o universo on-line assumiria em pleitos futuros⁶⁸.

⁶⁷ A data de 2008 é um referencial à contemporaneidade do protagonismo da internet nas campanhas eleitorais. A utilização dessa mídia, mesmo timidamente, traz discussões que remontam ao ano de 1978, como ilustram Coutinho e Safatle (2009, p. 115): “As relações entre a internet e a esfera pública são objeto de intenso debate antes mesmo da popularização da rede, em meados dos anos 1990. No seu famoso relatório para o governo francês, em 1978, que levou a decisão de implantar o Minitel naquele país, Simon Nora e Alain Minc já avaliavam o impacto que a “telemática” poderia causar nas relações sociais e instituições públicas – tanto para aumentar o controle do governo sobre a sociedade ou vice-versa (...) Especificamente em relação às campanhas eleitorais, o uso da internet despertou a atenção dos especialistas em 1998, quando Jesse Ventura, um ex-praticante de luta livre, foi eleito Governador do estado americano de Minnesota. Concorrendo pelo desconhecido Partido da Reforma, Ventura iniciou a campanha sem nenhuma estrutura exceto uma lista de e-mails e um site amador, gerando uma grande mobilização entre os jovens (ele obteve cerca de 50% dos votos entre os eleitores menores de 30 anos) e obtendo cerca de 60% dos seus recursos por meio de doações on-line.

⁶⁸ Em mensagem postada em 4 de junho de 2008, no *blog Média & Politics*, ainda durante as primárias do Partido Democrata, Michael Cornfield, cientista político americano e diretor de pesquisa do Projeto Democracia On-line da Universidade George Washington, declarou o seguinte: “Sem internet não

No Brasil, 2008 também colocaria a internet no centro da campanha eleitoral, tendo como cenário o pleito para a prefeitura de São Paulo.

No Brasil, a campanha de Kassab foi a primeira organizada profissionalmente para utilizar a internet como meio para impactar os eleitores. Kassab (na época, pertencente ao DEM), apesar de disputar a eleição na cadeira de prefeito, era tido como azarão, começando com menos de 5% das intenções de votos, enfrentando Marta Suplicy (PT) e Geraldo Alckmin (PSDB), ambos muito conhecidos. (VITORINO, 2020, p. 56-57).

Nesse contexto de campanhas eleitorais serem cada vez mais construídas na galáxia da internet, surgem os “engenheiros do caos”. Para Empoli (2019), “engenheiros do caos” são estrategistas que se valem da ira e desencanto dos eleitores com as instituições tradicionais e usam instrumentos das novas tecnologias (avalanche de dados, possibilidades de segmentação) para colocar a insatisfação popular a serviço de suas agendas. Esses “engenheiros do caos” influenciaram significativamente em processos políticos recentes. Todo o caos em que mergulharam sociedades inteiras nada mais é que construção calculada e sistematicamente pensada e alimentada. Os engenheiros do caos polarizam, agitam grupos marginais, e conseguem formar uma maioria.

Políticos de uma nova onda populista, como Jair Bolsonaro, no Brasil, e Donald Trump, nos Estados Unidos, fincam-se em uma lógica pré-estabelecida das plataformas da internet, como o Facebook, por exemplo. As redes sociais procuram, a todo custo, maior engajamento, as curtidas, o compartilhamento. Para o algoritmo, não importa que tipo de conteúdo é destacado. O que se quer é atrair o envolvimento dos usuários.

As redes sociais permitiram a construção de relacionamento direto entre candidato e eleitorado e, nesse sentido, a política tornou-se muito mais personalista e menos dependente da referência e do crivo de instituições e sistemas de pensamento tradicionais. Passou a importar mais a narrativa e a intensidade do relacionamento entre o político e o eleitor do que a obrigação de o candidato reproduzir a cartilha de um partido para se fazer compreender e respeitar, ou seguir os conteúdos produzidos por instituições de ensino e jornalistas. Na nova dinâmica da comunicação, perderam-se referências do que é certo e errado, ou do que se pode ou não dizer sobre determinados assuntos, ou do que se pode ou não fazer na política, referências essas outrora impostas pelas instituições e sistemas de pensamento

haveria Obama”. Ao longo da segunda campanha presidencial de Barack Obama, em 2012, as redes sociais obtiveram significativo protagonismo.

consagrados como as políticas (partidos), de ensino (escolas e universidades) e de informação (jornais, revistas, TV – considerados a “mídia tradicional”). Com isso, os conteúdos validados pelos eleitores deixaram de ser fatos para se tornarem, em grande medida, retóricas com as quais eles podiam ter ou não simpatia. Assim, as redes sociais passaram a operar como ambientes estratégicos para a estruturação de novas narrativas de poder. (...) A internet, junto às redes sociais, promoveu a maior cisão entre indivíduos e instituições das quais se tem notícia no mundo contemporâneo. (FRATINI, 2020b, p. 12-13).

Mensagens radicais, *fake news* ou fofocas, movem as emoções das pessoas, e assim servem de atrativo para o chamado engajamento. Assim, operam esses sites e aplicativos, sem ter qualquer consideração pela qualidade e pior, com a veracidade, do que se publica por meio deles. Os políticos populistas captaram essa lógica e a reproduziram à exaustão. Às vezes de forma intuitiva, em outras com estratégias sofisticadas, ou em uma soma de ambos, alimentam as redes sociais com aquilo que mais atrai eleitores. Como norma, essa atração é fabricada com *fake news* e extremismos.

É verídica a conhecida sentença em relação às redes sociais: “Se você não está pagando para usar, é porque você é o produto”. Ao aceitar os termos de uso durante o cadastro em uma rede social, o que se está aceitando é um termo que diz que ela não apenas pode coletar todos os seus dados, além dos pessoais, como também, todas as informações do usuário que atravessam a plataforma. Os computadores da rede social esquadriham as curtidas, postagens públicas e até mesmo mensagens particulares para não apenas criar um perfil de quem você é, mas também prever as coisas que o usuário poderá ter interesse no futuro baseado nessas informações. Cria-se, assim, um perfil psicológico do usuário⁶⁹.

⁶⁹ A disputa entre o governo dos Estados Unidos e os aplicativos chineses têm se tornado uma questão geopolítica importante mundialmente. No dia 6 de agosto de 2020, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, assinou duas ordens executivas para banir os aplicativos *TikTok* e *WeChat* do país em 45 dias.

O acontecimento vem logo após o governo anunciar diversas preocupações em relação ao compartilhamento de dados de usuários entre os aplicativos e o governo chinês. Do outro lado, a China acusa o governo americano de intimidação pura e simples.

Assim como outros aplicativos e redes sociais, o *TikTok* tem acesso às informações de todos os usuários que fazem o seu download. De acordo com uma pesquisa do *The Washington Post*, a localização do usuário, o sistema operacional do celular usado e, se o usuário der permissão, idade, número de telefone e contatos do telefone estão entre os dados coletados. Contudo, a reportagem também aponta que o *TikTok* não parece coletar mais dados que outras redes sociais.

O Facebook, usando um programa de Inteligência Artificial para acompanhar as postagens dos seus usuários, com apenas 10 likes, os algoritmos conseguem prever traços de personalidade.

É crucial entender que a revolução da Inteligência Artificial não envolve apenas tornar os computadores mais rápidos e mais inteligentes. Ela se abastece de avanços da ciência da vida e nas ciências sociais também. Quanto mais compreendemos os mecanismos bioquímicos que sustentam as emoções, os desejos e as escolhas humanas, melhores podem se tornar os computadores na análise do comportamento humano, na previsão de decisões humanas, e na substituição de motoristas, profissionais de finanças e advogados humanos.

Nas últimas décadas a pesquisa em áreas como a neurociência e a economia comportamental permitiu que cientistas hackeassem humanos e adquirissem uma compreensão muito melhor de como os humanos tomam decisões. Constatou-se que todas as nossas escolhas, desde comida até parceiros sexuais, resultam não de algum misterioso livre-arbítrio, e sim de bilhões de neurônios que calculam probabilidades numa fração de segundo. A tão propalada “intuição humana” é na realidade a capacidade de reconhecer padrões.

(...)

O que está começando a acontecer na medicina provavelmente ocorrerá em outros campos. A invenção decisiva é a do sensor biométrico, que as pessoas podem usar nos seus corpos ou dentro deles, e que converte processos biológicos em informação eletrônica que computadores podem armazenar e analisar. Se tiverem dados biométricos e capacidade computacional suficientes, sistemas de processamento de dados externos poderão intervir em todos os seus desejos, todas as suas decisões e opiniões. Poderão saber exatamente quem é você.

(...)

Mesmo se você (...) continuar a se esconder de si mesmo e de seus colegas de turmas, não conseguirá se esconder da Amazon, do Alibaba e da polícia secreta. Quando estiver navegando na internet, assistindo a vídeos no Youtube ou lendo mensagens nas suas redes sociais, os algoritmos vão discretamente monitorá-lo, analisá-lo e dizer à Coca-Cola que, se ela quiser lhe vender alguma bebida, melhor seria usar o anúncio com o sujeito sem camisa, e não o da garota sem camisa. Você nem vai saber. Mas eles saberão, e essa informação valerá bilhões. (HARARI, 2018, p. 41-77)

Cambridge Analytica é uma empresa que ganhou holofotes em 2018 após ser pivô de um escândalo de manipulação a partir de dados colhidos no Facebook, manipulação essa responsável por ajudar a eleger Donald Trump presidente dos Estados Unidos, em 2016.

A empresa, utilizando-se de um questionário, aproveitou de uma permissão especial do Facebook que permitia a um aplicativo coletar não apenas os dados das pessoas que participavam do quiz, mas também todos os dados de todos os amigos dela. Se um usuário desse o consentimento para a coleta de seus dados para participar do teste de personalidade e ele tivesse 500 amigos, o aplicativo coletaria os dados completos do perfil, incluindo mensagens privadas, de todas essas 501

peças, e nenhum dos 500 amigos ficaria sabendo que seus dados foram coletados, pois apenas o usuário que participou do teste de personalidade seria perguntado se aceitava a coleta.

De posse desses dados, a Cambridge Analytica realizou uma análise completa de todas as informações e criava perfis individuais para cada pessoa. Esses perfis eram incrivelmente completos, baseados em cinco mil pontos de análise que conseguiam definir exatamente não apenas do que uma pessoa gostava ou se interessava por comprar, mas também qual era sua visão de mundo, quais eram seus maiores medos e o quanto essas pessoas seriam manipuláveis.

E é justamente a partir do medo que essa manipulação ocorreu. Com base nesses dados, a Cambridge Analytica vendeu seu conhecimento para diversos partidos políticos ao redor do mundo e encabeçou uma enorme campanha de propaganda em que a verdade não era importante, e a única coisa que importava era criar realidades individuais para cada pessoa, onde o maior medo delas estava prestes a se concretizar, e havia sempre uma solução muito simples para evitar que isso acontecesse. (SILVA, 2020).

Quem já viu uma propaganda que te convenceu que o seu microfone está ouvindo suas conversas? Todas as suas interações, as transações do cartão, pesquisas da web, localizações, curtidas, tudo isso é coletado em tempo real numa indústria trilionária. A razão por que a Google e o Facebook são as empresas mais poderosas do mundo se deve aos dados terem superado o valor do petróleo. É o bem mais valioso da Terra. (PRIVACIDADE HACKEADA, 2019).

Uma grande diferença no contexto é que hoje o político não precisa ter um grupo como alvo. Ele não tem de falar a uma maioria, encontrar um setor da sociedade para representar, achar uma mensagem que toque a população, como um todo, ou quase um todo. Os populistas do século XX apelavam a uma massa. Os de hoje usam algoritmos para mandar mensagens individualizadas.

Define-se um algoritmo como um conjunto de instruções matemáticas para manipular dados ou raciocínios por meio de um problema. O algoritmo requer instruções precisas e não ambíguas, o suficiente para serem executadas por um computador. Percebe-se que na ideia de ação, pois, apesar de um algoritmo ser definido por um conjunto de regras, é a sua ação que conta; é no momento que age que o algoritmo atua, interfere na circulação de dados. Os algoritmos de busca do Google, por exemplo, formam os sistemas de classificação que, com base no que o usuário está procurando, agem nos dados disponíveis nas páginas da web, previamente

indexados, selecionando os conteúdos relevantes – consequentemente, facilitando o acesso do usuário àqueles conteúdos. Esses resultados, contudo, não produzem verdades confiáveis e objetivas.

(...)

Os algoritmos de Inteligência Artificial (IA) não são utilizados exclusivamente para fins comerciais, mas também para prever e interferir em nossa conduta, em todas as esferas da vida social de maneira inédita. (KAUFMAN, 2020, p. 101-103).

O que vale é elevar o nível de excitação das pessoas, recorrendo à manipulação de emoções extremas. Pouco importa a coerência da mensagem. Por isso, os populistas atuais transmitem mensagens antagônicas.

Fazem isso ao detectar, pelo comportamento demonstrado nas redes sociais, o que incomoda cada pessoa. O populista de hoje não se importa em ter uma ideologia, uma consistência no discurso. Para quem tem raiva de algo, enviam anúncios dizendo que seus rivais vão promover esse algo. Direcionam posts que tentam defender que seus concorrentes vão destruir valores e ações consideradas benéficas por muitos.

Diante desse cenário em rede, os novos populistas não fazem só campanhas. Eles promovem shows para entreter o público e ganhar votos. Enquanto isso, solidificam suas estratégias de governo. Controlam o estado, com ideologias e táticas com as quais se esforçam para esconder do público o que fazem por trás dos posts nas redes sociais.

Além do aspecto de espetáculo, o enfrentamento à ordem vigente, independentemente de qual for ela, é uma característica marcante no processo. Quando eles mentem, e a mídia escancara a falácia, contra-atacam responsabilizando os jornalistas, que são aí apontados como um tipo de elite. Se há uma crise econômica, por falhas de políticas adotadas por seus governos, direcionam a culpa a terceiros. Sempre transferem a responsabilidade para os outros, sejam celebridades, jornalistas ou políticos adversários.

Após chegarem aos cargos políticos, todavia, precisam governar. Isso não fará com que eles percam os eleitores que conquistaram – ou a perda pode ser pouca. Afinal, a principal promessa de campanha eles continuam a cumprir: atacar o establishment. Agridem quem estiver no topo, sejam famosos ou intelectuais. Mesmo que sem argumentos, sem razão, ou até quando eles mesmos, os populistas, representam interesses de uma elite, como a financeira.

No fim, os novos populistas funcionam como algoritmos de redes sociais. Detectam o que mais causa engajamento, as falas, de emoções extremas, que mais atraem curtidas e compartilhamentos. Só isso importa a eles, como se fossem algoritmos atraindo usuários para as redes sociais. Ou seja, se o que causa furor é agredir o establishment, ou então as minorias, é isso o que fazem. Para tal, apoiam-se em anseios honestos da população, mas para promover ações irracionais, mentirosas, manipuladoras.

Em essência, a democracia não é nada mais do que isso. Um sistema que permite aos membros de uma comunidade exercer um controle sobre seu próprio destino, não se sentir à mercê dos eventos ou de uma força superior qualquer. Assegurar a dignidade de indivíduos autônomos, responsáveis por suas escolhas e as consequências delas. Eis por que não se pode fechar os olhos para o fato de, um pouco em todos os lugares, os eleitores demonstrarem o sentimento de ter perdido o controle de seu destino por causa de forças que ameaçam seu bem-estar, sem que as classes dirigentes mexam um dedo para ajudá-los. Os engenheiros do caos entenderam que esse mal-estar poderia se transformar em um formidável recurso político e utilizaram sua magia, mais ou menos negra, para multiplicá-lo e dirigi-lo para seus próprios fins. Em termos de programa, a resposta que os nacional-populistas trazem à perda de controle é antiga: o fechamento. Fechar as fronteiras, abolir os tratados de livre-comércio, proteger aqueles que se encontram no interior através da construção de um muro, metafórico ou real, face ao mundo exterior. Mas, como tentamos mostrar até aqui, em termos de formas e de instrumentos, os engenheiros do caos conseguiram um corpo de vantagem. Para retomar a frase de Woody Allen: na era do narcisismo tecnológico, “os maus sem dúvida compreenderam algo que os bons ignoram”. (EMPOLI, 2019, p. 170).

Os algoritmos vão de acordo com os humores momentâneos da sociedade, e os populistas reproduzem isso. O efeito é oposto ao que prega a democracia. No sistema democrático, o anterior às redes sociais, um candidato precisava ajustar seu discurso para encontrar um meio-termo que agradasse a uma ampla diversidade de eleitores. Hoje em dia, pode-se falar uma coisa para um, outra para outro eleitor. Um presidente ainda pode ter uma opinião em um dia, outra noutro dia, mudando conforme os *trending topics*⁷⁰. Quando se pensa nesse cenário, é possível fazer um paralelo de como era pouco antes da ascensão do Nazismo e do Fascismo, em

⁷⁰ *Trending Topics* (Assuntos do Momento), são uma seleção dos termos e tópicos mais falados no Twitter durante um determinado período. A ferramenta usa um algoritmo para saber quais termos tiveram maior crescimento de menções nos últimos minutos ou horas, para destacar aquilo que é considerado tendência.

meados do século XX. Naqueles tempos, tecnologias como o rádio, o cinema, a TV, combinadas à propaganda política, foram usadas para minar a democracia. Agora, abusam da internet, com objetivos similares: em vez de promover a democracia, estimulam o populismo, o controle, um estado administrado com base em autoritarismo e sensacionalismo, para assim adaptar os políticos a uma era na qual as pessoas esperam respostas instantâneas para qualquer coisa. Na realidade, respostas instantâneas não existem na política.

É preciso não cair nas armadilhas deles. Jair Bolsonaro e Donald Trump, entre outros, falam um absurdo, uma atrocidade, diariamente. Pois querem pautar a população e a mídia. Quando os questionam, logo sabem quem culpar: o establishment. Para não ser refém da agenda deles, é preciso dissipar a fumaça que criam, jogando luz sobre temas importantes, urgentes, e assim desarmando os populistas. E aí se torna possível propor outro tipo de agenda de discussões.

5.5. 2018: Brasil acima de tudo, redes sociais acima de todos

A eleição de Bolsonaro é fruto de uma profunda crise multidimensional. O colapso político é responsabilidade daqueles que, não aceitando o resultado das eleições de 2014, articularam-se para retirar Dilma Rousseff do cargo para o qual havia sido democraticamente eleita. Mas não era suficiente, e a prisão de Lula veio a ser a pá de cal. A cereja do bolo foi a máquina de *fake news*, que nem os projetos de verificação nem o Tribunal Superior Eleitoral, ou mesmo o próprio WhatsApp, conseguiram controlar. Segundo investigação da *Folha de S. Paulo* em outubro de 2018, empresários teriam comprado, de maneira ilícita, pacotes de envios de mensagens pró-Bolsonaro via redes sociais. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 123).

Na presença de aliados, os seus olhos iam do papel para a câmera e voltavam da câmera para o papel. No fim, lembrou o slogan da campanha, o lema da cruzada: “Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”. Estava eleito um presidente fabricado na internet e, com ele, a extrema-direita subia a rampa do Palácio do Planalto. (DI FÁTIMA, 2019, p. 254).

A engenharia do caos pousa de maneira definitiva no Brasil no processo eleitoral de 2018, com o uso intensivo de robôs e tecnologias de impulsionamento de mensagens com o escopo de influenciar de maneira decisiva o resultado das eleições.

Ainda era fixa na retina as imagens das Jornadas de Junho de 2013, o impeachment de Dilma Rousseff, escândalos de corrupção no governo de Michel

Temer, as ações da Operação Lava-Jato e a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Era hasteada a bandeira da mudança. O fim da velha política era o horizonte a ser conquistado. A eleição presidencial prometia ser um processo de ruptura. As campanhas eleitorais seriam operacionalizadas com procedimentos inéditos, tendo as redes sociais assumindo papel preponderante. “Sabemos que eleições podem ser vencidas ou perdidas no WhatsApp” (SUPPLE apud MELLO, 2020, p. 68).

Não somos os únicos. Nas Filipinas, na Índia ou nos Estados Unidos, políticos recorrem a exércitos de *trolls*⁷¹ e *bots*⁷² para construir narrativas que os favoreçam. É este o novo mundo em que vivemos: fatos são moldáveis. (MELLO, 2020, p. 19).

O poder das redes sociais foi subestimado. Presos aos velhos métodos de se fazer campanha eleitoral⁷³, diversos analistas minimizaram a candidatura do então deputado federal Jair Bolsonaro. Os breves oito segundos destinados ao candidato para o seu horário eleitoral, somado a um possível mal desempenho nos debates eleitorais, eram apostas de que a candidatura se desidrataria.

As demais candidaturas também não deram o devido olhar para a tendência manifestada em outros países, já em anos anteriores: o protagonismo que as redes sociais assumiam frente aos processos eleitorais. Mesmo que durante a campanha todos os partidos tenham recorrido a disparos de mensagens por redes sociais, ficou evidente que ninguém construiu uma máquina tão poderosa quanto o bolsonarismo.

A televisão, apesar da sua relevância ainda significativa, deixou de ser o mais importante palco da política. Começamos, efetivamente, o reinado da democracia digital.

Denominamos essa nova fase de *Darwinismo Digital*. Charles Darwin, em seu livro *A origem das espécies* (1859), demonstrou que os organismos mais bem adequados ao ambiente têm maiores chances de sobrevivência do que os menos habitados. Os organismos mais bem adequados são, portanto, selecionados geneticamente para aquele ecossistema.

No parágrafo acima, troque “organismos” por “políticos”, e “ambiente” por “digital”. Os resultados das eleições de 2018 revelaram que os políticos que não se adaptaram às mudanças de era digital não

⁷¹ O termo designa uma pessoa cujo comportamento tende a desestabilizar uma discussão e irritar outras pessoas.

⁷² Também conhecidos como robôs virtuais, os *bots* substituem humanos em conversas que podem ser simples ou complexas, já que cada caso depende do tipo de programação que foi utilizado.

⁷³ O candidato do PSDB, Geraldo Alckimin, teve o maior tempo de TV, 5 minutos e 32 segundos, e amargou a quarta colocação com míseros 4,8% das intenções de votos.

sobreviveram nas urnas, assim como na evolução natural. (BRUSADIN; GRAZIANO, 2020, p. 48).

Perante o número de brasileiros que têm acesso à internet, esta verte-se em uma galáxia a ser explorada no País.

No Brasil de hoje, com 210 milhões de habitantes, há, segundo estimativa oficial de 2017, a única disponível, mais de 120 milhões de usuários de WhatsApp. Na realidade, a cifra deve estar mais próxima de 136 milhões, ou seja: mais de 60% dos brasileiros se servem do aplicativo de troca de mensagens. Segundo maior mercado do mundo para o WhatsApp, o Brasil só perde para a Índia, que tem 400 milhões de adeptos. Lá, porém, a população é de 1,3 bilhão – 29,28% dos indianos usam o aplicativo. Já o Facebook tem 120 milhões de usuários no Brasil – o quarto maior mercado da plataforma, perdendo apenas para a Índia, Estados Unidos e Indonésia. Várias operadoras de telefonia ofereceram o zero rating, sistema que permite acesso ao Facebook, WhatsApp e Instagram sem que os acessos sejam descontados do pacote de dados, o que torna os aplicativos ainda mais populares. (MELLO, 2020, p. 22).

Este cenário descrito torna o Brasil um território profícuo para se delinear estratégias, tendo as redes sociais como importantes mecanismos operacionais. O Instagram e o Facebook, por exemplo, permitem o pagamento para que um conteúdo alcance número maior de internautas, além de selecionar os destinatários (segmentado por idade, gênero, localização entre outros). No Facebook e Twitter, quanto mais cliques e curtidas um conteúdo obter, maior o destaque que lhe é destinado.

Pautar fatos é uma estratégia recorrente nas redes sociais. Tal ação cria a impressão de que todos estão discutindo o mesmo assunto, encobrindo a existência de outros. Para isso, contrata-se empresas que fazem disparos em massa de WhatsApp. Essa operação permite que sejam realizados milhares de disparos para grupos deste aplicativo. Os disparos são integrados por textos, áudios, memes e vídeos.

Concretizado os disparos, a narrativa se propaga organicamente pelas redes, ganhando maior projeção ao ser impulsionada pelos usuários de aplicativos que, ao receberem a mensagem, replicam-na.

Os americanos chamam isso de *firehosing*, derivado de *fire hose*, mangueira de incêndio – trata-se da disseminação de uma informação, que pode ser mentirosa, em um fluxo constante, repetitivo, rápido e em larga escala. As pessoas são bombardeadas de todos os lados por uma notícia, grupos de WhatsApp, Facebook, Instagram – e essa repetição lhes confere a sensação de familiaridade com determinada mensagem. A familiaridade, por sua vez, leva o sujeito a aceitar certos conteúdos como verdadeiros. Muitas vezes, esse será o primeiro contato que ele terá com determinada notícia – e essa primeira impressão é muito difícil de desfazer. (MELLO, 2020, p. 24-25).

Os disparos e compartilhamento de mensagens provou-se uma prática altamente eficiente para alcançar um público numeroso e pulverizado em diversas regiões. Nesse processo, as *fake news*⁷⁴ tiveram destacada participação no método da desinformação e modelagem dos fatos.

Toda mentira precisa de um fato verdadeiro na sua narrativa para torná-la real. Como podemos ver na história do “kit gay”, ele nunca existiu, mas há dois fatos reais na narrativa que possibilitam que as pessoas acreditem em toda a história: primeiro, há um livro sobre educação sexual editado pela Companhia das Letras, que nunca foi comprado e distribuído pelo governo federal; segundo, foi debatida em comissão na Câmara dos Deputados uma ação de enfrentamento ao preconceito contra homossexuais. Assim, foram distorcidos fatos reais depois juntados com uma narrativa absurda, segundo a qual a esquerda queria ensinar homossexualismo para crianças de 6 anos. Pronto já tínhamos um fato que colocaria qualquer pessoa contra o candidato da esquerda, Fernando Haddad; assim ocorreu com outras tantas histórias ao longo desses anos e mais intensamente no período da eleição. Em 2014, desmentimos o “chip da besta” que a presidente Dilma Rousseff supostamente implantaria em todos para dominá-los, bem como as histórias de que ela havia assassinado um jovem militar. Antes, muitos boatos bem construídos eram espalhados em rádios, pontos de ônibus, bares, restaurantes, igrejas; atualmente, há canais muito mais rápidos e eficientes: as redes sociais. (GRACHER, 2020, p. 120).

Esse tsunami de informações falsas é impulsionado com recursos de marketing, onde se sobressai determinados conteúdos. Nessa operação, têm-se a

⁷⁴ “As *fake news* existem desde que o homem é homem. Basta lembrar-se das estátuas majestosas com homens enormes, fortes e bonitos, os quadros de batalhas sangrentas em que todos os soldados aparecem com roupas limpas e sem nenhum sinal de terror em seus rostos, o quadro do Grito do Ipiranga. Será que foi mesmo daquele jeito? Claro que não. O que mudou foi a forma. Agora temos tecnologia. As *fake news* têm poder de ir mais longe e atingir muito mais gente. Mudou a forma, mudou a distribuição”. (TORRETA, 2020, p. 114-115).

prática do *astroturning*⁷⁵, eclipsando os verdadeiros autores dos disparos. Mesmo sendo exercício antigo, hoje, o *astroturning* é feito de forma mais eficiente e enganosa tendo a internet como instrumento.

O internauta é um nômade que vagueia pelo espaço virtual de um endereço digital para outro. Não há um único destino em sua rota. Quando ele envia uma mensagem para milhares de pessoas, simultaneamente, está conectado com tantos usuários, que não é mais possível saber para onde ele foi. (FERNADES; ROSENO, 2013, p. 33-34).

Carlos Bolsonaro, popularmente conhecido como “Zero Dois”, é filho de Jair Bolsonaro, além de vereador na capital carioca. O pai o tem como um “gênio da comunicação”. Carlos, responsável pela estratégia digital da campanha que conduziu o pai à Presidência da República, foi um visionário. Acompanhou como os outros políticos populistas de direita agiam, mundo afora, em suas campanhas. Percebeu, precocemente, que a propaganda política (controlada ou viral), praticada nas redes sociais, tornar-se-ia decisiva em campanhas políticas.

Na certeza daquilo que acompanhava em outras partes do mundo, Carlos Bolsonaro passa a estimular a criação de uma gigantesca quantidade de grupos no Facebook, WhatsApp e a identificar influenciadores digitais que comungavam com os seus ideais. Esse exército digital, com o tempo, multiplicou-se.

Na época da eleição de 2018, a presença digital de Jair Bolsonaro era infinitamente superior à dos outros candidatos. No Facebook, sua página tinha 6,9 milhões de seguidores, dez vezes mais que Fernando Haddad, com 689 mil. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contava com 3,8 milhões de inscritos. No Instagram, Bolsonaro reunia 3,8 milhões de seguidores, enquanto Haddad tinha 418 mil e Lula, 524 mil. (MELLO, 2020, p. 32).

O WhatsApp tornou-se a linha de frente, uma peça-chave fundamental na estratégia digital bolsonarista. Não à toa. Pesquisa realizada pela consultoria Idea Big Data realizada em 2019 no Brasil, aponta que 52% das pessoas confiam em notícias enviadas pela família em redes sociais, e 43% confiam naquelas enviadas por amigos. Outra pesquisa, também de 2019, mas encomendada pelo Senado, indica que 79% dos brasileiros sempre fazem uso do WhatsApp como fonte de informação mais

⁷⁵ Disseminação de conteúdos realizados por terceiros (robôs, entidades ou pessoas sem relação direta com as campanhas políticas).

importante. Em seguida vem a TV (50%), Youtube (49%), Facebook (44%), Sites de Notícias (38%), Rádio (22%), Jornais (8%) e Twitter (7%).

Em outubro de 2018, às portas das eleições, uma pesquisa realizada pelo instituto Datafolha, revelou que 46% se informavam sobre política pelo WhatsApp. Porcentagem idêntica (46%), liam sobre o assunto no Facebook. Dos eleitores que faziam uso do WhatsApp, 47% acreditavam muito ou um pouco nas notícias que recebiam no aplicativo. Entre os eleitores de Jair Bolsonaro, 52% acreditavam muito ou um pouco nas notícias trazidas pelo WhatsApp, contra 44% daqueles que votaram em Fernando Haddad.

Em mais uma pesquisa realizada em 2018, desta vez internacional, conduzida pela Ipsos Mori, dezenove mil pessoas foram ouvidas em vinte e sete países. Os números: no Brasil 62% dos entrevistados confessaram já ter acreditado em uma notícia para depois descobrir que era falsa (esse foi o mais alto índice entre todos os países pesquisados). Ou seja, há uma predisposição em se acreditar nas mensagens recebidas. Segue-se: 73% das pessoas julgavam já terem vistos reportagens em que veículos midiáticos classificavam-nos como falsos.

Antes de as *fake news* e os robôs atravessarem o processo eleitoral de maneira criminosa, houve muito engajamento on-line autêntico de fãs de Bolsonaro a partir de 2014, o que foi crucial para criar um movimento orgânico em que as pessoas se sentissem incluídas. Na época das eleições, muitos eleitores mencionaram que era a primeira vez que amavam política, que se sentiam genuinamente parte de uma campanha.

Eles nos contavam que, nos grupos de WhatsApp que integravam, Bolsonaro costumava aparecer para dizer algo como “oi, pessoal”, o que dava uma sensação de proximidade. Alguns bolsonaristas acreditavam ter um relacionamento pessoal com o então candidato: “Ele sabe quem eu sou”, disse-nos Bárbara, uma fã do ex-capitão. (PINHEIRO-MACHADO, 2019, p. 121-122).

A ideia destilada de que era o próprio candidato quem enviava as mensagens, contribuiu para se construir uma narrativa de proximidade, de homem simples, do povo, aquele que veio para acabar com o velho establishment que corrói há tempos o estado brasileiro.

O atentado à faca sofrido pelo então candidato teve grande relevância. Criou-se o que a antropóloga Letícia Cesarino classificou como “corpo digital do rei”. Explica-se: após o ataque, frente a debilidade física em que o capitão reformado se encontrava, o seu eleitorado assumiu a campanha, aproveitando-se do modelo de

negócios das redes sociais, em especial no WhatsApp, aplicativo de imensa capilaridade. Os conteúdos digitais mais usuais eram mensagens com teor alarmista, conspiratório, *fake news*, que alimentavam o imaginário dos seus seguidores.

Se antes o debate concentrava-se em economia, saúde e infraestrutura, as eleições de 2018 abriram espaço para temas que normalmente não entravam no eixo de preocupação: questão de gênero, raça, diversidade e demais assuntos comportamentais. Em alguns momentos, essas questões tiveram mais relevância que os assuntos estruturais.

Podemos apontar diversas razões para esse fato. Porém, para compreender por que isso aconteceu, é preciso entender como as pessoas se organizam nas redes. Nas redes sociais, as identidades são as pontes de aglutinação das pessoas. Elas se juntam em grupos, seguem amigos e admiradores, conectam-se buscando e compartilhando conteúdos com os quais se identificam. Se antigamente os partidos eram os territórios de aglutinação de interesses, hoje são os internautas que buscam suas afinidades de forma autônoma nas páginas do Facebook, nos grupos do WhatsApp, nos nichos de seguidores do Twitter ou nos canais dos youtubers.

Em todas essas frentes, os assuntos do cotidiano ganham mais relevância que os debates complexos, herméticos e chatos muitas vezes, sobre política econômica ou políticas públicas. A nosso ver, esses agrupamentos digitais ajudaram a mudar o foco no debate, trazendo novos temas para o eixo das discussões.

A imprensa tradicional tentou, por diversas vezes, em 2018, recolocar a questão econômica no centro da discussão entre os candidatos. Mas não prosperou, apesar da sua importância, ficando a margem do debate eleitoral. (BRUSADIN; GRAZIANO, 2020, p. 49-50).

O WhatsApp possibilitou que conteúdos de campanha que circulava em outras plataformas como Twitter ou Facebook chegasse a usuários que não estavam registrados, ou ativos nelas, já filtrados. O aplicativo é visto como uma plataforma mais confiável por ser fechada à interação pública. Acentua-se que, em partes significativas da sociedade, o acesso à internet se limita ao WhatsApp, o que dificulta a checagem dos fatos.

O acesso privilegiado e gratuito a certos aplicativos é fruto de estratégias de empresas que, na intenção de aumentar os lucros, acabaram impulsionando a distribuição de notícias falsas, justamente por restringir o acesso à outras fontes de informação que estão na internet “além do Facebook”. E, convencidos por estratégias de marketing que propagandeiam WhatsApp, Messenger e Facebook grátis, os consumidores acabam restritos à navegação só nessas plataformas – um cenário perfeito para a propagação de mentiras. (CÓRDOVA, 2018).

Di Fátima (2019), atenta que por detrás de um registro fotográfico há um conteúdo mais profundo, localizado no subsolo da internet.

Feita no dia 3 de agosto de 2018, a imagem mostra Eduardo Bolsonaro abraçado a Steve K. Bannon, estrategista-chefe da campanha de Donald Trump à Presidência dos Estados Unidos. Depois do encontro, o filho do ex-capitão concluiu que partilhavam “a mesma visão de mundo”, e o estrategista prometeu dar conselhos informais à campanha de Jair Bolsonaro. A história de Bannon vale facilmente um filme de espionagem digno de 007. Descendente de uma família operária de católicos irlandeses, estudou segurança nacional, foi oficial da Marinha Americana, trabalhou no Pentágono e construiu fortuna no mercado financeiro. Diretor do *site* Breitbart News, conhecido pelas conexões com a extrema-direita e supremacistas brancos, entrevistou Trump quatro vezes durante 2015 e 2016. Quando assumiu o cargo de estrategista-chefe, aos 62 anos, era vice-presidente de uma empresa chamada Cambridge Analytica.

Fundada em 2013, no Reino Unido, a Cambridge Analytica era especializada em análise de dados e *marketing* político. Com uma equipe de informáticos, marqueteiros e psicólogos, assegurava elaborar “propaganda que efetivamente influencia a mudança de comportamento”. Para isso, prometia levar “a mensagem certa, para a pessoa certa, na hora certa”. A Cambridge Analytica trabalhou na campanha de Trump, e com métodos pouco conhecidos na época, guiou o bilionário à Casa Branca. Também atuou a favor da campanha vitoriosa do Brexit, pela saída do Reino Unido da União Europeia, e em mais de 200 eleições de vários países como Nigéria, Quênia, Malásia, Argentina, República Checa e México. Mas o que parecia um milagre do *marketing* se revelou um sofisticado esquema de manipulação, com base em roubo de dados e terror psicológico⁷⁶.

(...)

De olho nas Eleições 2018, a Cambridge Analytica desembarcou no Brasil pelas mãos do publicitário baiano André Torretta. Ele lançou em 2017 a CA Ponte e passou a apresentar-se como o rosto tropical da empresa britânica. O publicitário tinha interesse em aplicar o modelo dos perfis do eleitorado no WhatsApp. Na época, cerca de 120 milhões de brasileiros tinham o aplicativo no celular. Quando o escândalo explodiu na imprensa, Torretta, cortou relações com a Cambridge Analytica e negou saber que o método usado para coletar dados era ilegal. Na mira do FBI, a empresa britânica encerrou as atividades em maio de 2018, e seus diretores e funcionários se espalharam por outras companhias. O peso de sua atuação no Brasil é um mistério, mas os bolsominions adotaram o mesmo terror psicológicos de Trump e do Brexit. (DI FÁTIMA, 2019, p. 249-251).

⁷⁶ Maiores detalhes sobre os escândalos envolvendo o Facebook e a Cambridge Analytica, em que dados de usuários da rede social foram usados para distribuir informações e notícias falsas podem ser encontrados no documentário “Privacidade Hackeada”.

Em um espiral ascendente, o capitão reformado chegou ao primeiro lugar na intenção de votos. Apesar da fama de misógino, abocanhou fatias substanciais do voto feminino de todos os estratos sociais. Seu discurso conservador ganhou eco entre os religiosos, em especial no setor dos evangélicos neopentecostais. Avesso ao Estado laico, em um encontro com apoiadores realizado na Paraíba, em fevereiro de 2017, o então candidato bradou: “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha de Estado laico não. O Estado é cristão e a minoria que for contra, que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias⁷⁷”. (BLAY, 2019, p. 73).

As religiões avançam sobre os meios de comunicação, ampliando o seu alcance e conquistando novos fiéis. A ciber-religião converte-se em um espaço reticular a mais a ser explorado e conquistado.

A mútua contaminação entre os meios de comunicação eletrônicos e religião deu-se, nesse sentido, pela afinidade de ambas com o modelo capitalista de crescimento e abarcamento social e pela vocação doutrinária, por seu proselitismo.

(...)

No Brasil, nunca grupos religiosos, evangélicos e católicos, controlaram tantas rádios e TVs. Nem empreenderam ofensiva tão organizada para ampliar seu poder político. (MIKLOS, 2012, p. 29-31).

Os apoiadores de Jair Bolsonaro acreditam que podem prescindir do sistema político-representativo pois creem poder acessá-lo diretamente por intermédio do seu smartphone. Essa expectativa é, aliás, regularmente alimentada pelo presidente nas suas redes sociais, ao dizer que tal ou qual medida foi tomada depois de ouvir tal ou qual eleitor no seu Facebook ou Twitter.

Depreende-se que se sobressai a desconfiança perante a mídia tradicional e a tendência em se acreditar nos conteúdos disparados por WhatsApp pela família ou por amigos. E a crença aumenta quando as mensagens sedimentam a visão ideológica de quem as recebe.

⁷⁷ No dia 22 de setembro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro, em um trecho do polêmico discurso proferido na Organização das Nações Unidas, sentenciou: “Faço um apelo a toda a comunidade internacional pela liberdade religiosa e pelo combate à cristofobia”. O discurso do presidente foi direcionado a seus seguidores, para um público religioso, para milhões de brasileiros. Para esse gigantesco nicho religioso, a fala sobre “cristofobia” é audível e encontra amparo. Foi construída uma retórica bolsonarista muito forte de que a esquerda é inimiga da religião e isso faz com que muitas pessoas se sintam atacadas pessoalmente pelo campo progressista. Durante o enxame de *fake news* que zuniram na campanha de 2018, existiu o temor de que uma vitória do PT poderia significar perseguição religiosa. O que muitos tratam como folclore, como caricatura ridícula, faz sentido para milhões de brasileiros, influenciando opinião e o voto.

“Vocês são uma espécie em extinção. Eu acho que vou botar os jornalistas do Brasil vinculados ao Ibama. Vocês são uma raça em extinção”.

A frase de Jair Bolsonaro ainda pertence à categoria *wishful thinking*⁷⁸, mas seu governo está empenhado em transformá-la em realidade. De forma geral, políticos encaram a mídia como inimiga. Não entendem por que a imprensa precisa investigar, criticar e fiscalizar os governos. O presidente vai além. Ele quer convencer as pessoas de que quem lê jornais fica “desinformado”, e de que elas deveriam consumir informação diretamente das redes sociais dele e de seus apoiadores, sem filtros. (MELLO, 2020, p. 167).

Não se trata, obviamente, de incensar a mídia, louvando-a no altar sagrado da verdade, ou defendê-la com a tenra ingenuidade infantil. O ato de noticiar não é neutro e muito menos desinteressado. Nele se encontram, entrecruzam-se, os interesses ideológicos e econômicos do órgão comunicador. Além desses fatores, as forças políticas em confronto no momento histórico em que divulga um acontecimento vão constituir também os sentidos produzidos pelas notícias. O jornalista Paulo Henrique Amorim cunhou a expressão PIG (Partido da Imprensa Golpista) para denunciar como os grandes conglomerados midiáticos brasileiros atuam como assessores de imprensa de políticos e governos, tomando lado e desinformando a população, moldando os fatos da maneira que melhor lhes convém.

Por natureza, todo discurso caracteriza-se por ser persuasivo. Sua composição encorpa instância simbólica de representação, um recorte criador de determinada realidade. Quem emite opta pela utilização de certas palavras em detrimento de outras, seleciona imagens para impactarem o receptor e ampliar o poder de sedução/persuasão. Tais procedimentos pavimentam a estrada que leva para o receptor à trama narrativa na forma de notícias. Desta feita, a notícia além de “satisfazer a necessidade de informação do consumidor”, como diz Serva (2001), também satisfaz o desejo do veículo de comunicação em externar/persuadir a sua versão dos fatos. Afinal, a linguagem é um símbolo encravado em nossa existência.

Nas mensagens transmitidas à época do pleito presidencial (e ainda ativas na atualidade), houve um elemento de entretenimento bastante evidente na campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, que foi avançada por meios quase que exclusivamente

⁷⁸ A expressão *wishful thinking* não possui uma tradução direta para português. O conceito se aplica ao processo de tomada de decisões. É utilizado para descrever decisões com base na intuição, no desejo ou na empolgação. Trata-se de um processo decisório que foge da racionalidade e da análise de fatos, apoiando-se em vontades e suposições.

digitais e se pretendia antissistema. No lugar dos antigos debates enfadonhos na TV, longos planos de governo em linguagem burocrática, especialistas que poucos entendem, foi oferecido aos eleitores o carisma dos memes, da lacração, dos roteiros quase hollywoodianos das narrativas conspiracionistas, a excitação de um campeonato de futebol que precisa ser vencido a qualquer custo. A estratégia foi exitosa.

O bolsonarismo tem método. As redes sociais são o campo onde atuam as suas milícias digitais⁷⁹. Como o próprio presidente aconselha, é por meio delas que se deve consumir informações⁸⁰. Os meios de comunicação que se posicionarem contra o governo devem ser estrangulados.

Bolsonaro segue à risca o manual húngaro “Como acabar com a imprensa independente em dez lições”, obra de seu colega populista de direita, o primeiro ministro Viktor Orbán. Na Hungria, em poucos anos a mídia crítica foi dizimada. Tal como Bolsonaro, Orbán se queixava de que a mídia tradicional era injusta ao atacá-lo e tachava a imprensa independente de “fake news”. Ele então resolveu o “problema”: empresários ligados ao governo e ao seu partido, o Fidesz, compraram a maior parte da mídia independente, que hoje se dedicam a propagar as ideias caras a Orbán, como demonizar imigrantes e criticar o megainvestidor e filantropo George Soros.

A primeira lição do manual de combate à imprensa é sufocar a mídia em termos econômicos. Os jornais já vivem um contexto financeiro difícil no mundo. Há anos passam por uma crise em seu modelo de negócios. Poucos veículos conseguem ter lucro, mesmo com a combinação de assinaturas e anúncios on-line (que são fagocitados, na maioria, pelas grandes plataformas de tecnologia). Como disse o sociólogo Demétrio Magnoli, “os jornais converteram-se em anões na terra dos gigantes da internet”.

(...)

No Brasil, Bolsonaro ameaçou cortar publicidade na mídia “inimiga” e cumpriu a promessa já no primeiro ano de governo. Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) revelou que o governo passou a destinar os maiores percentuais de verbas publicitárias para a TV Record e o SBT – emissoras consideradas aliadas ao Planalto, mas que não são líderes de audiência.

⁷⁹ Análise de conteúdo do Laboratório de Mídia do Massachusetts Institute of Technology (MIT), evidencia que, no Twitter, uma *fake news* se espalha seis vezes mais rápido do que uma notícia verdadeira.

⁸⁰ Jair Bolsonaro consta na lista das 100 pessoas mais influentes do mundo em 2020 elaborada pela revista Time. O presidente brasileiro aparece na categoria “líderes” pelo segundo ano consecutivo, dividindo a lista com nomes como os presidentes dos Estados Unidos, Donald Trump, e da China, Xi Jinping, a chanceler alemã, Angela Merkel, e o candidato democrata à Casa Branca, Joe Biden. O influenciador digital Felipe Neto foi o outro brasileiro a integrar a lista divulgada pela revista estadunidense.

Embora detentora do maior ibope do país, a Globo passou a ter participação bem menor no bolo. De acordo com reportagem da Folha, em 2017 a Globo ficou com 48,5% dos recursos do governo e, em 2018, 39,1%. Em 2019, com base em dados parciais, a fatia despencou para 16,3%. Os percentuais da Record foram de 26,6% em 2017, 31,1% em 2018 e, agora, 42,6%; os do SBT, 24,8%, 29,6% e 41%, respectivamente. Nos meios impressos críticos, anúncios do governo brasileiro e de estatais secaram. (MELLO, 2020, p. 168-171).

O presidente, ao solicitar que se recorra às redes sociais para conhecimento, mais do que um conselho, externa uma estratégia de controle e moldagem da informação. O Twitter, em especial, transformou-se em diário oficial.

Para dar musculatura e consistência ao ideal bolsonarista de propagação de *fake news*, consolidou-se o chamado “Gabinete do Ódio”. Trata-se de um gabinete de assessores do presidente, que apoiam uma rede de blogs bolsonaristas e perfis em redes sociais que espalham desinformação e ataques contra jornalistas, políticos, artistas e veículos de imprensa críticos ao presidente⁸¹. O gabinete não é oficial, nem tem um orçamento específico, mas é bancado com dinheiro público. Não está claro quantas pessoas trabalham na operação, e nem se sabe quem são todos os envolvidos⁸². Na realidade, o presidente e seus aliados negam a existência de tal

⁸¹ De acordo com Ghirotto; Vieira; Lopes (2020): “No Palácio do Planalto, dois jovens funcionários gastam o dia trabalhando em celulares e computadores. São assessores especiais que ganham R\$ 13.600 por mês e gozam da confiança do presidente, a quem respondem diretamente, e a Carlos Bolsonaro, articulador da comunicação presidencial no Twitter. Tercio Arnaud Tomaz, 31 anos, e José Matheus Salles Gomes, 26, são hábeis administradores de uma gama de perfis falsos que desferem ataques contra desafetos da família Bolsonaro. A rede das milícias digitais é ampla: inclui assessores palacianos, sites governistas como o Terça Livre, do olavista Allan dos Santos, youtubers como Nando Moura e Bernardo Küster (também olavistas), o próprio Olavo de Carvalho, a multidão de seguidores mais radicais de Bolsonaro — e robôs, algoritmos da internet que, sobretudo no Twitter (o Facebook é mais difícil de operar), catapultam hashtags e tuítes para torná-los ‘virais’.”

⁸² Em 8 de julho de 2020 o Facebook tirou do ar uma rede de perfis, páginas e grupos ligados a partidários do presidente Jair Messias Bolsonaro no Facebook e no Instagram, que também pertence à empresa, por serem contas inautênticas, uma violação de suas políticas. Segundo o Facebook, a rede estaria sendo usada para enganar pessoas sobre sua origem e sobre quem estava por trás da atividade. O Laboratório Forense Digital do Atlantic Council, que analisou as páginas antes de serem derrubadas pela plataforma e investigou a rede de contas e notícias falsas, aponta Tercio Arnaud Tomaz como administrador da página de Instagram @bolsonarnewsss. Seu nome não consta na página, mas o e-mail terciotomaz@gmail.com aparece em seu código-fonte (conjunto de códigos por trás de uma página com “instruções” para que um programa ou página funcionem, onde também ficam outros dados da página) e foi registrado pelo grupo que estuda desinformação. A BBC News Brasil encontrou um perfil com o nome de Tercio Arnaud Tomaz, sua foto e este mesmo e-mail no site “Troca Jogo” para troca de videogames, acessado pela última vez em 2013, o que reforça a tese de que ele utiliza este endereço de e-mail e, portanto, seria administrador da página Bolsonaro News, como apontado pelo laboratório do Atlantic Council. O conteúdo do Bolsonaro News, segundo o documento, misturava “meias-verdades” para chegar a conclusões falsas. A página tinha 492 mil seguidores e mais de 11 mil publicações antes de ser derrubada. Dois ex-aliados de Jair Messias Bolsonaro, os deputados federais que foram aliados de, Joice Hasselmann (PSL-SP) e Alexandre Frota (PSDB-SP),

gabinete. Mas o fato é que as sementes do ódio e do sectarismo que vêm sendo espalhadas são uma ameaça a nossa já comalida democracia.

O bolsonarismo é um fenômeno político que transcende a figura do presidente, e que se caracteriza por uma visão de mundo ultraconservadora, que prega retorno aos valores tradicionais e assume uma retórica nacionalista e patriótica, sendo profundamente crítica a tudo aquilo que esteja identificado com a esquerda e o progressismo. (FREIRE; PINHEIRO-MACHADO, 2019). O bolsonarismo é movimento que melhor encarnou a desconfiança e a vontade disruptiva de superar uma ordem que se esgota a cada dia. E o fez não simplesmente em função de seu espírito reacionário e violento. Mas porque se propôs a entender e se comunicar com os sentimentos das pessoas comuns. Com vocação popular, o bolsonarismo é maior que Bolsonaro. (SCERB, 2020).

Durante toda a campanha de Jair Bolsonaro ficou estampado o papel decisivo das redes sociais⁸³. Graças a elas, o ex-capitão não precisou da infraestrutura dos veículos da mídia tradicional (embora alguns, como a Rede Record, por exemplo, o tenha feito). Nas redes sociais o contato era construído diretamente com os seus milhares de seguidores. A internet se converteu em uma poderosa arma em suas mãos. Arma potencializada por uma rede difusa de “soldados digitais”; uns agindo por ideologia, outros por motivações financeiras.

Em tempos recentes, foram os populistas, em especial os da extrema-direita, que melhor exploraram as novas tecnologias para solapar os elementos democráticos. Alforriados dos grilhões do antigo sistema midiático, já demonstraram que estão preparados para fazer tudo o que for necessário para serem eleitos: mentir, confundir,

durante a CPML (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) das Fake News revelaram procedimentos operacionais do “Gabinete do Ódio”. Segundo a deputada: “Quando surgia alguma postagem ou hashtag ofensiva ao STF ou algum de seus membros, um dos integrantes do grupo retransmitia e em questão de minutos isso era disseminado pelas redes sociais e para inúmeros outros grupos, seja pela atuação de integrantes da organização, seja por utilização de robôs”. A cúpula dessa organização trabalha com a construção de narrativas e estuda os canais mais eficazes para sua rápida divulgação, contando para isso com o chamado “efeito manada”. Alexandre Frota assegurou que a disseminação quase que simultânea, em diversos perfis do Twitter, de estados muito distantes, e com textos idênticos, é prova cabal da utilização de robôs.

⁸³ Ryan Hartwig, marqueteiro de Donald Trump, realizou no mês de setembro de 2020, uma série de reuniões no Brasil com grupos conservadores e apoiadores de Jair Bolsonaro. Ryan Hartwig ficou conhecido entre os conservadores por meio do projeto “Veritas”, que tem por objetivo desacreditar jornalistas, empresas de comunicação e gigantes da área de tecnologia por meio da criação de situações para realizar filmagens e editá-las de forma seletiva, exibindo, portanto, conversas pessoais de jornalistas e executivos sobre política e suas empresas. A visita do marqueteiro é parte das estratégias digitais para a campanha presidencial de 2022.

destruir reputações, criar realidades paralelas e incitar o ódio contra todos aqueles que se oporem aos seus ideais. “Forjam na fogueira virtual um novo modelo de exercer o poder, o poder em rede”. (DI FÁTIMA, 2019, p. 256). Um vírus a devorar o sistema imunológico do corpo democrático, gangrenando os órgãos que vitalizam as relações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: “EXISTE É HOMEM HUMANO. TRAVESSIA”.

O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. (ROSA, 2001, p. 402).

É o que eu digo se for... Existe é homem humano. Travessia. ∞
(ROSA, 2001, p. 749).

"Nada grandioso entra nas vidas dos mortais sem uma maldição", ensina-nos o dramaturgo grego Sófocles. Na introdução desta tese, foi evocado a sentença: "Decifra-me ou te devoro". Trata-se do enigma ecoado pela esfinge de Tebas, antigo mito grego. Segundo a história, a esfinge observava atentamente cada viajante que passava pela cidade. O transeunte, assim que se deparava com ela, precisava resolver um enigma que poderia indicar o fim de sua vida ou recomeço dela.

A esfinge indagava qual animal tinha quatro patas pela manhã, duas pela tarde e, à noite, três patas. O desafiado precisava tomar cuidado com a sua resposta, pois, caso errasse, seria devorado pela criatura. A resposta à pergunta estava em quem era questionado: o Homem.

Em sua juventude como um bebê, o homem engatinha, usando as duas pernas e mãos para se locomover. Na vida adulta, já amadurecido, usa apenas as pernas para caminhar. Mas, na velhice, utiliza uma bengala em companhia das pernas para se mover. O desafio proposto pela esfinge visa mostrar ao transeunte a necessidade de se compreender a si mesmo.

Grande Sertão: Veredas, o magnífico romance do escritor mineiro João Guimarães Rosa, brada, em sua última sentença: "Existe é homem humano. Travessia". Os dizeres são seguidos pelo símbolo do infinito, onde o início e o fim se entrelaçam.

O enlace também ocorre, em uma intertextualidade, entre a esfinge de Tebas e Riobaldo, narrador-personagem da obra rosiana. Ambas elegem o Homem como protagonista deste mundo.

A esfinge representa os perigos que encontramos pelo nosso caminho. Sem o devido conhecimento, não temos como reagir adequadamente para propor soluções efetivas e precisas a cada problema. Assim como ela, tudo pode nos devorar e encerrar o nosso ciclo em qualquer ambiente.

João Guimarães Rosa, falando por intermédio de Riobaldo, ilustra a extraordinária viagem atravessando as veredas paradoxais da verdade do mundo humano, da humanidade do Homem, tão grandiosa, complexa e repleta de contradições. Bem e mal vertem-se e revertem-se, formando uma constante dialética.

Na mitologia grega, coube a Teseu a missão de matar o Minotauro e libertar a ilha de Creta. Para obter êxito, recebeu a valiosa ajuda de sua amada, Ariadne, que lhe deu uma espada e um novelo de lã dourada. Para não se perder nas desordenadas sendas sedimentadas no labirinto, marcou com o fio dourado o trajeto. O final do mito de Teseu e Ariadne é conhecido: ele destrói o monstro e com auxílio do fio, sai do labirinto carregando a cabeça do monstro. Dessa aventura vitoriosa surge a expressão “Fio de Ariadne”, como simbologia de solução.

Teseu precisava adentrar no labirinto e desbravá-lo. As probabilidades conspiravam contra ele, e o seu sucesso era improvável. O que seria de um único homem contra os corredores escuros do grande labirinto de Creta? Além dos caminhos controversos do labirinto, o herói deveria enfrentar o monstro faminto que habitava o centro da estrutura. Em meio a incerteza percebemos que Teseu não é o real herói do mito – ao menos não é o único. Quem possibilita o êxito é Ariadne. Ela tece um fio, e esse fio é o guia por entre os corredores do labirinto. Como metáfora para nosso tempo: o conhecimento é Fio de Ariadne a nos conduzir pelo tenebroso labirinto da ignorância.

O Materialismo Histórico-Dialético nos ensina que a História não se desdobra no vácuo. Seus atores agem sempre em determinado contexto político, social e econômico. O modo de interpretar e agir sobre o mundo são condições históricas e materiais herdadas. Fatos não são apenas fatos, são resultados de condições históricas. “A história não costuma repetir os mesmos versos, mas com frequência eles rimam”, ensina-nos o escritor estadunidense Mark Twain.

As condições históricas são construídas e reproduzidas no espaço, conceito-chave para a Geografia, constituindo-se no seu principal, influente e complexo objeto de estudo, formando um nexos que serve para dar coerência a toda diversidade de temas de estudo (MOREIRA, 2012). “A rede global é a forma nova do espaço. E a fluidez – indicativa do efeito das reestruturações sobre as fronteiras – a sua principal característica” (MOREIRA, 2014a, p. 157).

É intrínseca a relação entre ciência, informação e técnica. O desenvolvimento técnico permite hoje a simultaneidade dos lugares e dos tempos, impondo nova dinâmica ao espaço geográfico contemporâneo. Atualmente não é mais possível pensar o conceito de espaço sem considerar o processo de globalização, o meio técnico-científico-informacional e as suas nuances.

A globalização é, de certa forma, o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Para entendê-la, como, de resto, a qualquer fase da história, há dois elementos fundamentais a levar em conta: o estado das técnicas e o estado da política. Há uma tendência a separar uma coisa da outra. Daí muitas interpretações da história a partir das técnicas. E, por outro lado, interpretações da história a partir da política. Na realidade, nunca houve na história humana separação entre as duas coisas. As técnicas são oferecidas como um sistema e realizadas combinadamente através do trabalho e das formas de escolha dos momentos e dos lugares de seu uso. É isso que faz a história. (SANTOS, 2003, p. 23).

A adequada posição sobre o conceito de tecnologia possibilita aproximar-se da essência da técnica, visualizar o significado do seu papel e compreender a razão das grandes transformações experimentadas ao longo do tempo (VEIRA PINTO, 2005a, 2005b).

O poder, na nossa sociedade, passa, necessariamente, pelo poder tecnológico ou pelo poder dos experts do sistema técnico, ou seja, a tecnologia coloca à disposição das pessoas um enorme poder. Esse é mais um elemento que remete à necessidade de uma contínua e séria reflexão sobre o fenômeno tecnológico.

A técnica é um princípio formador da sociedade. A concepção da ideia de meio geográfico é intrínseca à noção de técnica. Tanto que o mundo contemporâneo vive uma tecnosfera. As características da sociedade e do espaço geográfico, em um dado momento de sua evolução, estão em relação com um determinado estado das técnicas. Desse modo, o conhecimento dos sistemas técnicos sucessivos é essencial para o entendimento das diversas formas históricas. (SANTOS, 2017).

Por milhares de anos, os exércitos combateram fisicamente, em formação cerrada e dentro do campo de batalha, que poderia ser letal. Com o mundo conectado na internet e em rede, surge um novo tipo de combate: a guerra cibernética, na qual as redes são o cenário do conflito. Além das unidades tradicionais militares (Exército, Marinha e Aeronáutica), os governos de diversos países já investem na formação de “soldados hackers”.

São células treinadas para invadir redes e sistemas operacionais, destruir bases de dados, descobrir vulnerabilidades de segurança, conseguir informações estratégicas e realizar ciberataques.

No mundo contemporâneo, o ciberespaço é parte de qualquer batalha, entre quaisquer países. Às vezes a batalha é limitada ao ciberespaço, na forma como o conflito é refletido, apoiado e promovido. A influência das redes sociais hoje para produzir informação e desinformação é certamente uma importante arena de discussão, integração e minimização pública.

Embora ciberataques não causem os danos de uma bomba atômica, no contexto de uma guerra convencional, já estão causando grandes desequilíbrios na geopolítica, afinal, em um mundo virtual hiperconectado e fluido, as fronteiras se diluem. Grande parte dos ataques deflagrados contra instituições nacionais é iniciada em outros países, elevando exponencialmente o risco de conflitos.

Nesse cenário, ganham relevo as Guerras Híbridas, conflitos identitários provocados por agentes externos, que exploram diferenças históricas, étnicas, religiosas, socioeconômicas e geográficas em países de importância geopolítica por meio da transição gradual das revoluções coloridas para a guerra não-convencional, a fim de desestabilizar, controlar ou influenciar projetos de infraestrutura multipolares por meio de enfraquecimento do regime, sua troca ou reorganização.

A Guerra Híbrida, como estratégia, é o caos administrado, cujo objetivo maior é o caos sistêmico em um determinado país, região ou mesmo continente, sempre que se fizer necessário. A revolução tecnológica nos meios de comunicação não é neutra. Como qualquer grande acontecimento da humanidade, as mídias globais, as redes sociais, e outros excepcionais instrumentos de comunicação atuais encontram-se associados aos interesses predominantes dos Estados Unidos na geopolítica mundial. (KORYBKO, 2018).

Não se descarta o papel que a Operação Lava Jato exerceu nas eleições de 2018. A prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (que à época liderava a intenção de votos à presidência), a publicidade à delação feita pelo ex-ministro da Fazenda de Dilma Rousseff, Antônio Palocci, há seis dias do primeiro turno com o claro objetivo de prejudicar o candidato petista Fernando Haddad, além da ascensão do principal nome da operação, o juiz Sérgio Moro, para Ministro da Justiça e Segurança Pública do presidente em que, as suas ações, beneficiaram para a subida da rampa do Palácio do Planalto.

Moro, que havia jurado de pés juntos que nunca deixaria a magistratura pela política, finalmente mergulhou de cabeça na arena política ao aceitar o Ministério da Justiça e da Segurança Pública do novo governo. Cargo que, segundo ele, é apenas “técnico” e não “político”. Sem papas na língua, o general Mourão, vice-presidente da República, confessou que o então juiz encarregado da Lava Lato negociou o seu apoio durante a campanha eleitoral diretamente com Jair Bolsonaro. Em bom português, a publicação da denúncia de Antonio Palocci foi um toma lá, dá cá.

(...) Sérgio Moro se apequenou e mostrou que não foi isento, logo, que não era – nem nunca será – um magistrado digno desse nome. À frente da Lava, privilegiou os seus em detrimentos dos outros. Fez política partidária na magistratura. (BLAY, 2019, p. 90).

Em junho de 2019, o grupo *The Intercept* Brasil deu início a uma série de reportagens que ficou conhecida como “Vaza Jato”: a divulgação de uma série de mensagens e áudios trocados entre o procurador da República e responsável pelo caso de Lula, Deltan Dallagnol, e o juiz responsável pelo caso, Sérgio Moro, além de outras mensagens envolvendo a Operação Lava Jato como um todo.

Essas mensagens, originadas no aplicativo Telegram e entregues por uma fonte anônima ao jornalista Glenn Greenwald, do *The Intercept*, incluem instruções do juiz Sérgio Moro sobre como Deltan Dallagnol deveria agir durante o processo, como, por exemplo, dizendo quais pessoas deveria procurar para fortalecer as acusações contra Lula. A Vaza Jato trouxe à superfície a parcialidade na condução do processo judicial realizado pela Lava Jato, inclusive com as ligações espúrias com os Estados Unidos.

A ação de alçar juízes aliados que passem a compor a maioria nos tribunais superiores é estratégica. A finalidade desse ato é conferir legalidade a todos os atos do poder executivo. Com o judiciário subjugado, passa-se a neutralizar a oposição. Atualmente, isso não significa a eliminação total do dissenso, mas a redução das forças oposicionistas de modo que as impeça de prejudicar seriamente o governo. (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

A luta anticorrupção virou instrumento da geopolítica estadunidense, uma arma mais eficiente do que as intervenções militares convencionais. O pré-sal foi talvez o melhor campo para os Estados Unidos fazerem uso da chamada Guerra Híbrida, uma estratégia militar que une táticas de guerra convencional e ciberguerra, misturando

ainda *fake news*, *lawfare*⁸⁴ e interferências no plano político-eleitoral. A Petrobras foi alvo desse tipo de artilharia⁸⁵ (ALVES, 2020).

Além do *Hard Power*, os Estados Unidos têm um *Soft Power* ancorado na força da sua cultura, o que desperta o desejo de outros países e cidadãos de serem parecidos com a "América"⁸⁶. A Operação Lava Jato é um exemplo de sucesso do *Soft Power* usado a favor dos Estados Unidos contra o Brasil. A Lava Jato contribuiu decisivamente para a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder. A operação foi uma das mães do golpe institucional de 2016, um impeachment sem crime de responsabilidade, e se permitiu ser usada pelo bolsonarismo em 2018. Grande parte do jornalismo também deu a sua cota de participação quando topou ser correia de transmissão acrítica do lavajatismo que manipulou a opinião pública e envenenou o debate público no país. (ALENCAR, 2020).

Pelos espaços nacionais das periferias do capitalismo, cresce, no presente momento, a utilização dos mecanismos jurídicos e judiciais para estratégias políticas e capitalizações ideológicas. Presidentes da República, como o caso do Paraguai, são alijados do poder em razão de artifícios jurídicos. No caso mais recente e talvez mais simbólico e impactante, Dilma Rousseff sofre processo de impeachment e é retirada do cargo presidencial no Brasil sob a acusação de crime de responsabilidade por "pedalada fiscal", um tipo penal inexistente no ordenamento jurídico brasileiro. Tal processo irrompe após anos de sangramento dos governos Lula e Dilma, mediante reiteradas investigações e julgamentos judiciais de corrupção que não se estendem a políticos de partidos mais conservadores e reacionários. O palco jurídico passa a ser exposto pela imprensa tradicional com requintes de espetáculos. O direito,

⁸⁴ Trata-se do uso estratégico do Direito para fins de deslegitimar, prejudicar ou aniquilar um inimigo.

⁸⁵ Não se exime, aqui, a estatal, pelos processos de corrupção ali praticados.

⁸⁶ Segundo Nye Júnior (2002), o *Hard Power* como um todo, pode ser entendido como algo direto e mais perceptível por conta de suas ações concretas, podendo ser dividido em duas vertentes que se diferenciam e se complementam. A primeira é toda a esfera que o campo militar abrange dentro da articulação bélica de um ator. O *Hard Power* em sua vertente militar vai além do simples fato do conflito armado em si. As guerras e intervenções se enquadram nesta parte do conceito, mas não atuam de forma exclusiva. A coerção, indução e dissuasão podem ser vistas como *Hard Power* militar. Durante uma guerra, um Estado que se encontra em posição de subjugar um outro tem a capacidade, ligada a ameaça, medo ou punição, de persuadir, dissuadir ou induzir, para que o Estado subjogado faça o que o subjugador deseja. Sendo o Estado o único detentor legítimo da força sua articulação se restringe aos atores estatais. O *Soft Power* é uma ferramenta de poder que não está restrita apenas aos Estados. Qualquer tipo de ator, seja estatal ou não-estatal, pode exercer o *Soft Power* devido a sua característica indireta, transnacional e não imediata. A questão que caracteriza o *Soft Power* é sua esfera que engloba aspectos ideológicos, sociais e culturais. Ressalta-se que o *Soft Power* deve ser essencialmente um meio sedutor, ele deve atrair o ator a querer imitar quem exerce tal poder, não o obrigar ou coagi-lo a fazer o que se deseja.

jogando luzes e sombras na política do presente, faz, em alguns países periféricos do capitalismo, o mesmo que processos de insurgência popular promovem nos países da chamada Primavera Árabe ou na Ucrânia: destitui partidos, grupos, classes e facções do poder, engendrando realinhamentos internacionais e reposicionando, em patamar inferior, tais países no contexto geopolítico mundial. (MASCARO, 2018, p. 147).

No passado, o poder vinha do controle das vias marítimas. No futuro, virá da capacidade de navegar pelas vias da informação do espaço cibernético e de controlar o discurso que influencia as pessoas. O poder baseado em recursos de informação não é novo; o poder cibernético o é. (NYE JÚNIOR, 2012).

Se até há pouco tempo, a democracia reinava absoluta, ao longo dos últimos anos, percebe-se que, a despeito das particularidades de cada um dos países sob governos autoritários, déspotas eleitos conseguiram transformar democracias incipientes em democracias eleitorais, com a destruição da liberdade de imprensa, o enfraquecimento das oposições, o solapamento da independência das instituições políticas e judiciárias, e a crescente desconfiança e impaciência da população em relação à política e às regras democráticas. A consequência desse processo teria sido a ascensão da “democracia iliberal” ou “democracia sem direitos” e do “liberalismo antidemocrático” ou “direitos sem democracia”. (MOUNK, 2019).

“O retrocesso democrático começa nas urnas” (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018, p. 16). A democracia se encontra hoje frente a ameaças reais e elas não são de pouca relevância. Não se trata mais de um golpe fulminante, mas de uma lenta corrosão que visa manter um verniz de legitimidade e normalidade das instituições quando estas estão corrompidas quanto aos seus propósitos e funcionamento (LEVITSKY; ZIBLATT, 2018). A chegada ao governo pelo voto em diferentes países de lideranças com perfis autoritários como Donald Trump, nos Estados Unidos, Viktor Orbán, na Hungria, e Jair Bolsonaro, no Brasil, veio a colocar em xeque uma narrativa otimista e esperançosa.

Demagogos e extremistas surgem de tempos em tempos em todas as sociedades, mesmo em democracias tidas com saudáveis. O teste essencial para a democracia não é o surgimento dessas figuras, mas, sobretudo, se as lideranças políticas em conjunto com partidos políticos trabalham para evitar que eles acumulem poder, recusando-se a endossar ou a eles se alinhar, e juntando forças para consolidar apoio a candidatos democráticos. Isolar extremistas, em especial os ungidos pela popularidade, requer coragem política. Entretanto, quando o medo, oportunismo ou

estratégias equivocadas levam partidos estabelecidos a trazerem extremistas para as correntes partidárias dominantes, o sinal de alerta da democracia reluz.

Fernando Henrique Cardoso apequenou-se. Aqueles que como eu, esperavam que FHC assumisse imediatamente após o primeiro turno a liderança de uma frente democrática contra a extrema-direita se decepcionaram. Como tucano que é, preferiu ficar em cima do muro. O ex-presidente tinha uma chance de ouro de mostrar que era um verdadeiro estadista, capaz de pensar e agir de acordo com os interesses da nação.

(...) Quando o país está em perigo, ameaçado pelo extremismo, a única saída possível é a formação de um front republicano em torno do outro candidato. Nesse caso, a democracia é o bem a ser preservado.

(...)

Em 2002, o socialista Lionel Jospin, considerado favorito na corrida presidencial francesa, amargou o terceiro lugar no primeiro turno, ficando fora da reta final. Foi ultrapassado, por um punhado de votos, pelo candidato neofacista Jean-Marie Le Pen. Os políticos republicanos e o próprio Jospin não hesitaram em lançar um apelo aos seus eleitores para voto em Jacques Chirac, de centro-direita. Os socialistas e o resto da esquerda taparam o nariz e colocaram na urna a cédula com o nome do velho adversário. Chirac foi eleito com o apoio das forças democráticas – 82,21%.

Como se repetiu em 2017, com o jovem Emmanuel Macron, eleito num segundo turno contra Marine Le Pen, a filha de Jean-Marie, graças à formação da frente republicana (à qual só o líder da extrema-esquerda populista, Jean-Luc Mélenchon, não aderiu).

A frente não é a solução, claro, mas é a única atitude digna diante do perigo, da ameaça aos valores democráticos.

Uma tomada de posição clara de Cardoso se impunha. Ele foi cúmplice da vitória de Jair Bolsonaro e mesmo se depois, em Paris, disse estar na oposição, manchou para sempre a sua biografia. (BLAY, 2019, p. 78-80).

É importante ressaltar que por equívocos, projetos de poder e vaidades, uma frente de centro-esquerda também não foi construída para as eleições de 2018. Mesmo inelegível devido a Lei da Ficha Limpa e posterior prisão, Lula foi sustentado como candidato do PT até setembro daquele ano. No segundo turno, o terceiro colocado Ciro Gomes (PDT), trocou um apoio aberto ao candidato Fernando Haddad, por viagem ao solo europeu.

Joseph Goebbels, Ministro da Informação Popular e Propaganda Nazista (apud CABRAL; FIGUEIREDO, 2005, p. 95), defendia que “A propaganda tem que quebrar a principal linha de defesa do inimigo antes que o exército avance”. E complementa: “Não seria impossível provar, com repetição suficiente e uma compreensão da psicologia das pessoas envolvidas, que o quadrado é, de fato, um círculo. São apenas palavras e elas podem ser moldadas até que disfarçam ideias”. Na era das redes

sociais, a disputa política deixou de ser um embate de propostas e passou a ser movida pela capacidade de engajamento e agitação, e os líderes populistas souberam usar isso muito bem a seu favor.

Insistir em argumentos racionais e teor factual das informações equivale a usar máscaras na pandemia de Covid-19: não propaga o vírus, e a pessoa se protege da contaminação por falsidades. Isso não impede, contudo, que memes continuem em circulação entre os que se recusam a usá-las. Ou que só o façam segundo o próprio conforto, com o nariz para fora, no queixo, dependurada na orelha. Verossimilhança e falseabilidade? Só quando convém. (LEITE, 2020).

No Brasil, em especial, as redes sociais foram protagonistas no processo de polarização política. Assumiram destacada atuação durante as eleições de 2018, formando importante aparato para a construção de narrativas, proliferação de *fake news*, destruição de reputações entre outros modos de operação. Novamente se testemunhou que eleição é um processo emocional, muito mais que racional.

Mesmo com a Lava Jato sendo uma arma política utilizada nas eleições de 2018, é inconteste a relevância que a produção de sentidos, de visões de mundo que as redes sociais propiciaram na paisagem do ciberespaço. As redes sociais captaram e deram vazão a sentimentos diversos e formatou subjetividades.

Ainda em 2018, a greve dos caminhoneiros, que interditou milhares de trechos de rodovias em todo o País ao longo de dez dias, foi considerada a maior mobilização mundial já feita por grupos de WhatsApp. A comunicação realizada por WhatsApp tem características diferentes das feitas por Twitter e Facebook. Enquanto as postagens públicas no Twitter ou Facebook podem ser vistas por qualquer um e ter mais poder de visualização e chegar de uma vez só a milhares de usuários, as mensagens de WhatsApp atingem apenas um indivíduo ou os participantes do grupo.

As redes sociais são personalizadas. Youtube e Facebook mostram perfis diferentes, construídos por algoritmos que os criam segundo os nossos anseios, com conteúdos individualizados. Ao contrário, por exemplo, de mensagens de conteúdos genéricos como a TV, rádio e mídia impressa, as redes sociais, por meio dos algoritmos, entregam conteúdos diferentes para pessoas diferentes, tudo automatizado e customizado, objetivando que todos permaneçam em uma zona de conforto, onde as ideologias não são confrontadas, sua verdade é “a verdade”, única e inquestionável. Informação se sobrepõe à reflexão.

Os algoritmos que operam as redes sociais são muito poderosos. Eles podem criar situações políticas que conduzam a quedas de governos, mobilizar e desmobilizar protestos e desestabilizar sociedades inteiras. Frente a esse cenário, é que essas armas de destruição matemática se tornam tanto mais poderosas e perigosas quando confinadas aos quartos escuros das grandes conglomerados de tecnologias da informação e comunicação.

Nós nunca vivemos tanto na caverna de Platão como hoje. Hoje é que estamos de fato a viver na caverna de Platão. Porque as próprias imagens que mostram a realidade de alguma maneira substituem a realidade. Nós estamos em um mundo que chamamos de mundo audiovisual. Nós estamos efetivamente a repetir a situação das pessoas aprisionadas ou atadas na caverna de Platão, olhando em frente, vendo sombras e acreditando que essas sombras são realidades. (SARAMAGO, 2020).

No mito da caverna, quando o prisioneiro deixa o mundo das sombras se depara com a luz, seu primeiro impulso é o desejo de retornar ao local de origem para se livrar da dor e espanto, atraído pela escuridão, que lhe parece mais acolhedora. Como necessita se reinventar, aprender a ver, e esse aprendizado é doloroso, desejará a caverna onde tudo lhe é familiar e conhecido.

É fundamental compreender de que maneira as redes sociais têm sido mobilizadas por grupos de extrema-direita não apenas para chegarem ao poder, mas para desestabilizarem e minarem as instituições democráticas. Para a ascensão e a consolidação de movimentos como o Brexit, no Reino Unido, e para a emergência de lideranças políticas como Beppe Grillo e Salvini, na Itália, Donald Trump, nos Estados Unidos, Jair Bolsonaro, no Brasil, e Viktor Orban, na Hungria, elas tiveram protagonismo inédito. Segundo Empoli (2019), sem o trabalho feroz de dezenas de *spin doctors*⁸⁷, ideólogos e cada vez mais, cientistas especializados em Big Data⁸⁸, dificilmente estas lideranças teriam chegado ao poder.

É de fundamental importância o entendimento de que a extrema-direita vem se articulando nas mídias desde pelo menos a virada deste milênio. E essa articulação tem sido feita organicamente, com propósito, tentativa de coordenação

⁸⁷ Expressão utilizada para descrever a atuação de um especialista em assessoria de imprensa, relações públicas e comunicação política, mas também pode ser um perito em marketing eleitoral, porta-voz de um partido político, perito em sondagens.

⁸⁸ Conjunto de técnicas para analisar grandes quantidades de dados e verificar padrões, tendências e resultados relevantes.

de diferentes vertentes e sistematicamente espalhando paranoia e pânico moral contra inimigos intencionalmente forjados.

E o resultado principal desta epidemia de cólera disseminada nas redes sociais é que o objetivo da política passou a ser não mais produzir qualquer tipo de diálogo e consenso, mas sim o dissenso radical. Se, no passado, o jogo político consistia em divulgar uma mensagem que unificava, hoje se trata de desunir da maneira mais explosiva (EMPOLI, 2019). A ira contra o inimigo construído (que não deve ser apenas derrotado eleitoralmente, mas destruído política e publicamente) é potencializada pela disseminação de *fake news* e teorias da conspiração. Por mais absurdas que elas possam ser (e elas o são), compartilhadas milhares e milhares de vezes, elas não se tornam verdades, mas se convertem em instrumentos de mobilização e fortalecimento das bases radicalizadas. Os extremistas se tornam o centro do sistema, dando o tom e o compasso da discussão.

O meio de comunicação não é a mensagem, embora ele condicione o formato e a distribuição da mensagem. A mensagem é a mensagem, e o emissor da mensagem está na fonte da construção de significado. Na verdade, ele é um dos termos dessa construção. O outro é a mente receptora, tanto individual quanto coletiva. Por mente coletiva quero dizer o contexto cultural no qual a mensagem é recebida. (CASTELLS, 2015, p. 472).

A compreensão das publicações nas redes sociais depende do repertório, da visão de mundo de quem absorve a mensagem. A ideologia é tanto mais eficaz quando não é percebida. Seus tentáculos, silenciosamente, vão asfixiando direitos e deveres, sugando o oxigênio social.

Os novos ditadores nascem dentro da democracia e têm votos. Muitos votos. Cumprem uma das condições democráticas essenciais: são eleitos e mandatários da soberania popular expressa pelo voto. Mas não são democráticos, porque lhes falta o segundo requisito fundamental da democracia: o primado da lei. E, dentro do primado da lei, o respeito pelos procedimentos democráticos, pelos direitos humanos, pelas garantias, pelas liberdades. O facto de poderem mudar as leis para as compatibilizar com o seu poder autoritário não os faz menos ditadores, porque as novas leis já estão ao serviço do seu poder e não da democracia e da liberdade. (PEREIRA apud BLAY, 2019, p. 71).

Com o teclado conectado à criticidade, Blay (2019) exemplifica o Brasil como palco dessa manifestação.

O Brasil já não é uma democracia, vive sob uma “ditadura insidiosa”. Bolsonaro governa em nome dos filhos e da Santíssima Trindade (*lobby* dos ruralistas, *lobby* das armas e *lobby* dos evangélicos), com o beneplácito das Forças Armadas⁸⁹. (BLAY, 2019, p. 78).

Autocratas eleitos mantêm um verniz de democracia enquanto corroem sua essência. Os caminhos das pedras para lidar com esta nova forma de fazer política ainda estão em construção. Como o cantor e compositor Tom Zé, nos alerta na letra da canção “Democracia”: ela “atua quando me ouso, amua quando repouso”.

No mundo das *fake news*, a geopolítica está mudando na Europa, na América Latina, nos Estados Unidos e na Ásia. A pós-verdade e os fatos alternativos estão modificando o campo da informação e as batalhas eleitorais, e redesenhando as opiniões públicas. É um problema para a democracia, que se vê debilitada por conta da imensa confusão criada por tais fenômenos. É cada vez mais difícil distinguir entre o certo e o falso, o bom e o mal, o autêntico e o errôneo. Os cidadãos estão perplexos diante das rajadas de verdades emocionais, de verdades fictícias, de verdades disfarçadas. Não será um problema fácil de resolver. Uma coisa é identificá-lo, outra solucioná-lo. As próximas campanhas eleitorais em qualquer país democrático conhecerão esse tipo de manipulação, aberta ou subterrânea. Por que é perigoso? Porque a História nos ensina que quando desaparece a verdade, também desaparece a liberdade. (RAMONET, 2019, p. 130).

Será de pouca efetividade regular as mídias e prender criminosos extremistas sem apresentar um projeto político e tecnológico alternativo a médio e longo prazos. A luta comunicacional contra a extrema-direita é inglória e assimétrica porque os fascistas atuam por mentiras que tocam no âmago no medo – e o medo é um sentimento que mobiliza os indivíduos visceralmente. Mas é possível entrar nessa batalha de forma honesta mudando o *modus operandi*. (PINHEIRO-MACHADO, 2020). Não se trata de pura e simplesmente abandonar as redes, mas de se opor a essa lógica e pressionar por regulação e transparência. Sair da internet não vai salvar a internet. (DIAS, 2020). Como no romance rosiano, a internet e a Geografia são do tamanho do mundo e estão em toda parte.

⁸⁹ A historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, em entrevista ao programa “Roda Viva” (TV Cultura), exibido em 07/09/2020, sentenciou: “Jair Bolsonaro não precisa de um golpe porque ele está correndo as nossas instituições por dentro. Ele é o golpe! Estamos experimentando como funcionam esses golpes democráticos”. (<https://www.youtube.com/watch?v=V9q4c0Vi6bg>)

Os dados dos usuários devem ser um direito e não uma mercadoria. Esse é o ponto de partida do debate, e não de algumas poucas soluções individuais como “use menos as redes sociais”, “limite o uso das telas para as crianças” ou “abandone as redes sociais”. Trata-se de premissas falsas, qual seja, que o consumidor é o centro e o principal sujeito do ato econômico. Se entendemos que o problema reside na forma capitalista da mercadoria, conseqüentemente da alienação do trabalho elevado ao máximo, da subsunção da vida ao processo de valorização do valor, teríamos que boicotar não apenas as redes, mas os supermercados, a televisão, nossas roupas, alimentos, porque tudo, absolutamente tudo foi capturado pela mercadoria e pela lógica do capital. O capital e suas mercadorias precisam das necessidades humanas para parasitar em seus constantes ciclos de valorização. O pensamento marxiano atesta isso ao afirmar que não há valor de troca sem valor de uso.

A questão é que não se trata de acabar com as redes e sim de regular a atuação das empresas. Elas não podem estar acima do Estado, dos governos e das Constituições. Não podem decidir o destino de nações inteiras e saírem impunes.

Bertolt Brecht, poeta e dramaturgo alemão, com a sua aguda criticidade, brada: “Não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar”. O poeta Gonçalves Dias, no poema “Canção do Tamoio”, alerta-nos: “Viver é lutar. A vida é combate”. O pensador e ativista palestino Edward Said nos instrui que: “Não podemos lutar pelos nossos direitos, nossa história e nosso futuro enquanto não nos armarmos com as armas da crítica e uma consciência comprometida”. Em um convite à ação, o filósofo argentino León Rozitchner sentencia: “Quando o povo não luta, a filosofia não pensa”.

É lugar comum afirmar que conhecimento é poder. Mas o conhecimento não é capaz de destruir, desviar, afetar ou mesmo desafiar uma iniciativa ofensiva de parte de um adversário, nem mesmo de a ela resistir, a menos que a sua posse esteja aliada a um poderio efetivamente objetivo. O valor do conhecimento está na forma como ele é utilizado: na práxis – unidade dialética entre teoria e prática. A capacidade de combater, certamente, continuará a ser a melhor proteção contra a densa névoa de preconceito, ódio, trevas e ignorância que ameaçam as cintilantes luzes exaladas pelo conhecimento. Travessia.

REFERÊNCIAS

ALBRIGHT, M. **Fascismo**: um alerta. São Paulo: Planeta, 2018.

ALENCAR, K. Lava Jato é exemplo de "soft power" a favor dos EUA contra Brasil. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/kennedy-alencar/2020/07/01/lava-jato-e-exemplo-de-soft-power-a-favor-dos-eua-contra-brasil.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 23 Set 2020.

ALTHUSSER, L. Advertência aos leitores do Livro I d'O capital. In: MARX, K. **O capital**. Volume I. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 39-58.

ALVES, C. A geopolítica do capital: pré-sal na mira dos EUA. Disponível em <<https://jornalqgn.com.br/noticia/a-geopolitica-do-capital-pre-sal-na-mira-dos-eua/>> Acesso em: 24 Set 2020.

ALVES, G. Trabalho, técnica e estranhamento: uma análise sociológica do filme "Matrix". **Cronos**, Natal-RN, v. 7, n. 2, p. 373-382, jul./dez. 2006.

ALVES, W. R.; SOUZA, J. G. A Geografia e o Materialismo Histórico Dialético. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 923- 961, jan.-jun./2020.

AQUINO, R. S. L. et al (Orgs.). **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

AQUINO, R. S. L. et al (Orgs.). **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais. Da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo.9. ed. Rio de Janeiro, 2015.

ARBEX JR, J. **A outra América**. Apogeu, crise e decadência dos Estados Unidos. 8.ed. São Paulo: Moderna, 1993.

ARBEX JR, J. **Guerra Fria**: terror de Estado, Política e Cultura. São Paulo: Moderna, 1997.

ARBEX JR, J. A Amazônia e as "guerras às drogas": uma geopolítica de ocupação. In: SOUZA, Á. J. et al. (Orgs.). **Milton Santos**: cidadania e globalização. São Paulo: Saraiva: Bauru-SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000. p. 259-261.

ARBEX JR, J. **Showrnalismo**: a notícia como espetáculo. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ARBEX JR, J. **O jornalismo canalha**: a promíscua relação entre a mídia e o poder. São Paulo: Casa Amarela, 2003.

ARBEX JR, J. Uma outra comunicação é possível (e necessária). In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 385-400.

ARBEX JR, J. “Proletários do mundo, uni-vos”. **História e Cultura**. São Paulo, Ano 14, n. 2, abril 2018, p. 02-03.

ARON, R. **Guerra e paz entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais; São Paulo Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12.ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BANDEIRA, A. E. O conceito de tecnologia sob o olhar do filósofo Álvaro Vieira Pinto. In: **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v.15, n. 1, p. 111-114, jan./abr.2011.

BARBOSA, T. **O conceito de natureza e análises de livros didáticos de Geografia**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.

BARBOSA, T. **Jesus Cristo e as palavras de Bolsonaro**. Editora O Invisível, 2018.

BARBOSA, W. V. O materialismo histórico. In: REZENDE, A. (Org.). **Curso de Filosofia**. 13.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005. p. 173-197.

BARROS, D. L. P. **Teoria do discurso: fundamentos semióticos**. São Paulo: Editora Atual, 1988.

BRINGE, B. M. O lugar nos movimentos sociais e o lugar da geografia na teoria dos movimentos sociais. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia - Goiás - Brasil v. 27 n. 2 p. 35-49 jan. / jun. 2007.

BERMAN, M. **Tudo que sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BETTO, F. **O marxismo ainda é útil?** São Paulo: Cortez, 2019.

BLAY, M. **A Europa hipnotizada: a escalada da extrema-direita**. São Paulo: Contexto, 2019.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRUSADIN, M; GRAZIANO, X. Marketing político e o darwinismo digital. In: FRATINI, J. (Org.). **Campanha política nas redes sociais**. Como fazer comunicação digital com eficiência. São Paulo: Matrix, 2020. p. 45-54.

BUGALHO, H. **Minha especialidade é matar**. Como o bolsonarismo tomou conta do Brasil. Curitiba: Kotter Editorial, 2020.

CABRAL, R; FIGUEIREDO, W. S. A comunicação como instrumento de guerra: os exemplos do Nazismo e da doutrina Bush. In: **Revista Ciência Geográfica**, Ano XI – Vol.XI, n.º 02 – Bauru – SP, AGB-Bauru, maio/agosto de 2005, p. 94-98.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CARLOS, A. F. A. Metageografia: ato de conhecer a partir da Geografia. In: CARLOS, Ana Fani A. (Org.) **Crise Urbana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 09-24.
- CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Editora Contexto, 2018a.
- CARLOS, A. F. A. et al. (Orgs.) **Geografia Urbana Crítica: teoria e método**. São Paulo: Editora Contexto, 2018b.
- CARLOS, A. F. A. Geografia Crítica-Radical e a Teoria Social. In: CARLOS, A. F. A. et al. (Orgs.). **Geografia Urbana Crítica: teoria e método**. São Paulo: Editora Contexto, 2018c. p. 15-34.
- CARLOS, A. F. A; DA CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019a.
- CARLOS, A. F. A. Uma geografia do espaço. In: CARLOS, A. F. A; DA CRUZ, R. C. A. (Orgs.). **A necessidade da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2019b, p. 15-28.
- CARVALHO, B. É difícil separar burrice, má-fé e suicídio coletivo na gestação dos fascismos. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/bernardo-carvalho/2020/08/e-dificil-separar-burrice-ma-fe-e-suicidio-coletivo-na-gestacao-dos-fascismos.shtml>> Acesso em: 09/Ago/2020.
- CARVALHO, J. D. Tecnologia, política e filosofia em Álvaro Vieira Pinto. **Pensando** – Revista de Filosofia, Vol. 8, nº 15, p. 21-30, 2017.
- CASIMIRO, F.H.C. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.2). 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.
- CASTELLS, M. **Fim de milênio**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.3). 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v. 1). 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 255-288.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. 38.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CHAUÍ, M. **Introdução à Filosofia**. 2.ed. São Paulo: Ática, 2013.

CHAUÍ, M. Meios de comunicação, democracia, autoritarismo e poder. In: MORAES, D. (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p.13-34.

CHOMSKY, N. **O que o Tio Sam realmente quer**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999a.

CHOMSKY, N. **Segredos, mentiras e democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999b.

CHOMSKY, N. **11 de setembro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHOMSKY, N. **Mídia: propaganda, política e manipulação**. São Paulo: Editora WWF Martins Fechos, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.

CIALDINI, R. B. **As armas da persuasão**. Como influenciar e não se deixar influenciar. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

CIPRIANI, C.; BORTOLETO, E. J. A tecnologia como epistemologia da técnica: um estudo a partir de Álvaro Vieira Pinto. **Humanidades e Inovação**, Palmas, v. 2, n. 2, p. 53-61, jan./jul. 2015.

CLARKE, R. A.; KNAKE, R. K. **Guerra cibernética: a próxima ameaça à segurança e o que fazer a respeito**. Rio de Janeiro: Brasport, 2015,

CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

CLAVAL, P. **Geografia cultural**. Florianópolis: Editora UFSC, 1999.

CLAVAL, P. **Terra dos homens: a Geografia**. São Paulo: Contexto, 2015.

COHEN, G. A. **A teoria da história de Marx: uma defesa**. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2013.

CÓRDOVA, Y. Como os planos de Whatsapp e Facebook grátis contribuem para a epidemia de fake news. Disponível em <<https://theintercept.com/2018/08/10/whatsapp-facebook-gratis-fake-news/>> Acesso em: 15 Set 2020.

CÔRREA, R. L. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I. E. et al (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.

COSTA, F. R. O conceito de espaço em Milton Santos e David Harvey: uma primeira aproximação. **Revista Percurso**, Maringá, v.6, n.1, p. 63-79, 2014.

COSTA, I. C. **Dialética do marxismo cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

COUTINHO, I; SILVEIRA JR, P. M. (Orgs.). **Comunicação: tecnologia e sociedade**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

COUTINHO, M; SAFATLE, V. A internet e as eleições municipais em 2008 o uso dos sítios eletrônicos de comunidades na eleição paulistana. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p. 115-128, out. 2009.

D'ANCONA, M. **Pós-verdade**. A nova guerra contra os fatos em tempos de *fake news*. Barueri-SP: Faro Editorial, 2018.

DI FÁTIMA, B. **Dias de tormenta**. Os movimentos de indignação que derrubaram ditaduras, minaram democracias e levaram a extrema-direita ao poder no Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2019.

DIAS, T. "O dilema das redes": sair da internet não vai salvar a internet. Disponível em <https://theintercept.com/2020/09/14/internet-netflix-redes/?fbclid=IwAR27z8-PZDQ6jwlddkOqFbRcWfZjazChdGLP4bnPNgOd_k4hyBj7569-vEs> Acesso em: 15 Set 2020.

DIAS JR, J. A. & ROUBICEK, R. **Guerra Fria: a era do medo**. São Paulo: Ática, 1996.

DORNELES, C. **Deus é inocente: a imprensa, não**. São Paulo: Globo, 2003.

DUARTE, F. **Global e local no mundo contemporâneo: integração e conflito em escala global**. São Paulo: Moderna, 1998.

DUARTE, N. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?** Quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação. Campinas-SP: Autores Associados, 2008.

ECO, U. **Apocalípticos e Integrados**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

ECO, U. **Fascismo eterno**. Record: São Paulo, 2018.

EMPOLI, G. D. **Os engenheiros do caos**. São Paulo: Vestígio, 2019.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: EbooksBrasil.com, 1999a.

ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo: EbooksBrasil.com, 1999b.

ENGELS, F. **Uma breve biografia de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ENGELS, F. Carta para Joseph Bloch. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1890/09/22.htm>> Acesso em: 08 jan. 2020.

ÉSQUILO. **Prometeu acorrentado**. São Paulo: EbooksBrasil.com, 2005.

FAGUNDES, R. S. Do virtual para o real. Um caminho para o ódio: ciberespaço e o crescimento da extrema-direita. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/um-caminho-para-o-odio-ciberespaço-e-o-crescimento-da-extrema-direita/> Acesso em: 03 mai. 2019.

FARIA, R.M; MIRANDA, M.L. **Da Guerra Fria à Nova Ordem Mundial**. São Paulo: Contexto, 2003.

FERNANDES, B. M. Movimento social como categoria geográfica. **Terra Livre**, São Paulo, n.15, p.59-85, 2000.

FERNANDES, E; ROSENO, R. F. **Protesta Brasil**: das redes sociais às manifestações de rua. São Paulo: Prata Editora, 2013.

FERNANDES, F. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. 3.ed. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, S. **Sintomas mórbidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERNANDES, S. **Se quiser mudar o mundo**. Um guia político para quem se importa. São Paulo: Planeta, 2020.

FERREIRA DO VALE, J. M. Milton Santos e o método. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, Ano VII - Vol. II, n. 19, Mai/Ago – 2001, p. 10-11.

FERREIRA DO VALE, J. M. Golpe de 2016: o Brasil e o futuro da nação. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, Ano XXII - Vol. XXII (1), Jan/Dez – 2018, p. 18-23.

FIGUEIREDO, W. S. A Amazônia e o Plano Colômbia: uma geopolítica de ocupação. **Revista Ciência Geográfica**, Ano III – Vol. III, n.º 20 – Bauru – SP, AGB-Bauru, setembro/dezembro de 2001, p. 31-35.

FIGUEIREDO, W. S. A cobertura do terror e o terror da cobertura: produção de sentido em revistas – atentados de 11 de setembro de 2001. 195 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2007.

FIGUEIREDO, W. S. Conhecimento geográfico e educação; aniquilar para preservar. In: FERREIRA DO VALE, J.M. et al. (Orgs). **Escola Pública e Sociedade**. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002.

FIGUEIREDO, W. S. Informação, sociedade e jornalismo. **O Espaço do Geógrafo**. Bauru-SP, 3º trimestre de 2003, p. 2-3.

FIGUEIREDO, W. S. Pelas veredas do grande sertão: a contribuição da literatura de Guimarães Rosa para uma epistemologia do pensamento geográfico – notas introdutórias. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, Ano XVIII - Vol. XVIII- (1), Jan/Dez – 2014, p. 39-48.

FOER, F. **O mundo que não pensa**. A humanidade diante do perigo real da extinção do Homo Sapiens. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

FOSSÁ, M. I. T. (Org.). **Das ruas às mídias**: representação das manifestações sociais. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FRANCO, B. M. **Mil dias de tormenta**. A crise que derrubou Dilma e deixou Temer por um fio. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

FRATINI, J. (Org.). **Campanha política nas redes sociais**. Como fazer comunicação digital com eficiência. São Paulo: Matrix, 2020a.

FRATINI, J. Introdução. In: FRATINI, J. (Org.). **Campanha política nas redes sociais**. Como fazer comunicação digital com eficiência. São Paulo: Matrix, 2020b. p. 9-38.

FREIRE, E; BATISTA, S. S. S. **Sociedade e tecnologia na era digital**. São Paulo: Érica, 2014.

FREUD, S. **O mal-estar na civilização**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2011.

FREIXO, A.; PINHEIRO-MACHADO, R. (Orgs.). **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

FRONT, J. N; RUFÍ, J. V. **Geopolítica, identidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2006.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. 38.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GHIROTTTO, E; VIEIRA, M. C; LOPES, A. As milícias digitais. Disponível em <<https://veja.abril.com.br/brasil/as-milicias-digitais/>> Acesso em 09 de Set 2020.

GIANNOTTI, J. A. **Marx**: além do marxismo. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GIOVANAZ, D. **Dossiê Lava Jato**. Um ano de cobertura crítica. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

GOHN, M. G.; BRINGEL, B. M. (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. 2.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

GOHN, M. G. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

GOHN, M. G. (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI**: antigos e novos atores sociais. 7.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

GORENDER, J. Apresentação. In: MARX, K. **O capital**. Volume I. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 15-37.

GRACHER, K. Campanha é campanha, governo é outra história. In: FRATINI, J. (Org.). **Campanha política nas redes sociais**. Como fazer comunicação digital com eficiência. São Paulo: Matrix, 2020. p. 117-123.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**. Escritos de 1917. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUEHEMO, J. M. **O fim da democracia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

GUIMARÃES, I. Ensino de Geografia, Mídia e Produção de Sentidos. **Terra Livre**. Presidente Prudente, SP: AGB, Ano 23, v.1, n.28, p.45-66, jan-jun 2007.

GUTFREIND, C. F. **Mídia e tecnologia**: relatos críticos de pesquisa. Porto Alegre: Sulina, 2016.

HAESBAERT, R. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias et al (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 165-205.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002a.

HAESBAERT, R. A multiterritorialidade do mundo e o exemplo da Al Qaeda. **Revista Terra Livre**, n.º 18, São Paulo, AGB, 1.º Semestre de 2002b, p. 37-46.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R. **Regional-Global**. Dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, R; PORTO-GONÇALVES, C. W. **A nova des-ordem mundial**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

HARARI, Y.N. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HARARI, Y.N. **Sapiens** – Uma breve história da humanidade. 29.ed. Porto Alegre-RS: L&PM, 2017.

HARARI, Y.N. **21 lições para o século 21**. 5.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: UFF, v. 14, n. 28, p. 8-39, 2012.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 26.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. *Scientiæ Studia*, São Paulo: USP, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007. Disponível em: <http://www.scientiaestudia.org.br/revista/PDF/05_03_05.pdf>, acesso em 10 de janeiro de 2019.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 10.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

HEIDEGGER, M. **Que é isto – A Filosofia?** Petrópolis-RJ: Vozes, 2018.

HEINRICH, M. **Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna**. Biografia e desenvolvimento de sua obra, volume I. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBSBAWN, E. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, E. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBSBAWN, E. **O novo século**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HOBSBAWN, E. **Como mudar o mundo: Marx e o marxismo, 1840-2011**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWN, E. **A era das revoluções: 1789-1848**. 39.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017a.

HOBSBAWN, E. **A era do capital: 1848-1875**. 2.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017b.

HOBSBAWN, E. **A era dos impérios: 1875-1914**. 24.ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017c.

IANNI, O. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 1995.

JINKINGS, I; CLETO, M. (Orgs.). **Por que gritamos golpe?** Para atender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

KAPLAN, R. D. **A vingança da geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KAUFMAN, D. Inteligência artificial: novos modelos de persuasão. FRATINI, J. (Org.). **Campanha política nas redes sociais**. Como fazer comunicação digital com eficiência. São Paulo: Matrix, 2020. p. 93-106.

KEEGAN, J. **Uma história da guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006a.

KEEGAN, J. **Inteligência na guerra**. Conhecimento do inimigo, de Napoleão à Al-Qaeda. São Paulo: Companhia das Letras, 2006b.

KELLNER, D. **A cultura da mídia**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

KELLNER, D. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. **Líbero**, São Paulo, n.º 6, 2004a, p. 04-15.

KISSINGER, H. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2015a.

KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015b.

KONDER, L. **Marxismo e alienação**: contribuição para um estudo do conceito marxista de alienação. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

KONDER, L. **O marxismo na batalha de ideias**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

KONDER, L. **Em torno de Marx**. São Paulo: Boitempo, 2010.

KONDER, L. **O que é dialética**. 13.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2012.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KORYBKO, A. **Guerras híbridas**: das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KÜNSCH, D. A. Teoria guerreira da incomunicação: jornalismo, conhecimento e compreensão do mundo. In: **Líbero**, São Paulo, ano VIII, nº. 15/16, 2005, pp. 22-31.

KÜNSCH, D. A. Comunicação e incomunicação: aproximação complexo-compreensiva à questão. In: **Líbero**, São Paulo, ano VIII, nº. 19, 2007, p. 51-59.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 6.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

LACOSTE, Y. **A geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 4. ed. Campinas: Papirus, 1997.

LACERDA JÚNIOR, F. (Org.). **Psicologia, política e movimentos sociais**. Petrópolis-RJ: Vozes. 2016. p. 93-105.

LAINER, J. **Dez argumentos para você deletar agora suas redes sociais**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**: uma breve introdução. Porto Alegre: L&PM, 2016.

LEIGH, D; HARDING, L. **Wikileaks**: a guerra de Julian Assange contra os segredos de Estado. Campinas-SP: Verus, 2011.

LEMOS, A. **Cibercultura**: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7.ed. Porto Alegre, 2015.

LEMOS, A. **Isso (não é) muito Black Mirror**: passado, presente e futuro das tecnologias da comunicação e informação. Salvador: EDUFBA, 2018.

LEMOS, A.; LEVY, P. **O futuro da Internet**: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LEITE, M. Não há vacina contra notícias fraudulentas que envenenam a política. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloleite/2020/09/nao-ha-vacina-contr-noticias-fraudulentas-que-envenenam-a-politica.shtml>> Acesso em: 13 Set. 2020.

LÉVY, P. **O que é o virtual?** São Paulo: Editora 34, 1999.

LÉVY, P. **Cibercultura**. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LÉVY, P. Pela ciberdemocracia. In: MORAES, Dênis (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 367-384.

LÉVY, P. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia do ciberespaço. 10.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA JÚNIOR, P. et al. Marx como referencial para análise de relações entre ciência, tecnologia e sociedade. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 20, n. 1, p. 175-194, 2014

LLHOSA, M. V. **A civilização do espetáculo**. Uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura. Rio de Janeiro: Objetiva, 2013.

LUKÁCS, G. **Por uma ontologia do ser social I**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

LUSTOSA, C. A. Milton Santos e o método da pesquisa em Geografia. **Revista Eletrônica: Tempo-Técnica-Território**, v.2, n.1 (2011), p. 58-70.

LUVIZOTTO, C. K. A disseminação da tradição e a preservação da memória coletiva na era digital. Liinc em Revista, n. 11, p. 14-27, 2015.

LUVIZOTTO, C. K. Cidadania, ativismo e participação na internet: experiências brasileiras. **Comunicação e Sociedade**, v. 30, p. 297–312. 2016.

LUVIZOTTO, C. K.; GONZALES, N. S.; CALONEGO, R. Comunicação e movimentos sociais: a atuação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação na internet. Revista *Organicom*, v. 14, n. 26, set. 2017. Disponível em: <<http://www.revistaorganicom.org.br/sistema/index.php/organicom/article/view/1092>>. Acesso em: 16 set. 2017.

MACHADO, G. **Marx e a história**. Das particularidades nacionais à universalidade da revolução socialista. São Paulo: Sundermann, 2018.

MACHADO, R. **Foucault, a ciência e o saber**. 3.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

MALINI, F; ANTOUN, H. **@internet e #rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MAGNOLI, D. **O que é geopolítica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MAGNOLI, D. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MAGNOLI, D. (Org.). **História das Guerras**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MAGNONI, M. G. M; FIGUEIREDO, W. S. Movimentos sociais: democracia, comunicação e o quinto poder como contra-hegemonia. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, Ano XXII - Vol. XXII - (1): p. 45-58, Jan/Dez – 2018.

MAGNONI, M. G. M; FIGUEIREDO, W. S. Geografia e tecnologia: o ciberespaço como dimensão socioespacial. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, Ano XXIII, Vol. XXIII – (2): p. 590-603, Jan/Dez – 2019.

MARCONDES FILHO, C. **A produção social da loucura**. São Paulo: Paulus, 2003.

MARCONDES FILHO, C. **Superciber**: a civilização místico-tecnológica do século 21. Sobrevivência e ações estratégicas. São Paulo: Paulus, 2009.

MARCONDES FILHO, C. **Fascinação e miséria da comunicação na cibercultura**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MARCONDES FILHO, C. **Teorias da comunicação, hoje**. São Paulo: Paulus, 2016.

MARCUSE, H. **Tecnologia, guerra e fascismo**. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 1999.

MÁRKUS, G. **Marxismo e antropologia**: o conceito de “essência humana” na filosofia de Marx. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, R. M. et al (Orgs.). **A informação e o conhecimento sob as lentes do marxismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. 2. ed. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2003.

MARTÍN-BARBERO, J. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: MORAES, Denis (org.) **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARTINHO, L. M. S. **Teoria das mídias digitais**: linguagens, ambientes, redes. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente Filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1, t. 2. (Coleção Os economistas).

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008a.

MARX, K. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2008b.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, K. **Grundrisse**. Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. **O capital**. Volume I. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo: 2018.

MASSEY, D. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niterói-RJ, ano 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MASSEY, D. Globalização: o que significa para a Geografia. **Boletim Campineiro de Geografia**, Campinas-SP, v.7, n.1, p. 227-235, 2017.

MCCHESENEY, R. W. Mídia global, neoliberalismo e imperialismo. In: MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação**: mídia, mundialização cultural e poder. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. p. 217-242.

MELLO, L. I. A. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

MELLO, P. C. **A máquina do ódio**. Notas de uma repórter sobre fake News e a violência digital. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MENDONÇA, C. T. M.; OLIVEIRA, P. L. L. M. G.; COSTA, M. L. F. O conceito de tecnologia na concepção de Álvaro Vieira Pinto: contribuições para a educação a distância. **Colloquium Humanarum**, vol. 13, n. Especial, p. 315-320, Jul/Dez, 2016.

MESSAGI JÚNIOR, M. **Outros junhos virão**. Processos organizados em rede e as democracias radicalizadas. Curitiba: Kottter Editorial, 2019.

MIGUEL, L. F. **O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

MINKLOS, J. **Ciber-religião: a construção de vínculos religiosos na cibercultura**. São Paulo: Ideias e Letras, 2012.

MIRANDA, A. P.; NETTO, L. R. G. **Geografia do ciberespaço**. Novos territórios da informação em rede. Curitiba: Appris, 2014.

MONIZ BANDEIRA, L. A. Globalização e Ultraimperialismo. **Revista Espaço Acadêmico**, Ano II, n. 23, abr. 2003. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/023/23bandeira_kautsky.htm. Acesso em: 09 set. 2019

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A Segunda Guerra Fria**. Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018a.

MONIZ BANDEIRA, L. A. **A desordem mundial: o espectro da total dominação**. Guerras por procuração, terror, caos e catástrofes humanitárias. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018b.

MORAES, A.C.R; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 4.ed. Hucitec: São Paulo, 1999.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. Espaço, cultura e políticas no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, A. C. R. **A gênese da Geografia moderna**. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

MORAES, A. C. R. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP – Espaço e Tempo** (On-line), São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MORAES, D. **Planeta Mídia: tendências da comunicação na era global**. Campo Grande: Letra Livre, 1998.

MORAES, D. Comunicação virtual e cidadania: movimentos sociais e políticos na Internet. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 23, n. 2, p. 142-155, 2000.

MORAES, D. (Org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORAES, D. (Org.). **A sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

MORAES, D. **Vozes abertas da América Latina: Estado, políticas públicas e democratização da comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2011.

MORAES, D. **Crítica da mídia & hegemonia cultural**. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2016.

MORAES, D. (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019a.

MORAES, D. Forjar o consenso, neutralizar o dissenso: a mídia e seus intelectuais nas disputas ideológicas. In: MORAES, D. (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019b, p.35-67.

MORAES, F. D. Ciberespaço entre as redes e o espaço geográfico: algumas considerações teóricas. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia v. 14, n. 47 Set/2013 p. 139-149.

MORAIS, F. **Os últimos soldados da Guerra Fria**. A história dos agentes secretos infiltrados por Cuba em organizações de extrema-direita nos Estados Unidos. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MOREIRA, R. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA Ruy (org.). **Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982, p. 33-63.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. 15.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

MOREIRA, R. A mídia e a regulação de massa. **Impasses da globalização no limiar do século XXI: ações da educação brasileira e caminhos da geografia** (Caderno de Resumo). AGB-Bauru - CEUV, 1999, p. 31.

MOREIRA, R. A diferença e a Geografia. O ardil da identidade e a representação da diferença na Geografia. **GEOgraphia**, Ano I, n. 1, p. 41-58, Niterói: PPGeo-UFF, 1999.

MOREIRA, R. A Geografia de Milton Santos. In: SOUZA, Á. J. et al. (Orgs.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. São Paulo: Saraiva: Bauru-SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000a. p. 37-42.

MOREIRA, R. Cultura técnica e a disciplina da máquina. In: SOUZA, Á. J. et al. (Orgs.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. São Paulo: Saraiva: Bauru-SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000. p. 300-303.

MOREIRA, R. Categorias, conceitos e princípios lógicos para (o ensino e método de) uma Geografia dialeticamente pensada. In: FERREIRA DO VALE, José Misael et al. (Orgs.). **Escola Pública e Sociedade**. São Paulo: Saraiva/Atual, 2002, p. 194-203.

MOREIRA, R. Marxismo e Geografia. A geograficidade e o diálogo das ontologias. **GEOgraphia**, Ano 6, n. 11, p. 21-37, Niterói: PPGeo-UFF, 2004.

MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia**: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

MOREIRA, R. **Geografia e Práxis**. A presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico?**: por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2014a.

MOREIRA, R. **O discurso do avesso**. Para a crítica da geografia que se ensina. São Paulo: Contexto, 2014b.

MOREIRA, R. Milton Santos: tempo espacial e lugar em A natureza do espaço. In: MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras – Volume 3. São Paulo: Contexto, 2014c. p. 99-102.

MOREIRA, R. Armando da Silva: ser e geossociabilidade em *Geografia e lugar social*. In: MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras – Volume 3. São Paulo: Contexto, 2014d. p. 105-107.

MOREIRA, R. **A geografia do espaço-mundo**. Conflitos e superações no espaço capital. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016a.

MOREIRA, R. Massimo Quaini: natureza e sociedade histórica em *Marxismo e geografia*. In: MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras – Volume 2. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016b. p. 53-56.

MOREIRA, R. Milton Santos: sociedade e espaço em *Por uma Geografia Nova*. In: MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras – Volume 2. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016c. p. 62-65.

MOREIRA, R. Yi-Fu Tuan: corpo e corporeidade espacial em *Espaço e Lugar*. In: MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras – Volume 2. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016d. p. 65-70.

MOREIRA, R. Yves Lacoste: escala e diferença em *A Geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. In: MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro**: as matrizes brasileiras – Volume 2. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016e. p. 70-75.

MOREIRA, R. **Espaço, corpo do tempo**. A construção geográfica da sociedade. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

MORIN, E. **O método 5: a humanidade da humanidade**. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

MORIN, E. **O método 3: conhecimento do conhecimento**. 5.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MOUNK, Y. **O povo contra a democracia**. Porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUELLER, R. R. O fetiche da tecnologia e a teleologização da história: análise crítica do irracionalismo tecnológico. **Cad. de Pesq. Interdisc. em Ci-s. Hum-s.**, Florianópolis, v.12, n.101, p.171-198, ago/dez 2011.

NAPOLEONI, L. **A fênix islâmica**. O Estado Islâmico e a reconfiguração do Oriente Médio. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

NETTO, J. P. **O que é marxismo**. 9.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NIETZSCHE, F. **Crepúsculo dos ídolos ou como se filosofa com o martelo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

NOBRE, M. **Ponto final**. A guerra de Bolsonaro contra democracia. São Paulo: Todavia, 2020.

NYE JÚNIOR, J. S. **Paradoxo do poder americano**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NYE JÚNIOR, J. S. **O futuro do poder**. São Paulo: Benvirá, 2012.

OLIC, N. B; CANEPA, B. **Geopolítica da América Latina**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2004.

OLIVEIRA, A. **Qual foi a influência da Lava Jato no comportamento do eleitor?** Do lulismo ao bolsonarismo. Curitiba: CRV, 2019.

PACEPA, I. M; RYCHLAK, R. J. **Desinformação**. Ex-chefe de espionagem revela estratégias secretas para solapar a liberdade, atacar a religião e promover o terrorismo. Campinas-SP: Vide Editorial, 2015.

PADUA, R. F. Pensando a noção de prática socioespacial. In: CARLOS, Ana Fani A. (Orgs.) **Geografia Urbana Crítica: teoria e método**. São Paulo: Editora Contexto, 2018. p. 15-34.

PEDON, N. R. **Geografia e Movimentos Sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PEREIRA, M. A. Internet e mobilização política – os movimentos sociais na era digital. In: IV Encontro da Compolítica, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 13 a 15 de abril de 2011. Disponível em <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Marcus-Abilio.pdf>. Acesso em: 12 set.2017.

PINHEIRO-MACHADO, R. **Amanhã vai ser maior**. O que aconteceu com o Brasil e possíveis rotas de fuga para a crise atual. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, R. Na batalha das redes, a extrema-direita ganha por W.O. **The Intercept Brasil**. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/07/21/batalha-redes-extrema-direita-esquerda/> Acesso em 25 jul. 2020.

PIRES, H. F. Reflexões sobre o advento da cibergeografia ou o surgimento da geografia política do ciberespaço: contribuição a crítica à geografia crítica. II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico, p. 1-15, 2009. Disponível em: <<https://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/hindenburgo-pires.pdf>> Acesso em 26 Maio 2019.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Geografia e Movimentos Sociais no Processo de globalização em curso: apontamentos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Goiânia, n. 24, p. 19-30, 1998.

PORTO-GONÇALVES, C. W. O espaço geográfico como condição de (re)apresentação da sociedade – notas de debate. In: SOUZA, Á. J. et al. (Orgs.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. São Paulo: Saraiva: Bauru-SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000. p. 57-67.

POURRIOL, O. **Cinefilô: as mais belas questões da filosofia no cinema**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

QUAIANI, M. **Geografia e marxismo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

RAMONET, I. **Guerras do século XXI: novos temores e novas ameaças**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2003.

RAMONET, I. A explosão do jornalismo na era digital. In: MORAES, Dênis et al (orgs.). **Mídia, poder e contrapoder**. Da concentração monopólica à democratização da informação. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013. p.85-102.

RAMONET, I. O quinto poder. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/jd211020032.htm>. Acesso: 16 de Maio 2017.

RAMONET, I. Geopolítica da pós-verdade: a informação na era das *fakes news*. In: MORAES, D. (Org.). **Poder midiático e disputas ideológicas**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019, p.113-130.

ROCHA, J. C. C. Bolsonarismo é a mais perversa máquina de destruição de nossa história republicana. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/08/bolsonarismo-e-a-mais-perversa-maquina-de-destruicao-de-nossa-historia-republicana.shtml>> Acesso em: 09/Ago/2020.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. 20. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. Porto Alegre-RS: L&PM, 2017.

O RELATÓRIO DA CIA. Como será o mundo em 2020. São Paulo: Ediouro, 2006.

RODRIGUES, C. Capitalismo informacional, redes sociais e dispositivos móveis: hipóteses de articulação. **Revista Galáxia**, São Paulo, n. 20, p. 70-83, dez. 2010.

SAFATLE, V. A Nova República acabou, diz filósofo Vladimir Safatle. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2015/03/15/a-nova-republica-acabou-diz-filosofo-vladimir-safatle.htm>> Acesso em: 05/Ago/2020.

SAGAN, C. **O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SAKAMOTO, L. Em São Paulo, o Twitter e o Facebook foram às ruas. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, p. 95-100.

SANTOS, D. **A reinvenção do espaço: diálogos em torno da construção do significado de uma categoria**. São Paulo: Unesp, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **TERRA LIVRE**. O espaço em questão. São Paulo: **AGB e Marco Zero**, 1988, Ano 3, vol. 5, p. 9-20.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. Globalização, cidadania e meio técnico-científico-informacional. In: SOUZA, Á. J. et al. (Orgs.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. São Paulo: Saraiva: Bauru-SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000. p.15-20.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10. ed. Rio de Janeiro – São Paulo: Record, 2003.

SANTOS, M. **Testamento intelectual**. Milton Santos; entrevistado por Jesus de Paula Assis, colaboração de Maria Encarnação Sposito. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SANTOS, M. O professor como intelectual na sociedade contemporânea. **Ciência Geográfica**, Bauru-SP, Ano VII - Vol. II, n. 19, Mai/Ago – 2011, p. 04-09.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** Da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012a.

SANTOS, M. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012b.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão.** 7.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado.** Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014c.

SANTOS, M. **Espaço e método.** 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014d.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

SARAMAGO, J. **Ensaio sobre a cegueira.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SARAMAGO, J. Caverna de Platão e as imagens. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=XvKzrsAk168>>. Acesso em 29 de Ago de 2020.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica:** primeiras aproximações. 7.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, D; DUARTE, N. (Orgs.). **Pedagogia Histórico-Crítica e luta de classes na educação escolar.** Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SCERB, P. Com vocação popular, o bolsonarismo é maior que Bolsonaro. Disponível em <https://diplomatique.org.br/com-vocacao-popular-o-bolsonarismo-e-maior-que-bolsonaro/?fbclid=IwAR01R0cspLMC9JinjY_3FrDMZ7_C_MUCsaSUci2xM-Zpodj57Mx1bNPY9ts> Acesso em 15 Set 2020.

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial.** São Paulo: Edipro, 2016.

SENE, E. **Globalização e espaço geográfico.** São Paulo: Contexto, 2003.

SERPA, A. **Por uma Geografia dos espaços vividos:** Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação.** São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SILVA, C. A.; TANCMAN, M. A Dimensão Socioespacial do Ciberespaço: uma nota. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, p. 55-66, 1999.

SILVA, F. C. T.; LEÃO, K. S. S. (Orgs.). **Por que a guerra?** Das batalhas gregas à ciberguerra: uma história da violência entre os homens. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

SILVA, G. C. O ciberespaço como categoria geográfica. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

SILVA, L. R. **Do senso-comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, L. R. **A natureza contraditória do espaço geográfico**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2016.

SILVA, M. T. C. A territorialidade do Ciberespaço. Disponível em: <<http://www.educacaopublica-rj.gov.br/biblioteca/geografia/geo13b.html>> Acesso em: 26 Dez. 2018.

SILVA, R. R. Privacidade Hackeada põe em dúvida qualquer esperança sobre o futuro. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/cinema/critica-privacidade-hackeada-145375/>> Acesso em: 20 Ago 2020.

SILVA, V. P. O raciocínio espacial na era das tecnologias informacionais. **Terra Livre**. Presidente Prudente-SP, Ano 23, v.1, n.28, p.67-90, Jan-Jun 2007.

SINGER, P. **O capitalismo sua evolução sua lógica e sua dinâmica**. São Paulo: Moderna, 1991.

SODRÉ, N. W. **Introdução à Geografia: Geografia e Ideologia**. 3. ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1982.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOLANO, E; MANSO, B. P.; NOVAES, W. **Mascarados: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc**. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

SOLANO, E. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOLANO, E; ROCHA, C. **As direitas nas redes sociais: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOUZA, Á. J. Milton Santos: da produção metodológica à consecução da prática. In: SOUZA, Á. J. et al. (Orgs.). **Milton Santos: cidadania e globalização**. São Paulo: Saraiva: Bauru-SP: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2000. p. 67-68.

SOUZA, J. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SOUZA, R. B. R. **As mídias radicais do MST: representações políticas e culturais**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

STEINBERGER, M. B. **Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina**. São Paulo: EDUC; FAPESP; Cortez, 2005.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. **Geosul**, Florianópolis, v.18, n.35, p. 43-53, jan./jun. 2003.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011.

TONET, I. **Método científico: uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TORRETA, A. O marketing político mundial, o marketing político brasileiro e essa coisa indecifrável chamada futuro. FRATINI, J. (Org.). **Campanha política nas redes sociais**. Como fazer comunicação digital com eficiência. São Paulo: Matrix, 2020. p. 107-116.

TZU, S. **A arte da guerra**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

VESENTINI, J. W. **Novas geopolíticas**. São Paulo: Contexto, 2000.

VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia – Vol.1**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005a.

VIEIRA PINTO, A. **O conceito de tecnologia – Vol.2**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005b.

VISACRO, A. **A guerra na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

VITORINO, M. O digital conquista seu lugar à mesa. In: FRATINI, J. (Org.). **Campanha política nas redes sociais**. Como fazer comunicação digital com eficiência. São Paulo: Matrix, 2020, p. 55-65.

VITTE, A. C. (org.). **Contribuições à história e à epistemologia da geografia**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

VITTE, A. C. A ciência geográfica: da descoberta da Terra às mutações do mundo. **Geografia**, São Paulo: Escala Educacional, n. 26, p. 8-9. 2009.

VITTE, A. C. **Por uma Geografia Híbrida**. Ensaios sobre os mundos, as naturezas e as culturas. Curitiba-PR: CRV, 2011.

WEISS, M; HASSAN, H. **Estado Islâmico**. Desvendando o exército do terror. São Paulo: Seoman, 2015.

WERTHEIM, M. **Uma história do espaço**: de Dante à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

WOLOSZYN, A. L. **Guerra nas sombras**: os bastidores dos serviços secretos internacionais. São Paulo: Contexto, 2013.

WOLTON, D. **Pensar a comunicação**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WOLTON, D. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2006.

WOLTON, D. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

WOLTON, D. **Internet, e depois?** Uma teoria crítica das novas mídias. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2012.

XAVIER, M. A. M. Lugar, corporeidade e política: reflexões a partir do net-ativismo em redes sociais online. **Geosp** – Espaço e Tempo, v. 20, n. 3, p. 551-567, set/dez. 2016.

YOUSSEF, A. **Novo poder**: democracia e tecnologia. Belo Horizonte-MG: Letramento, 2018.

ZETTER, K. **Contagem regressiva até o Zero Day**. Stuxnet e o lançamento da primeira arma digital do mundo. Rio de Janeiro: Brasport, 2017.

DOCUMENTÁRIOS

Brasil em transe. Episódio 1: O sonho acabou. Brasil. 2018. Direção: Daniela Martins. 23min12s.

Brasil em transe: Episódio 2: A Lava Jato e o “golpe”. Brasil. 2018. Daniela Martins. 24min15.

Brasil em transe: Episodio 3: A nação dividida. Brasil. 2018. Daniela Martins. 24min09s.

Democracia em vertigem. Brasil. 2019. Direção: Petra Costa. 121 minutos.

Eis os delírios do mundo conectado. Estados Unidos. 2015. Direção Werner Herzog. 98 minutos.

Encontro com Milton Santos ou: O mundo global visto do lado de cá. Brasil. 2006. Direção: Sílvio Tandler. 90 minutos.

Junho: o mês que abalou o Brasil. Brasil. 2014. Direção: João Wainer. 72 minutos.

O dilema das redes. 2020. Estados Unidos. Direção: Jeff Orlowski. 94 minutos.

Privacidade Hackeada. Estados Unidos. 2019. Direção: Karim Amer e Jehane Noujaim. 114 minutos.

1994: Poder, Crime e Rebelião no México. México. 2019. Direção: Diego Enrique Osorno. 5 episódios.

FILMOGRAFIA

A rede social. Estados Unidos. 2010. Direção: David Fincher. 120 minutos.

Duro de matar 4.0. Estados Unidos. 2007. Direção: Len Wiseman. 128 minutos.

Hackers – Piratas de computador. Estados Unidos. 1995. Direção: Iain Softley. 107 minutos.

Matrix. Estados Unidos/Austrália. 1999. Direção: Lana Wachowski e Lilly Wachowski. 135 minutos.

Mera coincidência. Estados Unidos. 1997. Direção: Barry Levinson. 95 minutos.

O quinto poder. Estados Unidos/Bélgica/Índia. 2013. Direção: Bill Condon. 128 minutos.

Rede de ódio. Polônia. 2020. Direção: Jan Komasa. 136 minutos.

Snowden – Herói ou Traidor. Estados Unidos/França/Alemanha. 2016. Direção: Oliver Stone. 138 minutos.

Tempos Modernos. Estados Unidos. 1936. Direção: Charles Chaplin. 87 minutos.

007 – O amanhã nunca morre. Estados Unidos/Reino Unido. 1997. Direção: Roger Spottiswoode. 119 minutos.

2001, uma odisséia no espaço. Estados Unidos/Reino Unido. 1968. Direção: Stanley Kubrick. 139 minutos.